

CRIAÇÕES DA MEMÓRIA:
Defensores e Críticos da Ditadura
(1964-1985)



Universidade Federal do
Recôncavo da Bahia

REITOR

Paulo Gabriel Soledade Nacif

VICE-REITOR

Silvio Luiz de Oliveira Soglia



Editora UFRB

SUPERINTENDENTE

Sérgio Augusto Soares Mattos

CONSELHO EDITORIAL

Alessandra Cristina Silva Valentim

Carlos Alfredo Lopes de Carvalho

Fabio Santos de Oliveira

Ósia Alexandrina Vasconcelos Duran Passos

Rosineide Pereira Mubarack Garcia

Sérgio Augusto Soares Mattos (presidente)

SUPLENTES

Ana Cristina Vello Loyola Dantas

Geovana Paz Monteiro

Jeane Saskya Campos Tavares

EDITORA FILIADA À



Associação Brasileira
das Editoras Universitárias

LUCILEIDE CARDOSO

CRIAÇÕES DA MEMÓRIA:

Defensores e Críticos da Ditadura
(1964-1985)



UFRB

Cruz das Almas - Bahia

2012

Copyright © 2012 by Lucileide Costa Cardoso
Direitos para esta edição cedidos à EDUFRB

*Projeto gráfico,
capa e editoração eletrônica:*

Renata Machado

Revisão, normatização técnica:

Lucileide Cardoso

Déposito legal na Biblioteca Nacional, conforme
decreto n 1.825, de 20 de dezembro de 1907

A reprodução não-autorizada desta publicação, por qualquer
meio, seja total ou parcial, constitui violação da Lei n 9.610/98

C268c Cardoso, Lucileide Costa.
Criações da memória : Defensores e Críticos da
ditadura (1964-1985) / Lucileide Costa Cardoso. -- Cruz
das Almas/BA : UFRB, 2012.
248 p.

ISBN 978-85-61346-25-6

1. Ditadura militar - Brasil. I. Título.

CDD 321.6



Editora UFRB

Campus Universitário
Rua Rui Barbos, 710, Centro
44380-000 Cruz das Almas, BA
Tel.:(75) 3621-1293
gabi.editora@ufrb.edu.br

Aos meus grandes amores, Amorim, Guilherme e
Gustavo em dias de muito sol e chuva passageira.
A Célia e Alexandra, companheiras de uma vida,
cúmplices de um sonho...

Agradecimentos

Os créditos maiores para realização deste trabalho são atribuídos aos dois professores que contribuíram para o aprofundamento teórico-metodológico da pesquisa. Ao Prof. Dr. Holien Gonçalves Bezerra, a quem devo minha iniciação à pesquisa científica, durante o curso de graduação e pós-graduação na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. A Profa. Dra. Maria de Lourdes Mônico Janotti, cujas inestimáveis apreciações exigiram revisões e análises cuidadosas das fontes. Seus ensinamentos consolidaram um permanente desejo de pesquisar as “artimanhas do poder”, envolvendo a história política do regime militar.

Contamos também com o apoio financeiro do CNPq, que possibilitou as condições imprescindíveis para execução da pesquisa durante os vinte quatro meses de vigência da bolsa de mestrado que resultou na Dissertação, defendida na Pontifícia Universidade de São Paulo em 1993, intitulada *Memória e Poder: As Criações Memorialísticas e o Regime de 64*. Este trabalho pioneiro no trato da memória política acerca do regime militar brasileiro mereceu atualizações, revisões e correções para adquirir este formato de livro. Ao longo da feitura da Tese de Doutorado na Universidade de São Paulo, *Poder e Contrapoder: militares e historiadores disputam a memória do Regime de 1964*, concluída em 2004, prosseguir com leituras sobre a produção memorialística e historiográfica que resultaram em novas abordagens do período estudado.

Agradeço profundamente ao Grupo de Pesquisa Cultura, Memória e Política Contemporânea, vinculado a UFRB, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, onde tive o privilégio de travar discussões com estudiosos da ditadura militar brasileira que enriqueceram a análise, além de aprimorar a minha prática docente como professora de História Contemporânea. Agradeço também a Profa. Dra. Célia Costa Cardoso da Universidade Federal de Sergipe por tudo e, por todos esses anos. Ao Prof. Dr. Muniz Gonçalves Ferreira da Universidade Federal da Bahia pelo forte acolhimento intelectual em Salvador, além do diálogo sempre aberto e franco. Aos demais professores e alunos do Colegiado de História da UFRB e do Programa de Pós-graduação em História Social da UFBA, com o

qual tenho a grande satisfação em colaborar com a linha de pesquisa *Sociedade, Relações de Poder e Região*.

Aos meus pais e irmãos, por tudo que fizeram por mim, sem grandes exigências ou retornos. A Alexandra Costa Cardoso por partilhar os melhores momentos dessa jornada. Aos amigos mais íntimos, deixo consignado aqui a minha mais profunda gratidão e a certeza de que muitos caminhos ainda devo trilhar...

Sumário

Introdução.....	15
-----------------	----

Parte I - Construindo a Memória do Poder.

1 - Memorialistas Defensores da “Revolução de 64”.....	39
2 - Ideia de Revolução e o Significado do 31 De Março: Armando Falcão e Hugo Abeu.....	67
3 - Prática Da Tortura: Carlos Alberto B. Ustra, Amílcar Lobo e Marco Pollo Giordani.....	87
4 - Memorialismo do Poder e Suas Contradições.....	123

Parte II - Memória da Repressão e Luta Contra o Esquecimento.

5 - Memória, Ficção e Resistência.....	137
6 - Campanha pela Anistia.....	147
7 - 1968: Cultura, Política e Memória.....	153
8 - Movimentos Libertários e o Memorialismo Autocrítico: Fernando Gabeira e Alfred Syrkis.....	163
9 - Memória da Resistência Heroica: Frei Betto e Alípio de Freitas.....	199
10 - Considerações Finais.....	231
11 - Fontes.....	235
12 - Bibliografia.....	237

Prefácio

A sociedade brasileira atual ainda vive sob a sombra do ano de 1964. Data emblemática de constituição da complexa e problemática modernidade brasileira, este ano e os acontecimentos políticos que nele transcorreram — culminando com o golpe de estado civil-militar de iniciado em 31 de março e concluídos em 1º de abril — representam um marco do processo de aceleração do capitalismo brasileiro com todos os seus corolários. Isto é válido tanto para a compreensão do processo histórico que conduziu ao recente ingresso do país no restrito clube das nações de maior desenvolvimento econômico do mundo, quanto a sua permanência na opaca zona das sociedades mais desiguais e com indignos níveis de desenvolvimento humano.

O golpe de 64 e a ditadura que se seguiu oferecem elementos explicativos indispensáveis para a compreensão do processo que, otimizando as condições para a consolidação e o aprofundamento da ordem burguesa no Brasil, completa a transição de nossa economia de uma condição agrário-industrial para um sistema industrial-agrário, no qual a densidade econômica dos grandes monopólios da indústria se complementa com a pujança irrefreável da moderna economia agrícola dominada pelo agro-negócio. Não foi destituído de razão que, sete anos atrás, aos quarenta anos da derrubada violenta do governo João Goulart (1961-1964), um dos mais destacados próceres do golpe e da ditadura desafiou solertemente os historiadores a reconhecerem as realizações do regime ditatorial no terreno da economia. Sintomaticamente, furtava-se o oficial militar (ex-parlamentar e ex-ministro) a avaliar os efeitos de um processo histórico político que, ao abortar pela força das tropas e dos tanques o mais promissor processo de florescimento democrático da história brasileira, mergulhou nosso país na estagnação política e no obscurantismo cultural, que ainda hoje se refletem nas limitações e insuficiências de nosso sistema representativo e obstaculizam política e institucionalmente o avanço de nossa experiência participativa.

O ilustrado inquiridor militar tampouco contabilizava na fatura do regime a tragédia humana registrada nos vergonhosos indicadores sociais do país e por um IDH equiparável ao de países muito menos desenvolvidos economicamente que o Brasil, realidade que vitima milhões de cidadãos. Mas o libelo apologético daquele

instruído articulista de direita nos comunicava uma informação fundamental: tanto no que diz respeito aos contornos impressos à economia e à sociedade brasileira daquelas duas décadas (1964-1985), quanto no que concerne à permanência em posições privilegiadas no estado e na política de defensores do regime autoritário, para os brasileiros, 1964 ainda não acabou.

Mesmo o decantado ano de 1968 se apresenta para nós como um capítulo da história do governo ditatorial militar. Aqui, muito mais do que os temas da contracultura, da revolução sexual e do choque de gerações, a luta pela conquista e/ou restabelecimento das liberdades democráticas e contra a repressão política motivou nossos militantes operários, artistas e estudantes nas massivas manifestações que incluíram o Brasil na geografia daquele ciclo de contestação de amplitude global.

A manifestação do antigo coronel em defesa do regime militar ao qual serviu nada teve de excepcional, pelo contrário, inscreve-se em um já extenso repertório de leituras, releituras, visões e lembranças sobre o golpe de 1964 e seu legado, que, há mais de três décadas, tem se desenvolvido na seio da sociedade brasileira.

É a investigação sobre a confrontação entre as narrativas memorialísticas acerca dos fenômenos e processos citados e as implicações destas para a construção do conhecimento histórico a respeito de 1964 e o regime militar que constitui o objeto deste livro. Sua autora, a historiadora Lucileide Costa Cardoso, empregando, com notável competência e talento, instrumentos analíticos de grande eficácia, produz uma obra de inegável valor para estudantes de história, acadêmicos e estudiosos em geral. Salta aos olhos, já no início do livro, a propriedade com que ela aborda as relações entre História e memória, em diálogo com os mais prestigiosos autores, que tanto no âmbito nacional quanto no internacional, têm se dedicado à reflexão sobre a temática.

Sem demonstrar hesitação ou insegurança diante da complexa tarefa de penetrar nos tortuosos labirintos das memórias individuais e do delicado encargo de dissecar as formações discursivas, o trabalho da professora Lucileide Cardoso é um dos poucos a se debruçar sobre as narrativas produzidas pelos participantes e apoiadores do golpe de estado de 1964 e do regime militar erigido na sequência daquele. Contudo, não se limita a isto. Recupera também a voz dos participantes nas lutas de resistência contra o autoritarismo, efetuando na dimensão virtual uma improvável confrontação na apreensão do significado da ditadura pós-64, entre oficiais militares e militantes de esquerda, em um Brasil que ainda reclama a instituição de uma “Comissão da Verdade” para avançar no conhecimento de seu passado recente.

Já adquire vulto nos bancos de teses e dissertações de nossas universidades, bem

como em nosso mercado editorial, a produção de estudos que enfocam a atividade das forças de esquerda na resistência ao regime autoritário gerado pelo golpe militar de 1964. Alguns destes estudos têm como objeto a produção memorialística daqueles que, inconformados com as condições políticas então imperantes, engajaram-se nas variadas formas de ação oposicionista, desde a contestação artística e cultural à censura ditatorial, até a insurgência armada contra a repressão militar. O livro de Lucileide Cardoso enriquece este acervo, submetendo à uma análise qualificada e objetiva quatro destes relatos memorialísticos. Desta forma, a autora contribui para a decifração das idealizações e contradições contidas naquelas memórias, trazendo à luz tanto seus aspectos mais valiosos quanto os mais problemáticos.

Entretanto, a literatura sobre o regime militar brasileiro apresenta uma lacuna tão surpreendente quanto injustificada. Trata-se da ausência de estudos sobre o pensamento da direita brasileira durante o governo autoritário. A existência desta lacuna se deve em boa medida ao próprio procedimento dos hierarcas do regime, os quais, no interesse de evitar a identificação da ditadura brasileira com as experiências totalitárias e fascistas, eximiam-se de transmitir sua ideologia inspiradora à sociedade (no caso, a chamada “Doutrina de Segurança Nacional”). O presente livro, no entanto, submete à apreciação as elaborações discursivas de personagens que, para além de assumirem suas participações no implacável aparato repressivo do regime ditatorial, realizam uma defesa articulada e consciente do mesmo, atuando como verdadeiros intelectuais orgânicos do autoritarismo político em nosso país. Em uma época de ressurgimento de uma direita ideológica no Brasil e de reagrupamento de tendências conservadoras nos campos religioso e secular, o trabalho de Lucileide Cardoso se reveste de pertinência e atualidade.

Por fim, esta obra oferece aos seus leitores uma rara oportunidade de confrontar os argumentos justificadores e legitimadores dos que concorreram para a instauração e a sobrevivência do regime militar, com a contestação e a denúncia daqueles que, colocando-se em posição oposta, optaram pela resistência e pela oposição. Desta maneira, a dedicada e habilidosa pesquisadora baiana realiza, no território da confrontação discursiva, o julgamento do golpe de 1964 e seus desdobramentos. Neste julgamento, contudo, o veredito será dado pelos próprios leitores.

Salvador, junho de 2011.

Muniz Ferreira

(Professor de História Contemporânea e Relações Internacionais da
Universidade Federal da Bahia/UFBA)

Introdução

A implantação de uma nova ordem político-institucional no país, a partir de 1964, teve como característica básica o gerenciamento do Estado por sucessivos governos militares até 1985. O movimento civil-militar que depôs o presidente da república João Goulart deflagrou uma intensa repressão em todos os setores da sociedade, procurando eliminar qualquer tipo de contestação ao regime por meio da tortura, das prisões, das cassações, da triagem ideológica, da intervenção nos sindicatos, entre outras.

Essa repressão alcançou ainda outro nível, que foi o emprego da censura, tentando ocultar da sociedade a natureza do regime, bem como os focos de oposição ao estado de coisas implantadas no país. Ao mesmo tempo em que vigorava a censura, a sociedade foi bombardeada com uma avalanche de propagandas sobre os feitos do regime, tendo como suporte um discurso oficial que pretendia ser a verdadeira “leitura” da realidade.

As mudanças de rumo — que são assumidas pela cúpula do poder do Estado autoritário — só viriam com o processo de transição, culminando com o fim da série de presidentes militares.¹ Assim, durante atuação do regime e, mesmo

1 O conceito de transição política é ambíguo. Transição poderia significar: ruptura, negociação ou consenso. Não é possível falar em transição política sem entender o processo de abertura iniciado nos governos Geisel (1974-1978) e Figueiredo (1979-1984). Geisel utilizou a palavra distensão pela primeira vez em 1974 e, só no início de 1979, o general Figueiredo jurou conduzir o país à democracia. A partir desse ano o termo transição começa a ser empregado para explicar o processo de volta à democracia, não por acaso, fim do AI-5 e Lei da anistia. O caráter transitório da “Revolução de 64” é defendido em vários depoimentos de militares que atestam que a normalização política era princípio fundamental de 1964, apenas retomada por Geisel dez anos depois. A transição política e os impasses para a consolidação democrática no Brasil foram debatidos por vários intelectuais. A Revista Presença No. 3, intitulada Transição em Debate, publicada em 1984, expressa essa preocupação. A questão inicial defronta-se com o próprio conceito de transição e suas imbricações: Conciliação, confronto ou entendimento? Cidadania ampliada? As massas no poder? Nova institucionalidade? Democracia e socialismo? Os diversos artigos versam sobre esses temas, oferecendo ricas análises do

depois da ditadura, desejou-se conhecer o mecanismo de poder implantado pelo golpe de 64: revelar o que se passou no interior dos órgãos de repressão e discutir as razões do golpe e das políticas por ele implementadas.

A necessidade de uma reflexão crítica sobre a história recente do país concretiza-se na produção de uma vasta literatura que procurou satisfazer o interesse cada vez mais crescente pelos diversos acontecimentos da época. Composta por uma grande variedade de títulos concentra-se nos aspectos relativos ao político-institucional, acentuando a ideologia do Estado de Segurança Nacional, o “Milagre Econômico”, a atuação dos grupos de esquerda, o conflito Igreja versus Estado e as lutas sociais em geral. São relevantes, ainda, os trabalhos realizados no âmbito da cultura, dando ênfase à dimensão do artístico: cinema Novo, MPB, a poesia concreta e marginal, tropicalismo, televisão e literatura.

A extensão dessa bibliografia completa-se quando observamos que alguns dos principais estudiosos desse período dedicaram-se também a analisar as razões que desencadearam o processo de transição do regime autoritário para o democrático, enfatizando, em geral, o contexto histórico recente dos países latino-americanos e em particular do Brasil numa perspectiva comparativa.

Diferenciado-se desse tipo de enfoque, assistimos, nesse momento, a uma proliferação de memórias e depoimentos de militares, políticos civis e militantes que são expressões “vivas” dos problemas enfrentados nos anos difíceis da ditadura. Nos seus mais variados matizes, essa produção memorialística remete - na forma de dossiês, diários, entrevistas, confissões, biografias, autobiografias, romance político - aos múltiplos acontecimentos da época, tecendo diferentes leituras (e releituras), e ainda hoje contando com publicações que se acumulam cada vez mais no mercado editorial.

Observamos, então, que a partir do processo de abertura controlada pelos militares emergiu, no país, uma espécie de surto memorialístico, revelador do afrouxamento do permanente sistema de controle e homogeneização da memória histórica tão característico dos anos anteriores. A liberalização controlada da abertura foi elaborada pelo general Golbery do Couto e Silva em 1980, através do denominado “Plano Mestre”, permitindo que o governo Figueirido “criasse mecanismos suficientemente flexíveis para cooptar os setores de elite da oposição organizada, mas coercitivo o bastante para frear a “permissividade” no tocante ao

caloroso debate sobre a transição política no Brasil como um processo ainda em aberto na medida em que não alcançamos a democracia social.

crescente movimento social” (ALVES,1984:267). Os resultados práticos foram em 1979, o decreto da Lei da Anistia de forma parcial e restrita e a Lei de reforma partidária, permitindo a existência de mais partidos políticos além dos oficiais: ARENA e MDB. A novidade política neste momento foi o surgimento do PT, Partido dos Trabalhadores. Também assistimos ao crescimento do “terrorismo” de direita em São Paulo com incêndios a bancas de jornal e revistas; sequestro do jurista Dalmo Dallari e o atentado à bomba a sede da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil). No Rio de Janeiro, além de atentados à bomba à Câmara Municipal, ocorreu o conhecido “caso Riocentro”² que provocou a indignação nacional.

No interior desse “surto” rememorativo, que constitui um vasto conjunto documental, selecionamos doze livros de memórias de caráter autobiográfico como objeto de investigação da pesquisa. Esses livros são representativos de grupos que constroem diferentes representações sobre o passado. De um lado, temos escritos que exercem a função de legitimar, no presente, a memória histórica que se pretendeu dominante no período. Do outro, relatos que, ao criarem diferentes representações do passado, permitem preservar uma memória social que dispõe de diversos mecanismos de sobrevivência para escapar à dominação.

Aqui partimos da compreensão de que a memória histórica, assim como a ideologia, pode ser manipulada de acordo com as correlações de forças e interesses das classes num determinado momento histórico. A defesa ou a condenação do regime autoritário constitui o viés ideológico presente nessas criações memorialísticas. Ao articularem múltiplas representações da atuação do regime militar

2 O “caso Riocentro” foi um frustrado ataque à bomba que seria perpetrado no Pavilhão Riocentro na noite de 30 de abril de 1981 durante a realização de um show comemorativo do Primeiro de Maio, Dia do Trabalhador. As bombas seriam plantadas pelo sargento Guilherme Pereira do Rosário e pelo então capitão Wilson Dias Machado. Por volta das 21:00h, com o evento já em andamento, uma das bombas explodiu dentro do carro onde estavam os dois militares, no estacionamento do Riocentro. O artefato, que seria instalado no edifício, explodiu antes da hora, matando o sargento e ferindo gravemente o capitão Machado. Na ocasião o governo Figueiredo culpou os radicais de esquerda pelo atentado. Essa hipótese já não tinha sustentação na época e atualmente já se comprovou, inclusive por confissão, que o atentado no Riocentro foi uma tentativa de setores mais radicais de convencer os setores mais moderados do governo de que era necessária uma nova onda de repressão de modo a paralisar a lenta abertura política que estava em andamento. Uma segunda explosão ocorreu a alguns quilômetros de distância, na miniestação elétrica responsável pelo fornecimento de energia do Riocentro. A bomba foi jogada por cima do muro da miniestação, mas explodiu em seu pátio e a eletricidade do pavilhão não chegou a ser interrompida.

no Brasil, numa intrincada composição de rememorações pessoais e exteriores, fornecem uma resposta particular às exigências do passado rememorado. Esses memorialistas estão vinculados, de uma forma ou de outra, a um determinado grupo político representativo do período. Para melhor sistematização dos seus escritos, situamos tais autores em dois grupos.

O primeiro agrupamento reúne autores que defendem a “revolução de 64” ou foram participantes ativos no processo de institucionalização do Estado de Segurança Nacional. A relação desses sujeitos com o poder está estritamente ligada com a construção da narrativa que se opera nos livros.

Explicitando melhor, os critérios que orientaram a escolha dos memorialistas do poder foram dois. Primeiro, buscamos visões diferenciadas no interior do grupo que apoiou a “revolução de 64”.³ Temos o exemplo das obras de Hugo

3 No momento em que foi elaborado este trabalho, as publicações de memórias de militares e políticos civis apresentavam um número reduzido de publicações. Atualmente, podemos quantificar a memória do poder em aproximadamente 60 livros e dois grandes projetos de entrevistas com militares. Um dos projetos foi organizado pelos cientistas sociais Maria Celina D’Araújo, Gláucio Ary Dillon Soares e pelo antropólogo Celso Castro do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), da Fundação Getúlio Vargas, cujo resultado foi a publicação em três volumes, com a edição de trinta e oito textos de entrevistas feitas com catorze militares, entre 1991 e 1994, que objetivaram mostrar a memória militar sobre o golpe de 1964, sobre a repressão e sobre a abertura. Um quarto volume, com entrevistas realizadas com outros quatorze militares, entre 1997 e 1999, tratou da memória militar sobre a Nova República. O mesmo grupo de pesquisadores também organizou e editou uma longa entrevista com o ex-presidente Ernesto Geisel, realizada em dezenove sessões ocorridas entre julho de 1993 e março de 1994. O outro projeto foi desenvolvido pelo próprio Exército, a partir de uma Portaria Ministerial de 3 de março de 1999, e teve o início de sua implementação em janeiro de 2000, sob coordenação geral de Aricildes de Moraes Motta. Foram realizadas entrevistas com duzentos e dez militares e quarenta não militares (desembargadores, engenheiros, jornalistas, professores, entre outros profissionais) que deram origem a uma coleção de 15 volumes, contendo, em média, 350 páginas cada um. Ainda, em 25/4/2007, a Revista Isto É divulgou o lançamento do “Livro Negro da Ditadura”, batizado de “Projeto Orvil”, destinado a rebater os relatos da esquerda. Com 996 páginas e dois volumes, o texto dos militares tem como objetivo dá a versão oficial das Forças Armadas para os anos de maior repressão. Organizado pelo CIE (Centro de Inteligência do Exército), o livro acaba fornecendo informações importantes sobre o destino dos desaparecidos políticos e derruba a versão dos militares de que os arquivos da ditadura militar teriam sido todos destruídos. A ideia do livro surgiu em 1983 no CIE em Brasília, mas só foi concretizada em 1985, durante o governo Sarney e por ordem do General Leônidas Pires Gonçalves, Ministro do Exército. Coordenado pelo coronel (hoje general) Agnaldo Del Nero Augusto, contou com a participação de mais três oficiais, sendo concluído em 1987 sob o título “As Quatro Tentativas de Tomada de Poder”. O general Leônidas leu os originais, achou muito polêmico e determinou o

Abreu (O Outro por Lado do Poder, 1979; Tempo de Crise, 1980), que fazem contraponto com a de Armando Falcão (Tudo a Declarar, 1989). Ambos como membros executivos do Governo Geisel apresentam pontos de vista diferenciados na leitura do regime militar no Brasil. Ao se vincularem a grupos opostos que sustentaram, no plano executivo, as políticas desse governo, expressam uma linguagem que revela erudição e estilo, para além do fato de apresentarem projetos distintos para o Brasil.

Em segundo lugar, selecionamos três autores: o coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o médico Amílcar Lobo e o tenente Marco Pollo Giordani, que demonstram o envolvimento consciente como agentes cumpridores das tarefas que a “revolução de 64” colocou em prática, principalmente a da tortura. Na obra de Carlos A. B. Ustra (Rompendo o Silêncio, 1987), o período Médici é retratado a partir da ótica de um militar que cumpriu as ordens vindas de “cima” e que sofre as consequências das suas ações no presente em que rememora. Ou seja, não tem uma visão mais ampla do processo em que esteve inserido. Esta é particularizada e centrada na experiência que vivenciou como comandante do DOI/CODI/II Ex. em São Paulo.

Na obra de Amílcar Lobo (A Hora do Lobo, A Hora do Carneiro, 1989), não aparece explicitamente uma ligação a um grupo político integrado ao regime militar. Contudo, nas entrelinhas do seu texto, o autor elege o General Sylvio Frota como modelo de integridade e prudência, merecendo a sua admiração ao tentar pôr fim a prática da tortura. Durante os dois encontros que teve com o General ficou claro que dali por diante cabia ao médico elaborar um documento descrevendo as condições do preso submetido à tortura. Tal controle visava dar um basta às sevícias ou pelo menos coibir o seu emprego. Posiciona-se como “vencido”, pois participou do “atendimento” médico a presos políticos, mas contra sua vontade. Sentia-se usado pelo sistema, sofreu ameaças e o seu filho chegou a ser sequestrado quando decidiu abandonar o seu ofício de médico responsável em avaliar a condição física dos presos políticos sob tortura. Seu depoimento é instigante, mas não o isenta de ter sido um médico que aplicava o conhecimento psiquiátrico para medir a capacidade de resistência ou não de cada vítima da repressão. As acusações ainda hoje são formuladas pelos parentes das vítimas

seu arquivamento, mas antes advertiu ao Presidente José Sarney que tinha uma poderosa arma em suas mãos no caso de revanchismo. O fato é que desde então o livro virou mito entre os militares e 15 cópias circularam antes de sua publicação.

através do Grupo Tortura Nunca Mais.⁴

No livro do tenente Marco Pollo Giordani (Brasil Sempre, 1986) o autor tem como principal objetivo desacreditar todas as afirmações contidas no livro Brasil Nunca Mais, publicado pela editora Vozes em 1985, sobre o que denomina “guerra revolucionária”. O seu alvo é desmentir a versão sobre o “terrorismo” de esquerda levada a cabo pelos redatores do Projeto Brasil Nunca Mais. O projeto contou com financiamento e proteção da Igreja Católica de São Paulo na figura de D. Paulo Evaristo Arns. Portanto a finalidade do livro é destilar o veneno contra tais provas documentais reunidas no Projeto. No dizer de Giordani, o livro prefaciado pelo Cardeal Arns deturpa os fatos históricos, influenciando uma parcela da juventude que desconhece o que de fato se passou naqueles anos. Nesse sentido, o seu livro será um contraponto para que gerações futuras busquem lidar com a verdade dos fatos.

No segundo agrupamento, denominado memorialistas dos anos de repressão (1967-1974), analisamos os livros escritos por indivíduos que manifestaram, de uma forma ou de outra, sentimentos e atitudes de contestação ao regime militar, levando em conta as vítimas diretas do aparato repressivo - alvos de torturas, prisões, exílios e censura -, contribuindo de várias maneiras na luta pela democratização política da sociedade.

Apresentando uma grande quantidade de títulos, consideramos alguns autores que optaram pela via da luta armada para a supressão do regime militar, participando ativamente ou apoiando, no caso de Frei Betto, as várias organizações de esquerda. Escolhemos os memorialistas que melhor clarificam os diferentes projetos políticos que ansiavam derrubar a ditadura. Ainda procuramos aproximar os seus relatos, de acordo com o sentido que atribuem à “manifestação

4 O Grupo Tortura Nunca Mais surgiu por iniciativa de ex-presos políticos que viveram situações de tortura durante o regime militar e por familiares de mortos e desaparecidos políticos. Atuando em vários estados do Brasil, tornou-se uma referência importante no cenário nacional de luta pelos direitos humanos, pelo esclarecimento das circunstâncias de morte e desaparecimento de militantes políticos. Também sempre buscou resgatar a memória histórica, defendendo o afastamento imediato de cargos públicos das pessoas envolvidas com a tortura e, de modo especial, adotou a luta pela abertura dos arquivos da repressão. Recentemente, tem liderado mobilizações pelo estabelecimento da “Comissão da Verdade”. A presidente Dilma Rousseff sancionou em 18/11/2011, após a aprovação na Câmara dos Deputados e no Senado, a lei que permite aos cidadãos ter acesso a informações públicas e a lei que cria a Comissão da Verdade. Site:<http://www.torturanuncamais-rj.org.br>. Acesso em 06/12/2011.

de derrota” que sofreram com relação às distintas utopias e caminhos escolhidos para a transformação da realidade brasileira.

Dessa forma, incluímos as três obras de Fernando Gabeira, que foi o escritor mais bem sucedido entre o público-leitor. A primeira (*O Que é Isso Companheiro?*, 1979) retrata a sua participação na guerrilha urbana, no sequestro do embaixador norte-americano, de sua prisão, tortura e saída do Brasil; a segunda (*O Crepúsculo do Macho*, 1980) é um relato das experiências do exílio, tendo como primeiro pouso o Chile, onde assiste ao golpe de Estado que derrubou Allende, e em seguida refugia-se em Estocolmo depois de vagar pela Europa; a terceira (*Entradas e Bandeiras*, 1981) continua a série, com a volta do exílio.

Nesta linha temática, temos também a obra de Alfred Syrkis (*Os Carbonários - Memórias da Guerrilha Perdida*, 1980), que retrata a guerrilha urbana e o movimento estudantil. Tendo participado de dois sequestros, entrou na clandestinidade e na luta armada muito jovem. Criou uma atmosfera em que se formou, para ele, o mito Carlos Lamarca. Ele, junto com Fernando Gabeira, são os principais expoentes do memorialismo do período.

Ainda selecionamos a obra de Frei Betto (*Batismo de Sangue: Os Dominicanos e a Morte de Carlos Marighella*, 1982) por estar ligado a um importante grupo político no interior da Igreja Católica. Trata da morte de Carlos Marighella; da participação de alguns dominicanos, inclusive ele, na luta contra a repressão e, em particular, enfatiza o episódio da morte de Frei Tito. Ao tratar do cotidiano da prisão, principalmente as greves de fome dos presos políticos, a sua obra se aproxima do relato de Alípio de Freitas (*Resistir é Preciso - Memória do Tempo da Morte Civil do Brasil*, 1980), que esteve ligado ao movimento dos camponeses do Nordeste. Foi padre, sofreu várias prisões durante nove anos e conseguiu sua liberdade só em 1979, quando o governo Figueiredo, pressionado por diversas forças sociais, decretou a anistia restrita e conciliadora.

Nesse conjunto de obras de memorialistas dos anos de repressão, o pano de fundo da narrativa perpassa a arbitrariedade e a prepotência dos órgãos de repressão, o mundo subterrâneo e degradante dos presos que opera no narrador-autor uma reconstrução do passado rumo ao insólito e ao espantoso. Com caráter de exemplaridade muito forte, capaz de impor a meditação do leitor e da opinião pública, a repulsa ou a condenação da tirania constitui a matéria do discurso narrativo dessas memórias.

Uma das abordagens historiográficas possíveis para o entendimento do período militar como um todo é tomá-lo em três fases distintas, mas não excludentes:

a primeira, compreende o governo Castelo Branco (1964-67), a segunda, envolvendo os governos Costa e Silva e Médici (1967-1974) e a terceira, abrangendo o período de Geisel a Figueiredo (1974-1985).⁵

A primeira fase de institucionalização se configura no governo Castelo Branco (1964-67), pela necessidade de se estabelecer através dos Atos Institucionais - AI-1, 2, 3 e 4 - a centralização do poder executivo. A própria Constituição de 1967 incluiu todas as prerrogativas autoritárias conferidas ao Executivo por estes Atos, acrescentando ainda, a Lei de Segurança Nacional e a Lei de Imprensa, o que leva a oposição a denunciar a “institucionalização da ditadura” no Brasil. As contradições entre o discurso democrático e o emprego da repressão, tendo como alvo o “inimigo interno”, ainda que nesta primeira fase fosse aplicada de forma seletiva, implicou numa permanente crise de legitimidade que perdurou ao longo do período de vigência do Estado de Segurança Nacional no país (ALVES, 1984:111-113).

Nas primeiras semanas do mês de abril de 1964, foi desencadeada uma verdadeira “caça as bruxas”, atingindo os sindicatos, universidades, partidos de esquerda e entidades estudantis. Milhares de pessoas foram presas em uma ação que se denominou “Operação Limpeza”. Somente nos primeiros sessenta dias, o governo militar de Castelo Branco cassou e/ou suspendeu os direitos políticos de pelo menos 441 pessoas envolvidas mais diretamente com a militância política (SKIDMORE, 1988:60). Nas primeiras semanas após o Golpe Militar, cerca de 5 mil pessoas foram presas e, entre 1964 a 1966, 2 mil funcionários públicos foram demitidos ou aposentados compulsoriamente. Nas Forças Armadas, 421 oficiais passaram para a reserva. (GASPARI, 2002, v.1:130,131). O AI-1 de 09/04/1964 inaugurou as cassações políticas, suspendendo por 10 anos os direitos políticos de cerca de 100 cidadãos, entre eles Luiz Carlos Prestes, João Goulart, Jânio Quadros, Miguel Arraes, além de intelectuais do porte de Celso

5 A periodização e o recorte teórico-metodológico adotada para contextualizar as três fases de institucionalização da ditadura militar no Brasil encontraram apoio na obra da cientista política Maria Helena Moreira Alves, *Estado e Oposição no Brasil: 1964-1984*, publicada em 1984. Salientamos que a autora prioriza em sua análise o político-institucional, configurado nas relações entre estado versus oposição. Delineia o aspecto econômico e social quando necessário, estruturando a análise do período militar na mediação entre “ciclo de liberalização” e “ciclo de repressão”. Considera como oposição, apenas uma parcela da sociedade civil organizada, seja em partidos políticos, movimentos liderados pela ação de instituições como CNBB, OAB,ABI e/ou movimentos sindicais, estudantis e de bairros.

Furtado, Darcy Ribeiro e Josué de Castro.⁶ Antes mesmo da posse definitiva de Castelo, as cassações, expurgos e as torturas atingiram civis e militares.⁷ O governo Castelo completou uma verdadeira “limpeza” nos meios intelectuais, nas universidades, nos sindicatos, nas escolas, nos campos e nas cidades. Em nome da Segurança Nacional foi implantado a “guerra à cultura”, universidades foram invadidas e ocupadas, professores e alunos presos, editoras saqueadas, livros apreendidos, bibliotecas destruídas.

A segunda fase do processo de institucionalização do regime militar (1967-74), compreende o momento de maior acirramento das tensões entre o aparato repressivo e as mais variadas formas de lutas e manifestações ocorridas em 1968, além da atuação da guerrilha urbana e rural iniciada por grupos armados em 1967.⁸ Com o projeto do “Brasil Potência” dos militares cresceu consideravelmente a violência política, afetando amplos setores sociais.

O general Arthur da Costa e Silva recebeu a faixa presidencial de Castelo Branco no dia 15 de março de 1967, representando a ascensão da chamada “linha dura”, representada por oficiais mais conservadores que pendiam para uma radicalização à direita do regime imposto. O seu governo pôs fim com a decretação do Ato Institucional No.5, as poucas garantias individuais mantidas na Constituição de 1967, visto que no decorrer dos anos 67-68, surgiu uma aliança informal dos diversos setores que se opuseram ao regime. A atuação dessa

6 A posse de Castelo Branco foi no dia 15 de abril de 1964. Para maiores informações sobre o resultado da votação no Congresso Nacional ver SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo*, 1988. p. 50.

7 Entre as vítimas, 23 pessoas foram mortas e duas estão entre os desaparecidos políticos. Os dados completos dos atingidos consta na lista de Mortos e Desaparecidos, organizada pelo Grupo Tortura Nunca Mais, ver site www.torturanuncamais-rj.org.br Acesso em 14/07/2003.

8 No início de 1967, ocorreu a primeira tentativa séria de abertura de uma frente de guerrilha rural. A operação estreitamente ligada a Leonel Brizola (exilado no Uruguai após o golpe) desenvolveu-se na Serra de Caparaó entre Minas Gerais e Espírito Santo. Os guerrilheiros, na maioria ex-militantes expurgados de suas corporações no início do governo Castelo Branco, foram detectados pelo Exército antes de poderem estabelecer contato com a população local. Alguns foram capturados, mas um grande número fugiu. Ver SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo*, 1988. p. 174 e 175.

aliança, composta por estudantes, trabalhadores e pela Frente Ampla⁹, foi respaldada por um amplo movimento de massa, contribuindo para pressionar e acirrar os conflitos em nível do governo. No entanto, a radicalização e a efervescência social, política e cultural do ano de 1968 logo foram tolhidas.¹⁰

Com o AI-5, o aparato coercitivo do regime militar foi fortalecido, instituindo a supressão da garantia de habeas corpus; fechamento do Congresso Nacional, Executivo centralizado e forte; poder de decretar estado sítio; cassação de mandatos eleitorais entre outras prerrogativas. Estas medidas se adequaram ao argumento da necessidade de se garantir a segurança interna frente à ameaça comunista. É implantado um sistema repressivo sofisticado sustentado nas informações controladas pelo SNI (Serviço Nacional de Informações). Aqui, a repressão não é mais seletiva, atingindo toda a população que passou a ser considerada suspeita. Nessa turbulência instauram-se a cultura do medo, do terror e da confusão.

O regime imposto estrangula os últimos resquícios de democracia. A tensão política aumentava a partir de 1969, intensificando as relações de conflito entre o Estado Militar e a oposição. O presidente Costa e Silva sofreu de uma enfermidade que lhe paralisou o lado direito do corpo, inclusive a face. A doença inesperada desencadeou uma profunda crise política no que diz respeito à sucessão presidencial. O seu vice-presidente era o civil, Pedro Aleixo, que pela Constituição de 1967 deveria assumir a presidência. No entanto, os ministros militares desconfiavam dele, pois tinha se recusado em apoiar a promulgação do AI-5. Assim, decidiram editar o AI-12, transferindo o poder presidencial para uma Junta composta de três membros que governaria o país até a eleição do novo

9 A Frente Ampla buscou aliados em antigos partidários do regime que passaram para a oposição, entre eles Carlos Lacerda e Magalhães Pinto. O Pacto de Montevideu constituiu o programa da Frente Ampla tendo como principal meta erguer um partido de oposição de base ampliada. Para atingir tal objetivo, defendiam a redemocratização do país, a revogação de toda a legislação de controle, o fim das diretrizes salariais, o direito a greve e eleições livres e diretas em todos os níveis da representação coletiva. A participação de Juscelino Kubitschek e João Goulart deu à Frente legitimidade tanto em círculos políticos mais amplos quanto em setores sindicais e trabalhistas. Em agosto de 1968, o governo baixou um decreto-lei proibindo a Frente Ampla (ALVES, 1984:126).

10 O panorama nacional e mundial acerca do ano de 1968 será analisado com maiores aprofundamentos no capítulo intitulado “1968, *Cultura, Política e Memória*”, compondo a segunda parte deste trabalho.

presidente.

Neste período de governo da Junta Militar¹¹, integrantes de duas organizações armadas de esquerda executaram uma das mais importantes ofensivas contra o regime militar. Militantes da ALN (Aliança Libertadora Nacional), membros do GTA (Grupo Tático Armado), em ação conjunta com integrantes do MR-8 (Movimento Revolucionário 8 de Outubro), sequestraram o embaixador americano Charles Burke Elbrick. A ação foi realizada em 4 de setembro de 1969 e os guerrilheiros divulgaram um manifesto pela imprensa, onde pediam a libertação de 15 presos políticos. Dois dias depois 13 presos embarcaram para o México e o embaixador norte-americano foi libertado. Este acontecimento constitui matéria narrativa dos vários livros aqui analisados, seja de autores defensores ou críticos do regime. De forma especial, nas versões memorialísticas de Fernando Gabeira e Alfred Syrkis, o episódio desse sequestro e de outros ocupam o cerne da narração.

Em decorrência do sequestro, o governo endureceu editando o AI-13 de 5 de setembro de 1969, que permitia ao regime militar “banir” do território nacional, brasileiros nocivos ou perigosos à segurança nacional. O quadro de repressão a crimes políticos se propagou, estabelecendo a pena de morte, a prisão perpétua e restrições ainda maiores ao direito de defesa. Em 30 de outubro de 1969 tomou posse o general Emílio Garrastazu Médici, encerrando o conturbado período da Junta Militar (31/08 a 30/10 de 1969).

O governo Médici (1969-74) aprimorou as medidas coercitivas dos anos anteriores. Sob o lema “Segurança e Desenvolvimento” prometeu austeridade, tornando a repressão implacável. Os principais atingidos foram aqueles que, vendo as vias democráticas se fecharem, partiram para a luta armada, ingressando nas organizações de esquerda, responsáveis por ações de assaltos a bancos, sequestros de diplomatas, além de experiências guerrilheiras na cidade e no campo. Enquanto os órgãos de segurança intensificavam e aprimoravam as práticas de extermínio e tortura, o governo Médici buscou estruturar a economia de modo a implementar um modelo de modernização e desenvolvimento baseado em austeridade administrativa e concentração de renda.

O chamado “Milagre Econômico” conseguiu impressionar, conseguindo a adesão de setores médios da população que passaram a ser beneficiados com a

11 No período de 31 de Agosto de 1969 a 30 de outubro de 1969, o país foi governado por uma Junta Militar, presidida pelo general Lyra Tavares.

possibilidade de deterem a propriedade de bens de consumo subsidiados pelo governo. A ideia de construir um projeto de um “Brasil Grande Potência” passou também pelo desejo de acelerar o desenvolvimento com a implementação de um parque industrial nacional, bem como o de adquirir autonomia tecnológica em relação às demais nações desenvolvidas (SKIDMORE, 1988:276). Contudo no ano de 1973, são perceptíveis algumas mudanças na atuação política do regime, o “Milagre Econômico” deu mostras de sua debilidade diante da crise mundial do petróleo, acentuando os descontentamentos dos setores médios.

Nos subterrâneos do “Milagre Econômico” davam-se aulas de torturas. Os focos de resistência armada aos poucos foram eliminados. As “operações” militares Marajoara, Sucuri e Papagaio aniquilaram com a guerrilha do Araguaia.¹² Apesar do “milagre” e de toda a propaganda interna cresceu a imagem do Brasil no exterior como um país de torturas, exílios e cassações. Ainda em 1974, Geisel herda uma oposição amordaçada pelas violências do regime e o mais alto índice de mortos e desaparecimentos políticos produzidos pela ditadura militar brasileira.

Geisel iniciou a terceira fase de institucionalização da ditadura, compreendendo o período de 1974 a 1984, englobando também o governo Figueiredo (1979-1985). Ambos foram obrigados a negociar com a oposição em busca de legitimidade. Articularam uma lenta liberalização do regime, mas continuaram mantendo com menor intensidade, o controle do aparato repressivo sobre a população, principalmente as lideranças dos movimentos sociais organizados.

Com a guerra de guerrilha praticamente derrotada, com seus participantes presos, mortos ou exilados, o MDB (Movimento Democrático Brasileiro), enquanto oposição político-partidária sai da obscuridade e reúne diversos setores da oposição formando uma frente ampla de contestação ao regime. Essa oposição passa a reivindicar o fim da censura à imprensa, a revogação da legislação repressiva e melhores condições de vida. Pressões estas que enfraqueceram os setores

12 As três operações militares foram responsáveis pelo massacre realizado pelo Exército durante a guerrilha do Araguaia. Os militantes do PC do B iniciaram a instalação da guerrilha na região do Araguaia em 1967, contudo as ações envolvendo os guerrilheiros e o exército brasileiro só ocorreram mais tarde, entre 1972 e 1974. Para uma descrição detalhada da guerrilha, consultar GASPARI, Elio. *A Ditadura Escancarada*, p. 399-464. Dos 68 militantes do PC do B mortos no confronto com a ditadura militar, 58 constam como “desaparecidos” políticos, segundo MIRANDA, Nilmário e TIBÚRCIO, Carlos. *Dos Filhos deste Solo: mortos e desaparecidos políticos durante a ditadura*. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo. 2ª. Ed. 2008. P. 166.

mais ligados a Doutrina de Segurança Nacional. O governo Geisel, na tentativa de cooptar alguns setores da oposição, colocou em prática a chamada “política de distensão”, resultando na promoção de eleições legislativas (1974), em que o MDB obtém vitória significativa; e em 1975 garantiu a suspensão parcial da censura à imprensa.

No entanto, o controle da sociedade, pelo aparato repressivo do Estado, continuou vigorando com intensidade. Em 1975, o assassinato por tortura de José Ferreira de Almeida e de Vladimir Herzog e, em janeiro de 1976, a morte do metalúrgico Manoel Fiel Filho, desencadearam uma reação maciça por parte da população com amplas manifestações públicas de repúdio ao regime. Esse ressurgir da sociedade civil, através de suas organizações: OAB, ABI, CNBB, CEBs, Movimentos sindicais e movimentos de bairros, entre outros, vai minando lentamente, nos anos subsequentes, a preponderância da ditadura sobre a sociedade.

O crescimento da oposição amedrontou o governo Geisel, que na tentativa de recuperar o controle, decretou o chamado “Pacote de Abril” (1977), representando o auge do arbítrio. As medidas incluíram eleições indiretas para o governo dos Estados, criação da figura do senador “biônico”; aumento da representação dos estados pobres do norte e nordeste, onde a ARENA sempre foi mais forte; ampliação do mandato presidencial para seis anos; e imposição do silêncio nas campanhas eleitorais através da Lei Falcão. O projeto de lei foi de autoria do Ministro da Justiça, Armando Falcão, autor do livro Tudo a Declarar, objeto de análise neste trabalho. Dessa forma, a tênue liberalização proposta no início do governo Geisel dá sinais de suas debilidades.

Este período compreende também a liberalização controlada da “abertura”, momento em que a oposição pressionou o governo Figueiredo, conquistando vitórias significativas. Entre elas, a revogação do AI-5, a pluralidade partidária e a decretação de uma anistia política parcial e restrita. Esta anistia, embora restrita devolveu ao nosso país vários intelectuais, jornalistas, estudantes, políticos entre outros, sendo que alguns deles se dedicaram a produção de obras de memórias visando divulgar e denunciar as experiências vividas e os abusos cometidos durante o período militar. Ademais, é partir de 1979, que este gênero literário ganhou peso no nosso mercado editorial, expressando um campo vasto e heterogêneo de conteúdos.

Contextualizar alguns fatos importantes dos governos militares significa afirmar que parte deles constitui a matéria narrativa das obras aqui analisadas. O objetivo desta sistematização foi apreender nos escritos as diversas construções da

memória histórica que englobam a derrubada violenta do governo João Goulart (1961-1964), bem como acontecimentos que caracterizam os cinco governos militares, captando tanto os elementos comuns como as divergências, situando os autores, associados às suas obras, com o caráter dos projetos políticos da época.

Tais obras não são meros discursos que refletem a realidade político-social vivenciada pelos seus agentes. São também instrumentos de transformação da realidade no presente, tecendo distintas leituras (e releituras) do momento crítico, em que o confronto pelo poder expressa uma disputa pelo controle das diferentes memórias. Resulta daí a sua apropriação com vistas a construir uma única visão do processo que se quer impor sobre os demais.

Interessa-nos sistematizar as doze obras de memórias, tecendo um diálogo entre elas com cuidado suficiente para deixar falarem os próprios memorialistas. As reminiscências mais significativas deverão articular-se numa narrativa que investigue a dimensão biográfica das obras, numa interlocução constante com a história política do período (1964-1985).

Com o objetivo de avançar para uma concepção que contemple o valor memorialístico e histórico dos livros analisados, nesta pesquisa, e que supere a idéia da memória como fenômeno exclusivamente individual, encontramos na obra de Ecléa Bosí, 1979, e Maurice Halbwachs, 1990, um ponto de vista sobre o assunto.

A formulação sobre a memória humana, presente na teoria psicossocial de Maurice Halbwachs, foi herdeira do pensamento de E. Durkheim quem primeiro procurou redimensionar a interferência dos fatores sociais na memória individual. Já na primeira metade do século XX, M. Halbwachs sublinhou a diferença entre memória e história. A história começa onde termina a memória. A história é um conhecimento impessoal e despojado frente ao passado; momento em que se apaga ou se decompõe a memória social. É a escrita de fatos que ocuparam um espaço na memória dos homens. A memória, por sua vez, é a história vivida na consciência do grupo que a mantém. Desse modo, a principal diferença entre memória e história é o pertencimento ao grupo, que não é apenas físico, mas sobretudo afetivo, e que consolida a memória enquanto tradição.

Embora considerando que a expressão “memória histórica” não seja adequada, pois associa dois termos que são excludentes, Halbwachs utiliza-se largamente da expressão para demonstrar que existe uma oposição aparente entre memória individual e memória histórica. O objetivo maior seria dar conta da estrutura social da memória. M. Halbwachs afirma que a noção de memória

histórica significa uma sequência de acontecimentos cuja lembrança a história nacional conserva. A lembrança seria uma imagem engajada em outras imagens, criando representações que repousam em depoimentos e racionalizações. Destaca que as lembranças históricas constituem memórias emprestadas, que podem ser ampliadas pela conversação ou pela leitura. Existem, pois, duas memórias: uma interna, pessoal, e outra externa, social ou histórica.

Segundo esse ponto de vista, a memória histórica sintetiza a realização da empresa autobiográfica (ponto de vista interno, pessoal) com a frequência de acontecimentos conservados pela história nacional como lembrança. Considerando que a nossa memória se apoia na história vivida e não na história aprendida, o autor afirma que a real interpenetração entre memória histórica e memória individual é a história contemporânea: “(...) Mas, à diferença das outras épocas, esta vive em minha memória, já que nela fui mergulhado, e que toda uma parte de minhas lembranças de então não é dela senão um reflexo”. (HALBWACHS,1990:60).

Assim, torna-se essencial para o historiador, hoje, refletir sobre a relação entre memória e história, tanto pela identificação que existiu (e existe), em maior ou menor grau, entre ambas, como pelas relações complexas que envolvem a história e a memória nos processos de construção de identidade. Os depoimentos não são apenas meras exteriorizações de realidades, mas expressam um novo fato a ser investigado, erigindo-se enquanto discurso específico que reclama a sua legitimidade frente a outros discursos, fornecendo, portanto, uma resposta particular às exigências do passado rememorado. De acordo com esse procedimento, cabe ao historiador investigar a circulação dessas representações do real, demonstrando que foram recriadas a partir de questões do presente. Ou seja, interessa considerar que o presente lhes imprime uma marca singular diferente daquele do acontecimento tal como ocorreu.

Os livros de memória e demais fontes memorialísticas não se caracterizam somente por uma revisão da biografia individual, dividindo-se num “antes” e num “depois”. Apresentam-se também enquanto exercício de explicação histórica revelando a identidade do grupo. O significado das memórias emerge do interior da dimensão temporal que envolve a relação passado/presente, pois o sentido atribuído aos acontecimentos passados descritos pelo memorialista foi produzido depois deles terem acontecido.

Considerando que algumas fontes possuem um tom autobiográfico inerente ao texto memorialístico, recuperamos algumas noções conceituais sobre a auto-

biografia. Denominaremos Memórias as obras formuladas a partir de reminiscências (recordações) do autor, ou seja, as que resultaram predominantemente de um esforço de rememoração do passado. A Autobiografia representa assim uma espécie particular de Memórias; aquela em que o autor, narrando as recordações de sua própria vida, procura compreendê-la como um todo significativo. Tal concepção de autobiografia é precisa em seus elementos essenciais, mas não apresenta um rigor excessivo, permitindo selecionar para a pesquisa histórica um “corpus documental”, composto de obras aparentemente diferentes uma das outras.

O que o memorialista quer compreender é a sua trajetória pessoal vivida num certo momento situado no passado. Embora seja o memorialista, a narrativa que produz não é exclusivamente sua, pois o que o memorialista oferece ao leitor é uma representação dos outros e do mundo que o cerca, sendo, às vezes, a sua própria história. Nos registros autobiográficos as concepções de memória e história estão intimamente associadas, não se distinguindo do ponto de vista conceitual as implicações teóricas que inspiram.

Com o objetivo de aprofundar reflexões no campo da memória como fenômeno social encontra-se na obra de Ecléa Bosi, 1979, um ponto de vista sobre o assunto. A autora inicia a sua reflexão sobre os diferentes significados atribuídos à noção de memória humana, discutindo o trabalho de Henri Bergson – *Matière et Mémoire* - publicado em 1896, obra em que a memória é entendida como “conservação integral” do passado no espírito humano. Bergson diferencia dois tipos de memória: a “memória-hábito”, que pela repetição torna presente o efeito de ações anteriores e a “memória-recordação”, única capaz de reproduzir o passado na sua totalidade, fazendo-o reviver integralmente. A primeira está condicionada à ação relacionada com o “EU superficial”, que responde às imposições da vida social. A segunda, substrato da verdadeira memória, recupera o passado em sua totalidade, ao distanciar-se da ação, pois está ligada ao “EU profundo” (inconsciente) Assim, considera a memória como fenômeno puramente individual.

Contraopondo a concepção de “memória-sonho” de H. Bergson com a “memória-trabalho” de M. Halbwachs, que prioriza os aspectos sociais no processo de rememoração, E. Bosi observa que este último propõe uma “memória-trabalho” transformadora. Ela é reconstrução, pois a recriação das “lembranças” envolve também um processo de reavaliação, buscando uma significação dos acontecimentos que assumem uma dimensão no presente.

Atentando para o viés ideológico presente no momento da evocação das lembranças, Ecléa afirma que encontramos em M. Halbwachs e F. C. Bartlett

uma singular coincidência na busca de fixar os quadros sociais, as instituições, as redes de convenção verbal, no processo que conduz a atividade mnemônica. Bartlett utilizou-se do conceito de “convencionalização” para compreender que o trabalho da memória expressa uma linguagem, que se vincula a um ponto de vista cultural e ideológico de um grupo em que se insere o sujeito num dado momento histórico. Assim, podemos inferir que as autobiografias, biografias, diários, confissões, entre outras variedades, não são só memória, mas também discurso, principalmente ao considerarmos a linguagem como instrumento socializador do processo mnemônico.

Nos dois autores, E. Bosi e M Halbwachs, a lembrança, como parte da operação mnemônica, não é mais compreendida no seu sentido nostálgico, estático e individual. A exigência do “ato de lembrar” é dada pelo presente e pelo grupo ao qual pertence o indivíduo. Lembrar significa recriar a partir do presente, não importando se é fiel ou não ao passado, pois interessa considerar que o presente lhe imprime uma marca singular diferente daquele do acontecimento tal como ocorreu.

Diferenciando-se desse enfoque, podemos também trabalhar com o “confronto”, com “outros pontos de vista”, com uma pluralidade de narrativas comparadas, incluindo as narrativas “oficiais”, que devem fazer parte das novas perspectivas assumidas por quem opta em trabalhar com a memória política. Trata-se, portanto, de analisar o objeto em si a partir das representações elaboradas sobre ele em tempos diversos. Nessa concepção, entende-se que as representações são expressões do real, enquanto processo social-individual, e não meras subjetividades em que cada um veicula a sua versão da história. O estudo poderá estabelecer regularidades que resultem no conhecimento histórico de grupos sociais opostos, que construíram uma memória histórica do período militar que se caracteriza pela diversidade. A proliferação de narrativas memorialísticas tornou-se comum em sociedades que passaram por experiências traumáticas como guerras, “terrorismo”, revoluções, ditaduras, tiranias e totalitarismos, evidenciando o intenso laço entre os testemunhos e a política.

Ademais, com a formação do Estado Nacional, a memória histórica se compôs do conjunto de lembranças consagradas por grupos amplos e participantes do poder, delineando configurações nacionais abrangentes. Essas configurações revelaram-se nos depoimentos pessoais, constituindo-se em representações definidoras dos laços de identidade em que o indivíduo se referencia. Quase sempre diz respeito à ação, à política e à vida pública. A expressão “memória histórica”

tornou-se recorrente no discurso de cunho rememorativo ou analítico, atestando a força política dos escritos historiográficos ávidos em compreender os novos rumos de um país, de uma determinada comunidade ou grupo social.

Seguindo essa linha de reflexão, Pierre Nora (1993) diz que vivemos em um período historiográfico, quando a história deixa de ser memória da nação e volta-se com um criticismo destruidor em relação às mitologias produzidas pelas “ideologias-memória”. Sugere que a história-conhecimento, fruto de labor intelectual, tenha como função dessacralizar a memória, entendida como processo vivido, conduzida por grupos vivos e sujeita a manipulações. A história, por outro lado, é registro, problematização, crítica e reflexão. Enquanto a memória apenas vivencia, e por isso é inconsciente de si mesma, toda poderosa e autoritária, a história é consciente por sua capacidade de racionalizar, construindo representações sobre o passado, cujas verdades variam no tempo: “A memória é um absoluto e a história só conhece o relativo”. (NORA,1993 : 9)

Sistematizando as questões apontadas, podemos afirmar que Maurice Halbwachs preocupou-se em fornecer uma teoria de interpretação dos quadros sociais da memória coletiva. Apesar de suas teses, em grande parte, chocarem-se com o conceito de processo histórico, inovou ao recorrer à psicologia social para a compreensão das rememorações, abrindo, assim, caminhos para análises interdisciplinares. Pierre Nora, por outro lado, buscou elementos para localizar historicamente a questão da memória, elaborando a noção de “lugares de memória” como expressão do movimento de resgate de sinais de pertencimento grupal, tal como nos explica a historiadora Márcia D’Aléssio “expressa o desejo de retorno a ritos que definem os grupos, a vontade de busca do grupo que se auto-reconhece e se auto-diferencia, o movimento de resgate de sinais de appartenance grupal”. (D’ALÉSSIO, 1993:102).

As observações de Pierre Nora constituem-se referenciais importantes para se pensar a historiografia do tempo presente, de forma mais específica sobre a ditadura militar brasileira ainda como “lugar de memória”, no limite entre história (conhecimento crítico) e a memória (vivido). De acordo com Nora, a história está alcançando agora uma maturidade epistemológica que lhe permite desembaraçar-se da memória, pois deixa de colecionar recordações, lembranças, para firmar-se cada vez mais como discurso crítico sobre o passado, abandonando os signos da identidade para “inventariar as diferenças”.

Não diferindo de P. Nora, Jacques Le Goff (1990) também manifesta uma confiança na capacidade crítica da história, afirmando ser a história a forma cien-

tífica da memória, apresentando-se sob duas formas principais: os monumentos, herança do passado, e os documentos, escolha do historiador. Ambas podem ser manipuladas de acordo com as correlações de forças e interesses das classes num determinado momento histórico:

A memória coletiva foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder. Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva. (LE GOFF, 1990: 426).

Jacques Le Goff concorda com certo distanciamento entre o relato da história e o da memória, que tem sido atribuído à “cientificidade” da história, capaz de tratar a memória como objeto de análise. Nesse sentido, história e memória não mais se identificam, mas interpenetram-se em um relacionamento considerado por alguns como conflituoso. Sintetizando essa discussão, podemos constatar que existe uma política da memória, uma disputa pelo passado com vistas a uma determinada apropriação do tempo presente.

As formas de representação do passado também mereceram cuidadoso estudo dos historiadores Eric Hobsbawm e T. Ranger. Em obra coletiva sobre as tradições monárquicas na Inglaterra, os estudiosos buscaram compreender historicamente o momento de elaboração de determinadas representações do passado e sua inserção no campo da memória coletiva. A Oficina da história envolveria um campo de ideias em luta, concepções e leituras que se tentam legitimar em detrimento de outras:

Eles [os historiadores] contribuem, conscientemente ou não, para a criação, demolição e reestruturação de imagens do passado que pertencem não só ao mundo da investigação especializada, mas também à esfera pública onde o homem atua como ser político. Eles devem estar atentos a esta dimensão de suas atividades. (HOSBAWM, & RANGER, 1984:22).

As tradições inventadas apoiam-se na história como ideologia da nação, Estado ou movimentos, legitimam as ações e garantem coesão grupal. O elemento da invenção é bastante evidente nas tradições revolucionárias e para seus próprios

heróis, mártires e movimentos sociais que evocam o “passado do povo”. Contudo, o que se conserva não é a memória popular, mas aquilo que foi descrito, interpretado e institucionalizado pela “história nacional”. Nesse aspecto, adquire contornos de uma história convencional, necessitando da crítica histórica como elemento de superação.

Essa preocupação com a função social do passado aparece também em estudo do historiador E. Hobsbawm, intitulado *Sobre História*, quando afirma ser o passado “uma dimensão permanente da consciência humana, um componente inevitável das instituições, valores e padrões da sociedade humana. O problema para os historiadores é analisar a natureza desse ‘sentido do passado’, a sociedade e localizar suas mudanças e transformações” (HOBSBAW,1998:22).

O debate apresentado até aqui sugere que trabalhar com história contemporânea significa enfrentar desafios teóricos e metodológicos que ainda estão sendo processados por diversos intelectuais. E. Hobsbawm (1996), J. Le Goff (1990), M. Halbwachs (1990), Pierre Nora(1984) e Ecléa Bosi (1979) elaboraram reflexões sobre a relação entre memória e história, que, respeitando as particularidades das suas reflexões, convergem na interpretação da história contemporânea como espaço/tempo privilegiado para realização da experiência política.

No contexto do neoliberalismo, com base no individualismo e no reconhecimento da democracia, o trabalho com autobiografias, biografias, entre outros escritos memorialísticos, concebe-se, muitas vezes, como uma alternativa às interpretações estruturalistas e como um contraponto a determinado tipo de discurso homogeneizador, que não reconhece a pluralidade das diferentes versões sobre os acontecimentos. Ainda diferentes tipos de fontes orais como histórias de vida, depoimentos sobre um acontecimento ou uma personalidade podem encaminhar o investigador para uma leitura político-sociológica do relato oral. Assim, num contexto de oposição às formas de dominação social, dá-se emergência à memória de determinados atores políticos com o propósito da denúncia, da luta contra o esquecimento. Enfim, surge a necessidade de contar a sua história a contrapelo.

A autobiografia, biografias, diários, entrevistas, confissões, entre outras, expressam particularidades conceituais e metodológicas que devem singularizar o trabalho do historiador. Buscamos sistematizar diferentes concepções de memória e remetemos sempre à contemporaneidade, como espaço/tempo privilegiado em que são tecidos os acontecimentos passados e sua capacidade de manutenção de celebrações, comemorações, lembranças e esquecimentos.

A partir dessas considerações, entendemos que os livros de memória selecionados nesta pesquisa constituem objeto valioso, ao revelarem os diversos matizes da memória política do período ditatorial, ao recuperarem e reconstruírem imagens que formam o mosaico multifacetado da vida política, social e cultural brasileira nos últimos quarenta e oito anos, contribuindo para informar, influenciar e “despertar a memória” de parcela significativa de leitores.

Assim, interessa-nos recuperar alguns relatos autobiográficos, valorizando-os não apenas como fonte, mas também como objeto importante para o conhecimento histórico do período. Para além de mera exteriorização de realidades, expressa um novo fato a ser investigado, erigindo-se enquanto discurso específico que reclama a sua legitimidade frente a outros discursos, fornecendo, portanto, uma resposta particular às exigências do passado rememorado.

O procedimento seguido, na sistematização das fontes, consistiu em captar as sugestões temáticas e buscar diferenciar algumas representações mais significativas presentes nas criações memorialísticas, não no sentido de investigar a legitimidade dessas representações no real histórico, mas sim demonstrar a rede de diversidade que se formou na construção da memória de três momentos cruciais, a saber: o Golpe de 64, a configuração de uma ditadura civil-militar durante o governo Castelo Branco e, por último, a consolidação de uma ditadura ou regime militar propriamente dito.

Procuramos classificar e confrontar as expressões, as manifestações do pensamento que refletem as múltiplas formas de apreensão do vivido pelos autores. Através desse procedimento, constatamos a recorrência dos mesmos acontecimentos, gerando diferentes construções da memória nos escritos dos autores analisados.

Na construção desta pesquisa, buscamos respeitar a obra como um todo e não de forma fragmentada o que permitiu reconhecer traços em ambos os grupos ou no interior de cada um deles, onde seja possível este diálogo que visa recuperar pontos comuns e divergentes das diferentes rememorações individuais que engendram uma memória social multifacetada do regime militar no Brasil.

Parte I
Construindo a
Memória do Poder.

1-Memorialistas defensores da “Revolução de 64”.

Para situar os memorialistas que apoiaram a “revolução de 64” associados às suas obras (Armando Falcão, 1989; Hugo Abreu, 1979; 1980; Carlos Alberto Brillante Ustra, 1987; Amílcar Lobo, 1989, Marco Pollo Giordani, 1986), é preciso fornecer alguns dados biográficos desses escritores conjugados a uma visão mais abrangente das suas memórias. Partindo dessa contextualização, foram estabelecidas algumas nuances constitutivas da narrativa, investigando especialmente a relação memória e verdade que se expressa, nesses autores, numa total confiança na credibilidade dos seus relatos. No bojo de tais reflexões, captou-se a concepção de história veiculada em suas criações memorialísticas.

Esses livros de memórias dos cronistas que apoiaram a “revolução de 64” apresentam diferentes visões dos fatos históricos do período. A posição política dos autores, a sua trajetória, ou mesmo a sua participação nos acontecimentos narrados concorrem para legitimar alguns fatos históricos, de acordo com uma idéia de verdade vinculada à versão dos acontecimentos que dá cada memorialista.

Tudo a Declarar, de Armando Falcão¹³, 1989, é uma obra de caráter auto-

13 Armando Falcão iniciou sua carreira política elegendo-se deputado federal pelo Ceará, na legenda do Partido Social Democrático (PSD), em outubro de 1950. Nas eleições de outubro de 1954, candidatou-se ao governo do Ceará pela legenda da coligação do PSD com o Partido Social Progressista (PSP), sendo derrotado. Nesse mesmo pleito, candidatou-se simultaneamente a uma cadeira de deputado federal na legenda pessedista, tendo sido reeleito. No final de 1954, Armando Falcão destacou-se como importante articulador da candidatura de Juscelino Kubitschek, governador de Minas Gerais, à presidência da República. Em decorrência das suspeitas de que elementos da UDN e setores militares tentariam impedir a candidatura de Juscelino, foi realizada uma reunião com o ministro da Guerra, Henrique Teixeira Lott, em que ficou assegurada a manutenção da legalidade da candidatura de Juscelino em quaisquer circunstâncias. Participaram dessa reunião o ministro da Marinha, Edmundo Amorim do Vale, o chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, Canrobert Pereira da Costa, Armando Falcão e outros líderes do PSD. Armando Falcão teve, ainda, participação no processo de discussão e homologação da candidatura do líder trabalhista João Goulart à vice-presi-

biográfico que procura narrar a história política brasileira da segunda metade do século XX. O autor relata os acontecimentos históricos que presenciou e/ou de que participou durante sua vida com posicionamentos políticos muito definidos, principalmente com relação aos acontecimentos em que atuou como agente do poder estabelecido.

Passeia pela sua infância; justifica a razão de ter escrito o livro; conta a sua saída do Ceará, estado em que nasceu em 1919, e a chegada à cidade do Rio de Janeiro, onde investe no “sonho” de se tornar militar, algo que mais tarde se revelou motivo de frustração, levando-o a iniciar contato com o governo e exercer cargo de funcionário público. A reconstrução que opera da política brasileira inicia-se nos anos 30, quando se aproxima do Marechal Eurico Gaspar Dutra, homem público que seria fonte de inspiração, respeito e exemplo em toda a sua trajetória política.

Analisa os principais acontecimentos dos anos 50, considerados por ele como “tempo de brigas”, privilegiando sempre os fatos que ele presenciou, es-

dência da República, consolidando a coligação PSD-PTB. Sempre na legenda pessedista, candidatou-se novamente a deputado federal nas eleições de outubro de 1962. Na ocasião, promoveu e liderou uma aliança entre o PSD e a UDN no Ceará que, sob a denominação de União pelo Ceará, conseguiu evitar o triunfo das esquerdas no estado e garantiu seu quarto mandato consecutivo. Instaurado o bipartidarismo, em 1966 filiou-se à Aliança Renovadora Nacional (Arena). Nas eleições de novembro de 1966 candidatou-se a uma cadeira na Câmara dos Deputados, já na legenda da Arena, mas obteve apenas uma suplência. Deixou a Câmara ao final da legislatura, em janeiro de 1967, voltando a ocupar uma cadeira como suplente entre abril e agosto do ano seguinte. Permaneceu afastado da vida pública até o limiar do governo de Ernesto Geisel, quando, atendendo a convite do presidente eleito da República pelo Congresso em janeiro de 1974, assumiu o Ministério da Justiça em março. A pedido de Geisel providenciou a elaboração do projeto de lei para a fusão dos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro que, sancionado pelo Congresso em julho de 1974, passaria a vigorar no dia 15 de março de 1975. Sob sua coordenação foi também elaborado, a pedido do Executivo, o projeto de reforma do Poder Judiciário, que incluía os anteprojetos de reforma do Código Civil, do Código de Processo Penal e da Lei das Contravenções Penais. Em 1977 foi finalmente aprovado pelo Executivo o conjunto de leis que se tornou conhecido por “Pacote de Abril”. Em 27 de novembro de 1978 Armando Falcão sancionou uma nova Lei de Segurança Nacional. Constituindo um primeiro esboço do projeto de retorno da vida política do país à normalidade democrática, a nova Lei de Segurança Nacional pôs fim às penas de morte, à prisão perpétua e ao banimento, reduziu a incomunicabilidade de dez para oito dias, restabeleceu o habeas-corpus e devolveu o julgamento dos responsáveis por assaltos a banco à esfera do Código Penal. Deixou o Ministério da Justiça em março de 1979, no final do governo Geisel. [Fonte: Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001].

pecialmente o governo de Juscelino Kubitschek, em que exerceu a função de Ministro da Justiça. Em meados de 1959, o general Lott, contando com o apoio de Armando Falcão, foi lançado candidato pela coligação PSD-PTB, enquanto a UDN se dividia entre Jânio Quadros, ex-governador de São Paulo, e Juraci Magalhães, governador da Bahia. A candidatura Lott, contudo, não era respaldada pelos setores mais radicais do trabalhismo. Em fins de 1959, valendo-se da ausência de João Goulart, companheiro de chapa de Lott, que se encontrava em viagem ao exterior, o governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, tentou pressionar, por meio de greves, o enquadramento do governo no esquema trabalhista, pleiteando a retirada da candidatura Lott, em prol de um candidato “popular e nacionalista”. Na ocasião, Juscelino Kubitschek convocou uma reunião com autoridades governamentais, na qual foi elaborada uma nota de esclarecimento à opinião pública. Ficou estabelecido, também, um plano de prevenção e repressão a tais atividades, a ser coordenado pelos ministros militares Odílio Denis, da Guerra, Francisco de Assis Correia de Melo, da Aeronáutica, e Jorge do Passo Matoso Maia, da Marinha, e ainda pelos ministros do Trabalho, Fernando Nóbrega, e da Justiça, Armando Falcão, que conseguiram efetivamente abafar a iniciativa de Brizola. Nas eleições realizadas no dia 3 de outubro de 1960, Lott foi amplamente derrotado por Jânio Quadros. No dia 1º de janeiro de 1961 assumiu interinamente o Ministério da Saúde. Em 31 de janeiro, o presidente eleito Jânio Quadros foi empossado e Armando Falcão deixou o ministério, reasumindo seu lugar na Câmara dos Deputados, onde passou a fazer oposição ao novo governo e posteriormente, com a renúncia de Jânio, manifestou-se contra a posse de João Goulart.

Na quinta parte do livro “Os Militares no Poder”, faz a cobertura dos principais acontecimentos do governo Castelo Branco, elogiando a sua figura e sua atuação como militar e governante. Analisa, sem muitos pormenores, os governos de Costa e Silva e Médici para se dedicar ao governo Geisel, em que exerceu o cargo também de Ministro da Justiça. Conta em detalhes a gravíssima crise militar de outubro de 1977, que culminou com a demissão do general Sylvio Frota do Ministério do Exército. Conclui o seu relato com uma análise da conjuntura brasileira, em que demonstra a preocupação com o “destino ideológico” do Brasil. Afirma que o país esta rumo à “esquerdização”:

Vai-se inexoravelmente traçando, em linhas nítidas, o destino ideológico do Brasil. O processo é lento, gradual e seguro: na marcha em que as coisas

vão, o Brasil será, em médio prazo, um país socialista, senão comunista, sem eufemismo nem disfarce. (FALCÃO, 1989:425).

Na perspectiva de Armando Falcão, a única instituição que resguarda os valores da “democracia com responsabilidade” é a das Forças Armadas:

Os poderes públicos, de modo geral, estão omissos e indiferentes ao que se passa. Somente num dos segmentos vitais da organização nacional ainda existem a consciência e a disposição de enfrentar com seriedade o problema da segurança das instituições democráticas: a área militar. No estamento armado, a nação ainda pode encontrar, vivo e atuante, o arremesso patriótico capaz de salvar a democracia, pela defesa objetiva dos valores políticos e filosóficos que estão no fundo da nossa formação histórica. (FALCÃO, 1989:430;431).

Este pensamento foi elaborado na esteira da Campanha pelas “Diretas-Já” (1984), e no fato subsequente que foi a inauguração da chamada “Nova República”¹⁴. A partir desta colocação, podemos inferir que o ideário da “revolução de 64” ainda permanece muito “vivo” na memória dos seus principais agentes.

Ademais, mesmo fora do governo, Falcão não deixou de participar da política de bastidores. Sempre fez questão de manifestar, através de entrevistas e artigos publicados na imprensa, suas posições conservadoras, pronunciando-se contra a legalização dos partidos por ele chamados de extremistas, e criticando a desenvoltura das articulações das forças de esquerda na “Nova República”. Sua condição de grande proprietário de terras em Quixeramobim (CE), herdadas da família, colocou-o na linha de frente contra a reforma agrária.

Ao aprofundar a análise verifica-se que Armando Falcão, ao justificar por que escreveu um livro de memórias, deixa transparecer algumas nuances de como pensa a história:

14 A chamada “Nova República” compreende o período que se seguiu ao fim da ditadura militar. Com a eleição de Tancredo Neves (1985) via Colégio Eleitoral, o Brasil teria o seu primeiro presidente civil desde 1964. Com a sua morte, José Sarney assumiu a presidência da República. Sob seu governo é promulgada a Constituição de 1988, que institui um Estado Democrático de Direito. A “Nova República” precisou lidar com difíceis opções econômicas e com a insistente demanda de maior grau de justiça social.

Já vi de perto muita coisa acontecer neste país. Não pretendo atrair para as minhas opiniões o apoio do leitor. Apenas quero o registro delas no texto que fica. Exponho a minha verdade, a verdade que conheço. Cada um tem para o uso a lei do livre- arbítrio. Para dar minha contribuição à memória pública de acontecimentos relevantes, que vi por dentro, só tenho um jeito: tudo a declarar. (FALCÃO,1989:13).

Algumas palavras empregadas nessa citação, tais como: registro, verdade, memória pública e acontecimento são significativas e estão repletas de sentido de como o autor concebe a história. A noção de verdade histórica está centrada num “EU possessivo”: “a minha verdade”; “a verdade que conheço”. Essas afirmativas transformam o seu depoimento em fonte fidedigna e neutra; retrato fiel dos acontecimentos que vivenciou nos meandros do poder. Contudo, essa noção de verdade é relativizada em determinado trecho da obra. Vejamos:

Nessas condições, comum a tantos compatriotas, simplesmente quero contribuir com dados e elementos da minha verdade para o estudo que os historiadores realizam permanentemente, um após os outros, em torno de nomes e fatos importantes, que despertam a curiosidade dos indivíduos e das coletividades na esteira do tempo. (FALCÃO, 1989: 433;434).

Relativiza a questão da verdade, sugerindo que outros sujeitos podem fazer um livre juízo dos acontecimentos passados, bem como destaca a possibilidade de outras leituras e outros julgamentos sobre a verdade dos fatos. No entanto, no conjunto da sua obra e na forma como estrutura a narrativa, não permite que a sua verdade seja questionada, pois, melhor do que ninguém, ele foi sujeito ativo de alguns acontecimentos que retrata, e o que viu foi sob uma perspectiva de quem esteve por dentro do poder.

A ideia de estar dentro e não fora do poder é muito presente nos memoria-listas que apoiaram a “revolução de 64”, sugerindo que o olhar sobre os aconte-cimentos é mais fidedigno quando narrados por quem percorreu os “bastidores“ do poder. Essa maneira de pensar engloba também a convicção de que, ao revelarem para o público-leitor documentos inéditos, ou alguns segredos da política brasileira, estão contribuindo para que os historiadores, no futuro, escrevam verdadeira história do período.

O pensamento do general Hugo Abreu¹⁵ é muito ilustrativo dessa forma de pensar a questão da verdade nas memórias quando nos diz que o poder tem dois lados, o de dentro e o de fora, e o seu depoimento visa apresentar o que viu do lado de dentro do poder durante o governo Geisel. Ainda segundo Hugo Abreu:

O livro pode ter a pretensão de trazer uma contribuição à história do nosso país na atual conjuntura, já que traduz a verdade ou, pelo menos, o que penso ser a verdade sobre os fatos acontecidos nas altas esferas do poder. (ABREU,1979:7).

O *Outro Lado do Poder*, seu primeiro livro, publicado em 1979, é um texto objetivo e circunscrito nos limites da sua experiência como Chefe do Gabinete Militar do governo Geisel. Relata os principais acontecimentos que presenciou frente ao exercício da função, desde a tomada de decisões sobre questões internacionais e nacionais até a sua luta contra as manobras do “grupo oligárquico palaciano”. Esse grupo foi liderado pelo general Golbery do Couto e Silva, envolvendo permanentes tensões na articulação das candidaturas Figueiredo versus Sylvio Frota à sucessão presidencial do governo Geisel. Ao tomar partido do lado do general Frota, Hugo Abreu sentiu-se pressionado a deixar o governo.

Considera-se um ‘outsider’ do grupo que integra o executivo do governo

15 O General Hugo de Andrade Abreu ingressou no Exército na década de 1930. Participou da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), integrando a Força Expedicionária Brasileira. Fez cursos nos Estados Unidos e, após o golpe de 1964, esteve alinhado aos detentores do poder, assumindo postos de comando até o final da década de 1970, participando, dessa maneira, de governos militares das duas tendências hegemônicas. Em 1970, assumiu o comando da Brigada de Para-quedistas e nesse posto enfrentou a Guerrilha do Araguaia (1972-74). No início do governo Geisel foi convidado a substituir o general Dilermando Gomes Monteiro, impossibilitado de assumir o cargo de chefe do Gabinete Militar da Presidência República. Esteve no governo até janeiro de 1978, quando pediu demissão por se posicionar contrário à ação de outros membros do governo e do apoio de Geisel à candidatura do general João Batista Figueiredo para a presidência da República. Após pedir demissão, Hugo Abreu assumiu uma postura de forte oposição ao governo, efetivando um intenso apoio à candidatura do general da reserva Euler Bentes Monteiro para sucessão de Geisel. No contexto de acirradas disputas políticas, o general escreveu dois livros, sendo o último, *Tempo de Crise*, publicado postumamente. O general Hugo Abreu morreu em 5 de dezembro de 1979.

Geisel. Relata as suas divergências com o que denomina “submundo palaciano”, assumindo contornos de uma “guerra” travada pelo “grupo oligárquico”, para apoderar-se da máquina do Estado. Esse grupo eliminou possíveis concorrentes e impôs o seu candidato. Hugo Abreu conscientiza-se de que enfrenta uma luta desigual, pois o grupo dominante tem no arbítrio o principal instrumento para se manter no poder.

Ao reconstruir os fatos históricos do período em que foi participante ativo, nota-se em Hugo Abreu, a presença de um profundo ressentimento com aquilo que denominou o “submundo do poder”. Esse processo de desencantamento com o poder permeia toda a sua obra, cuja característica principal é denunciar os desmandos ocorridos no período Geisel, em que este, em princípio, depositava a esperança de concluir a obra da “revolução”.

No seu segundo livro de memória, intitulado *Tempo de Crise*, publicado em 1980, continua discutindo as questões já colocadas em *O Outro Lado do Poder*. Contudo, aprofunda-se na análise da crise sucessória (1978), envolvendo o general João Baptista Figueiredo versus o general Sylvio Frota¹⁶. O autor fala com mais liberdade sobre esse acontecimento, pois se exonera da função de Chefe do Gabinete Militar do governo Geisel em quatro de janeiro de 1978.

16 O general Sylvio Frota nasceu no Rio de Janeiro em 1910. Ingressou na Escola Militar de Realengo em 1920 e, em 1932, tornou-se oficial do Exército Brasileiro. Durante sua formação militar apoiou os movimentos militares da Revolução de 1930, a deposição de Getúlio Vargas em 1945, a sucessão presidencial em 1954, e o golpe militar de 1964. Sylvio Frota sempre compartilhou os ideais nacionalistas e identificou-se com a chamada “linha dura”, por isso adotou o lema “à pátria tudo se deve dar e nada pedir, nem mesmo compreensão”. Um dos articuladores do golpe militar de 1964, Frota foi nomeado comandante do I Exército em 1972 e, em 1974, com o início do governo Geisel, assumiu o cargo de Chefe do Estado Maior do Exército. Em seu exercício, Frota teve uma série de desentendimentos com o então presidente Ernesto Geisel, que pertencia à “linha moderada”. Frota representou a resistência interna dos militares da “linha dura” perante a abertura política de Geisel, sendo o grande defensor da continuidade de um forte aparato repressivo militar. A atuação de Frota como ministro mostrava-se cada vez mais autônoma às diretrizes de Geisel, potencializando as disputas no interior das Forças Armadas. Tais conflitos acentuaram-se com a candidatura não-oficial de Frota à presidência. Angariando votos de simpatizantes, Frota passou a exercer grande pressão para que sua candidatura ficasse irrecusável a Geisel, que já havia se decidido pela indicação de Figueiredo para sucedê-lo. Além da pressão política, Frota queria descredenciar o governo de Geisel, divulgando nomes da administração pública acusando-os de subversivos pelo Centro de Informações do Exército. Nesse contexto, Geisel exonerou-o no dia 12 de outubro de 1977. Sylvio Frota afastou-se da vida política, passou a reunir documentos e escreveu suas memórias entre os anos de 1978 a 1980. Faleceu em outubro de 1996. Seu livro, *Ideais Traídos*, foi publicado por seu filho em 2006.

Engaja-se na campanha por um candidato militar alternativo. Eliminada a possibilidade de Sylvio Frota candidatar-se, Hugo Abreu coloca-se como um dos principais articuladores com vistas a um consenso em torno de um nome respeitado na área militar, e ao mesmo tempo com a aceitação do MDB (Movimento Democrático Brasileiro), e de alguns políticos mais “progressistas” dentro da ARENA (Aliança Renovadora Nacional). Relata todo o processo que envolveu essas articulações até concordarem na definição de um candidato. O escolhido e apoiado pela Frente Nacional de Redemocratização foi o general Bentes Monteiro Euler.

Relatou os desdobramentos da campanha, marcando os episódios nos quais se envolveu mais diretamente. A maior dificuldade na articulação da frente (FNR) foi conquistar o apoio do governador mineiro Magalhães Pinto¹⁷. Este mostrou-se indeciso durante a campanha e, no final, opta por não apoiar o general Euler. Hugo Abreu considera que a falta de apoio de Magalhães Pinto à candidatura Euler foi um dos principais motivos que permitiu a vitória do general Figueiredo em 1979. Além do processo sucessório, em que concentra a maior parte da narrativa, dedica-se a entender o movimento de 64, fazendo um balanço dos seus principais acontecimentos. Ao tecer suas críticas, aponta soluções para a crise nacional.

Neste segundo livro, o que se verifica é um Hugo Abreu defensor de uma democracia representativa, pois para a Nação readquirir o domínio de si mesma são necessárias amplas reformas no campo político, econômico, administrativo e social. Enfatiza que o debate em torno de soluções para crise brasileira dependerá do “esforço autenticamente popular de recuperação nacional” (1980:295). Tem-

17 Magalhães Pinto elegeu-se governador de Minas em 1960, por uma coligação liderada pela UDN. No plano federal, Jânio Quadros, também apoiado pelos udenistas, foi eleito presidente. Em meados de 1963, envolveu-se diretamente nas articulações que visavam à derrubada do presidente Goulart. Em outubro, estabeleceu contatos com os generais Carlos Luís Guedes e Olímpio Mourão Filho, que comandavam tropas importantes em Minas. Os conspiradores aceleraram os preparativos do golpe após o comício realizado no Rio de Janeiro em 13 de março de 1964, com o objetivo de conseguir ampla adesão popular às reformas de base a serem promovidas por Goulart. No dia 28, Magalhães Pinto encontrou-se com o marechal Odílio Denis, Mourão Filho e Carlos Luís Guedes, ficando decidido que o movimento seria deflagrado no dia 31. Goulart foi deposto na noite do dia 1º de abril, sendo empossado na presidência Ranieri Mazzilli, presidente da Câmara. Nos dias que se seguiram, Magalhães Pinto participou das negociações para a escolha do novo presidente, tendo sido indicado para o cargo o marechal Humberto Castelo Branco. Fonte: Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001

se aí, novamente, o apelo ao povo brasileiro, o que é constante nas suas obras. Ele fala em nome do povo e representa os seus anseios.

Outro aspecto desta obra, *Tempo de Crise*, é o de fornecer subsídios para a compreensão do seu primeiro livro, *O Outro Lado do Poder*. Diz o autor que na prisão amadureceu a idéia de escrever, dada a repercussão e aceitação popular do documento, em que descrevia as “maquinações da oligarquia palaciana”. Tal documento foi usado para que fosse efetuada a sua primeira prisão disciplinar, ocasião em que permaneceu quarenta dias incomunicável. Considerava que o livro deveria ser publicado o mais cedo possível, mas não é correta a afirmação de que começou a escrevê-lo quando estava preso. Iniciou a sua redação em meados de outubro, quando já havia saído do período de reclusão. A repercussão dessa obra junto à imprensa e ao público é descrita com entusiasmo pelo autor:

(...) a compreensão da opinião pública, acreditando na sinceridade do autor, logo transformou O OUTRO LADO DO PODER em BEST-SELLER, tendo permanecido em primeiro lugar, entre os livros mais vendidos no país, durante 16 semanas. (ABREU, 1980: 217).

Deixa claro nesse trecho a convicção de que o público-leitor confia nas suas memórias uma vez que descreve só a verdade dos fatos. Por ser sincera sua versão da história do período em que esteve nos meandros do poder, o livro atingiu uma vendagem considerável. Consideramos que o “sucesso editorial” de *O Outro Lado do Poder* está intimamente relacionado com a repercussão na imprensa da prisão disciplinar do autor.

Por ter publicado esse livro é punido pela segunda vez. A notícia da sua prisão disciplinar foi dada em sete de maio de 1979 por um repórter do jornal do Brasil. Hugo Abreu duvidou até vir a confirmação do boato através do telefonema do jornalista Carlos Chagas, de Brasília, que leu para ele a nota da punição enviada pelo Ministério do Exército. Inconformado com tal notícia emite a sua opinião sobre o episódio:

Os homens do poder, no entanto, ainda não haviam esgotado seu arsenal de surpresas. Nunca me passou pela cabeça que alguém pudesse ser preso disciplinarmente por escrever um livro. Será que de fato estávamos regressando aos tristes tempos das famosas queima de livros de Berlim, sob o domínio nazista? (ABREU, 1980:217).

Vislumbramos, em Hugo Abreu, uma opinião “sui generis” frente à “revolução de 64”. Participante ativo e defensor dos projetos constitutivos do processo “revolucionário”, Hugo Abreu, a partir das divergências com o grupo de Golbery, passa a criticar o regime, aproximando-se dos ideais do partido de “oposição consentida”, o MDB.

O maior interlocutor de Hugo Abreu é o próprio Armando Falcão, principalmente em *O Outro Lado do Poder*, pois ambos participaram de grupos opostos na esfera do poder executivo durante o governo Geisel. No segundo livro, *Tempo de Crise*, essa relação de interlocução prossegue com menor intensidade, pois apresenta uma participação política mais próxima dos valores democráticos no plano institucional. O general passa a defender a anistia ampla e irrestrita, eleições diretas em todos os níveis e a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte. Não podemos esquecer os movimentos sociais, partidos políticos e instituições democráticas da sociedade que consumiram anos de luta na defesa desses ideais. Portanto, Hugo Abreu apropria-se desse discurso construído historicamente pelos setores mais progressistas da nossa sociedade.

Armando Falcão e Hugo Abreu ambicionam escrever a verdadeira interpretação dos fatos históricos ocorridos no governo Geisel, em especial a crise sucessória, tendo como agente principal o Ministro do Exército Sylvio Frota.

O uso de expressões recorrentes no livro de Armando Falcão, tais como: “Volto a sustentar o argumento da verdade histórica insofismável...” (1989: 112); “Todavia, manda a verdade histórica...” (1989:257); “A verdade histórica é está...” (1989:382), exemplifica que a questão da verdade é imperativa tanto nos memorialistas que apoiaram a “revolução de 64”, bem como nos que se opuseram criticamente a ela. Em Hugo Abreu, embora essas expressões não apareçam de forma explícita, nas entrelinhas do seu discurso, o sentido atribuído é o da veracidade dos fatos históricos que opera na construção da memória do período. Nos dois autores, o diálogo com outros agentes visa estabelecer polêmica sobre a verdade dos acontecimentos, sendo que não permitem questionamentos sobre a sua versão, tomada como uma verdade particularizada da história do período.

Nesse sentido, podemos inferir que não existe produção memorialística, atrelada ao poder ou ao contrapoder, que não se proponha a reproduzir a verdade. Ela pode até não reproduzir, mas jamais afirmará isto. Os memorialistas estão preocupados constantemente com a confiabilidade dos seus relatos, mesmo quando observamos em alguns casos, o uso de contra informações, manipulações, exageros ou até mesmo mentiras.

A idéia de preservar a “memória pública” e “salvar a Nação” somam aspectos relevantes no pensamento dos memorialistas do poder, pois na visão deles constitui o próprio sentido de investirem na tarefa árdua de escreverem os seus depoimentos.

Segundo Armando Falcão, o seu texto memorialístico tem a seguinte função na sociedade: “(...) a prestação de um pequeno serviço a memória do Brasil, em geral tão curta e precária, também foi uma alavanca da minha ousadia, ao investir-me da qualidade de autor de um livro político e polêmico.” (FALCÃO, 1989:434).

Essa idéia de preservar a “memória do Brasil” ou a “memória pública” significa corroborar para a sedimentação da narrativa histórica nos moldes da historiografia oficial, privilegiando a casta de governantes e omitindo, em geral, a tradição dos vencidos. Elege alguns homens públicos “notáveis” e perpetua a imagem deles na cena histórica do período. Essa visão vai ao encontro da sua própria opinião do que é ser homem público, cujo fascínio é poder “(...) cutucar a história e conspirar para mudar o tempo.” (FALCÃO, 1989:14). Assim, a história é vista como obra dos donos do poder, que, ao conquistarem a hegemonia política no plano institucional, adquirem o domínio sobre o tempo histórico.

Em Hugo Abreu, preservar a “memória pública” assume um caráter de denúncia em sintonia com a idéia de “salvar a nação”:

Desejo dizer também que o objeto principal deste livro não é acusar. Procurei retratar o que vi e como vi. Se, sob certos aspectos, toma a forma de acusação, é apenas porque o que vi pareceu-me errado e, mais do que isso, intencionalmente distorcido. Nessas condições, ao apontar os erros e os seus responsáveis, estarei acusando. Muito mais, porém, do que acusação, meu depoimento pretende ser um brado de alerta. Tendo conhecido de perto o grupo oligárquico palaciano, tendo compreendido seus negros desígnios, julguei meu dever alertar a Nação para o perigo que tal grupo representa e para a necessidade de que o Brasil retome o Governo de si mesmo. (ABREU, 1979:7).

A preocupação com o destino da Nação é a principal motivação que apresenta para escrever o seu relato. Para que o “Brasil retome o governo de si mesmo” é necessário levar ao conhecimento dos “compatriotas” a verdadeira versão dos acontecimentos que ocupam o seu lugar no governo Geisel. A preocupação com

o destino da pátria aparece com toda a força no seu pensamento. O sentimento patriótico foi um dos principais veios ideológicos estimulados durante a atuação do regime militar no Brasil, e não podemos deixar de notar que, mesmo fazendo a crítica a um bloco político do regime, ele próprio está imbuído dessa crença ideológica e fala em seu nome.

Na sua narrativa, as palavras “nação” e “povo” são recorrentes, constituindo-se em categorias analíticas genéricas na construção do conhecimento histórico, próprias de uma concepção que engendra a historiografia oficial de estilo positivista. Esvazia-se o sentido da dinâmica histórica analisada na perspectiva das classes sociais. Eliminando essas diferenças, condena o seu discurso numa visão homogênea do social, cristalizando uma determinada memória histórica baseada nos fatos e feitos heroicos.

As frases – “É espantoso como a história se repete” (ABREU, 1979:180) e “Como a história se repete” (ABREU, 1979:15), presentes no livro de Hugo Abreu, servem para designar, no primeiro caso, as manobras articuladas pelo “grupo oligárquico palaciano”, que foram idênticas ao episódio ocorrido em 1943 no contexto do nazismo de Hitler.¹⁸ Aqui, o uso dessa expressão adquire o sentido de comparar um fato histórico com outro. Em tempos e espaços diferenciados, esses fatos apresentam grande semelhança entre si. No segundo caso, revela também um sentimento de indignação, ao lembrar-se de uma frase proferida por Geisel em 1962, com o qual defendia alguns princípios éticos no campo político. O fato é que, no seu governo, Geisel colocou em prática o que condenava antes.

A ideia de que a história, por definição, se repete marca o discurso memorialístico desses cronistas que apoiaram a “revolução de 64” e envolve uma concepção de tempo histórico que busca na origem dos fatos um sentido fatalista para a história.

O tempo conjuntural de publicação dos seus livros (1979 e 1980, respecti-

18 Em 1943, após o atentado de Munique contra Hitler foram presos e executados vários generais do Exército Alemão, implicados na conspiração. Hugo Abreu discorre sobre o episódio do assassinato do general Rommel, ferido durante a ação e poupado durante a sua recuperação, mas logo preso pela Gestapo e executado. A versão oficial do governo foi de suicídio e Rommel foi enterrado, como herói nacional, na presença de Hitler e todos os seus ministros. A viúva de Rommel, que sabia da verdade, optou pelo silêncio. Vale lembrar que Hugo Abreu compara este fato a ação do grupo oligárquico palaciano: “A diferença está em que o nazismo usava diretamente a força bruta, ao passo que o grupo prefere processos mais insidiosos, embora na prática, tanto ou mais perversos que os dos nazistas.” (ABREU, 1979:179).

vamente) soma aspectos que diferenciam o pensamento do general Hugo Abreu com os escritos de outros memorialistas que apoiaram a “revolução de 64”. Essas datas marcam uma conjuntura política bastante diversa da vivida por Armando Falcão (1989). Ou seja, o “tempo de lembrar” de ambos que exige a atividade mnemônica imprime marcas singulares na leitura que realizam da “revolução de 64”, e na repercussão das suas obras junto ao público-leitor.

Hugo Abreu escreve no momento crítico – crise sucessória, 1978. É punido dentro do exército pelas posições políticas que apresenta no primeiro livro. Faz parte de um grupo que foi derrotado no âmbito governamental. Em contrapartida, Armando Falcão é do grupo vitorioso, rememora no momento em que o processo de transição, controlada pelos militares, já garantira um Presidente civil. E na data da publicação do seu livro, 1989, a população participava das eleições diretas à presidência da república.

Tal conjuntura favorece, no caso de Armando Falcão, uma composição na interpretação dos acontecimentos da “revolução de 64” com maior distanciamento de acordo com a sua visão de mundo, que se estrutura na defesa intransigente da obra da “revolução” e tece uma feroz crítica aos acontecimentos políticos que observa no presente.

Além desses dois autores, e como parte das obras que integram o grupo dos memorialistas que apoiaram a “revolução de 64”, Rompedo o Silêncio do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra¹⁹, publicada em 1987, traz um relato mais parti-

19 O coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra nasceu em 1933, comandou o Destacamento de Operações e Informações – Centro de Operações e Defesa Interna (DOI-CODI) de São Paulo no período de 1970-1974. Em seguida, chefiou a Seção de Operações do Centro de Informações do Exército (CIE), entre os anos de 1974 a 1977. Conhecido como “Major Tibiriçá”, o coronel já foi reconhecido como torturador durante o regime militar do Brasil pela justiça comum de São Paulo e é acusado de ser o responsável por cerca de 50 mortes e centenas de casos de tortura que teriam ocorrido nas dependências do DOI-CODI sob o seu comando. Em 2008, foi alvo de um processo judicial que o acusou da morte do jornalista Luiz Eduardo Merlino. O processo foi extinto pelo Tribunal de Justiça de São Paulo. Ustra escreveu o livro *Rompendo o Silêncio*, em 1987, objeto de análise deste trabalho que se encontra na 3ª. edição. Dezenove anos depois, publicou o seu segundo livro de memórias *A Verdade Sufocada- A história que a esquerda não quer que o Brasil conheça*. Editora Ser, Brasília, 2006. 541pg. O livro foi prefaciado pelo general Raymundo Negrão Torres e lançado no “I Encontro Nacional por um Brasil Verde Amarelo”, evento que ficou a cargo do Ternuma (“terrorismo” Nunca Mais)

cularizado da repressão ocorrida no governo Médici (1970-74).

Os marcos cronológicos presentes nas narrativas dos memorialistas já trabalhados (A. Falcão e H. Abreu) são abrangentes, indo desde o período pré-64 até o início dos anos 80, contemplando inclusive as tensões da “Nova República”, período de transição política. Observa-se, entretanto, que o coronel Ustra delimita o seu processo rememorativo em torno de uma experiência particular, tendo como foco de interesse a luta contra a “subversão” que travou a partir de 1970 a 1974, quando comandou o DOI/CODI/II Ex. de São Paulo.

Não analisa de forma explícita o significado da “revolução de 64”, tampouco oferece uma visão particular do governo Médici, embora a própria composição da narrativa já seja suficiente para designar o seu apoio legítimo à “revolução”. Refere-se aos ideais democráticos em oposição ao “terrorismo” provocado pelos grupos “subversivos”.

A preocupação vital do autor que permeia toda a reconstrução memorialística é provar por todos os meios que ele não foi um torturador, mas que esteve no “front” de combate da “guerra revolucionária”²⁰ que aterrorizou o país de 1969 a 1974. Apenas cumpriu o seu dever de “soldado”. Utiliza-se de variados documentos que transcreve no livro com o fito de provar a sua inocência.

Como ele bem salienta, os motivos que o levaram a “romper o silêncio” foram as declarações à imprensa proferidas pela Deputada Federal Bete Mendes a partir do encontro com ele no Uruguai. Além desse episódio, o segundo motivo é o artigo de Moacyr O. Filho – “Brinquedo Macabro”, publicado logo após as

Regional Brasília, realizado nos dias de 31 de março a 1º. de abril, 2006. Um dia antes do lançamento, Ustra recebeu a intimação do Tribunal de Justiça de São Paulo para se defender, no prazo de 15 dias, das acusações movidas por Maria Amélia Teles de que foi torturada perante os seus filhos em 1972. Cabe justificar que não foi possível incluir esse segundo livro porque, no momento de conclusão desta pesquisa, o autor ainda não tinha manifestado sua disposição. Fica o alerta para um trabalho futuro, bem como a análise do processo movido pela família Teles contra o coronel Ustra, que ainda está em andamento.

20 O Manual Básico da Escola Superior de Guerra ao teorizar sobre estratégia militar no contexto de Guerra Fria, explica o conceito de “guerra revolucionária” a partir da noção de conflito, normalmente interno, estimulado ou auxiliado do exterior, inspirado geralmente em uma ideologia e que visa à conquista do poder pelo controle progressivo da nação. Não é declarada e é promovida secretamente por forças externas do comunismo internacional. O conceito de fronteiras territoriais é substituído por fronteiras ideológicas, cujo “inimigo interno” deve ser combatido. *Manual Básico da ESG*, 1976, p. 85.

declarações da deputada. Acusa Ustra de levar a sua filha Patrícia de cinco anos de idade para brincar na cela coletiva das mulheres, sendo que muitas delas estavam recém-saídas das salas de tortura. Esse artigo não só provocou sua ira, mas também a da sua mulher, que o auxiliou na confecção do livro.

Rompendo o Silêncio também se caracteriza por uma preocupação presente na narrativa com a questão da verdade e sua relação com a memória e a história. Esse aspecto marcante nos dois autores – Armando Falcão e Hugo Abreu, participantes ativos da “revolução de 64”, assume em Ustra uma feição semelhante, que foi a de contribuir para confrontar as “distorções” que por ora impregnam a história do Brasil. Escrever o seu livro de memórias tem para ele um valor histórico comprometido com a verdade:

Escrevo este livro por um dever de consciência ante os rumos que, presinto, tendem a distorcer a história do Brasil. Livros, artigos, depoimentos distorcidos, carregados de calúnias e de mentiras, estão informando numa só via a consciência do povo e servindo de base incontestante aos nossos políticos e aos nossos mestres. É preciso restabelecer a verdade. Jamais me perdoarei por omitir os fatos que permitam julgar, de forma isenta e imparcial, uma época da história do Brasil, onde se deram profundas modificações na vida política e sócio-econômica. (...) A esquerda, distorcendo os fatos, os conta a seu modo, visando assim a iludir a opinião pública, procurando conquistá-la, fazendo-se vítima. O objetivo deste livro é contar a verdadeira história sobre alguma coisa daquilo que ocorreu no que alguns chamam os “porões da tortura” (USTRA, 1987:15).

Com a intenção de restabelecer a verdade sobre os acontecimentos passados, Ustra combate a versão dos livros de esquerda que procuram macular o papel dos órgãos de segurança daquele período, e de alguns militares em particular. Os “clássicos” *Brasil Nunca Mais*, prefaciado por Dom Paulo Evaristo Arns, e *Brasil Sempre*, escrito pelo tenente Marco Pollo Giordani, são arrolados pelo autor, considerando que o primeiro representa a falsa história e que o segundo é um importante documento da época. Chega a parafrasear o *Brasil Nunca Mais* quando intitula a quinta parte do seu livro de “Terrorismo Nunca-Mais”.

Os livros de esquerda, ao construírem a imagem dos “terroristas” como mártires, negam a existência de uma sentença máxima numa guerra interna, em que - “Guerra é guerra!!!” – e o inimigo poderia estar por toda parte. Essa “guerra” foi

iniciada pelos “terroristas” com táticas de guerrilha urbana e rural. Diante de tal situação, o exército teve que se reformular, preparando-se para o combate.

Ustra não investiga as razões que levaram o país a uma “guerra revolucionária”. O olhar de militar que confere aos acontecimentos que vivenciou só lhe permite a visão de estratégias e táticas necessárias no combate ao inimigo. E é só isso que apresenta ao leitor. É ilustrativa a pretensão que demonstra em escrever a verdade dos acontecimentos que caracterizam os anos de repressão no Brasil (1969-1974). Podemos afirmar que Carlos A. B. Ustra é o mais contundente entre os memorialistas que apoiaram a “revolução de 64” na defesa da credibilidade das suas memórias. Não admite dúvidas e desafia os outros escritos que apresentam versões diversificadas. O significado de escrever suas memórias é o de salvar a História do Brasil, particularizando-a naquilo que alguns chamam de “porões da tortura”. O seu público-alvo são os mestres, políticos e jovens que só conhecem a leitura que a esquerda faz do governo Médici. História na sua concepção é julgamento dos fatos de forma isenta e imparcial, relação fidedigna com o passado.

Na última página do livro “Palavras Finais”, quando repete a mesma idéia que preconiza no início, reafirma o seu compromisso com a verdade histórica:“(...) o estabelecimento da verdade, nele buscado, quer contribuir para trazer bases mais autênticas para a união, a paz e a concórdia entre os brasileiros.” (USTRA,1987:337).

Intitulando-se um cidadão comum para se diferenciar da deputada Bete Mendes que, segundo ele, “goza” de imunidade parlamentar, volta a salientar a sua convicção de que ao escrever o livro está formando os jovens e informando-os sobre a verdadeira versão da história do período Médici.

Ao longo desse livro pretendo contar uma etapa da minha vida e mostrar aos jovens que desconhecem esse período da nossa História, como agiam os subversivo-terroristas. Pretendo também lembrar essa “guerra suja” aos que, por conveniência, insistem em deturpar a verdade. (USTRA,1987: 33;34).

Outro aspecto importante na concepção de história presente na obra de Carlos A. B. Ustra é o valor probatório que atribui ao documento. Na confecção do seu livro, realizou pesquisas durante quatro meses em diversos órgãos públicos, com o propósito de juntar dados que comprovassem as suas afirmações. No livro transcreve trechos de documentos pesquisados por ele. A concepção de do-

cumento neutro, objetivo e “depósito” da verdadeira história aparecem com todo vigor na narrativa. Contudo, o que chama a atenção do leitor é a advertência, em tom de ameaça, que faz com relação à documentação pesquisada. Tal ameaça é dirigida aos ex-militantes da esquerda armada, interlocutores privilegiados do autor.

Como não tenho intenções de revanchismo, usarei apenas as iniciais, os nomes falsos ou os codinomes das pessoas citadas. Conservo, entretanto, em um cofre num banco e em cópias distribuídas entre alguns amigos, o nome completo das pessoas mencionadas e toda documentação consultada. Apenas darei o nome daqueles que assumiram publicamente, através de jornais ou livros, suas participações, em maior ou menor escala, de acordo com as conveniências. (USTRA, 1987:34).

Para Ustra, o documento escrito que adquire valor de prova é cerne da objetividade histórica, isto é, a história nada mais é do que o próprio documento. É significativo observar a própria manipulação que é capaz de fazer por tê-los ao seu alcance. Possuir esses documentos significa a garantia da sua inocência contra aqueles que insistem em dizer que foi um torturador.

Amílcar Lobo²¹, por sua vez, no interior do grupo dos memorialistas que

21 Almicar Lobo iniciou suas atividades como médico do Exército em 4 de janeiro de 1970, após convocação feita pelo Exército no ano anterior, quando cursava o 6º. ano de medicina. Cerca de três meses depois, iniciava suas atividades no 1º. Batalhão de Polícia do Exército, situado na Rua Barão de Mesquita, 425, no Rio de Janeiro, e nele atuou até 1973. O local foi indicado por muitos presos políticos como um dos órgãos do aparato repressivo militar onde a tortura foi brutalmente aplicada. Em 1973, a médica psicanalista Helena Besserman Vianna, após tomar conhecimento de denúncias de presos políticos, segundo os quais o então candidato a psicanalista pela Sociedade Psicanalística do Rio de Janeiro era acusado de envolvimento no auxílio técnico a equipes de tortura, apresentou formalmente o caso à direção da instituição e levou o fato ao conhecimento de várias instituições de psicanálise e de imprensa internacionais. Embora continuasse tentando, Lobo não conseguiu a licença de psicanalista. Em 1981, já afastado do Exército, ex-presos políticos localizaram o seu consultório e formalizaram denúncias que resultaram na cassação do seu registro de médico em 1988. Um ano depois, Lobo escreveu suas memórias confirmando todas as atrocidades relatadas pelos presos políticos. Afirma, porém, que nunca participara de torturas, nem dera apoio técnico

apoiaram a “revolução de 64”, e em seu livro *A Hora do Lobo, A Hora do Carneiro*, 1989, é o único que não assume explicitamente ser partidário dos ideais que a “revolução de 64” colocou em prática.

Não aparece na narrativa a sua vinculação a um grupo político, seja do lado dos militares, seja do lado contrário. Posiciona-se como vítima do regime, ou seja, participou no atendimento de presos políticos, mas contra a sua vontade. Seu livro é confessional e de autojustificação, com forte sentimento de culpa. Coloca-se na posição de subordinado, cumprido ordens da alta hierarquia militar.

Chama a atenção o fato de a editora Vozes, que tem uma tradição de publicações no campo das esquerdas, publicá-lo como “memórias dos vencidos”. Desse modo, ao referendar o depoimento do médico acaba por igualar o seu percurso aos dos memorialistas dos anos de repressão que sofreram com os horrores da tortura e da censura. Justifica o editor que não se trata de culpar as Forças Armadas pelos tetricos anos da prática da tortura no país. Mas houve, dentro delas, um setor que praticou esses crimes hediondos. Assim, no interior desse grupo que apoiou a “revolução de 64”, Amílcar Lobo sobressai como um “vencido”, também uma vítima do regime. Assim, afasta-se, em parte, dos memorialistas que defendem incondicionalmente o ideário da “revolução de 64”.

O processo rememorativo empreendido pelo narrador-autor inicia-se quando todos os recursos, para provar o seu não envolvimento na prática da tortura, esgotam-se. O sentimento de Amílcar Lobo ao escrever essas memórias é de que “nada mais lhe resta”. Encontra-se “aterrado no sepulcro” desde o momento em que recebeu a condenação de uma pena máxima por parte do Conselho Regional de Medicina em 1981, afastando-o do seu direito de exercer a profissão e, por conseguinte, dos amigos e do convívio familiar. Com o coração debilitado pelo infarto do miocárdio, informa sobre o estado psicológico que o nutre no momento em que escreve: “(...) Sou um homem derrubado pelas vicissitudes destas amarras que me prendem a este porto tão inseguro e frágil.” (LOBO, 1989:14).

Imerso nesse sentimento depressivo e vivendo no “Sítio das Palmeiras” em Vassouras, Estado do Rio de Janeiro, recebe a visita de Florência Costa, repórter do *Jornal do Brasil*. Sua missão foi de tentar convencê-lo da real necessidade de

para essas práticas, mas que atendera, frequentemente, presos muito machucados. Contou, inclusive, que presenciara um assassinato e soubera de muitas mortes ocorridas naquele local e em Petrópolis. Nunca foi perdoado nem por militares e, muito menos, por militantes. Totalmente isolado, morreu em 22 de setembro de 1997.

escrever um livro contando as experiências vivenciadas nos longos anos da sua vida.

Assim, munido da certeza que o “tempo fluirá, mas a verdade permanecerá inquebrantável” (LOBO,1989:14), começa a tarefa de escrever esse trabalho que o fez desempenhar uma árdua missão sintetizada nestas palavras:

Os problemas que se levantam neste ensaio têm uma longa estória na História da humanidade. Os grupos humanos, desde que organizaram uma sociedade, vêm utilizando, de tempos em tempos, métodos de expiação de uma grande culpa, lançando todo o excremento acumulado numa determinada pessoa, num determinado grupo de trabalho, num determinado grupo político ou numa determinada elite, que voluntária ou involuntariamente adotam este papel imposto. Este mecanismo tem uma repetição histórica inacreditável ao longo dos séculos. (LOBO, 1989:13;14).

A preocupação com a verdade é também evidente na sua obra. No correr do tempo, cedo ou tarde, a verdade dos fatos aparece, colocando-se de forma definitiva no teatro da história. É um ponto de vista de um psiquiatra que transporta o seu conhecimento sobre a mente humana, portanto individual, para entender o desenvolvimento das sociedades históricas ao longo do tempo. A idéia de que a história se repete aparece aí como uma constatação de fatalidade inerente ao processo histórico.

A expiação de uma grande culpa revela o olhar que lança sobre si mesmo no momento em que concretiza o ato emergente de rememorar o passado. Vítima dessa orquestração diz:

Transformei-me, não sei se por um desejo próprio ou se apenas por um mero acaso, numa pessoa encarregada de pagar a culpa embutida no momento político que se estabeleceu no Brasil a partir de 1964. (LOBO,1989:14).

Preso ao raciocínio da necessidade de se ter um culpado para justificar os atos hediondos que o regime colocou em prática, argumenta que o processo de abertura política deu coragem aos seus “pares” para a promoção de uma “impiedosa execução”:

O grito contra a ditadura, as torturas, o arbítrio - sempre sufocados na

garganta de muitos por medo de represálias – transformou-se em arma contra um colega que se tornou fácil de ser ferido. E o meu julgamento foi um triste arremedo de defesa da democracia que os coniventes de ontem usaram para expiar um pouco a culpa da omissão diante dos outros e deles mesmos. (LOBO, 1989:111).

Contudo, para Amílcar Lobo, o momento decisivo em que se viu preso na trama armada que criou a respeito da sua pessoa a imagem do médico- torturador ocorreu a partir de 1981 com a inesperada visita ao seu consultório da ex-presa política Inês Etienne Romeu, acompanhada de uma repórter da revista Isto É e do deputado Modesto da Silveira.

A visita tinha como objetivo entrevistá-lo. Diz Amílcar Lobo que verdades foram lembradas, porém fantasias também não deixaram de ser narradas por parte daquela jovem que muito sofreu nos porões da tortura. Após essa visita sofre novas investidas, de ex-presos políticos e repórteres, o que causou tumulto no seu consultório, numa situação que descreve como a de um “martírio inesquecível”:

Durante a noite daquele dia, insone, decidi, após muita luta interna, me manter numa posição neutra frente a futuras investidas de Inês Etienne, até me certificar plenamente da possibilidade de uma represália militar, temida, por razões óbvias, após quatro anos de convivência com pessoas profundamente comprometidas na repressão política e extremamente sádicas (...) Decidi conversar separadamente com os dois grupos que me assediavam: os ex-presos políticos e a imprensa. (...) Suportei estoicamente até o limite do tempo estabelecido no início da entrevista, meia hora muito amarga. (LOBO, 1989:17).

Com essas declarações dadas à imprensa, foi convocado para conversar com o Ministro do Exército General Walter Pires que o aconselhou a manter-se em silêncio. Aceita o pedido do Ministro e sai de férias do consultório. Assim, o motivo que o leva a escrever as suas memórias visa fornecer resposta para uma pergunta cada vez mais premente: “Por que um médico, psicanalista, que cuida das cabeças tortas, frequentou os porões da tortura durante quatro anos e atendeu pessoas tão selvagememente torturadas e, até mesmo, assassinadas no PIC e na ‘Casa das Mortes?’” (LOBO,1989:19).

Reúne todos os argumentos para convencer os leitores de que nunca foi um médico psiquiatra inventor de torturas no país, e esse é o eixo que norteia o seu processo rememorativo.

É possível traçar um paralelo da sua obra com a de Carlos Alberto B. Ustra, na leitura que realizam do período de maior repressão política, governo Médici (1970-74). Ambos centram a narrativa na questão da prática da tortura ou, como quer Ustra, no momento da “guerra revolucionária”.

Contudo os posicionamentos e a forma como vivenciaram esse período assumem, na narrativa, configurações diversas. Carlos Alberto B. Ustra tem orgulho da sua função de comandante do DOI/CODI/II Exército São Paulo, no período de maior combate ao “terrorismo”. Posiciona-se como um agente consciente do papel que exerceu na luta “anti-subversão”. Contudo não apresenta uma visão mais ampla do processo no qual esteve inserido, revela-se apenas como um cumpridor das ordens vindas de “cima” da hierarquia militar.

Amílcar Lobo, por sua vez, apresenta um relato com tom de “mea-culpa” pelo tempo, quatro anos, em que serviu como médico militar no atendimento aos presos políticos em alguns órgãos de repressão no Rio de Janeiro.

O comum nos dois autores é a negação de que praticaram atos de tortura. Ou seja, o que os motiva a rememorar o passado é justamente convencer a opinião pública de que nunca se envolveram com tal prática. É desfazer a imagem que a imprensa veiculou sobre eles como principais agentes da repressão no governo Médici, bem como responder através dos seus escritos as denúncias de ex-presos políticos que conseguiram identificá-los como agentes da repressão.

Amílcar Lobo é o único no interior do grupo dos memorialistas que apoiaram a “revolução de 64” a admitir explicitamente a real existência da tortura no país. Ustra diz que a tortura nunca existiu, o que houve foi uma “guerra revolucionária”. Armando Falcão e Hugo Abreu não apresentam esse tema como cerne das suas narrativas nem tampouco realizam uma análise pormenorizada do governo Médici.

Brasil Sempre, publicado em 1986, foi o primeiro livro escrito por um oficial da ativa da Comunidade de Informações que trata do tema da tortura. Segundo

Giordani²², ao receber apoio dos seus superiores, partiu de “pesquisa solitária, anotações de dados e ensinamentos adquiridos através da vivência diária, estudos de obras, sobretudo pela experiência pessoal” (GIORDANI, 1986.Contracapa). Escrito com o objetivo de combater o livro *Brasil Nunca Mais*, considerado por muitos militares um faccioso relato sobre a tortura, o autor apresenta uma lista das 92 vítimas da esquerda durante a luta armada no final dos anos 60 e início dos anos 70 e dos 28 oficiais e soldados mortos na Intentona Comunista de 1935²³. Salienta o tenente que a veracidade do seu testemunho se sustenta por ser um “homem de informações” com vários anos de DOI-CODI, repletos de “renúncias”, “sacrifícios” e “abnegações”.

Remete à questão da verdade do testemunho ao enfatizar que o seu relato é fruto da verdade e do consenso, mostrando a “parte esquecida” aos jovens que alimentam a esperança do “Brasil verde-amarelo”. Diz que no momento da escrita do livro era muito comum ouvir de políticos, e até mesmo de autoridades militares, recomendações impensadas de esquecimento do passado:

Ninguém é dono da verdade. Escrevo sobre a minha verdade e a realidade que dimensiono.

22 Marco Pollo Giordani nasceu em 1950, Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Foi ex-agente do DOI-CODI e tenente da 2ª Seção (serviço secreto) do Comando Militar do Sul nos anos de 1970. Em 1972, participou da Operação Charrua, operação velada das Forças Armadas que pretendia invadir o Uruguai caso os Tupamaros tomassem o poder. Produziu três livros sobre a trajetória política do Brasil: *Operação Estrela Vermelha*, *O Cachorro – A História de um Espião* e *Brasil Sempre*. Alvo de grande polêmica, foi acusado de ser um autor negacionista do Holocausto ocorrido na Segunda Guerra Mundial e, por isso, havia movido um processo judicial, atualmente extinto pela justiça, contra o presidente do Movimento de Justiça e Direitos Humanos do Rio Grande do Sul, Jair Krischke, que o havia denunciado por defender o racismo e o anti-semitismo. Em 1986, data de publicação do livro *Brasil Sempre*, tinha 36 anos, casado, 2 filhos e dezoito anos de Exército. Atualmente se dedica à advocacia.

23 Em outras fontes produzidas pelos próprios militares e no site www.ternuma.com.br consta lista com 33 nomes de militares que supostamente foram vítimas da esquerda. Os militares defendem o direito de os familiares de militares, vítimas de “terrorismo de esquerda”, receberem indenização por parte do Estado. Além disso, podem ser encontradas informações parciais sobre a produção memorialística, discursos críticos com relação à atual política governamental e comentários que pretendem convencer amplos setores sociais da continuidade da “subversão” no país, expresso no programa do Partido dos Trabalhadores, PT, fundado em 1980.

Volto-me essencialmente ao nosso país, na exaltação e na crítica. Se, eufóricos, podemos proclamar que pertencemos ao mundo livre, envergonhados temos que reconhecer a instabilidade política, econômica e social a que estamos mergulhados. São fatores, esses, que servem constantemente ao cerceamento da própria liberdade que desfraldamos.

No vácuo desse desequilíbrio, encontram ressonância as investidas gananciosas da doutrina marxista-leninista.

Por essas razões, a par de planejamentos administrativos, há de imperar a vigilância e a ação estratégica, como garantia de nossa tranquilidade e de nossa independência. (GIORDANI, 1986:59).

Publicado pela Tchê, considerada uma editora de tradição de esquerda no Rio Grande do Sul, o livro recebeu alguns comentários de jornalistas. Dentre eles consta apreciação pretensamente neutra do *Jornal do Brasil*, que o autor fez questão de destacar na contracapa:

Um livro que elogia e valoriza o trabalho e o poder político da comunidade de informações, especialmente o SNI, critica a atuação da igreja progressista, a ‘mais perigosa ameaça à segurança interna’, analisa a atuação de comunistas e organizações de esquerda, defende a criação de um grande partido nacional de direita (...) e ainda faz interessantes revelações como a dos preparativos para a invasão do Uruguai por tropas brasileiras em 1972. (GIORDANI, 1986:contracapa)

A existência da Operação Charrua é confirmada pela participação de Giordani no processo. Consiste numa possível invasão do Uruguai pelo Exército brasileiro em 1972. A Operação não se desencadeou porque os uruguaíais tinham resolvido o problema nas urnas, derrotando a Frente Ampla (coligação das esquerdas uruguaíais) durante as eleições presidenciais.

O autor apresenta aos leitores uma sinopse histórica da “Revolução de 64”, aprofundando o período de 1968-1974, quando se intensificou a “assustadora e assassina escalada terrorista” (GIORDANI, 1986:37). A sociedade e as forças de segurança reagiram com firmeza contra “ideologias importadas” de “comunização” do Brasil.

A identidade do brasileiro é definida pela singularidade do negro, índio e mestiço, considerados por ele “castas de rendimentos inferiores” (GIORDANI,

1986:63). O Brasil começou mal, com a presença de degredados e do elemento nativo de “baixa cultura” e “parca iniciativa”, denunciando, portanto, a nossa vocação para o fracasso. Contudo a imigração europeia provocou uma reviravolta na dinâmica social, permitindo o surgimento do brasileiro de tipo cordial, caracterizado pela índole pacífica, conciliadora que determinava um relacionamento singular com todos os povos. A nossa criatividade, no mundo das ideias, é considerada escassa e tímida, e o ensino universitário deficiente, principalmente pelas razões que expõe: “Tornou-se comum neste país palestrantes, políticos, intelectuais, atacarem em primeiro plano, a chamada ‘Ditadura Militar’, em referência ao regime adotado pela revolução de 64” (GIORDANI, 1986:72).

Giordani discorre sobre a qualidade do brasileiro, afirmando que a falta de responsabilidade e cultura impedem a consolidação dos ideais democráticos no Brasil. A naturalização das relações sociais em Giordani baseia-se em preceitos só partilhados pela extrema direita que acreditam ser impraticável a eliminação da divisão entre as classes sociais. Na impossibilidade de haver igualdade nas relações sociais, os militantes de esquerda contam grandes mentiras que precisam ser desmascaradas. Para ele, a maioria do povo era alienada e facilmente ludibriada por políticos demagógicos, em especial na manipulação do conceito de democracia:

E tudo se faz em nome da Democracia! Nos últimos anos, a palavra Democracia tornou-se pedra angular a todos os pronunciamentos. Tudo é Democracia, tudo pela Democracia! A legalização de Partidos Comunistas também se tornou essencial à “consolidação da Democracia”. (GIORDANI, 1986:78).

Frente a essas debilidades inerentes ao caráter do povo brasileiro, o tenente defende o sistema parlamentarista como possibilidade de maior estabilização política. Estava ameaçada a volta do regime militar se Leonel Brizola tivesse vencido as eleições presidenciais de 1989, porque no Brasil só permaneceria no poder o Presidente que assumisse o comando das Forças Armadas. Portanto não teria sentido que um dos causadores da “Revolução de 64” assumisse a chefia das Forças Armadas, que tanto tinha procurado dividir e desmoralizar.

Para Giordani, a “Revolução de 64” cumpriu sua missão no final do governo Médici, alcançou a euforia desenvolvimentista e aniquilado com as principais organizações “terroristas”: “Seria o momento inteligente e oportuno de se confiar o poder a um presidente civil, resguardando assim a imagem e a tradição de nos-

sas Forças Armadas de manterem-se unicamente fiéis aos destinos que lhes são específicos” (GIORDANI,1986:89). Infelizmente, reclama Giordani, venceu o continuísmo com a política de “Abertura lenta e gradual”, iniciada no governo Geisel. Contudo o fato mais grave foi a indicação de Figueiredo para a sucessão presidencial, o que encerrou o ciclo revolucionário de maneira mais desastrosa do que o declínio do período pré-revolucionário. Apesar dos erros, sobreviveu o “espírito revolucionário de 64” em várias gerações de militares:

(...) a revolução - como governo – acabou no período Médici; a revolução, como filosofia e ideologia, fortifica-se cotidianamente em nossos corações e em nossos anseios. O “espírito revolucionário de 64” é permanente, é perene, porque nós não pactuamos – jamais – com a “subversão” e a corrupção. (GIORDANI, 1986:90).

O Brasil Nunca Mais, 1985, obra de religiosos subversivos, atacava o nosso Exército desde a sua formação e considerava “elite dominante” como sinônimo de opressão ou de opressores. O livro de Giordani, Brasil Sempre, pode ser considerado o reverso do Brasil Nunca Mais, uma das obras de maior impacto, feita por militantes a partir de denúncias das torturas, publicada no ano anterior. A própria capa do livro já demonstra o sentido do seu texto: utilizando-se da mesma fonte de letras e a mesma disposição gráfica do Brasil Nunca Mais, trocou a cor vermelha do fundo pela cor verde que, somada ao amarelo das letras, procura representar o simbolismo patriótico tão característico da ideologia dos governos militares.

O livro Brasil Nunca Mais foi lançado em 15/7/1985, sem muita propaganda pela editora Vozes. Apesar de estarmos alguns meses no período pós-ditadura, temiam-se represálias. Entretanto, o sucesso foi imediato, ocupando o primeiro lugar na lista dos mais vendidos por 91 semanas consecutivas, tornando-se um livro de não ficção mais vendido na história da literatura brasileira. Foi traduzido para o inglês “Torture in Brazil” e um livro sobre a feitura do projeto BNM foi publicado nos Estados Unidos por Lawrence Weschler, “A Miracle, a Universe”, traduzido no Brasil em 1990, pela Companhia das Letras/São Paulo. Filmes, documentários e três peças de teatro foram inspirados no projeto BNM.²⁴ Com-

24 A rede de televisão ABC, dos Estados Unidos enviou equipe de quatro pessoas ao Brasil para produzir um segmento sobre o projeto BNM para o programa “Nightline”. A companhia cinematográfica

bate nas Trevas, de autoria de Jacob Gorender, publicado em 1987 e a Tese de Doutorado de Daniel Aarão Reis, publicada em 1989 com o título: *A Revolução Faltou ao Encontro: Os Comunistas no Brasil foram os primeiros de uma série de livros e teses acadêmicas pesquisados no acervo BNM. Contudo reações contrárias também foram sentidas, três livros de forma mais direta pretenderam responder ao Projeto BNM, buscando desqualificar os documentos nele contido: Brasil Sempre de Marco Pollo Giordani, Rompendo o Silêncio, de Carlos Alberto B. Ustra e Verdade e Realidade de Oswaldo Lima Rodrigues. Com exceção desses três, podemos afirmar que grande parte dos escritos de militares golpistas elege como principal interlocutor o Projeto BNM, sempre no sentido de combater suas teses, argumentos e fontes. Também três processos foram movidos contra os responsáveis pelo livro, mas nenhum prosperou.*

Assim podemos considerar que o tenente Marco Pollo Giordani foi um dos mais radicais na defesa do ideário militarista e anticomunista da ditadura brasileira. Escreve em oposição, conferindo ao inimigo um lugar de legitimidade quando supervaloriza as suas ações. O movimento da narração é de uma guerra, campos de forças opostas que se digladiam para fornecer ao passado um sentido mais conivente com a posição política no momento em que rememora. Ao lado de Carlos Alberto Brillante Ustra, Giordani é o mais contundente na defesa do uso da tortura como recurso legítimo para obtenção de confissão. O curioso é que ambos negam qualquer envolvimento nesse processo. Ustra busca se defender de acusações, já Marco P. Giordani não apresenta remorso, ao contrário, orgulha-se do combate ao “terrorismo” e parece lamentar não ter tido maiores atuações nas operações destinadas à captura de guerrilheiros, tanto na área urbana quanto rural.

Partindo de tal demonstração, o objetivo deste estudo foi o de evidenciar como ideias que envolvem a relação memória, verdade e história estão presentes nas obras dos memorialistas que apoiaram a “revolução de 64”. O princípio de verdade, perseguida de forma explícita ou nas entrelinhas desses discursos, envolvem uma concepção de história, em que esta é vista como obra de alguns homens

HBO, dos Estados Unidos, contratou Lawrence Weschler para escrever um roteiro de um filme comercial sobre o projeto BNM. Peças de teatro também foram inspiradas nele: “Brasil, Até Quando?” em São Paulo; “Brasil: Nunca Mais – de Getúlio aos Generais”, Rio de Janeiro e “Brasil, Espero Nunca Mais” em Vitória, Espírito Santo. Para maiores informações consultar o artigo “*Dez Anos de “Brasil: Nunca Mais”*” do reverendo Jaime Wright, publicado na Folha de São Paulo em 14/07/1995.

capazes. É centrada, portanto, na capacidade de determinados indivíduos de fazer história, e não na dinâmica social.

As linhas-mestras dessa concepção de história encontram respaldo teórico no pensamento de estilo positivista, presente tanto na teoria do conhecimento e suas imbricações com o conhecimento histórico, como também na historiografia brasileira. A forma como concebem essa relação impõe-se ao próprio modo através do qual elaboram a sua narrativa. A relação entre memória e verdade, presente nesses memorialistas, apresenta como suporte noções de neutralidade, fidelidade, julgamento e seleção dos fatos históricos. A ideia de privilegiarem os fatos históricos que consideram relevantes já minimiza a possibilidade de um relato neutro, pois engendra uma escolha, seleção ou recorte dos fatos que por si só já denotam uma inserção do sujeito, de acordo com a sua visão de mundo ao construir a história do período.

Ecléa Bosi em seu livro *Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos* constata que um dos lugares ocupados pela memória é o espaço público, onde a evocação das lembranças assume contornos de convenção. Denomina-a memória política que consiste numa leitura social do passado a partir do presente, assumindo um teor ideológico bastante visível.

Na memória política, os juízos de valor intervêm com mais insistência. O sujeito não se contenta em narrar como testemunha histórica 'neutra'. Ele quer também julgar, marcando bem o lado em que estava naquela altura da História, e reafirmando sua posição ou matizando-a. (BOSI,1979:371).

E continua:

A experiência política, enquanto partidária, necessariamente vai modelando, com o tempo, formas de discurso valorativo, convencional, 'ideológico', que podem esconder o teor mais objetivo da fala testemunhal; formas que vão ficando cada vez mais parecidas com as da crônica oficial, geralmente celebrativa. (BOSI, 1979:376).

São essas características da memória política que norteiam o exercício da rememoração realizado pelos autores. A exigência do ato de lembrar envolve uma identificação desses indivíduos com o grupo que atinge um teor ideológico e não simplesmente uma comunidade afetiva. A própria seletividade dos fatos históri-

cos é um juízo de valor e reflete a posição desses memorialistas frente ao grupo a que estão associados ou ao dos adversários. Embora o indivíduo seja o memorizador, a memória só se sustenta no interior do grupo que possui um ponto de vista cultural e ideológico do momento histórico que vivenciou concretamente. Portanto a racionalização que os cronistas defensores da “revolução de 64” imprimem no momento da recriação das lembranças só pode ser compreendida levando-se em conta esse componente ideológico.

Nos autores estudados, a relação entre memória e poder sugere múltiplas representações da história política do período, pois os acontecimentos que privilegiam, na narração, estão imbricados com a posição que assumiram diante do poder estabelecido.

Desse modo, procuramos demonstrar que a preocupação com o problema da credibilidade do seu relato é frequente, pois procuram apoio em outros tipos de documentos que comprovam o valor das suas lembranças. Não admitem dúvidas quanto à verdade do seu testemunho, pois só contam o vivenciado, o que lhes confere maior objetividade em suas reminiscências. Em suma, esses escritores dão a si mesmos o estatuto de agentes memoráveis dos anos difíceis de crise que assolou a sociedade brasileira construindo um discurso que pretende ser a verdadeira “leitura” da realidade do período autoritário.

2 - Ideia de Revolução e o Significado do 31 de Março: Armando Falcão e Hugo Abreu.

Entre os memorialistas que apoiaram a “revolução de 64”, Armando Falcão e Hugo Abreu não se destacam apenas como testemunhas oculares dos acontecimentos vividos nos meandros do poder. São ideólogos do regime militar, elaborando distintos projetos para o Brasil. Através da abordagem do tema “revolução de 64”, o objetivo continua sendo apresentar os pontos comuns e divergentes na construção da memória do poder. A ideia de “revolução” está imbricada numa teia de alusões do como se processou a articulação do golpe de 64; da convicção da real necessidade de “revolução” naquele momento histórico e de uma análise do desenrolar do processo revolucionário durante os vários governos militares.

Armando Falcão²⁵ justifica o caráter inevitável da “revolução de 64” diante da posse de João Goulart em 1961:

Desde a posse de João Goulart – (...) – convenci-me de que, por meio de meros expedientes políticos – (...) -, não seria exequível afastá-lo do poder, a fim de evitar a derrocada do regime democrático. Tínhamos mesmo que caminhar para a conspiração explícita e coordenada, procurando atrair inclusive o elemento militar, tradicionalmente legalista. (FALCÃO, 1989: 239).

Chama-nos a atenção a ideia de conspiração, pois o conceito de “revolução”, historicamente, sempre envolveu a conspiração como um ato que antecede a própria “revolução”. O adjetivo “explícita” sugere que a conspiração não foi algo realizado às escondidas, mas sim publicamente, o que nos leva a supor que a convicção da fragilidade do poder de Jango era tão marcante nas consciências dos

25 Em 1995, Armando Falcão publicou uma biografia do Presidente Geisel, intitulada Geisel: Do tenente ao Presidente. Nova Fronteira, 1995. Esse livro não foi analisado nos limites desta pesquisa, que estabeleceu como recorte temático apenas os livros autobiográficos da década de oitenta. Comentários sobre o ex-ministro da Justiça, Armando Falcão, também podem ser encontrados na obra de Elio Gasparin, Ditadura Encurralada, vol. 4 p. 189 a 192.

articuladores do golpe de 64, que estes realizavam uma oposição aberta, inclusive com uma propaganda de convencimento nos meios militares.

Essa preparação paulatina da “revolução”, segundo o próprio Falcão, inicia-se em 1959 com o episódio de Aragarças – rebelião de alguns militares no Estado de Goiás –, quando exercia a função de Ministro da Justiça no governo Juscelino Kubitschek. Mesmo tendo reprimido o movimento, Falcão fornece pistas de que foi a partir dessa rebelião que o desejo de conspirar contra o governo ganha força nos meios militares: “Bem mais adiante, nos encontraríamos, eu e quase todos eles, desta vez pelejando ombro a ombro, na mesma causa: a Revolução de 31 de março de 1964.” (FALCAO,1989:130). Sobre o problema da liderança na “revolução de 64”, Armando Falcão comenta da seguinte maneira:

Ainda sobre a preparação. Ela não teve um líder só, um chefe único. Foi-se formando, sim, paulatinamente, uma coordenação de vontades, civis e militares, o movimento tomou corpo no país inteiro e, assim, foi possível livrá-lo das garras da demagogia esquerdista e dos tentáculos de dois caudilhos ousados. (FALCÃO,1989:246).

Afirmar que não houve uma liderança significa defender a ideia de um movimento coeso que surgiu através da união de civis e militares que se preocupavam com a “esquerdização” do país. Pensando com ressalvas, Falcão confirma de certa forma a ideia de que a ditadura brasileira foi um caso específico em relação às outras ditaduras latinas: justamente por não ter um único líder, permitiu rotatividade de grupos no governo via processos de sucessão presidencial. Destaca a sua participação na “revolução” e se coloca como um dos principais articuladores do movimento no meio civil:

Eu não tinha a menor dúvida de que, como se diz no Ceará, se não almoçássemos a dupla Goulart-Brizola, ela fatalmente nos acabaria jantando. Goulart era um homem primário, que pilotado pelo Brizola, acabaria jogando no chão as instituições liberais. Dois caudilhos típicos, um compassivo e outro incendiário, ambos queriam implantar e eternizar o seu reinado de incompetência, empulhando o povo. E o teriam conseguido, não fosse a barreira civil e militar. (FALCÃO, 1989:247).

Esse raciocínio do autor sugere que o movimento de 64 foi deflagrado para

evitar um golpe da esquerda. É interessante ficar atento para o fato de que a “revolução de 64” passa a ser justificada pela iminência de um “golpe de esquerda” em prol das reformas de base: “(...) o governador Brizola se preparava para, em aliança com Goulart, desfechar um golpe contra as instituições, implantando a ditadura deles.” (FALCÃO, 1989:245). Então, além da ideia de “salvar a democracia ameaçada”, a outra razão é não permitir que no Brasil se implantasse a “ditadura de esquerda”, cujos líderes seriam Goulart e Brizola. Na narrativa, Leonel Brizola é visto como um “diabo”, “carbonário”, “incendiário”, “comunista” entre outros e Jango como “diabo menor”, “filhote obediente” de Brizola.

As reflexões de Armando Falcão levam-no a afirmar que a “revolução de 64” pretendia ser de curta duração, isto é, apenas seria preventiva no sentido de salvar o país do caos político e social vivido durante o período Goulart. Passando essa fase o país voltaria à legalidade constitucional, por isso o autor se recusa a assumir o termo “revolução” e prefere dizer que o movimento, no seu início, foi uma “contrarrevolução” ou um “contragolpe”. Em suma, o movimento de 64 foi uma contraofensiva para resguardar as nossas “instituições democráticas”:

Há quem condene até hoje a Revolução por que ela obstruiu o caminho normal da eleição presidencial em 1965. Ora, acentue-se, mais uma vez, que o Movimento 31 de Março não começou com uma revolução. Inicialmente, era mais uma contrarrevolução ou um contragolpe preventivo, visando a salvar a democracia ameaçada. Mas, quando se desencadeia um movimento civil e militar daquele porte, com a envergadura nacional da jornada de 1964, dificilmente se consegue enquadrar os fatos e acontecimentos subsequentes no rigor das inspirações iniciais. (FALCÃO, 1989:263).

Ao mesmo tempo em que coloca limites na obra da “revolução”, justifica que, por ter sido um movimento de grande porte, foi difícil para os seus mentores resguardar os ideais originais. No momento em que a revolução eclode, dada a própria dinâmica revolucionária, esta perde, no seu processo de desenvolvimento, domínio sobre si mesma, ou, pelo menos, os princípios dos projetos originais que a impulsionaram.

A dinâmica revolucionária avulta, alastra-se, transforma-se em caudal, cresce e leva de roldão os planos e os projetos originais. São mil tentáculos de geração imprevisível. Idealistas e moderados, bombeiros e incendiários, sen-

satos e insensatos – todos constituem um conglomerado de influências que só muito lentamente se decanta e aperfeiçoa. Joaquim Nabuco tinha razão quando sustentava que ‘uma das fatalidades das revoluções é que é impossível fazê-las sem os exaltados e é impossível governar com eles. (FALCÃO, 1989:263).

Interessa observar que, ao negar o uso do termo “revolução” para explicar o movimento de 64 no seu começo, o autor acaba, pelos rumos que o movimento tomou, a adotar o conceito de “revolução” ao longo da narrativa. A descrição envereda por destacar o caráter explosivo do movimento, cujas arestas só depois foi possível aparar.

Essa imagem da “revolução de 64” construída por Armando Falcão é extremamente significativa, pois serve para justificar os rumos que a “revolução” tomou após a sua vitória, principalmente a necessidade de contenção à “subversão” que levou ao recrudescimento da repressão no período Médici (1970-74). Mais ainda, as medidas inconstitucionais adotadas em todos os governos militares tiveram como principal objetivo consolidar e retornar aos ideais originais da “revolução”, em especial ao da “democracia com autoridade”. Essa interpretação do ex-ministro Armando Falcão reafirma a sua convicção permanente nos ideais “revolucionários”. Contesta todas as teses que porventura tentaram manchar a sua imagem.

A Revolução que, como obra humana, não podia ser feita, isoladamente cometeu – é claro – equívocos de apreciação e de avaliação. No conjunto, entretanto, o impulso geral da reforma, de modernização e de desenvolvimento foi o mais sério, coordenado e abrangente que já houve no Brasil. Excluindo o juízo faccioso dos que, por ideologia ou má fé, distorcem os indicadores idôneos e negam o êxito e os benefícios da Revolução, o julgamento imparcial identifica e proclama os avanços do País no campo econômico principalmente e no setor vital da indústria, no empreendimento público e privado, no plano social, na esfera da administração. Crescemos, ganhamos novo perfil e nova dimensão, optamos pela meta do progresso. Começamos, então, a ser o Brasil Grande.

Por outro lado, impõe-se não esquecer que, no pós-64, liquidados os bolsões de guerrilha urbana de 68, aqui se viveu o primado da ordem, da tranquilidade do trabalho. (FALCÃO, 1989:266;267).

No enaltecimento que faz da “revolução de 64”, prevalece a imagem do Brasil Grande, que foi o cerne das inspirações propagandísticas dos governos militares. Segundo ele, é inegável que a revolução alcançou o objetivo de modernização das estruturas do país. Contudo não explica, em nenhum momento, os custos sociais desse processo de “modernização”. Mesmo quando relativiza que a “revolução” como “obra humana” cometeu erros, essa percepção não o leva a apontar quais os equívocos da “revolução”.

A “revolução” realizou a democracia e instaurou o “primado da ordem”, quando eliminou as resistências dos grupos de guerrilha urbana e rural que acreditavam na supressão do regime, via luta armada. Todavia Falcão, ao defender essa ideia exime-se de abordar o período Costa e Silva e Médici de forma mais detalhada. Não analisa esses governos, apenas elogia o combate à “subversão”.

A nossa revolução foi democrática. Não podia, todavia, salvar a democracia com fraqueza e vacilações. A classe política aparecia muito por baixo. Os treze partidos então existentes estavam de tal modo desgastado que se tornou inevitável o desaparecimento deles. Havia que se fazer uma tentativa de renovação no arcabouço partidário. Mas a preocupação do presidente Castello Branco era tão grande com a normalização da nossa vida política que novos partidos foram logo criados. O mandato presidencial obedecia ao princípio da rotatividade na chefia da Nação. Sempre se respeitou a existência de três poderes, Executivo, Legislativo e Judiciário, independentes e harmônicos entre si.

Eclipses institucionais houve, sem dúvida, por força de circunstâncias imperiosas e inarredáveis. Os cones de sombra, no entanto, foram transitórios. Não houve ditador, nem ditadura. Só na imaginação facciosa e incandescente dos inimigos da realidade viva. Houve - quem nega? - vinte anos de governo forte. Autoridade sim autoritarismo, não. ‘Entulho autoritário’? Não ficou esse legado, deixou-se o Estado aparelhado não o Estado inerm. O Estado legalmente dotado de meios para defender-se. (FALCÃO, 1989:267).

Para ele, a democracia é sinônima de ordem, autoridade e responsabilidade, sendo incompatível com o comunismo, pois este representa o caos, a anarquia, o totalitarismo entre outros atributos negativos. Tais conceitos não são trabalhados no plano teórico, bem como não aprofundam as implicações que inspiram. Sua

utilização demarca mais uma postura político-ideológica maniqueísta ao construírem uma narrativa composta de forças adversas. O autor destaca a necessidade das medidas tomadas no campo político, pois, segundo ele, o clima era de esvaziamento do poder legislativo (deputados e senadores). Considera a “revolução” democrática, porque conservou as instituições e criou novos mecanismos na prática política que dinamizaram o seu funcionamento.

O autor reafirma, nesse trecho do seu livro, a convicção permanente nos ideais da “revolução de 64”. Derruba todas as teses que, porventura, tentaram macular a sua imagem e analisa de forma generalizante os caminhos percorridos pelos cinco governos militares na defesa intransigente do seu ideário. Realiza uma comparação com a conjuntura brasileira que presenciamos no momento em que escreve o livro, ressaltando a sua indignidade com a “baderna” reinante no país da “Nova República”.

Agora, é o entulho demagógico e anárquico. (...) O povo quer eleição, quer voto, quer liberdade. Eu também. Isso é o ideal. Entretanto, para substituir a Revolução, não veio a democracia operosa, a democracia da liberdade. Veio o pandemônio. No mundo político cerca de 30 partidos inúteis - o que representam? Rigorosamente, nada vezes nada. Só a demagogia da demagogia. A CUT, a CGT, inimigos jurados do regime democrático, organismos espúrios no arcabouço sindical brasileiro, prosperam no clima frouxo estabelecido.

São as greves sucessivas, que deixam as populações privadas até dos serviços essenciais.

(...) Navegando nas águas da república anarco-sindicalista, o País sofre de novo, as agruras da guerra revolucionária, programada, audaciosa e implacável. QUO VADIS, Brasil? (FALCÃO, 1989: 267;268).

À defesa acrítica da “revolução” soma-se uma severa crítica à “Nova República”, pois, segundo Falcão, o que se vê como força motriz desses novos tempos é a demagogia, representada pela inutilidade de partidos políticos, que nada representam, e pelo “clima frouxo estabelecido” que contribui para a proliferação das greves sob o comando de dois “organismos espúrios no arcabouço sindical brasileiro”, CUT (Central Única dos Trabalhadores) e a CGT (Comando Geral dos Trabalhadores). Contudo o mais surpreendente é a sua afirmação de que no final da década de oitenta estávamos vivendo novamente uma “guerra revolucionária”,

ou seja, caminhávamos para o comunismo em plena “Nova República”.

Essa visão da “Nova República” contrapõe-se ao tempo de vigência do regime militar no Brasil, quando prevaleceu o “primado da ordem”, da “tranqüilidade” e do “trabalho”. O raciocínio seguido por Falcão na análise da “revolução” e da “Nova República”, no sentido de operar com a lógica dos contrários - onde um é positivo e outro negativo - leva-o a um extremismo de tipo maniqueísta e autoritário.

O termo ditadura é repellido veementemente pelo autor, dada a convicção nos ideais da “revolução” que ainda preconiza na conclusão do seu livro: “na liberdade com responsabilidade”; “na democracia com autoridade”; “no primado da ordem”; “no direito com dever”; “no milagre do trabalho”. E profetiza: “A tudo isso um dia voltaremos, sem dúvida - quando for o Brasil novamente governado por lideranças políticas competentes, que exerçam o poder com firmeza, espírito público e visão de longo alcance.” (FALCÃO, 1989:434;435).

A única crítica que faz à “revolução” de forma bastante concisa consta na seguinte afirmação:

A revolução se tomou impopular porque não soube comunicar-se. Foi aí que residiu a grande falha do movimento de 64, que tanto reformou, tanto modernizou, tanto construiu - sem explicar-se, porém. Daí, pelo desconhecimento do povo, pela ignorância da maioria das pessoas alfabetizadas, o divórcio que se estabelece entre o 31 de Março e a opinião pública. (FALCÃO, 1989:306).

Ao apontar um dos equívocos da “revolução”, logo depois declara que esta foi uma questão menor frente a tudo aquilo que a “revolução” construiu, mesmo porque a responsabilidade é também do povo, que, pela ignorância, não compreendeu sua obra. Além disso, a afirmativa de que um dos seus erros foi não investir o suficiente em propagandas, com vistas a inserir no imaginário coletivo os “nobres ideais” e realizações dos governos militares, é bastante contraditória, vinda de um ex-ministro que ficou conhecido do grande público, justamente como ministro do “NADA A DECLARAR” do governo Geisel.

Na primeira obra de Hugo Abreu, O Outro Lado do Poder, 1979, a ideia de

“revolução” não está clarificada, mas encontra-se difusa no entendimento que o autor tem do sentido da “revolução de 64”. Os ideais que Hugo Abreu apresenta como sendo o suporte da “revolução de 64” são muito semelhantes aos argumentos expostos por Armando Falcão. Vejamos uma fala de Hugo Abreu, em que estes objetivos estão sistematizados:

Em 1964, as Forças Armadas, sob pressão incontrolável da opinião pública, saíram à rua para dar um basta aos desmandos do Governo João Goulart, eleito Vice-Presidente em 1960, mas que assumira o poder em setembro de 1961 em virtude da inexplicável renúncia do Presidente Jânio Quadros. Quais foram as razões que motivaram o povo brasileiro a repudiar o Governo Jango? Três motivos, em grandes linhas, conduziram à Revolução de 1964; a corrupção e a irresponsabilidade reinante em todos os escalões do Governo; a radicalização esquerdizante dos partidários do Presidente da República, e a conseqüente ameaça às instituições democráticas, cuja derubada era pregada abertamente por esses mesmos corifeus da radicalização. Nessas condições, três objetivos podem ser considerados como as idéias básicas da Revolução de 1964:

- a defesa da democracia ameaçada;
- a luta contra a “subversão”;
- a luta contra a corrupção.

Poderíamos acrescentar ainda um quarto objetivo, qual seja, a criação de melhores condições de vida para o povo; tal idéia, porém, é imanente a qualquer governo que se queira considerar legítimo. O Estado, em si mesmo, não tem nem razão de ser: ele só se justifica como instrumento para atender aos anseios e as reivindicações populares. (ABREU, 1979:189).

Então, salvar a “democracia”, combater a “corrupção” e acabar com a “subversão” formam a tríade que sustentou o processo de construção da obra da “revolução de 64”. Em seu livro, pode-se identificar uma preocupação em realçar a participação do povo na “revolução”. O povo, manifestando a sua voz através da opinião pública, exerceu uma “pressão incontrolável” para que as Forças Armadas dessem um basta no governo Jango. E mais, o povo brasileiro repudiava esse governo.

Ele sustenta que um dos objetivos da “revolução” era o de criar melhores condições de vida para o povo, pois esse é o papel que o Estado deve exercer na

sua relação com a sociedade. A insistência em argumentar que o povo participou da “revolução de 64” é conveniente na busca de legitimidade para o regime.

Sabe-se que amplos setores da sociedade brasileira apoiaram o golpe e alguns grupos sociais manifestaram publicamente o seu apoio à causa da “revolução”, mas afirmar que o povo brasileiro participou da “revolução de 64” é construir uma imagem de “revolução”, cujo fundamento se apoia na causa popular. Hugo Abreu dá a entender que grande parte da população brasileira posicionou-se a favor da “revolução de 64”, uma vez que esta preconizava a melhoria da sua condição de vida.

Não enfatiza, no entanto, que a “revolução de 64” foi pensada e organizada por grupos distintos de militares, insatisfeitos com o governo Jango em conjunto com um grupo de civis. E que, no processo de sua realização, esses grupos de militares constituíram a força preponderante que formulou as diretrizes, segundo as quais a ditadura civil-militar seguiria seu curso sem diálogo com a sociedade civil organizada, exceto nos limites de uma oposição consentida, no caso, o MDB.

A preocupação com o povo encontra-se também no comentário que tece sobre as eleições de 1974:

(...) Se a isso somarmos um natural desgaste da Revolução, com dez anos no poder sem conseguir por em prática quase nada do que se propusera podemos compreender a enorme insatisfação popular manifestada nas urnas de 15 de novembro de 1974. (ABREU, 1979:80).

Nesse trecho, Hugo Abreu apresenta um pensamento mais crítico ao analisar o percurso seguido pelos golpistas de 64, quando comparado com as análises empreendidas pelo ex-ministro Armando Falcão. A ideia é de que, a partir de 1974, a “revolução” deveria lutar pela concretização dos seus objetivos iniciais, em especial a luta contra a corrupção, uma vez que o período da “guerra subversiva” já estava liquidado.

Hugo Abreu prossegue na mesma linha de pensamento, afirmando que:

Fala-se muito na Revolução de 1964. O governo vive a alardear os ideais revolucionários e sua irreversibilidade. Até certas figuras da situação, de notória atitude anti-revolucionária em 1964, falam hoje em Revolução. Pois senhores, a Revolução prometeu honestidade, austeridade, prometeu lutar contra a corrupção. Está na hora de cumprir a promessa. E nós estamos

aqui somente pedindo isto. Não. Nós estamos exigindo: mais seriedade com o dinheiro do povo. (ABREU, 1979:199).

Assim, Hugo Abreu completa o seu desabafo, tornando explícito que a obra da “revolução” foi imperfeita. Esta não cumpriu os princípios que preconizava em seu início. Responsabiliza o “grupo oligárquico palaciano”, liderado pelo Gal Golbery de Couto e Silva, pelo desvio que provocou nas ideias originais da “revolução”, tornando-a impopular. A perspectiva de luta que encontra para reverter tal situação reside em desmoralizar esse grupo, denunciando as manobras e falando em nome da Nação, para que se recuperem e se coloquem em prática os dois ideais básicos que a “revolução” não realizou: o da democracia e o do combate à corrupção.

Aqui, é significativo lembrar que o seu depoimento foi publicado no momento em que ainda vigorava a ditadura, 1979. Só um ano depois é que se deu o processo de abertura controlada pelos generais Golbery de Couto e Silva e João Batista Figueiredo.

No segundo livro de memórias, Tempo de Crise, 1980, Hugo Abreu realiza uma retrospectiva do movimento de 64, apontando os seus principais problemas e destacando a sua participação no processo. Aqui, evidencia-se uma memória histórica construída a partir da posição político-ideológica assumida no presente, em que se distancia do ideário da “revolução de 64”, e volta-se para a defesa de uma democracia representativa.

Afirma que, para compreender o movimento revolucionário de 1964, é necessário recuar ao passado e focalizar a evolução política do Brasil, desde a Revolução de 1930. O enfoque privilegiado pelo autor é analisar o papel das Forças Armadas nesse contexto histórico. Ao refletir sobre a Intentona Comunista de 1935, enfatiza que foi a partir desse fato histórico que as Forças Armadas introjetaram o “perigo vermelho” como artimanha para justificar atitudes antidemocráticas:

A violência dos militares comunistas no correr da sublevação surpreendeu a opinião pública e traumatizou o Exército. Os processos de luta utilizados por eles não estavam de acordo com a tradição brasileira. Foi a partir de então que se criou em nossas Forças Armadas como que um complexo, uma “fobia” anticomunista que permanece praticamente intocada até hoje. Talvez resida aí a principal explicação para a facilidade com que os nossos governantes lançam mão do ‘fantasma comunista’ como meio de justificar

procedimentos antidemocráticos e, mesmo, anti-éticos de sua atuação política.” (ABREU,1980:240).

A participação pessoal na luta política interna do país começou em 1950. Entre 1944 e 1945 estava envolvido na luta contra o nazismo como membro da Força Expedicionária Brasileira. Ao enfrentar as forças nazistas deu a sua contribuição na luta contra o Estado Novo. Não apoiava Getúlio por ser ditador e pelo pouco que fizera pelo país. Em 1954, participou ativamente do movimento militar que levou o presidente Vargas a se licenciar do governo e, depois, ao suicídio. Nas eleições de 1955, apoiou a candidatura de Juarez Távora, derrotado com a eleição de Juscelino Kubitschek. Ao se colocar contra o governo que considerava ilegítimo nas “novembradas” - ação do General Lott ao depor os presidentes Carlos Luz e Café Filho em 1955 - sofreu como consequência o “exílio” por dois anos na CR (Centro de Reserva) de Alegrete, Rio Grande do Sul.

Nas eleições de 1960 apoiou Jânio Quadros, considerado por ele como um homem com “ideais mais de esquerda que de direita” (ABREU,1980:246). Durante o seu governo, serviu na Secretaria do Conselho de Segurança Nacional sob a direção do coronel Golbery de Couto e Silva. A renúncia de Jânio Quadros é vista como um ato irresponsável que criou um vácuo político no país. Localiza na renúncia de Jânio Quadros, 1961, a origem de todos os problemas acontecidos até então.

Os três ministros militares tentaram impedir a posse do Vice-Presidente João Goulart - Hugo Abreu apoiou essa decisão - mas tiveram que ceder, ante a pressão da opinião pública. O general analisa o governo Jango, afirmando que este não dispunha de qualidades de liderança, sendo sucumbido pela influência de agitadores e demagogos que se aproveitaram da indecisão do presidente e propuseram um programa de reformas avançadas e esquerdizantes. Esse programa começa a inquietar a nação e, impulsionado pela opinião pública, o movimento de reação nas Forças Armadas começou a se concretizar de fato a partir de 1963. Aqui, observa-se o seu apoio incondicional à intervenção militar nos destinos da nação. Observa que os próprios militares, participantes do governo Goulart, nada fizeram a seu favor, ficando apenas ao lado da opinião pública:

Costuma-se perguntar: por que não funcionou o dispositivo militar de sustentação do governo, tão laboriosamente organizado pelo General Assis Brasil? A resposta é simples: as Forças Armadas são povo e nunca poderiam

ficar contra a opinião pública. Não ficaram em 1964, como não haviam ficado em 1961. Os comandos haviam sido escolhidos, eram de confiança, mas a opinião pública estava contra o governo e o Exército ficou contra o governo. Nenhum “dispositivo” poderia mudar essa realidade. (ABREU, 1980:248).

Sobre a preparação do movimento revolucionário, o general afirmou que aos poucos iam conquistando o apoio de figuras expressivas da vida nacional. Entre eles, destaca a do Castelo Branco e a forma como ele aderiu ao movimento:

De mentalidade fielmente ‘udenista’, Castelo era um legalista arraigado. Até 1963, sua opinião foi de que Jango, apesar de muito ruim, devia ser mantido até o fim do mandato. Tudo indica que só as últimas ‘loucuras’ do governo - como a tentativa de decretação do estado de sítio, o envolvimento na revolta dos sargentos de Brasília e as ameaças ao Congresso - sensibilizaram esse chefe militar, levando-o a se engajar no movimento. (ABREU, 1980:250).

1964 foi o ano de radicalização das posições esquerdizantes do governo Goulart. Numerosos setores da opinião pública começaram a se manifestar contra ele. O general cita como exemplo, a reação das mulheres mineiras que impediram o ex-governador Leonel Brizola de discursar durante um comício em Belo Horizonte. No Rio de Janeiro e em São Paulo, “multidões gigantescas” participaram de manifestação contra o governo. Mas foi o “célebre” comício de 13 de março na Central do Brasil que serviu de “divisor de águas” e precipitou os acontecimentos. Hugo Abreu afirma que, naquela ocasião, o movimento revolucionário era inevitável e o seu desencadeamento era apenas questão de dias.

A sua missão no dia 31 de março foi reunir um grupo de oficiais voluntários; formar com eles um estado-maior junto ao General Moniz de Aragão, com quem deviam atuar. Permaneceu vinte dias e tornou-se chefe do estado-maior do General Ulhoa Cintra, comandante da Vila Militar, servindo durante oito meses, até assumir o comando do Batalhão de Guarda sediado em São Cristovão, Rio de Janeiro. Fica bastante evidente o engajamento de Hugo Abreu no movimento que deflagrou o Golpe de 64, sintetizando para o leitor as características e os objetivos proposto por ele:

O Movimento Revolucionário de 1964 configurou essencialmente uma forma de reação da comunidade brasileira à tentativa de radicalização esquerdizante intentada durante o governo Goulart.

(...) Encarado dessa maneira, o Movimento de 1964 foi muito mais contrarrevolução do que propriamente uma revolução. De uma forma ou de outra, contudo, estava solidamente apoiado pela opinião pública nacional. Sendo resultado da reunião de forças as mais heterogêneas, torna-se difícil fixar com precisão os objetivos do movimento, o seu ideário. Entre os participantes das articulações e do desencadeamento da Revolução de 1964, encontravam-se elementos de tendências políticas até antagônicas: desde organizações de direita como o IBADE e a TFP, passando por figuras liberais como Magalhães Pinto, Castelo Branco, Pery Beviláquia e políticos do PSD e da UDN, até líderes nitidamente populistas, como Adhemar de Barros e Mauro Borges; sem falar na marcante figura de Carlos Lacerda, a quem poderíamos atribuir naquele momento uma posição de centro-direita. Unia a todos um objetivo comum: a necessidade urgente de defesa do regime, ameaçado pela radicalização esquerdizante posta em marcha por elementos do próprio governo. (ABREU, 1980:254;255).

Ao mesmo tempo em que nomeia o movimento como uma contrarrevolução, apela para o seu caráter legítimo, devido ao apoio da opinião pública frente à crescente “esquerdização” que ameaçava o país. Ao constatar que é difícil fixar o ideário da “revolução de 64”, ele próprio se encarrega de fornecer os objetivos do movimento já descritos em *O Outro Lado do Poder*: a defesa e a manutenção do regime democrático; a luta contra a “subversão” e a corrupção; o restabelecimento da tranquilidade no país ameaçado pela inflação e desordens administrativas; e, por último, a garantia de melhores condições de vida para o povo.

Nesse aspecto, o seu pensamento assemelha-se ao de Armando Falcão. No entanto a defesa do ideário revolucionário logo é substituída por uma análise que visa apontar as causas do desvirtuamento dos objetivos originais da “revolução de 64”. Os sinais desse desvirtuamento encontram-se presentes desde o primeiro momento em que eclode a movimento golpista:

Infelizmente, como é normal acontecer após a vitória de todo movimento revolucionário, houve o choque de grupos, a luta de interesses, desviando a revolução de seus objetivos iniciais. E - pior ainda - o fracasso de tenta-

tivas ‘revolucionárias’ anteriores gerou a ideia de que seria indispensável uma depuração política. De fato, quase todos os revolucionários de 1964 vinham de tentativas frustradas de reorganização do país, tais como a ação que resultou no suicídio de Vargas em agosto de 1954, a desoladora experiência com Jânio Quadros, e o fracasso no impedimento da posse de João Goulart. Foi daí que se originou o círculo vicioso da violência. A depuração e a repressão inicial do movimento, como era natural; geraram reações; tais reações deram origem à maior repressão, e esta à mais reação. Como consequência de exacerbação da violência de parte a parte, acabou por surgir o “terrorismo”, a guerrilha rural e urbana, num ciclo como nunca se vira antes no Brasil e que se prolongou até 1974. (ABREU, 1980:256).

O primeiro grande desvirtuamento da “revolução de 64” foi a imposição de Costa e Silva. O fato de Castelo Branco tê-lo aceitado como seu sucessor foi um grande equívoco político. Castelo é descrito por Hugo Abreu como um homem de centro, “democrata convicto”, mas foi envolvido por radicais que o obrigaram a editar o AI-2.²⁶ Sentindo-se pressionado, Castelo não foi capaz de devolver o poder aos civis, ao contrário, optou por dar continuidade ao governo militar e passou a apoiar o nome de Costa e Silva.

Atente-se para o fato de que a “revolução”, segundo Hugo Abreu, previa voltar à normalidade institucional depois do governo Castelo. Por isso, considera que o governo Costa e Silva significou a permanência do governo militar para além do prazo que se julgava indispensável à colocação da “casa em ordem”. Costa e Silva, destacado como representante da “linha dura”, logo cedo demonstrou o seu “espírito liberal”. Porém o “círculo vicioso” já estava implantado, obrigando, com a sua violência e repressão, Costa e Silva a editar o AI-5.

A violência gerando violência levou o país a um prolongado período de guerrilhas internas. O “terrorismo”, os sequestros, as expropriações à mão armada deixavam perplexas populações que jamais haviam presenciado tais

26 O governo Castelo Branco editou o Ato Institucional nº 2 (27/10/1965) que, entre outras medidas, determinava a extinção dos partidos e a realização de eleições indiretas para a presidência da República e para os governos estaduais. Os militares de “linha dura” exigiram uma resposta do governo frente a vitória dos candidatos oposicionistas - Israel Pinheiro, em Minas Gerais e Francisco Negrão de Lima, na Guanabara - no pleito de outubro de 1965.

atos. (ABREU,1980:257).

Com a doença que imobilizou Costa e Silva, aumenta a ilegitimidade do governo dito revolucionário. O Vice-Presidente Pedro Aleixo foi impedido de assumir o governo por uma Junta Militar, apesar do apoio do Congresso. A junta governou em condições precárias. A impossibilidade do retorno de Costa e Silva e as dificuldades geradas pelo sequestro do embaixador norte-americano levaram a junta a proceder a uma “eleição” dentro das Forças Armadas, sendo Médici o escolhido. Sobre o seu governo, Hugo Abreu tece o seguinte comentário:

Viveu ele durante todo o seu mandato a situação política mais difícil desde a vitória do movimento de 1964. A guerrilha urbana e rural, já implantada no país, achava-se em plena ação, e a violência atingiu o apogeu; e não eram poucas as dificuldades sociais e políticas. Ao mesmo tempo, em contrapartida, a nação vivia uma fase de euforia econômica. (ABREU, 1980:257).

Ao iniciar o governo Geisel, a expectativa era da redemocratização do país. No entanto a sua ação foi limitada pelo espírito autoritário e pelo envolvimento com o “grupo oligárquico palaciano” que visava somente à manutenção dos privilégios do poder. Em suma, durante quinze anos de atuação da “revolução de 64”, esta não cumpriu os objetivos que preconizava no momento da sua deflagração:

- 1°. em vez de defender a democracia ameaçada, instituiu um sistema de governo autoritário, divorciado da realidade nacional;
- 2°. a luta contra a corrupção foi abandonada; esta constitui hoje uma praga daninha, a minar a autoridade do governo;
- 3°. a “subversão” foi realmente esmagada e, sob esse aspecto, restabelecida a tranquilidade no país, porque as causas não foram removidas e há uma insatisfação popular latente que poderá vir a explodir num futuro não muito remoto;
- 4°. o Brasil continua intranquilo, a nação sente-se ameaçada pela desorientação econômica, pela inflação ascendente - cujos indícios já são semelhantes aos de 1963 - pelo astronômico endividamento externo e pela intensiva desnacionalização de nossa economia;
- 5°. é inegável que o Brasil progrediu nesses últimos quinze anos, mas não houve distribuição da riqueza criada; ao contrário, a cada dia ela se concen-

tra mais nas mãos de uns poucos privilegiados, em detrimento da grande massa empobrecida.

A verdade é que o governo de exceção, que devia se limitar a pouco tempo – ao período do governo do Presidente Castelo Branco - acabou por se “eternizar”, entronizando o arbítrio como norma de ‘ação revolucionária’. (ABREU, 1980:258 e 259).

O caráter transitório da “Revolução de 64” assume aqui sua forma mais evidente. O pensamento de Hugo Abreu estrutura-se a partir dessa lógica, criticando com firmeza o longo tempo em que os militares permaneceram no poder. Ao fazê-lo, as Forças Armadas cometeram uma série de erros, especialmente o exagero na aplicação da tortura, que depois se tornou um trauma social não superado. Não podemos deixar de pontuar que o general foi um dos comandantes militares que atuou de forma decisiva na repressão desencadeada contra os guerrilheiros do Araguaia no período de 1970-73, governo Médici. Portanto essa posição de defesa de uma intervenção rápida dos militares na vida política do país parece contraditória com a sua prática política, muitos documentos ainda poderão vir à tona esclarecendo o seu papel de fato nesse episódio. O que já se sabe é que nas ações do exército brasileiro contra os guerrilheiros do Araguaia, foi o mais legalista e menos importante na definição de táticas de extermínio dos militantes naquela região entre os anos de 1972-1974.

Ainda relata a sua atuação durante a “revolução de 64”. Até 1974 o seu trabalho foi de caráter profissional: chefe do Estado-maior do Comando da Vila Militar, comandante do Batalhão de Guardas, adjunto do adido do Exército em Washington, comandante da Brigada Mista de Mato Grosso e comandante da Brigada de Para-Quedistas, momento em que participou do combate à Guerrilha do Araguaia. Apoiou integralmente o governo Castelo Branco, admirado como chefe militar e estadista. Discordou da imposição do segundo governo militar com Costa e Silva, pois não julgava correta a permanência de um governo de exceção. Manifesta-se em relação ao governo Médici, elogiando apenas o combate à guerrilha urbana e rural. No governo Geisel, teve atritos com o “grupo oligárquico palaciano” e divergiu do processo de abertura entendida como uma grande farsa. Em suma, saiu do governo porque estava convencido de que havia “conspiração contra o Brasil”.

O abandono dos ideais revolucionários leva-o a defender, de forma ardorosa, a democracia representativa. A concepção de democracia está sistematizada do

seguinte modo: “Democracia é democracia: é o governo de todos. Não pode ser relativa, nem é como ‘laranja’, conforme a concepção de um dos nossos ‘estadistas’. Na democracia, o governo é exercido pela maioria, assegurada a participação efetiva da minoria, ou das maiorias.” (ABREU, 1980:268).

Nesse segundo livro, *Tempo de Crise*, o seu distanciamento com o ideário da “revolução” se completa. A sua preocupação não é mais com o destino da revolução, mas apontar soluções concretas para a democracia. No entanto a democracia é compreendida nos limites formais, com garantias apenas no plano institucional.

No final desse segundo depoimento, Hugo Abreu aponta soluções para a crise nacional. Na área política, a anistia e a Convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte, garantindo organização partidária, eleições diretas em todos os níveis, independência dos poderes, direitos e garantias dos cidadãos e liberdade de imprensa. Na área econômica, mudanças no modelo econômico, com uma economia voltada para o homem, efetiva distribuição da riqueza, predominância da iniciativa privada, tratamento preferencial à empresa brasileira, defesa da economia nacional, maior apoio à agricultura e solução do problema energético. No campo administrativo: reforma tributária, austeridade, combate à corrupção e reforma do aparelho policial. No campo social, o problema básico é o da pobreza que implica valorização do trabalhador; a autonomia sindical, o direito de greve, a dinamização da previdência social, a assistência ao menor e a reforma agrária.

Nota-se, então, que os dois autores, A. Falcão e Hugo Abreu, apresentam algumas diferenças no entendimento do significado de 1964. Embora seja consenso que em 1964 ocorreu uma “revolução” no Brasil, interpretada como uma mudança na esfera do político que devolve ao país a “normalidade democrática”, a distância entre as duas visões se acentua, tendo em vista a imagem da “revolução de 64” que cada um construiu e as diferentes interpretações do processo “revolucionário” que ambos realizaram.

Para Armando Falcão, a “revolução” seguiu o seu curso: o governo Geisel e o governo Figueiredo continuaram a obra de Castelo Branco. As transformações das ideias originais revolucionárias foram naturais, pois a “revolução” foi uma obra humana, e, como tal, também cometeu as suas imperfeições. Mas a transformação foi estrutural e profunda: o Brasil modernizou-se e houve um fortalecimento do Estado. O sonho do “Brasil Grande” foi concretizado pela “revolução”. Armando Falcão ainda se queixa de que hoje não existe, por parte da opinião pública, nenhum reconhecimento da obra da “revolução”:

A Revolução só podia ser corretiva e não concessiva. Nem todas as pessoas, entretanto, depois de salva a Nação do pesadelo janguista-brizolista, se lembravam mais da ameaça às instituições, do caos econômico-financeiro, do desprestígio no exterior, da desordem generalizada em que submergia o Brasil a partir da renúncia de Jânio Quadros. (FALCÃO, 1989:274;275).

Na obra de Armando Falcão, o discurso memorialístico é construído no sentido da negatividade. O valor negativo é sentido em oposição aos discursos “não-revolucionários”. Assim, a nação esteve à beira do abismo com o governo Goulart e a “revolução” salvou o país do caos; o comunismo internacional por meio dos seus agentes internos tinha como objetivo destruir a civilização cristã ocidental da qual o Brasil faz parte; a oposição é anarquia, principal inimigo da democracia; a prisão dos “subversivos” visava preservar os interesses nacionais. A “revolução” salvou o país do caos, semeou as instituições políticas na garantia da democracia.

Para Hugo Abreu, a “revolução” não conseguiu objetivar o ideal da democracia, pois esse ideal sucumbiu ante a corrupção e a implantação do arbítrio. O ápice desse desencadeamento, com a obra da “revolução”, situa-se na ascensão de Figueiredo à Presidência da República em 1979. Entretanto sinais de desvirtuamento já estão presentes no “Pacote de Abril de 1977”, decretado por Geisel, fruto da manobra do “grupo oligárquico palaciano”.

Segundo Hugo Abreu, o único ideal alcançado pela “revolução” foi o combate à “subversão”, em que ele desempenhou um papel de destaque ao assumir o comando da Brigada de Para-quedistas que estancou os movimentos de guerrilha, rural e urbana durante o governo Médici.

Após a análise das memórias de Armando Falcão e Hugo Abreu acerca de ideias de revolução e o significado do Golpe de 64, sentimos a necessidade de contextualizar historicamente a dinâmica entre revolta e revolução que estava em jogo nos anos sessenta no âmbito dos governos, movimentos sociais, partidos políticos e da intelectualidade. Desse modo, seria muito anacronismo aferir a essa década à problemática da democracia, tal qual estabelecida posteriormente e ainda não totalmente consolidada no nosso presente. O tema recorrente que mais mobilizava as práticas sociais e políticas das esquerdas²⁷ era o da “Revolução Brasileira”, hoje

27 O termo esquerda é aplicado aqui para se referir às organizações políticas que têm no socialismo o objetivo para transformação da sociedade. Para instrumentalizar a sua luta, reivindica o marxismo como fonte inspiradora das suas práticas. Nos anos 60 e 70, as divergências internas e a reformulação

tão esquecida.

No pós-64, as interpretações da revolução que apostavam na aliança com a burguesia, mais precisamente com as políticas reformistas do governo João Goulart, foram fortemente abaladas e caíram por terra, especialmente o Partido Comunista Brasileiro (PCB), que preconizava uma revolução democrática e nacional. Nas polêmicas estabelecidas por uma nova esquerda questionavam-se os limites das teorias e modelos clássicos revolucionários para apreender a dinâmica histórica da ação espontânea das “massas”. Sem dúvida, que novas concepções de poder surgiram imersas na paixão das utopias, presentes nas manifestações estudantis de 1968 na França, Alemanha, Brasil entre outros, formando os novos imaginários de revolta e revolução, orientando novas referências teóricas no campo da revisionismo marxista e permitindo o debate em torno do socialismo e da democracia.

Basta lembrar que aqueles anos foram, sem dúvida, anos revolucionários expressos na guerra de guerrilhas no Vietnã e revoltas estudantis na China, conhecidas como revolução cultural, lideradas por Mao-tse-tung. Ondas revolucionárias no Brasil e no mundo produziram imagens que povoaram a imaginação de homens e mulheres engajados na luta política do seu tempo. O ideal romântico da revolução passou a se inspirar na guerra de guerrilhas (vitória dos guerrilheiros do Vietnã contra o mais poderoso exército do mundo) e nos seus principais atores políticos, Che Guevara e Régis Debret²⁸.

No Brasil, Lamarca e Marighella, principais expoentes da guerrilha urbana, propunham a destruição da ditadura militar e do capitalismo e a construção de

de algumas posições no interior da esquerda brasileira permitiram sua total fragmentação, originando várias organizações. Para uma visão mais abrangente, ver os estudos já consagrados de GOREN-
DER, Jacob. *Combate nas Trevas – A Esquerda Brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo: Ática, 1987 e RIDENTI, Marcelo. *O Fantasma da Revolução Brasileira*. São Paulo: Ed. da Unesp, 1993. REIS FILHO, Daniel Aarão. *A Revolução Faltou ao Encontro: Os Comunistas nos Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1989.

28 O grande abalo do imaginário da revolução foi o assassinato de Che Guevara na Bolívia em 1967, permitindo um início de revisão da teoria revolucionária baseada no foquismo e representando o fim da saga heróica do indivíduo que almeja derrubar o governo com apenas trinta homens sob o seu comando. Quarenta e cinco anos após a sua morte (2012), devemos lembrar que para Guevara antes da Revolução prevalecia o homem (coletivo) e é esse caráter de exemplaridade que permite a sobrevivência do mito, cuja fundamentação ideológica se explica no contexto do romantismo revolucionário próprio da década de sessenta.

uma sociedade socialista, regida por uma profunda e radical transformação social, política e econômica. Segundo Daniel Aarão Reis, as esquerdas revolucionárias: “Imaginavam o capitalismo enredado em contradições insanáveis, e que a sociedade estava madura para a aventura revolucionária. E desencadearam ações armadas com o objetivo de conduzi-la nesta direção com uma ousadia e uma determinação sem limites. Não mais estavam dispostos a permanecer uma tradição estóica de morrer pela revolução, mas se sentiam dispostos, se fosse o caso, a matar por ela” (REIS FILHO, 2004:47-48). Entretanto esse espírito ofensivo não foi capaz de encontrar respaldo na sociedade e termina aniquilado pela polícia política da ditadura.

A legitimidade do debate em torno da tão sonhada “Revolução Brasileira” também alcançou os golpistas, que logo trataram de ressignificar o conceito de revolução atribuindo ao seu próprio movimento esse caráter. Projetou-se a imagem da “Revolução de 64” como o ano zero em que o Brasil seria o país do futuro, combatendo o comunismo e a corrupção em nome da democracia e da civilização cristã.

É certo que os militares não conseguiram impor sua versão no presente ao apelidarem o seu movimento de “Revolução” ou em alguns casos de “Contrarrevolução”²⁹. Mesmo entre os vitoriosos de 64 esse pensamento também não é hegemônico. Em depoimento do General Ernesto Geisel, datado de 1981, ele esclarece: “o que houve em 1964 não foi uma revolução. As revoluções se fazem por uma idéia, em favor de uma doutrina”.³⁰ Para além da “batalha das memórias”, a historiografia incumbiu-se de desmistificar tal pretensão ao denunciar o golpe dirigido contra a incipiente democracia política brasileira, fundada na tentativa de implantar as reformas de base que foram orientadas pela enorme politização das organizações dos trabalhadores no campo e na cidade e pelo amplo e rico debate ideológico e cultural que contaminava diversos setores da sociedade. Mas o golpe contra Goulart visou estancar essa demanda de ampliação da cidadania no Brasil, e retrocedemos no tempo com a repressão desencadeada contra as organizações políticas e os movimentos sociais de orientação popular.

29 Alguns militares, ao utilizarem o termo Contrarrevolução, enfatizam o caráter preventivo do movimento que, segundo eles, teve como principal objetivo impedir a “Revolução Anarco-sindicalista” colocada em curso pela dupla Jango-Brizola.

30 Apud GASPARI, Elio. A ditadura Envergonhada. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p.138.

3 – Prática da Tortura: Carlos Alberto Brillhante Ustra, Amílcar Lobo e Marco Pollo Giordani.

A preocupação que norteia a narrativa, em Carlos Alberto Brillhante Ustra Amílcar Lobo e Marco Pollo Giordani, não é exatamente entender os mecanismos de implantação do regime militar e os seus desdobramentos, como é caso de Armando Falcão e Hugo Abreu. Elegem esses autores como questão central nos seus relatos a prática da tortura, apoiando o exercício rememorativo, tecendo distintas leituras (e releituras) do processo no qual figuram como agentes cumpridores das ordens vindas da hierarquia militar.

Para melhor compreender a construção dos argumentos constituintes da memória política sobre a tortura praticada no período militar, selecionamos trechos dos livros em que é perceptível a maneira como estruturam a defesa e a justificativa do uso da tortura no âmbito do Estado.

O coronel Carlos Alberto B. Ustra defende ardorosamente o combate à “subversão” e escreve para provar que nunca se envolveu com os mecanismos de tortura, mesmo porque esta não existiu. O tenente Marco Pollo Giordani não apresenta esse compromisso em provar ou não o seu envolvimento com a tortura, ele é o mais explícito na crítica aos “terroristas” e admite a existência da tortura justificada pela emergência da “guerra revolucionária”. Seus interlocutores são os membros da esquerda armada que insistem em distorcer os acontecimentos do período, colocando-se como vítimas dos legítimos governos militares. Na construção do discurso memorialístico, Ustra e Giordani operam com oposições invertendo os termos e atribuindo-lhes uma valoração ideológica de acordo com a sua visão dos acontecimentos do período.

Amílcar Lobo poder ser considerado uma exceção frente ao patriotismo manifesto de Ustra e Giordani. Ao relatar os casos de tortura coloca-se como vítima das engrenagens perversas do aparato repressivo. Foi apenas um cumpridor de ordens vindas de “cima”. Ao se posicionar nessa condição, o médico confirma com

o seu depoimento de que a tortura não estava submersa apenas nos “porões”³¹, obedecia ao comando da alta hierarquia militar.

Ao comentar a “calúnia” lançada por Bete Mendes, o coronel Ustra mostrou-se indignado com o tratamento que recebeu por parte da imprensa, dos parlamentares e dos movimentos em Defesa dos Direitos Humanos, que solicitaram o seu retorno ao Brasil. Essas associações apresentaram à opinião pública os combatentes do “terrorismo” como assassinos e corruptos e os “subversivos” ou “terroristas” como “pessoas indefesas que sofreram porque lutavam contra ditadura.” (USTRA, 1987: 22). Ao que parece, no dizer de Ustra as esquerdas ignoravam que os episódios da “guerra suja” basearem-se em informações e contrainformações que tiveram que ser planejadas e comandadas nos “porões” com sigilo e adoção de práticas inusitadas.

Coloca-se como o militar escolhido para ferir a imagem do Exército, dada a sua atuação no combate à guerrilha urbana durante quatro anos em São Paulo. Ao se eximir de qualquer responsabilidade no que diz respeito ao crime da prática de tortura, ele é apenas uma vítima da orquestração iniciada pela deputada e instigada pela imprensa. Tal acusação ocasionou prejuízos morais no âmbito familiar e privado (parentes e amigos) e, a nível público, prejudicou o exército.

Impressiona o sensacionalismo que Ustra atribui ao surgimento da ALN em 1967, destacando Carlos Marighella como o “ideólogo do terror”: “Assim surgia no Brasil uma organização terrorista das mais atuantes e das mais sanguinárias, tendo como um de seus líderes - Carlos Marighella - a Ação Libertadora Nacional (ALN).” (USTRA, 1987:40). A importância dada a essa organização é tão marcante em Ustra, que ele analisa a proliferação das organizações de esquerda em 1968, a partir do ideário do “terror”, cuja orientação foi dada por Marighella

31 A expressão “porões” foi utilizada no título do livro de memórias do general Raymundo Negrão Torres, *Nos Porões da ditadura: fatos que a esquerda finge ignorar e a falácia do militarismo no Brasil*, publicado em 1998. O livro foi prefaciado pelo coronel de reserva e ex-ministro Jarbas Passarinho. Sobre o título escreveu: “[...] a esquerda adotou vários clichês em sua campanha de descrédito contra as Forças Armadas: anos de chumbo, porões da ditadura, exército de ocupação, etc. Foi exatamente um deles que escolhi para identificar a obra que mostra visões ignoradas dos tais “porões”, expressão inclusive surpreendentemente encampada por memorialistas e depoentes com atuação em andares autoritários muito superiores”. (TORRES, 1998:19)

em junho de 1968, ao publicar em vários idiomas o “Minimanual do Guerrilheiro Urbano”.

Não podemos deixar de sinalizar que o líder da ALN, o baiano Carlos Marighella, foi um dos primeiros a adotar os ideais revolucionários cubanos ao participar do Congresso realizado em 1967 da OLAS (Organização Latino-Americana de Solidariedade), momento em que se torna evidente o distanciamento dos cubanos da linha de Moscou. A América Latina deveria transformar-se em “um, dois, três Vietnãs”. Ao participar dessa conferência, Marighella retorna ao Brasil adotando estratégias da guerra de guerrilhas, rompe com o PCB e escreve “Alguas Questões Sobre a Guerrilha no Brasil”. Escrito dez dias após o assassinato de Che Guevara ocorrido na Bolívia em 1967, o livro foi dedicado à sua memória. O texto muda a história do Brasil no sentido de colocar a Revolução na ordem da ação imediata. Os dois personagens, Guevara e Marighella, guardadas as devidas proporções, influenciaram uma geração e até hoje suas ações e teorias revolucionárias são discutidas e tidas como referencial importante no pensamento das esquerdas latino-americanas.³²

De volta à narrativa do coronel Ustra, notamos que ele busca apresentar ao leitor a estrutura das organizações de esquerda existentes no período, atribuindo-lhes um esquema tão sofisticado na tentativa de convencer sobre a real existência de um “inimigo” militarmente bem preparado. Ao exagerar na construção desse “inimigo”, Ustra abriga-se confortavelmente na imagem de vítima dessa guerra, pois ante a “grandeza do inimigo” o exército brasileiro e ele próprio tiveram que se “esforçar” para vencer a guerrilha urbana.

Consideramos que os participantes da luta armada no Brasil nesse período foram poucos em termos quantitativos. Entendemos que a importância militar e a disponibilidade de recursos que Ustra insiste em reforçar são próprias de uma leitura da realidade, que busca legitimar a sua posição frente ao poder ao qual adere.

Ustra mostra-se como um especialista das organizações de esquerda. Fornece alguns dados e indica que, no primeiro semestre de 1972, 138 militantes haviam se especializado no exterior, participando dos cursos de guerrilha em Cuba. Transcreve um documento elaborado pelo DOI/CODI/II Ex. sobre o objetivo

32 Retornaremos à discussão sobre Carlos Marighella na segunda parte do livro a partir da versão construída pelo dominicano Frei Betto no livro *Batismo de Sangue* e pelo historiador Jacob Gorender em sua obra *Combate nas Trevas*.

do “ponto”, entendido como um meio mais simples de comunicação entre os militantes. O conhecimento sobre a finalidade e estrutura do “aparelho” foi elaborado em 1970, a partir de documentos apreendidos em poder de “terroristas”. Sobre as normas de conduta individual do militante, afirma que deveriam seguir as regras de segurança, variando de organização para organização. Descreve as normas de conduta que os militantes deveriam seguir nos interrogatórios, obtidos através da apreensão de documentos em “aparelhos neutralizados”.³³

Apresenta uma lista com noventa e nove ações armadas praticadas pela ALN-MRT-REDE e MOLIPO, com datas e nomes dos “subversivos” envolvidos. Salienta que é parcial. As características dessas ações são descritas da seguinte maneira:

Durante os anos de 1970 a 1973, foram realizadas pelas Organizações Subversivas Terroristas inúmeras ações armadas com as mais diversas finalidades como: roubo de armas; roubo de material para falsificação de documentos; obtenção de recursos para a manutenção dos terroristas; roubo de material tipográfico, de disfarce e de medicamentos; intimidação da população. (USTRA, 1987:219).

Ustra tem um total conhecimento da organização a que pertencia a deputada Bete Mendes, a VAR-PALMARES. Possui um verdadeiro arquivo, indo desde a sua fundação em 1969, resultado da fusão da VPR e COLINA, até a sua completa desarticulação em 1973. Destaca também informações minuciosas sobre o Setor de Inteligência da VAR-PALMARES, ao qual pertencia Bete Mendes. Os detalhes que Ustra detém sobre a organização é significativo de uma profunda

33 No acervo do DEOPS/SP, localizado no Arquivo Público do Estado de São Paulo, constam diversos relatórios produzidos por órgãos do aparato repressivo brasileiro. Encadernados, com capa dura, dedicatória, introdução e divisão em partes, formam volumes que buscam sistematizar informações das diversas organizações da esquerda armada, especialmente sobre aquelas que atuaram em São Paulo. Eles contêm nomes e codinomes, função dos integrantes e ações praticadas, além de informações pessoais (endereço, filiação, profissão, etc.). Os livros também apresentam textos com a versão oficial sobre a história dessas organizações (origem, formação teórica, lideranças, ações, perspectivas). Como exemplo pode ser citado o livro sobre a VPR, um da ALN (1973), MOLIPO, PORT, FRENTE e FRAÇÃO, também datados de 1973. Ainda um relatório do Departamento de Polícia Federal do Ministério da Justiça sobre “Elementos banidos do território nacional pelo decreto no. 68050 de 13/01/1971”.

análise realizada pelos órgãos de segurança sobre as organizações de esquerda.

Relata a primeira prisão da deputada Bete Mendes em 12 de agosto de 1970 em conjunto com mais treze jovens. Rememora o diálogo com a atriz afirmando a admiração que nutria por ela, devido ao seu trabalho na televisão. Ustra sentiu-se consternado com a situação dos jovens. Chegou a ferir os regulamentos, diz ele, para que fossem liberados após julgamento. Acreditando que esses jovens deveriam ser recuperados para a sociedade, promoveu reuniões entre pais e filhos e tomou a seguinte medida:

Enquanto os dias se passavam. Oficiais do Exército, alguns com o Curso de Psicologia, iam entrevistando esses rapazes e moças. Discutiam com eles os problemas brasileiros, a “subversão”, o “terrorismo” e as suas conseqüências. Os livros e os artigos para leitura deveriam induzi-los a uma profunda meditação e a olhar a vida sob outro ângulo. (USTRA,1987:273).

A medida adotada estendeu-se e tornou-se uma atitude recorrente do DOI/CODI com relação a outros jovens presos. Ustra reproduz vários documentos que comprovam o envolvimento de Bete Mendes nas mais variadas situações, próprias da militância política. A alusão a oficiais com especialização em psicologia é sintomático, visto que os recursos no emprego de técnicas de tortura aplicadas em presos políticos contou com procedimentos do campo da Psicologia. A finalidade era a de avaliar os limites do corpo e do comportamento para obtenção de confissões tão necessárias à política de combate à “subversão”.

O ano de 1969, na visão de Ustra, é catastrófico. Estamos no governo Costa e Silva e o “terrorismo” aumentava com o assassinato de sentinelas nos quartéis; viaturas militares assaltadas; militares fardados atacados nas vias públicas e obrigados a dar “vivas ao comunismo”; rotinas dos assaltos a bancos; aviões sequestrados e desviados para Cuba; bombas lançadas contra quartéis, delegacias de polícia, repartições públicas e órgãos de imprensa. Diante de ações tão bem planejadas e, ainda, “recheadas de cunho ideológico”, a Polícia Civil e as Polícias Militares estavam completamente despreparadas e sofriam reverses.

Ao relatar a versão do sequestro do embaixador norte-americano que atribui à ALN e ao MR-8, frisa que o governo brasileiro não negociou com os “terroristas”: “(...) Como não tivesse outra opção, cedeu às imposições que lhe foram feitas, tudo com o objetivo de salvar a vida de um homem que estava no Brasil

em missão diplomática.” (1987:63).³⁴A localização da casa, onde os autores do sequestro escondiam o embaixador, já era de conhecimento da polícia, e não invadiram o “aparelho” para evitar o assassinato do diplomata.

Especial atenção é dada ao sequestro do Embaixador da Alemanha Ocidental. Em 1970, a ALN e VPR sequestram o diplomata, libertando 40 presos que viajaram para a Argélia: “O objetivo do sequestro foi o de libertar os militantes que por saberem demais, poderiam comprometer a segurança das organizações terroristas.” (1987:90).³⁵ Essa interpretação sobre a razão que os militantes das organizações teriam para libertar seus presos é bastante conveniente com a sua versão de que não houve tortura no país. Assim, os presos não eram libertados por estarem sofrendo torturas, mas porque colocavam em risco suas próprias organizações.

Finalizando a descrição dos atos de “subversão” pelos “terroristas”, comenta o sequestro do Embaixador suíço. Ustra enfatiza a participação de Lamarca e Alfred Syrkis na preparação e no desenvolvimento da ação armada que se revelou um fracasso, segundo ele:

Quando o Governo decidiu não liberar os 13 presos, uma facção da VPR quis “justiçar” o Embaixador. LAMARCA e “FELIPE” (Alfred Syrkis), não concordaram e votaram contra esta medida extrema por não considerarem, politicamente, adequadas. Houve, em conseqüência, um sério atrito entre Lamarca, os demais membros da VPR e “ALDA” que optavam pela morte do Embaixador. (USTRA, 1987:98)

Finalmente, no dia 13 de janeiro de 1971, setenta presos foram liberados e banidos para o CHILE. Em 16 de janeiro, o embaixador Giovanni Enrico Bucher foi solto, depois de 41 dias de sequestro. Ustra relata que o sequestro foi considerado uma derrota política para a VPR e foi uma das causas que provocaram a saída de Lamarca e de sua companheira Yara (codinome Célia) da organi-

34 As várias nuances do sequestro do embaixador norte-americano será analisada a partir do livro do jornalista Fernando Gabeira *O Que é Isso Companheiro?*, 1979, considerado o clássico do romance-depoimento sobre a ditadura militar no Brasil.

35 A versão do sequestro do embaixador alemão e de outros sequestros de diplomatas será discutida no próximo capítulo a partir da obra de Alfred Syrkis, *Os Carbonários – Memória da Guerrilha Perdida*, 1980, e de outros memorialistas dos tempos de repressão política no Brasil.

zação e o seu ingresso no MR-8, no final de março de 1971.

A preocupação do autor sempre foi com as vítimas do “terrorismo”. Relata a morte em 1968 de um jovem soldado, Mário Kozel Filho, e de outros feridos. Observa-se, na narrativa, ao discorrer sobre esse episódio e o subsequente - morte do capitão Chandler -, a construção do mito do herói, vítima da “subversão”. Apoiar o seu relato em fotografias e notícias de jornais para evidenciar a “barbaridade” cometida com o assassinato do Major José Julio T. M. Filho, cujo enterro contou, entre vários presentes, com os generais Sylvio Frota e Hugo Andrade Abreu. Cita, ainda, vários casos de vítimas da “subversão”.

Ustra tenta provar que as vítimas das organizações subversivas não eram só policiais, mas também os próprios militantes que divergiam da atuação da organização. Esse assassinato, denominado de “justiçamento”, era justificado pelo risco de delação que a organização poderia correr. Cita o exemplo de um militante da ALN morto pelos próprios membros da organização a que pertencia. Para confirmar a sua versão reproduz, no livro, um panfleto deixado pela organização no local do assassinato. Transcreve um trecho do livro *Os Carbonários: Memória da Guerrilha Perdida* em que Alfred Syrkis – conhecido pelos codinomes de Hélio e Felipe – diz que a esquerda não só morria no DOI/CODI, mas também era vítima do próprio stalinismo das organizações. Aqui fica evidente o uso de memórias de ex-militantes da esquerda armada para auto-afirmação da veracidade do seu testemunho.³⁶

Ainda descreve como a ALN abandonava os seus quadros quando estes corriam perigo de vida. Cita o caso de “Careca”, que, ferido durante um tiroteio com a polícia, consegue escapar, mas não recebe nenhuma assistência médica, obrigado a se entregar para as autoridades, caso contrário morreria. O que Ustra insinua é que as organizações subversivas não ofereciam segurança para os militantes tampouco eram solidárias no momento em que estes mais precisavam. Contudo não diz claramente que esse momento era o de confinamento nos cárceres da maior parte deles que caíram nas mãos da repressão. O saldo foram organizações fragilizadas, não restando muitas opções senão os sequestros de diplomatas, assaltos a bancos entre outras ações armadas na tentativa de manter a clandestinidade e resgatar os companheiros sob tortura na prisão.

Outra questão importante no relato de Ustra é a análise que faz do compor-

36 No contexto de autocrítica da luta armada veremos na segunda parte do trabalho, o real significado das afirmações do memorialista Alfred Syrkis.

tamento dos “subversivos” na prisão. Segundo o autor, os militantes reproduziam dentro do cárcere a prática que tinham lá fora. Eles montavam um “aparelhão”, organizando um Comitê Central do Presídio; Comando Revolucionário do Presídio; Comitê de Recepção e “processo de reeducação política”.

Na cela, nada era resolvido sem a ordem e o conhecimento do chefe político do local. Este levava ao chefe político do pavilhão todas as dúvidas, sugestões, reivindicações e necessidades dos seus subordinados. Os chefes dos pavilhões reuniam-se, periodicamente, com os membros do Comitê Central do Presídio. As soluções, portanto, eram tomadas pelo “Comando Revolucionário do Presídio” e deveriam ser acatadas por todos: “(...) Deste modo todo militante, ao deixar o Presídio, seria um “quadro” com sua convicção ideológica reforçada e com um verdadeiro curso sobre “subversão” e “terrorismo”.” (USTRA, 1987:115;116).

Ustra também se reporta a uma greve de fome ocorrida em 1972, cujo motivo foi a separação dos “presos subversivos”, que seriam redistribuídos em vários presídios. Essa medida foi autorizada pela Justiça Militar de São Paulo com vistas a dismantelar o “Comando Revolucionário do Presídio”:

A reação se fez de imediato, culminando com uma greve de fome. Até altas autoridades eclesiásticas se viram envolvidas pelos acontecimentos e fizeram constantes apelos e palestras em favor dos presos e solicitando que o Governo aceitasse as suas reivindicações, mantendo-os juntos num único Presídio. (USTRA, 1987:116).

As reivindicações foram aceitas pelas autoridades e continuou a vigorar o “aparelhão”. A autoridade eclesiástica à qual se refere é o Dom Paulo Evaristo Arns, Cardeal de São Paulo. A greve de fome de 1972 é contada nos livros Resistir é Preciso de Alípio de Freitas e Batismo de Sangue de Frei Betto, dando-lhes outra contextualização que tem por base a luta de resistência à ditadura militar. Tais relatos confirmam que as versões dadas aos acontecimentos do período estão de acordo com a posição desses sujeitos frente ao poder.

Outro aspecto do livro do coronel é a descrição dos procedimentos empregados no interrogatório dos presos políticos, que deviam seguir a seguinte instrução:

Quando a prisão era planejada, a Turma do Interrogatório Preliminar já o aguardava com a documentação referente a ele, preparada pela Subseção de

Análise. Sabíamos pela sua ficha: seus codinomes, organização a qual pertencia, ações armadas em que tomara parte, localização do seu “aparelho”, seus contatos e outros dados. (USTRA, 1987:159).

A última fase do interrogatório era uma “Declaração de Próprio Punho” onde o “terrorista” deveria escrever tudo sobre a sua militância política. Depois seguia para o DOPS, onde era ouvido em Inquérito Policial e, dependendo do caso, era encaminhado para o Presídio Tiradentes, onde aguardaria o julgamento.

A partir da sua versão sobre os interrogatórios, condena os livros de esquerda que dizem serem essas declarações impostas ao preso para que copiassem e assinassem. Ou mesmo, que se usava o capuz nos interrogatórios para que os presos não reconhecessem aqueles que os interrogavam. Como também é falso o relato de ida de familiares dos “terroristas” para pressioná-los a falar no interrogatório. Cita o exemplo de um casal de presos o qual, no livro *Brasil: Nunca Mais*, relata que os seus filhos foram levados no ato do interrogatório, como ameaça de torturá-los, caso não falassem a verdade. Fica indignado com tal depoimento e salienta que só se levavam familiares de presos, quando estes estavam também envolvidos na organização. No caso de crianças, não tendo parentes, ficavam sob a guarda de uma moça, Sargento da Polícia Feminina, e eram levados todos os dias à prisão para visitarem os pais. Tudo isso para não mandarem essas crianças para o Juizado de Menores.

Ustra trata exclusivamente da VPR e a tentativa de implantação da guerrilha rural no Vale do Ribeira, São Paulo, em janeiro de 1970. Descreve a luta no combate à guerrilha, onde sofreu a perda do Tenente Mendes, justificado pelos guerrilheiros.

Contesta a ideia de que o exército brasileiro se valeu dos ensinamentos sobre táticas guerrilheiras fornecidas por instrutores norte-americanos. Admite apenas o uso de manuais do Exército Americano como fonte de consulta ao combate à guerrilha, através do uso do “Martelo” e da “Bigorna”. Ou seja, enquanto se monta o cerco e se impede a saída da zona guerrilheira, outra tropa avança contra o inimigo. Observa que essa tática não foi adequada para o combate aos guerrilheiros do Vale do Ribeira,³⁷ mas serviu para liquidação da guerrilha do Araguaia.

37 O episódio conhecido como a Guerrilha no Vale da Ribeira consistiu no cerco aos cinco guerrilheiros da VPR — Vanguarda Popular Revolucionária, organização de guerrilha comandada pelo

Mas os erros nos serviram de lição. Mais tarde, quando os guerrilheiros tentaram implantar no Sul do Pará outro foco guerrilheiro, os nossos efetivos foram reduzidíssimos. Empregou-se outra tática de combate. Os homens eram adestrados, acostumados com a selva, viviam e moravam na região como se fossem civis. Utilizou-se, ao máximo, os mateiros como guias e procurou-se obter o apoio irrestrito da população que denunciava cada passo dos guerrilheiros.” (USTRA, 1987:83).

Para Ustra, a partir do segundo semestre de 1970 intensificaram-se as ações das “organizações terroristas” contra as viaturas policiais do Exército e a própria população. Diante dessa avaliação, conscientiza-se de que a melhor defesa é o ataque.

Ciente de que não poderiam ficar na defensiva conta, com orgulho, o feito da Turma de Busca e Apreensão em Porto Alegre que estourou um “aparelho” do comando nacional da ALN. Ainda elogia Romeu Tuma³⁸, Delegado de Polícia na época, pelo apoio prestado para o sucesso da operação. Destaca que, no “aparelho”³⁹, encontraram planos em que visavam sequestrar um dos diretores da Ford do Brasil.

Vivíamos num contexto de “guerra revolucionária”, sem fronteiras, não

ex-capitão Carlos Lamarca —, no Vale do Ribeira, região de São Paulo em 1970.

38 Romeu Tuma foi diretor geral do DOPS paulista de 1977 a 1982, quando se tornou superintendente da Polícia Federal no Estado, e em 1985, exerceu a função de diretor geral do órgão. Durante sua gestão, o chamado “boi gordo” foi confiscado no âmbito do Plano Cruzado, foi descoberta a ossada do nazista Joseph Mengele, e houve a captura de Tommaso Buscetta, o mafioso cujas confissões ajudaram a desmantelar parte das máfias italiana e americana presentes no Brasil. Permaneceu dirigindo a Polícia Federal até 1992, já no governo Collor quando também acumulou o cargo de Secretário da Receita Federal do Brasil. Em 1994 disputa sua primeira eleição e é eleito senador de São Paulo pelo PFL. Concorreu à prefeitura de São Paulo em 2000, obtendo o quarto lugar. Reelege-se senador em 2002 onde manteve o cargo de corregedor. Em 2007 filia-se ao PTB. Faleceu em 26/10/2010.

39 O termo “aparelho” foi utilizado pela repressão para designar o lugar onde os militantes políticos viviam na clandestinidade. Normalmente, eram apartamentos ou casas alugadas, mantidas pela organização por um período curto de tempo. Funcionavam também como lugar de reuniões e planejamento das ações armadas. A tática da repressão consistia em descobrir o funcionamento dos aparelhos, pois além de prender militantes coletavam documentos com dados da organização contendo, às vezes, informações das próximas ações armadas.

convencional, as “organizações terroristas” eram bem estruturadas e recebiam do exterior dinheiro, armas e munições. Interessante observar que Ustra não subestima o inimigo. Ao contrário, sabe que este é bem preparado, inclusive com cursos de guerrilhas no exterior, notadamente em Cuba. Na realidade, era o exército que estava despreparado para enfrentar uma guerra com tais características. Assim, a ideia de uma “guerra revolucionária”, no pensamento do Ustra, está condicionada ao pavor do “perigo vermelho”, tão comum nas Forças Armadas para justificar atitudes antidemocráticas.

Segundo Ustra, aqueles que acusam os métodos de interrogatórios utilizados pelo exército, em especial no DOI/CODI/II Ex. em São Paulo, alegam que presos inocentes eram mantidos sob intensa pressão e reclamam das invasões domiciliares sem mandados judiciais. Justifica que os policiais desconhecem que é impossível combater o “terrorismo”, tendo como amparo leis normais aplicadas a cidadãos comuns. Os acusadores devem entender que “Os terroristas não eram cidadãos comuns.” (USTRA:1987:157). Desse modo, não sendo um cidadão comum, quem era o “terrorista” na visão de Ustra? Vejamos:

O terrorista é um combatente que optou por um tipo de guerra, a Guerra Revolucionária. Dentro deste contexto ele milita no âmbito da organização clandestina; é preparado ideologicamente; recebe recursos materiais de uma potência estrangeira; é aperfeiçoado em cursos nesses países interessados em apoiar essa Guerra; recebe nomes falsos e codinomes; vive na mais absoluta clandestinidade; possui mecanismos de segurança extremamente eficientes, onde a compartimentação os isola na maioria dos seus companheiros; e vive infiltrado no seio da população; não usa uniformes; ataca sempre de surpresa; sequestra, mata, assalta e rouba em nome de seu ideal revolucionário; vive em ‘aparelhos’; combate no seio da sociedade que pretende destruir; vive a saldo de uma Organização para a qual dedica todos os seus dias. (USTRA, 1987:157).

Por ser guerrilheiro e possuir uma ideologia revolucionária, o “terrorista” vê perfeitamente como legítimo o direito de assaltar, emboscar, sequestrar, roubar e assassinar. Tudo pela causa da “justiça revolucionária”. Nesse contexto, o governo entendeu que, aplicando métodos de combate aos marginais, não conseguiria vencer a guerrilha. Ela continuava crescendo e abalando as nossas instituições democráticas. Portanto, ou as Forças Armadas acabavam com a guerrilha apro-

priando-se dos seus métodos, ou o Estado seria derrotado. Seguindo esse raciocínio, Ustra expõe o comportamento ambíguo do guerrilheiro, quando este se encontra na defensiva ou no ataque:

Quando as Forças Armadas, com determinação, enfrentam à Guerrilha, o guerrilheiro exige ser tratado de acordo com as leis que amparam o cidadão comum, intitula-se preso político, denuncia arbitrariedades.

Quando o guerrilheiro ataca, ele é um combatente que julga ter o direito de fazer justiça com as próprias mãos. Quando ele é atacado, exige que seja tratado como um cidadão comum.

(...)Assim, tanto para a Guerra Convencional, como para a Guerra Revolucionária, é absolutamente certo o ditado que se generalizou: ‘GUERRA É GUERRA.’ (USTRA,1987:158).

Com tais afirmações, o coronel contradiz o propósito inicial do livro que foi o de não admitir nenhum envolvimento na prática da tortura. A lógica dos interrogatórios aplicados no DOI/CODI, órgão comandado por ele por quatro anos, não seguia os padrões de leis e normas aplicadas aos presos comuns. Ou seja, segundo esse raciocínio, além do preso político não ser considerado um cidadão, ele foi tratado com mais severidade do que o dito “marginal” que praticou crimes considerados e julgados na justiça comum. Os militantes em sua maioria foram julgados por tribunais militares.

Outro tema abordado refere-se à política de segurança. Diz ele que a Presidência da República, frente à realidade do “terrorismo” alastrando-se pelo país, expediu um documento intitulado “Diretriz Presidencial de Segurança Interna”, em setembro de 1970, com vistas a neutralizar os movimentos “subversivos”. Criaram-se, então, diversos órgãos para esta finalidade.

A função do DOI (Destacamento de Operações e Informações) foi combater as organizações “subversivas”, sua estrutura material e o pessoal que dela fazia parte. Além disso, um fator essencial era impedir qualquer possibilidade de reorganização. Em São Paulo, o DOI foi criado em substituição à OBAN (Operação Bandeirantes, 1969) e contava com o maior efetivo (250 homens). De 1970 a 1974, foram criados dez DOI/CODI em vários estados da federação, sendo o de Porto Alegre datado de 1974. Segundo o autor, o efetivo total do exército brasileiro empregado na luta contra-”subversão” foi no máximo de 400 homens do DOI e 50 do Centro de Informações do Exército, localizado em Brasília. Para

Ustra, esses 450 homens perfazem um número total insignificante, portanto ele não compreendeu a “campanha da esquerda” para que o Exército retornasse à caserna: “O que o Exército fez para combater a “subversão” e o “terrorismo” foi adotar uma linha de ação genuinamente brasileira e que serviu de ensinamento para vários outros países.” (USTRA, 1987:127).

Aqui temos, evidentemente, a admissão da tortura como especialidade exclusivamente brasileira, exportada depois para alguns países do Cone Sul. Contudo esse orgulho exagerado do coronel não corresponde exatamente à verdade; sabemos hoje da influência dos franceses e americanos na formação teórica e prática dos nossos militares. A justificativa de Ustra é válida apenas quando pensamos que a técnica do “pau de arara” foi desenvolvida pelos torturadores brasileiros e levada para outros países.

Quando assume o comando do DOI/CODI em São Paulo, este se encontrava com péssima infra-estrutura. Além de uma reformulação organizacional na estrutura do DOI/CODI, outra medida foi a de colocar um mastro para o hasteamento da bandeira, para com isso alimentar o culto ao patriotismo, tão necessário àqueles que, diariamente, colocavam a sua vida em perigo no combate ao “terrorismo”. Pelo regulamento do exército era proibido, mas Ustra convenceu o general Humberto S. de Mello da importância do culto à bandeira nacional.

É muito significativo o patriotismo tão reforçado como ideologia no governo Médici. Rememorar esse fato está estritamente imbricado com o momento em que Ustra escreve o livro, pois presencia, em 1986, a Bandeira do Brasil sendo queimada por “arruaceiros” em Brasília. Além disso, os “revolucionários” valorizam a bandeira e o hino, enquanto os “terroristas” cantam no lugar do hino nacional a Internacional Comunista, e a expressão “Ordem e Progresso” da bandeira é substituída pela foice e o martelo.

O pessoal do DOI/CODI era composto de civis e militares. Na visão de Ustra eles deveriam ser comandados dentro de uma disciplina que contemplasse as duas formações. Mas o que merece maior atenção é verificar como Ustra percebe o órgão que administra:

O DOI/CODI/II Ex. era um Órgão novo, que entrava em combate desde o início da sua formação. Para que o seu êxito fosse sempre ascendente, era necessário que existisse um arraigado espírito de corpo e que o moral de seus integrantes fosse o mais elevado possível. (USTRA, 1987:135).

A conduta dos seus membros deveria ser exemplar, ou seja, crimes como suborno, corrupção, “acharque”, entre outros, não poderiam ser praticados por nenhum integrante do órgão. O DOI/CODI foi uma polícia especial e o seu pessoal altamente selecionado para exercer a função. O órgão recebeu auxílio financeiro pelo serviço prestado, sendo o governo de São Paulo um dos seus financiadores. Recusa insinuações de que os vencimentos dos seus comandados eram enriquecidos por industriais paulistas, fato hoje já comprovado pelos estudos mais recentes sobre o envolvimento de empresários na repressão. Por último, afirma: “Nunca lutamos por dinheiro. (...) Lutávamos por um ideal, o de extirpar o “terrorismo” que queria subjugar o Brasil.” (USTRA, 1987:138).

Rememora a primeira operação que comandou na caça aos “terroristas”, à qual alude como o seu “Batismo de Sangue”, no comando do DOI/CODI. Durante essa operação, recebeu apoio do amigo Delegado Sérgio Paranhos Fleury, qualificando-o como “o primeiro no combate ao “terrorismo”, em São Paulo.” (USTRA, 1987:142).⁴⁰ Os membros do DOI viviam sob uma “guerra de nervos”, recebendo telefonemas ameaçadores tanto em casa, como no trabalho. A família também era alvo desse constante sobressalto, sendo as maiores preocupações os sequestros e o início de uma série de “justiçamentos”.

Essa tensão permanente também é destaca pelos “livros de esquerda”, segundo o coronel, acrescentando ao seu relato características comuns vividas pelos militantes e pelos militares. Nessa guerra de memórias, Ustra acredita que os dois lados vivenciaram os mesmos dilemas. Contudo, essa hipótese pode ser considerada pelo pesquisador apenas sob o ponto de vista dos memorialistas do poder:

Como eles, subversivos, descrevem em seus livros, nós também desconfiávamos de um casal que nos olhava, de um carro cujos ocupantes nos seguiam por alguns momentos, de um pipoqueiro novo no parquinho aonde

40 O delegado Sérgio Paranhos Fleury foi um dos líderes do Esquadrão da Morte e um dos homens mais importantes da repressão brasileira, principalmente no estado de São Paulo. Fleury foi morto por afogamento em circunstâncias estranhas no dia 1º de maio de 1980, no litoral paulista. Teve um papel fundamental na estruturação da OBAN (Operação Bandeirantes), considerada modelo para a reformulação do aparato repressivo em todo o país. A finalidade maior da OBAN era acabar com a “subversão” por meio da junção de efetivo, equipamentos e informações e ações de militares e civis, sob comando dos militares. Para maiores informações sobre a estruturação e destruturação do aparato repressivo em São Paulo, consultar a tese de doutoramento de CARDOSO, Célia C. O Estado de São Paulo sob os Governos Militares (1963-1983), defendida na USP em 1993.

íamos e tantas outras coisas. E esse tipo de guerra de nervos acontecia com todos os membros de nosso Destacamento. (USTRA, 1987:175).

Assim, torna-se clara a inversão de valores, pois em outros trechos da narrativa mostra-se enfurecido com o movimento de Direitos Humanos. Reclama que, em nome dos direitos humanos, defenderam-se os “terroristas” e que os mesmos direitos não foram respeitados para as vítimas que tombaram ou ficaram feridas no combate à “guerra revolucionária”. Revela a sua profunda indignação com o Movimento de Justiça e Direitos Humanos e com os setores progressistas da Igreja Católica, que defenderam com tanto ardor os “subversivos” e os “terroristas”, sendo que nunca levantaram a voz para defender as vítimas desses atos de banditismo que eles realizaram. Aparece, portanto, na narrativa construída por Ustra, uma distinção entre o conceito de “subversão” e “terrorismo”. A primeira, compreendida como algo mais amplo que contaminou determinados setores sociais, caracterizando algumas vítimas como “inocentes úteis”; a segunda, por sua vez, mais restrita aos militantes das organizações armadas que se utilizavam das estratégias de guerrilhas urbanas e rurais e outras ações para implantar no Brasil o comunismo.

Querem edificar um monumento aos terroristas que assaltaram, que roubaram, que assassinaram e que queriam implantar uma ditadura de esquerda no Brasil. Vão oferecer esse monumento às ‘Vítimas da Tortura’.

Pois bem, estamos numa democracia e também temos o direito de exigir um monumento. Um monumento às Vítimas do Terror e aos que deram a vida para que estejamos numa democracia. E nesse monumento, é preciso colocar o nome de todos vocês. (USTRA, 1987:183).

Aqui não é mais apenas o vivido que é lembrado, o coronel defende que a própria história do período militar deve ser celebrada como tradição, “lugar de memória”, noção tão bem articulada pelo historiador francês Pierre Nora ao definir os “lugares de memórias” como história que ainda tem restos de memória. Para Pierre Nora, não é apenas memória porque não é mais vivida, porque a ruptura com o tempo eterno já foi feita, porque o passado já foi reconhecido, tanto que passa a ser arquivado, registrado: monumentos, museus, centros de referências entre outros. Mas ainda é memória porque sacraliza, comemora, celebra. Hoje as celebrações feitas pela História são objeto do conhecimento histórico que

passou a exercer sobre elas o seu poder de crítica.

O coronel aprofunda o debate lembrando a polêmica estabelecida quando Marco Pollo Giordani publicou em seu livro, *Brasil Sempre*, 1986, a lista de brasileiros, vítimas do terror. O tenente foi acusado de mentiroso por Jair Krishke, conselheiro do Movimento de Justiça e Direitos Humanos. Sintetiza com veemência as deturpações que se criaram em nome dos direitos humanos e transcreve do livro de Giordani os nomes dos brasileiros, vítimas das organizações terroristas. Cita 105 mortos e 343 feridos graves. Símbolo da violência dos “subversivos”, e que ninguém nunca reclamou os Direitos Humanos.

Ustra associa o fato de estarmos vivendo numa democracia plena ao bom desempenho dos órgãos que combateram as “organizações terroristas” no passado:

Estamos numa democracia plena. Tenho a mais absoluta convicção de que a democracia que vivemos foi possível, em parte, graças ao trabalho de órgãos como o que eu comande e que acabaram com as Organizações Subversivo-Terroristas, entre as quais, aquela a qual a Deputada pertencia, a VAR-PALMARES. (USTRA, 1987:330).

Buscando encerrar o caso “Bete Mendes”, que o abalou profundamente, deixa como palavras finais o seu último argumento para rebater as acusações:

A campanha que a Deputada fez contra mim e que a imprensa publicou, sem efetuar uma pergunta mais concreta, aparentemente foi muito bem feita. Digo aparentemente, porque as acusações não foram checadas, o que me faz crer, cada vez mais, que no Uruguai a Deputada estava sendo sincera. Na volta, na pressa de montar toda essa farsa, esqueceram seus assessores de pesquisar para verificar se tais acusações poderiam ser desmentidas. Afinal, a fama do DOI, através de tantas calúnias, levou os que planejaram tudo, a crer que sempre haveria um morto ou um desaparecido, no período em que a Deputada esteve presa.

Além disso, eu sempre suportei calado por mais de 10 anos, todas as acusações que até então vinham fazendo contra a minha pessoa.

No entanto, em minha defesa e em defesa de minha família, desta vez, rompi o silêncio. (USTRA, 1987:334).

Em suma, Ustra atribui o termo ditadura à esquerda - “DITADURA DE ESQUERDA” - e não aos revolucionários de 64:

Não esperava que seria um dia injuriado e caluniado por ter cumprido com o meu dever, lutando em uma guerra perigosa e suja, contra inimigos desconhecidos, militarmente treinados e dispostos a tudo, para implantar, no Brasil, uma ditadura de esquerda. (USTRA,1987:41).

Em sua queixa sobre as esquerdas mistura questões pessoais (vítima) com questões políticas mais complexas. Realiza uma completa inversão ideológica dos termos que utiliza no seu relato, apresentando uma narrativa maniqueísta que tem como objetivo desqualificar as lutas políticas e sociais do Brasil naquele período.

Amílcar Lobo, médico psiquiátrico, elege o tema da tortura como a questão crucial vivenciada por ele durante a atuação do regime militar. No livro *A Hora do Lobo, A Hora do Carneiro*, 1989, ao afirmar a existência real da tortura, escreve para provar que, mesmo tendo participado dos meandros do poder, envolvidos com essa prática, foi uma vítima do quadro sinistro que a “revolução de 64” implantou no país durante o governo Médici. O discurso memorialístico que constrói é dirigido tanto para alguns membros das Forças Armadas, responsáveis por essa prática, como para os seus interlocutores, os participantes da esquerda armada do período, que insistem em julgá-lo como médico-torturador. Assim, ao mesmo tempo em que reconhece as atrocidades praticadas pelo regime, isenta-se de ter tido qualquer envolvimento na aplicação de técnicas de tortura.

Na visão de Amílcar Lobo, o ano de 1964 foi catalisador de uma profunda insatisfação social e econômica. No plano político, qualquer líder que promettesse melhores condições de vida para o povo seria aplaudido. No entanto o povo não esteve disposto a guerrear através do mecanismo da luta armada para reivindicar os seus direitos, mesmo porque a luta para atingir tais mudanças não era o compromisso popular na época. Foi essa situação que caracterizou o governo de João Goulart:

Em determinados momentos, tinha-se a impressão certa de que o povo

o apoiaria de forma absoluta e seria capaz de iniciar, até mesmo, um movimento armado. Mas o próprio ex-presidente João Goulart, conhecedor do período anárquico que se estabelecia no Brasil, em momento algum solicitou abertamente este apoio. Diante do golpe militar, antes preferiu se exilar no Uruguai, a clamar pela ajuda do povo neste crucial momento histórico. Para que ocorra realmente uma revolução social é necessário um intenso apego popular às ideias novas propaladas e afiançadas pela liderança política, o que não correspondia à realidade brasileira de 1964. (LOBO, 1989:93).

Nesse trecho, o emprego da expressão “golpe militar” é bastante elucidativo de confusões ideológicas presentes nos escritos dos memorialistas do poder. A ideia do que seria uma “revolução social” aparece de forma tênue, mas suficiente para captarmos o papel essencial atribuído ao povo como seu principal agente, guiado evidentemente por lideranças políticas e convencido por mecanismos de propaganda em nome dos seus ideais. Para o autor, 1964 não foi uma revolução porque não apresentou essas características de revolução, apresentando-se mais como um golpe de estado. No seu caso, a narrativa é caracterizada por posições ambíguas, que o fazem ora defensor do movimento de 64, ora crítico do sistema e vítima da hierarquia militar à qual esteve subordinado.

Os grupos de orientação marxista, inconformados com a vitória das forças militares sobre o governo Jango, organizaram-se com diversas designações e objetivos de “subverter a ordem e estabelecer um novo regime”. Para Amilcar Lobo, era uma luta que nascia sob o signo do fracasso, especialmente o início da guerrilha urbana e rural, que não contava com o apoio da população. Afinal, diz Lobo: “como derrubar com pedras o bem estruturado exército brasileiro?” (LOBO, 1989:94)

A guerrilha urbana estruturava-se, tendo como base estratégica os “aparelhos”, utilizados para reuniões e os “pontos de encontro” que serviam para troca de informações entre pessoas ligadas a um determinado grupo. Segundo o autor, os “pontos de encontro” foram a principal cilada, pois conduziram as Forças Armadas ao endurecimento nos métodos de interrogatórios para obtenção de confissão do preso. Saber o local, o dia e a hora, servia para orientar na busca e apreensão total de um determinado grupo. A maioria era presa ou morta no combate.

Tal situação possibilitou o conhecimento, por parte dos “subversivos”, da es-

tratégia militar. Assim, organizavam imediatamente outro “ponto”, no momento em que eram descobertos. Essa tática guerrilheira contribuiu para que os presos resistissem até os limites das suas forças, não entregando os companheiros. Como consequência, dada a resistência do militante na prisão, a tortura tornou-se uma técnica cada vez mais aprimorada nos órgãos de segurança.

Amílcar Lobo rememora o primeiro contato com uma pessoa torturada. Logo depois de formado, foi encaminhado ao PIC (Pelotão de Investigações Criminais), para atender um preso. Ficou horrorizado com o que viu e procurou o Marechal Travassos - militar de reserva e grande amigo do seu falecido pai - para comunicar-lhe o seu pedido de transferência daquela unidade. O Marechal argumentou que o país estava atravessando um difícil período de guerrilha urbana, tendo as Forças Armadas que tomar medidas enérgicas de combate, e a transferência só seria possível com um ano de prestação de serviço no PIC.

Durante o tempo em que trabalhou nessa unidade, o fato mais marcante que ficou gravado na memória, foi o atendimento que prestou ao deputado Rubens Paiva. Conta que encontrou o preso muito ferido e sugeriu ao major a sua internação imediata. Não conhecia a importância do preso, o que só descobriu mais tarde. O ferido balbuciou duas vezes o seu nome durante o atendimento médico. Ao chegar pela manhã ao quartel, encontrou morto o preso e ouviu do capitão Anselmo comentário de que pretendia esquartejá-lo e enterrar os pedaços na Rio-Santos, pois ele era muito “quente” e tinha ligações com o Chile.

Rubens Paiva foi deputado federal pelo PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) no período do governo João Goulart, participando de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que indicou o envolvimento de militares em corrupção junto ao Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e ao Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD). Com o golpe, ele foi cassado e se exilou na Europa. Alguns meses depois, retornou ao Brasil e passou a trabalhar nos negócios da família. Estabeleceu contatos com os exilados políticos, estando próximo dos participantes da esquerda armada. Foi preso em sua casa, em 1971, por agentes da repressão que acreditavam que ele era um dos contatos do Capitão Carlos Lamarca e que sabia do seu paradeiro. Rubens Paiva é um dos nomes que compõem a lista dos desaparecidos políticos sem nunca ter pegado em armas ou mesmo sem integrar qualquer organização de esquerda. Ele e sua família sofreram as piores consequências da violência militar: a tortura até a morte e o desaparecimento do corpo.

Na narrativa do episódio de morte do ex-deputado Rubens Paiva, chama a

atenção do leitor a atitude extremamente fria que o médico tomará daí por diante no atendimento aos presos políticos. Nas palavras do autor:

A pessoa cheia de esquimoses, com a face mutilada e o nome de Rubens Paiva se eternizaram na minha memória.

Após este episódio tão chocante e brutal que assisti como médico, uma revolução se desencadeou na minha cabeça, com força enorme e inusitada. Já que teria que permanecer mais um ano como médico na polícia do Exército, atendendo inúmeros presos, maltratados, torturados e, até mesmo, mortos, não me envolveria emocionalmente, nem com os oficiais, nem tampouco com os presos. Buscaria me fazer frio, distante, imune a qualquer sentimento. Foi uma decisão muito amarga e me consumiu, tenho certeza, anos de vida.” (LOBO,1989:29).

Em setembro de 1986, ouviu a notícia de que o caso do ex-deputado Rubens Paiva seria revisto pelo programa Fantástico da TV Globo. Decidiu falar à imprensa sobre o atendimento médico que prestou ao deputado pouco antes da sua morte. Considera que o caso Rubens Paiva não foi resolvido na área jurídica. Ainda destaca, a partir desse ano e desse caso, o início da evasão dos acontecimentos que presenciou e que estavam duramente reprimidos durante anos de tormento.

No PIC (Pelotão de Investigações Criminais), assistia a um número crescente de prisões e cenas de torturas nos corredores onde pessoas eram interrogadas. Prossegue narrando os caminhos que o levaram a atender uma jovem que, pela descrição feita sobre as condições de sua prisão, assemelha-se ao caso conhecido de Inês Etienne Romeu, militante barbaramente torturada na “Casa das Morte” em Petrópolis, Rio de Janeiro. Contudo nos limites deste trabalho não foi possível checar essa informação. Lobo, ao longo da narrativa, afirma que a referida moça só não morreu por ter aceitado gravar um vídeo - tape em que se mostraria arrependida de suas práticas subversivas. A veracidade ou não do fato só poderá ser esclarecida pela própria Inês Etienne Romeu. O que sabemos do caso está relatado nos documentos do Projeto Brasil Nunca Mais, parte dele publicado em livro, que pouco esclarece sobre o assunto. Procurada por jornalistas para entrevistas e depoimentos, Inês fez opção pelo silêncio.

A. Lobo viajou para Petrópolis (RJ), com um homem conhecido por “camarão”, que lhe estendeu na chegada um capuz preto que enfiou na cabeça. Ao

entrar no recinto, é recebido pelo Major Sampaio, que lhe informa a necessidade do uso de codinomes ali. Assim, nomeia-o de Dr. Carneiro. Nesse trecho de sua obra, a força narrativa é enorme, conduzindo o leitor para o submundo da repressão política instaurada no Brasil a partir de 64, em que ele próprio se coloca como vítima. Sem dúvida, o sentido traumático atribuído à experiência busca induzir o público-leitor ao perdão, tendo como suporte fatos sofridos por todos os envolvidos, seja de “direita” ou de “esquerda”. Afinal estávamos em uma “guerra”.

Voltando ao relato dessa vivência em Petrópolis, Lobo diz ter realizado a cirurgia, observando sempre o quadro clínico em que se encontrava a militante, ex-membro da esquerda armada:

Entramos num quarto ao lado da sala e que estava com a porta fechada. Deparei-me com uma mulher, jovem, deitada no chão em cima de uma manta, muito emagrecida, esquelética, muito deprimida e com as feições denotando um profundo sofrimento. Fico de cócoras e começo a examiná-la. Ela apresenta uma ferida na região inferior do abdômen e outra, extensa, com perda de tecido na parte superior e externa da coxa. (LOBO, 1989:35).

Na volta, recebe informações do major sobre o CIE (Centro de Informação do Exército), que por ordem expressa do Ministro do Exército montou aquele “aparelho” em Petrópolis, visando interrogar os presos e depois matá-los, principalmente os refugiados do país que tinham se abrigado no Chile. Voltou ao “aparelho” duas vezes para acompanhar o estado da moça, que se encontrava em “franca recuperação”. Conta também que atendeu um preso que estava louco - “Papaleo” - por causa de tantas torturas sofridas. Esse preso foi morto na sua frente antes mesmo de ser interrogado, como era de praxe. Como Amílcar Lobo não havia autorizado a sua saída para localizar um “ponto” em Goiás, o major Sampaio o matou. Amílcar Lobo fica irritadíssimo com o ocorrido e faz a primeira tentativa de desistir da função que lhe foi atribuída:

Decidi, já há algum tempo, sempre me manter na mais absoluta neutralidade frente às vivências experimentadas naquela atividade militar. Nunca supuz, no entanto, um contato tão áspero e duro com esta forma de luta que se travava no país. Ademais, aquela cena que assisti em Petrópolis

me pareceu algo estipulado pela própria chefia do CIE para avaliar meu grau de cooperação e concordância nestas atividades tão insólitas para uma Força Armada num país tido e havido como um Estado mais ou menos civilizado. Provavelmente, esta avaliação não alcançou um índice desejável, ainda mais que disse ao Sampaio no último encontro em Petrópolis que não regressaria mais lá para atender presos políticos. (LOBO, 1989:38).

Narra vários casos de tortura, inclusive a de um médico, cirurgião plástico que realizou uma cirurgia no capitão Lamarca. Lobo foi intimado a experimentar novas técnicas de tortura provenientes dos Estados Unidos, que deveriam ser aplicadas aos presos políticos, tendo como base conhecimentos psiquiátricos. Recusando a proposta, dias depois ao entrar no PIC, o Tenente Valle empurrou-o para uma sala escura e fechou a porta. Permaneceu lá por 10 minutos e constatou que os técnicos tinham razão, pois perdeu totalmente a noção de tempo e do espaço e saiu atormentado pelo ruído altíssimo que ouviu lá dentro. Mais uma vez, o autor relata que sofreu tortura psicológica e física na tentativa de deixar o serviço ou se recusar ao emprego de novas técnicas. Possivelmente essa prática era comum para evitar dispersões ou desobediências às ordens dos grandes chefes da repressão. No caso descrito, a técnica da “geladeira” foi introduzida no Brasil pelos americanos.

Ainda relata as aulas de tortura que eram ministradas no PIC. Impressiona-se com o fato de acontecerem em um grande auditório, logo após o gabinete do comandante, com janelas por onde se avistava a Rua Barão de Mesquita, de grande movimento, situada no bairro da Tijuca, zona norte do Rio de Janeiro.

Amílcar Lobo arrisca-se a fazer uma análise psicanalítica dos militares que se envolveram diretamente com a prática da tortura. O seu diagnóstico sugere uma relação entre a formação da personalidade do indivíduo torturador, com os interesses que políticos da alta hierarquia militar tinham naquele período. Assim, apresenta a sua visão do envolvimento dos militares nesse processo:

Durante os quatro anos que servi o Exército, tive contato com vários oficiais, (...) e, na maioria deles, observava e verificava a dominância de uma mentalidade voltada para o crime, através de torturas hediondas e assassinatos, e isto não trazia, aparentemente, incômodo moral a nenhum deles. (...) É essencial na formação militar o estabelecimento de uma hierarquia, onde a obediência irrestrita prevalece sobre qualquer outro valor moral.

E ainda que contrarie normas sociais preestabelecidas, estes homens abai-xarão a cabeça frente às ordens superiores. (...) Creio mesmo que estas tendências, tão arraigadas no íntimo de cada oficial, estariam vinculados a um modelo parental, familiar, no qual a figura materna é substituída pela Pátria amada, idolatrada e gentil, e a figura paterna é representada por cada superior hierárquico que substituiria a imagem do poder e da razão inquestionável. Cada companheiro do mesmo nível de graduação seria um irmão. Todos que pudessem comprometer a segurança e a dignidade deste novo lar, seriam encarados como ferrenhos inimigos que deveriam ser derrotados e expulsos a qualquer custo. Assim, os chamados, tão diminuídos, comunistas, aqui no Brasil e em outros vários países do mundo, sempre foram classificados por este pretenso ideal militar, muito mais do que por suas ideias de extrema esquerda, como filhos de outra mãe inóspita, européia ou asiática, e que deveriam comer o pão que o diabo amassou. (LOBO, 1989:67;68).

A partir dessa avaliação do comportamento dos oficiais das Forças Armadas, chega à conclusão de que existe entre eles um componente psicológico perigoso: o sadismo. Esse tipo de comportamento impregnava as ordens recebidas, bem como as punições impostas aos que se recusavam a praticar atos de tortura. A convicção dos torturadores era de obediência irrestrita às ordens vindas de cima, prevalecendo esse preceito sobre qualquer valor moral. Mas o que é mais relevante nessa citação é a imagem dos comunistas cultivada pelos “homens do porão”. O comunismo constitui um elemento exógeno à realidade brasileira, uma ideologia importada, inadequada aos desígnios da nação, devendo ser extirpado de forma exemplar.

Através dessa leitura da participação de alguns militares na prática da tortura no país, Amílcar Lobo oferece uma visão particular sobre a “revolução de 64”, legitimando a “reação militar” frente à ameaça comunista. Portanto é importante esclarecer que as críticas do autor limitam-se apenas a uma facção das Forças Armadas que disseminou o modelo de torturas físicas e psicológicas aos opositores do regime.

Essa facção foi fortemente influenciada por ideias importadas dos Estados Unidos da América no combate ao inimigo. Grande parte dos oficiais de carreira das Forças Armadas participava de cursos e estágios administrados por militares americanos, inclusive os membros da Polícia do Exército se orgulhavam dos ensi-

amentos recebidos, em especial no Panamá. Os que tinham acesso a esses cursos acabavam por assimilar as técnicas de tortura transmitidas para os colegas da baixa hierarquia militar. Amílcar Lobo no seu livro pretende convencer a opinião pública do seu conflito moral: custava-lhe aceitar que esses homens eram mesmo militares pertencentes às Forças Armadas do país. Essa prática perigosa gerou ao longo dos governos militares certo grau de desobediência dos envolvidos com a tortura em relação às determinações do alto comando militar. A tese do descontrolo no interior dos órgãos repressivos é defendida por Lobo, consubstanciada na ideia de que os agentes da repressão gozaram de uma relativa autonomia em relação as mais altas esferas de decisão da cúpula do poder militar.

Após refletir sobre os militares e a “reação militar” de 64, Amílcar Lobo explicita o seu posicionamento político frente aos dois polos ideológicos do seu tempo, capitalismo e marxismo:

Quero deixar clara minha posição política neste momento. Penso que o chamado capitalismo decorreria de uma evolução natural do antigo feudalismo que dominou o mundo até o século XIX. E que, progressivamente, foi-se instalando, às vezes com algumas ressalvas e reveses; em muitos países do mundo. Já o marxismo, isto é, as idéias políticas de Karl Marx, decorreriam de um esforço intelectual na busca de uma estabilidade social, abrangendo diversos ângulos do comportamento humano. Na verdade, acredito firmemente que nenhuma das duas modalidades, tanto a evolutiva - o capitalismo - como a intelectual - o marxismo - correspondia à meta final da estrutura social humana. Ainda há um longo caminho a percorrer e a evolução das estruturas humanas obedeceria a um comando natural das leis terrestres, bastante distante da imposição militar que vivemos nestes últimos anos. (LOBO, 1989:69).

Ao expor com clareza a luta ideológica presente no mundo e no Brasil, afirma que os acontecimentos políticos ocorridos durante o regime militar - voltado inteiramente para o capitalismo - foi apenas uma extensão do que estava acontecendo no mundo, dividido entre duas potências, Estados Unidos versus União Soviética, no contexto da Guerra Fria.

O país atravessa realmente um momento político onde ocorreriam profundas divergências ideológicas: de um lado, as Forças Armadas, apoiadas por

homens ligados ao mundo capitalista e pelo próprio poder econômico estrangeiro, principalmente o americano do norte; e, do outro, por homens e mulheres que adotavam um pensamento e apoio irrestrito do mundo marxista, a União Soviética, a China e Cuba.

(...) As forças de esquerda traziam no seu bojo um grande tumulto, através das chamadas guerra de guerrilhas, preconizadas por Mao-Tsé-Tung, líder chinês. (...), desconfortando socialmente a maioria da população brasileira. Entretanto, em pleno século XX, a reação dos militares foi muito amarga e dura, torturando e assassinando pessoas, às vezes até mesmo isentas desta selvageria toda. E foi exatamente isso que fez brotar em mim um sentimento de revolta e profunda raiva contra este meio tão bárbaro e nefasto ao gênero humano. (LOBO, 1989:76;77).

A referência ao maoísmo⁴¹ como cerne do pensamento das esquerdas no Brasil constitui um exagero, revelador da profunda confusão e incompreensão ideológica e do perfil das diversas organizações armadas. O mais importante é a condenação que Lobo dirige aos militares que realizaram o trabalho de “limpeza”, pois não poderia jamais concordar com os métodos usados para afastar o incômodo cultural e social surgido com “esta guerra” tão nociva para a nação. O emprego da tortura revelou-se um sucesso para as Forças Armadas no combate a “esta guerra”, mas o “preço”, diante da História, foi altíssimo e funcionará sempre como um estigma no seio da sociedade brasileira.

Os soldados que dela participaram, mesmo aceitando-a como inevitável naquele momento histórico, não tiveram a coragem de falar publicamente: “São homens que nunca deverão sair do porão da alma.” (1989;95). Contudo o mais grave para Amílcar Lobo é ver esses homens aplaudidos por companheiros de quartel ou condecorados com a Medalha de Pacificador. Constata que atentados foram praticados para silenciar as testemunhas dessa infâmia. Aqui, o autor não fornece maiores detalhes sobre os casos de “justiçamentos” na área militar, mas o que os torna reais é a sua afirmação de que de fato eles aconteceram.

41 Referência à Revolução Cultural Chinesa, liderada por Mao Tse-Tung. Os maoístas brasileiros valorizavam a integração da guerrilha com as lutas de massas, mas subordinando-a a uma direção partidária. Os maiores defensores dessa forma de luta foram o PC do B, e a Ala Vermelha (PC do B AV) e o P C R e a AP (Ação Popular), que no período de 1968/73 foi um dos agrupamentos mais entusiasmado com as ideias de Mao-Tsé Tung. A Guerrilha do Araguaia foi uma das maiores expressões desse movimento no Brasil.

Relativizando tais informações, não generalizando para todos os membros das Forças Armadas, destaca que o general Sylvio Frota foi uma exceção à regra no contexto de um país impregnando de práticas repressivas. Relata a visita que fez ao PIC, inaugurando um “tempo de paz” nessa unidade do exército. O general determinou pessoalmente ao médico Amílcar Lobo que examinasse cada preso que chegasse ao PIC. Após cinco dias, a inspeção deveria se repetir e seria documentada por ele. Segundo o autor, a ordem do Ministro do Exército do governo Geisel foi rigorosamente cumprida.

Outras medidas são tomadas pelo Ministro do Exército do governo Geisel, o general Sylvio Frota. Rememora que certo dia é chamado por ele para encaminhar um preso torturado ao hospital. Dias depois, o rapaz morre e Sylvio Frota pune dois oficiais com a transferência para outra unidade do exército. Lembra, ainda, que ao examinar um preso constatou que este havia tentado enforcar-se. Escreve o ocorrido no relatório com destaque. No outro dia, o capitão do DOI/CODI é punido e transferido de unidade. A sua admiração pelas atitudes tomadas por Sylvio Frota no PIC leva-o a tecer o seguinte comentário:

Este homem se enquadra perfeitamente no padrão que mencionei anteriormente, isto é, a idealização de mãe pátria, idolatrada, e do rigoroso pai no papel do qual se colocava. No entanto, este general é um homem extremamente religioso e não adotava, completamente, a idéia de que os marxistas eram rebotalhos, os lixos da humanidade. Lutou com unhas e dentes contra a brutalidade que estas pessoas sofriam no PIC, punindo com rigor para a época, alguns oficiais que ultrapassavam os limites impostos pela lei. (LOBO, 1989:72).

A partir dessas considerações, podemos inferir o quanto é possível relativizar os conceitos de “linha dura” e “linha branda”, herdeiras das ciências políticas, na perspectiva de explicar a ditadura militar brasileira através da dinâmica entre os dois grupos. O recorte das memórias possibilita análises mais singulares destacando que o tempo da narração na obra de Lobo, situa-se no período caracterizado pelo episódio de morte do jornalista Wlamir Herzog em 1975 sob tortura no DOI/CODI/IIEx. em São Paulo. Mudanças de rumos foram conduzidas pelo general Sylvio Frota após o assassinato de Herzog no controle do que se passava nos subterrâneos dos órgãos de repressão.

Amílcar Lobo fez várias tentativas de deixar o serviço prestado no PIC. So-

freu várias ameaças de agentes dos órgãos de segurança, configuradas em dois atentados e no sequestro de seu filho. Não existe nenhum esclarecimento que permita a compreensão ou comprovação dos fatos acontecidos. Em 1973 convivia com uma dupla expectativa: sair do serviço ativo do exército e terminar a sua formação teórica na Sociedade Psicanalítica do Rio de Janeiro (SPRJ). Contudo essa possibilidade foi frustrada, dada a acusação de médico-torturador, feita pela revista argentina “CUESTIONAMOS”, na época em que já não atendia no PIC a presos políticos torturados. No entanto é punido pela SPRJ com a suspensão da sua análise pessoal e da segunda supervisão. Em seguida, é expulso da sociedade através dos processos movidos por Hélio Pellegrino e Eduardo Mascarenhas, sendo impedido de exercer a profissão de médico pelo Conselho Regional de Medicina em 1981. Conta que, ao abandonar a medicina, continuava a sofrer perseguições, devido às suas declarações à imprensa. Descobre que o Presidente Figueiredo solicita ao agente do SNI (Sistema Nacional de Informações) que vigie a sua vida pessoal, pois havia se tornado uma pessoa muito importante no “processo de abertura”.

Neste sentido, o seu testemunho é visto como perigoso para efetivação do projeto de abertura promovido pelos generais Golbery do Couto e Silva e João Baptista Figueiredo. Torna-se um elemento malvisto no meio militar, uma espécie de delator e traidor da causa “revolucionária”. Ao mesmo tempo passa a ser acusado pelo movimento social que, desde a Campanha da Anistia a partir de 1977, tem buscado punir os envolvidos em crimes contra os direitos humanos. Em suma, no caso do médico A. Lobo, a internalização da derrota no plano mais pessoal do que político, transforma-o em “presa fácil” para os militares, que passaram a intimidá-lo constantemente. Entretanto, ao expor seu testemunho, dificultou o entendimento dos processos que tramitaram na justiça, impetrados por familiares das vítimas da repressão, que aguardaram durante anos por sua condenação.

O tenente Marco Pollo Giordani, autor do livro *Brasil Sempre*, 1989, declara-se radicalmente contra a tortura, considerada ato indigno e covarde. O principal objetivo do livro é aniquilar com a apologia que o livro *Brasil Nunca Mais* faz das esquerdas revolucionárias: “O Projeto Brasil: nunca mais, com perversas intenções, dilacera a verdade ao modelar terroristas em heróis de ideários refor-

mistas. Em nome das chamadas “Reformas de Bases”, tentam justificar o delírio aventureiro” (GIORDANI, 1986:95). Qualifica-se como “homem de direita”, anticomunista em defesa da liberdade de agir e pensar. Lamenta que naquela época homens como ele fossem malvistas, chamados de torturadores e facínoras e os terroristas idolatrados como heróis, como patriotas, como líderes, como salvadores. O Projeto BNM segue esta matriz ideológica:

Brasil: nunca mais, recheado de lamentos, de desesperos e de depoimentos espalhafatosos, retrata a poltronice dos componentes da esquerda revolucionária: na hora dos assaltos, dos sequestros, das explosões de bombas, dos assassinatos, não faz diferença se as vítimas são mulheres grávidas, crianças ou pessoas completamente neutras em questões políticas. Quando chamados à responsabilidade, transformam-se de imediato em estandartes e porta-vozes dos direitos humanos. (GIORDANI, 1986:97)

Segundo Giordani, a história recente os condenava a partir de versões divulgadas pela ala jovem da esquerda. Fernando Gabeira foi o seu grande representante, “típico caso de carências e desencontros” (GIORDANI, 1986:101). O comunismo corroía os costumes e atacava a família, desintegrando moralmente a sociedade para implantar uma “nova ordem”. A individualidade de Fernando Gabeira expunha essa tendência. Os militares não iniciaram a guerra, foram levados a ela. Tinham vencido e venceriam todas as vezes que a reiniciassem, pois a “história de uma nação se faz através dos feitos de seus filhos” (GIORDANI, 1986:101). Com o advento da “Nova República”, atuavam livremente organizações ilegais e atentatórias à nossa segurança, como o MR-8, PCR, MCR, PCBR entre outras. Para combater os novos focos “subversivos” no país, defende a volta dos DOI-CODIs como órgãos responsáveis pela segurança do Estado.

Marco Paulo Giordani assinala que ingressou na “tropa” em 1976, ficando bem distante do combate ao “terrorismo”. Dessa maneira, lamenta o fato de que não participara do chamado “porões da ditadura” no período de maior repressão política: governos Costa e Silva e Médici. Antes disso, porém, orgulha-se de ter-se envolvido no cerco a elementos “subversivos”, notadamente na perseguição ao grupo guerrilheiro liderado pelo Capitão Carlos Lamarca no Vale da Ribeira em São Paulo.

Ressentia-se da falta de estrutura de um órgão de informação, pois o SNI (Sistema Nacional de Informação) foi criado pela Lei 4.341 de 13 de junho de

1964, mas só foi regulamentado pelo Decreto 82.379 de 4 de outubro de 1978. Apesar do atraso, o SNI transformara-se no maior e mais poderoso serviço de informações do continente sul-americano: “O SNI hoje abarca os mais longínquos tentáculos da escalada vermelha. Saibam todos que, se houver outra luta, felizmente não se precisará falar mais em torturados. Nós possuímos o ‘fio da meada’ (GIORDANI, 1986:100). O autor coloca-se contra a anistia, considera grande erro político, e afirma que os anos passados no DOI-CODI foram os mais “felizes” da sua vida. O chamado “Sistema Repressivo” montado pelo Estado, inicialmente a OBAN e posteriormente os DOIs-CODI, no plano nacional, para combater a guerrilha, representaram “antídotos contra o veneno disseminado”. (GIORDANI, 1986:99)

A terceira parte do livro é dedicada ao tema da “subversão”, procurando precisar o termo com recurso do Dicionário Aurélio, que o identifica com o conceito de revolução, buscando destruir ou transformar a ordem política, social e econômica vigente. Ao considerar tal definição por demais abrangente, insiste que o fato histórico indiscutível e verdadeiro é que os comunistas almejavam o poder no Brasil. Nesse sentido, faz indagações fundamentais para compreender o problema da “subversão”: “Por quê?”, “Quê?”, “Como?”, “Quando?”, “Para quê?”, “Quem?” e “Onde?”. Parte do princípio de que a “subversão” não era um fim, mas um meio empregado para tomada do poder, consistindo no emprego planejado da propaganda e outras ações, principalmente de cunho psicológico, com o objetivo de obter o apoio popular para um movimento revolucionário. Para responder às questões acima, analisa todo o pensamento comunista, tendo como respaldo um documento produzido e utilizado em cursos ministrados pela Escola Nacional de Informações (ESNI) aos membros do SNI e demais organizações da Comunidade de Informações.

Na quarta parte do livro, “Igreja Subversiva”, o tenente Marco Pollo Giordani esclarece que o título não se referia à “Igreja Mistério” (mistério da fé que emana do próprio Cristo), mas à teimosia dos adeptos de uma “Igreja-Povo”, voltada para a libertação material. Identifica no Concílio Vaticano II novas ideias que haviam definido a Teologia da Libertação, implantada na América Latina em 1968 através do Documento de Medellín, fruto principal da II Conferência Geral do Episcopado Latino-americano, realizado na Colômbia:

Em termos religiosos, a Teologia da Libertação materializa uma reinterpretação da obra salvífica de Jesus Cristo e passa a caracterizá-la, não mais

segundo um objetivo transcendental de salvação das almas, mas sob um enfoque temporal de libertação do homem de estruturas sociais e políticas consideradas opressoras. (GIORDANI,1986:197).

Os teólogos da libertação, de acordo com Giordani, denunciavam o sistema capitalista como principal fonte de opressão, aproximando-se dos marxistas no incitamento à luta de classes. Essa “igreja militante” teve o respaldo da CNBB, que adotara uma estratégia fundamentada no “Nacionalismo clerical”, visando ao estabelecimento de prestígio político e autonomia frente ao Vaticano. A instrumentalização dessa estratégia ficou evidente no documento intitulado “Programa de Educação Política da CNBB”, elaborado em 1975 em Manaus. O tenente Marco P. Giordani enumera os pontos principais do programa:

- a) Contribuir para a formação de uma consciência adulta, de participação política, no povo brasileiro;
- b) motivar os cristãos a participarem, segundo o carisma de cada um, no processo político-partidário do País;
- c) ajudar a população a participar de modo livre, consciente e responsável, das eleições no Brasil, por ser frágil o desenvolvimento do processo político brasileiro” (GIORDANI,1986:206)”

O desgaste político das Forças Armadas perante o povo era de responsabilidade dessa Igreja engajada social e politicamente. Afirma que essa Igreja deu início ao maior trabalho de massa já realizado no país, estimulando movimentos e organizações populares diversas. Nas eleições de 1974 e 1978, colaborou com a oposição e, em 1980, a “Esquerda Clerical” teve uma participação decisiva na fundação do Partido dos Trabalhadores, cujo programa fora elaborado pelo Instituto Sedes Sapientiae, das Irmãs Paulinas/SP, sob o “beneplácito” da Arquidiocese de São Paulo. Também envolveu-se diretamente na Campanha pelas “Diretas Já”, em 1984, realizando jejuns, caminhadas a Brasília, julgamento e condenação do Colégio Eleitoral. Portanto os documentos básicos para se entender a atuação política da Igreja no Brasil foram editados a partir de 1976: Uma comunicação ao povo de Deus (1976), denunciando os sofrimentos causados por uma “repressão incontrolada”; Exigências Cristãs de uma ordem política (1977), pressionando pela abertura política; Subsídios para uma política social (1979), estimulando as CEBs; Reflexão cristã sobre a conjuntura política (1981), dando origem às

cartilhas políticas; “Movimento Nacional” (1982), abordando o tema da reconciliação e advertindo o comportamento político do governo frente às eleições de 1982.

Outra ação importante do “clero vermelho” destacada por Giordani foi a organização das diversas Comissões Pastorais da Terra, que aliadas a outras organizações de esquerda tornaram-se responsáveis pela doutrinação e organização do MST (Movimento dos Sem Terra). Proliferavam-se por toda parte invasões de propriedades particulares, ignorando-se até mesmo a imensidão de terras devolutas neste país. Para o tenente, a Reforma Agrária não se sustenta apenas com assentamento de colonos em determinadas áreas. Os nossos sem-terra são homens “incapazes” de se manterem sem a permanente tutela do Estado.

Após análise detalhada da Teologia da Libertação no Brasil, o tenente Marco Pollo Giordani salienta que o combate à “subversão” praticada por sacerdotes, em particular bispos, apresentava dificuldades especiais: “A ação repressiva é limitada pelas singularidades do relacionamento Igreja-Estado e pela difícil comprovação judicial da ação criminosa” (GIORDANI 1986:221). O campo psicológico devia ser privilegiado no combate à atuação de sacerdotes marxistas, fortalecendo a maioria não contaminada pela “subversão clerical” e propiciando o seu engajamento concreto na luta anti-subversiva no seio da Igreja Católica. O Movimento Comunista Internacional atuava fortemente no campo religioso, representando, naquela época, a principal ameaça à segurança interna, em termos de “subversão”.

O comunismo, para Giordani, consiste numa ideologia que nega a existência de Deus e defende a abolição da propriedade privada. Uma ideia só podia ser combatida com outra melhor. No final do livro vai propor quatro diretrizes básicas que pretendia contrapor ao comunismo. No campo espiritual, a defesa incontestável de que Deus existe e, no campo econômico, a permanência do capitalismo estruturado na iniciativa privada. No campo político, propõe a composição de um grande partido de direita sob a liderança do ex-governador do Estado de São Paulo, Paulo Maluf, que abrigaria toda a confiança das forças conservadoras. No campo social, declara que, mesmo não sendo membro, era um profundo admirador da TFP (Tradição, Família e Propriedade), que nunca silenciara nem sucumbira frente às pressões dos progressistas:

A TFP é uma fortaleza que devemos defender e incentivar. Ela representa, na linha de frente, uma atuante defesa das nossas mais caras tradições. É preciso que empresários, proprietários rurais, chefes de famílias, políticos

direitistas, religiosos conservadores, dêem a esta organização o apoio irrestrito. (GIORDANI, 1986:243).

No campo militar, denuncia a visita do “ditador comunista”, referindo-se ao Presidente da Nicarágua Daniel Ortega, quando este visitou a cidade do Rio de Janeiro, por ocasião da posse do Presidente Tancredo Neves em 1985. Considerava esse episódio uma afronta aos militares, que em tempos de transição não permitiriam conviver com tais ambiguidades:

Entendam os Governos, entendam os políticos, que a Nação brasileira hoje é livre graças às Forças Armadas que possui. Mas os profissionais que compõem essas forças não são bonecos, não são robôs. São homens de dignidade, de brio, que não podem em momento algum ficarem expostos a vexames de tal porte. (GIORDANI, 1986:247).

Conclui o livro informando que na qualidade de militar da ativa, ao escrever e publicar o livro *Brasil Sempre*, infringiu o Regulamento Disciplinar, sendo justo que seus superiores aplicassem a ele determinadas punições. Contudo esse alerta disciplinar por parte do Exército não o impedirá de continuar desafiando os escritos memorialísticos que insistem em perpetuar uma “história dos vencidos”, cuja matriz sempre foi a de destacar os militares como seus algozes:

Se a ditadura de direita é um erro, a de esquerda é um crime. Se há uma ditadura de direita para evitar a de esquerda, aquela se torna virtude. Essa é a grande verdade.

No Brasil de hoje proliferam os intelectuais de esquerda. É o Brasil: Nunca Mais, é o Fidel e a religião, é o Olga, etc. Todos fazendo apologia da mentira. Eu afirmo: um intelectual de esquerda, que defende a esquerda é um mentiroso, porque vive a defender a liberdade, mas aqui no Ocidente, no mundo livre, onde pode publicar seus livros e livremente ser lido. Os intelectuais de direita, por viverem na liberdade e na verdade, acomodam-se. Não ousam escrever, imediatamente confinados. Por isso, a esquerda é mentirosa.

Brasil Sempre, acredite, mais do que uma resposta ao Brasil: nunca mais, fica como exemplo de coragem e confiança, para o maior patrimônio que uma Nação possui: novas gerações” (GIORDANI, 1986:251;252).

Desse modo, o autor confirma a existência de uma “ditadura de direita” que tinha servido de parâmetro para a “Revolução de 64”. Virtuosa, essa ditadura tinha combatido e vencido uma “ditadura de esquerda” que ameaçava o país. Ao exagerar a força do inimigo, o tenente justifica as crueldades praticadas. Ao radicalizar com os intelectuais de esquerda, considerando-os mentirosos, busca legitimar o seu discurso como a única verdade possível e digna de ser preservada para as novas gerações. Aqui, é importante enfatizar que é um dos militares mais explícitos com relação ao tema da tortura. Declara-se radicalmente contra a tortura, considerada “ato indigno e covarde”. No entanto elogia o chamado “Sistema Repressivo”, que funcionou como contraponto à “guerra suja” disseminada pela esquerda. Ademais, o que Giordani lamenta é o fato de não ter participado desde o início no combate à “subversão”. O objetivo também não era simplesmente contestar o Brasil Nunca Mais. Nas palavras do autor:

(...) mesmo porque, contestar (...) seria tão insignificante quanto recomendá-lo. Seria por demais simples o argumento contestatório contra quem apenas se preocupou em apresentar somente um lado – rompendo o caminho lógico e imparcial, para que se pudesse formar um juízo equilibrado. (GIORDANI, 1986:8).

O livro, comparado com os de outros memorialistas do poder, apresenta um estilo mais pessoal e emotivo. Não estabelece diálogo com a produção acadêmica sobre o assunto com pretensões de contar a história do período. O autor apresenta apenas uma narrativa marcada pelo ressentimento contra as “infâmias” do Projeto BNM. Os organizadores de tal pesquisa são alvos de sua indignação, bem como seus interlocutores privilegiados. Considera-se um homem de “direita” e garante que é contra a tortura, compreendida, naquele contexto, como um mal necessário.

O acervo do Projeto BNM (Brasil Tortura Nunca Mais), 1964 a 1979, encerra resultados de cinco anos de pesquisa, tendo como objeto de estudo a repressão política no Brasil nesse período. A pesquisa teve como suporte o processo penal, fonte “objetiva” e “insuspeita” produzida pela Justiça Militar Brasileira, e como seu principal referencial teórico as idéias de Michel Foucault “Vigiar e Punir”.

Explicam o “Projeto A” seis Tomos, divididos em 12 volumes que fornecem explicações sobre a metodologia da pesquisa acerca da repressão política durante

o regime militar, tendo como fonte os autos da Justiça Oficial Militar (707 volumosos processos), além de reflexões sistematizadas sobre o Regime Militar, a Tortura, Perfil dos Atingidos, Os Funcionários e as Leis Repressivas. O primeiro tomo (1 vol.) situa a “evolução das instituições jurídico-políticas brasileiras entre 1964-1979, partindo dos antecedentes históricos que prepararam o advento do Regime Militar e debruçando-se sobre o estudo do aparelho repressivo erguido em torno da Doutrina de Segurança Nacional, que por sua vez foi imposta como filosofia oficial do Estado a partir de 1964”.⁴²

O tomo seguinte (3 vols.) refere-se à natureza técnica, metodológica e instrumental do trabalho realizado. No terceiro tomo (1 volume) o relatório busca caracterizar as áreas sociais atingidas pela repressão, tipificando sua natureza política (oposição armada, partidos clandestinos, associações legais, delitos de opinião, etc.) No quarto tomo (1 vol.), faz-se um estudo mais jurídico, mediante “cotejamento entre o que era prescrito na lei e o que realmente acontecia no processo”, descrevem-se 20 casos exemplares que ilustram as irregularidades mais frequentes observadas no exercício da Justiça Militar, incluindo, também, estudo sintético de diferentes Leis de Segurança Nacional utilizadas no período em foco (15 anos).

O quinto tomo (4 vols.) volta-se para o registro sobre a prática de torturas a partir de uma abordagem introdutória acerca de sua natureza política. Apresenta uma relação nominal de 1843 pessoas que prestaram depoimentos denunciando torturas. O último tomo (2 vols.) descreve a natureza da fartíssima documentação escrita que se encontrava anexada aos processos, como material apreendido com os atingidos.⁴³

A complexidade do Projeto BNM foi divulgada de forma parcial através de uma obra que marcou a história recente do país em meados da década de 80: Brasil Nunca Mais, com pouco mais de trezentas páginas representa uma versão reduzida do relatório com cerca de 5 mil páginas, denominada “Projeto A”. Cópias desse relatório foram distribuídas para universidades e entidades dedicadas à defesa dos direitos humanos no Brasil e no exterior. O momento ainda era de grande temor de que os documentos pudessem desaparecer e que os envolvidos na pesquisa sofressem represálias. Esse livro, denominado “Projeto B”, causou

42 Tomo I, Apresentação .p xiv-xv. Março, 1985.

43 Esse material encontra-se no Arquivo Edgar Leurenroth da Universidade de Campinas, São Paulo

impacto e é uma das obras mais conhecidas no Brasil, recuperando a importância e a respeitabilidade das memórias de militantes:

Desde seus primeiros passos, em agosto de 1979, até sua conclusão, em março de 1985, o Projeto de pesquisa BNM não tem outro objetivo que não seja o de materializar o imperativo escolhido como título da investigação: que nunca mais se repitam as violências, as ignomínias, as injustiças, as perseguições praticadas no Brasil de um passado recente.

Não é intenção do Projeto organizar um sistema de provas para apresentação em qualquer Nuremberg brasileiro. Não o anima qualquer sentido de revanche. Na busca de justiça, o povo brasileiro nunca foi movido por sentimentos de vingança.

O que se pretende é um trabalho de impacto, no sentido de revelar a consciência nacional, com as luzes da denúncia, uma realidade obscura ainda mantida em segredo nos porões da repressão política hipertrofiada após 1964. É a observância do preceito evangélico que nos aconselha o conhecimento da verdade como pressuposto para a libertação.

Feliz coincidência, esta, do lançamento dos resultados da pesquisa num momento de esperança nacional, de superação do autoritarismo, de reelaboração das leis do país [Assembléia Nacional Constituinte].

Que ninguém participe deste debate nacional sem tomar conhecimento sobre o conteúdo deste livro, para que se possa exigir medidas no sentido de não se repetirem esses anos de perseguição e ódio.

Que ninguém termine a leitura deste livro sem se comprometer, em juramento sagrado com a própria consciência, a engajar-se numa luta sem tréguas, num mutirão sem limites, para varrer da face da terra a prática das torturas. (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 1985:26;27)

A obra não cobra punição aos militares, no entanto tornou-se uma referência na luta pelo direito à verdade e à justiça, trazendo informações importantes sobre torturas, mortos e desaparecidos. Contribui ainda hoje, para a luta dos familiares, reunindo documentos que ajudaram a explicar e comprovar as circunstâncias de determinadas mortes. Ademais, constitui, em conjunto com o acervo do DOPS, fontes oriundas do aparato repressivo que tem subsidiado novas análises e perspectivas historiográficas.

O livro do tenente Marco Pollo Giordani, *Brasil Sempre*, é uma prova viva

do impacto causado pelo livro *Brasil Nunca Mais* na busca pela verdade na memória dos militantes, buscando contestar a versão oficial apresentada pelos comandantes do país durante os vinte e um anos de ditadura. Os dois livros reivindicam que as versões apresentadas como a “verdade dos fatos” seja reconhecida socialmente, levando-nos a crer que as verdades do passado fazem parte de uma disputa do presente tendo em vista o futuro. Buscam a legitimação de suas posições, representada nesse campo de forças memorialísticas pela defesa da punição aos torturadores ou pela produção do esquecimento.

4 – Memorialismo do Poder e suas Contradições.

A produção memorialística estudada na primeira parte da pesquisa remete ao contexto histórico dos últimos anos de vigência do regime militar no Brasil e do início de um longo e penoso processo de transição política tendo em vista a consolidação da democracia entre nós. As obras analisadas foram publicadas entre os anos de 1979 a 1989, representando um momento inicial de abertura política durante o governo Figueiredo que provocou uma explosão de denúncias, polêmicas e lembranças dos fatos ocorridos durante as décadas anteriores e trazendo, ao seu final, o retorno à legalidade democrática com as eleições diretas para Presidente da República em 1989, tendo como palco as candidaturas Luís Inácio Lula da Silva versus Fernando Collor. Esse recorte temporal é importante porque permite situar essas obras como um campo de representações divergentes, capazes de sustentar uma memória histórica daqueles anos, marcada por contradições, antagonismos e obscuridades.

Uma das inquietações, que aparece como foco central dessas memórias, é a questão do imediato sucesso da operação “golpe” e a não resistência por parte do governo Goulart e demais grupos de “esquerda”. A maioria das narrativas é alarmista porque chamam a atenção para o risco do caos representado pela continuidade do governo Goulart. O Brasil corria o risco da “comunização”, tal a quantidade de greves e mobilizações que varriam o território. De acordo com os militares analisados, a inevitabilidade da “Revolução de 64” justifica-se frente à “revolução comunista” em curso. Essa idéia recorrente nos faz refletir: se havia forças sociais tão poderosas a ponto de gerar pânico em parte da população, por que não houve reações à tomada de poder pelos militares em 1964? Para explicar a questão da não-resistência talvez possamos afirmar que a imagem construída pelos militares foi muito mais propagandística e desestabilizadora do regime, instaurando um clima que justificasse a necessidade do golpe e a preservação da sua memória a posteriori.⁴⁴

44 Matéria divulgada na Folha de São Paulo em 16/03/2003 sob o título *“Jango tinha apoio popular ao ser*

Seguindo esse raciocínio, os militares também explicam a instauração do AI-5 como uma manobra defensiva face ao recrudescimento da oposição armada, que articulava uma série de ações (assaltos/expropriações, sequestros e comícios relâmpagos). Ora, sabemos que houve repressão aos movimentos sociais e perseguições aos opositores logo no início do golpe. Portanto não procede a idéia de que a preocupação com a estruturação e organização de um aparato repressivo vingou em função das ações dos grupos guerrilheiros. Na defensiva estavam os que optaram pela luta armada como única via possível na tentativa de derrotar a ditadura e instaurar o socialismo no país.

Marco Pollo Giordani, por exemplo, é um legítimo representante da “linha dura”, o que aproxima o seu perfil e o seu livro dos escritos do Coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra e de tantos outros que escreveram sob esse signo. Ambos criticam o presidente João Figueiredo e defendem Médici. O coronel Ustra critica Figueiredo pelo processo de anistia e abertura política, e o tenente Marco Pollo Giordani porque Figueiredo não havia permitido eleições diretas que favoreceriam o candidato do PDS, Aureliano Chaves, líder das pesquisas de opinião na época, e que, em sua opinião, tinha grandes chances de vitória. Giordani depositava muita esperança em Paulo Maluf como o maior líder da “direita” naquela época. O discurso narrativo do coronel Brilhante Ustra e do tenente Marco Pollo Giordani situam-se numa visão polarizada daqueles tempos, na luta entre o bem e o mal, em oposições e exageros que não admitem a possibilidade de diálogo com a historiografia acadêmica e com o memorialismo da repressão.

Torna-se evidente que Amílcar Lobo se distancia dos ideais da “revolução de

deposto em 64, diz pesquisa Ibope” revela que o Presidente João Goulart gozava de amplo apoio popular quando foi deposto. Essa pesquisa do Ibope não foi divulgada na época. Uma das pesquisas foi feita em três cidades paulistas, apontando que 15% dos ouvidos consideravam o governo Jango ótimo, 30% bom e 24% regular. Para 16%, o governo era ruim. Outra pesquisa do acervo do Ibope com eleitores de 8 capitais, entre os dias 9 e 26 de março de 1964, aponta que 49,8% dos pesquisados admitiam votar em Jango caso ele pudesse se candidatar à reeleição contra 41,8% que rejeitavam essa possibilidade. O acervo do Ibope está sendo catalogado no Arquivo Edgard Leuenroth, da Unicamp, segundo informação do jornal. A matéria apresenta opiniões da historiadora Zilda Márcia Iokoi, da USP, que afirmou que a popularidade de Jango tinha sido um dos aspectos decisivos para sua deposição. Para Maria Celina D’ Araújo, da FGV/RJ, as pesquisas são relevantes porque reforçam a tese “*de que o golpe de 64 foi um movimento anticomunista e não contra o governo Goulart*”. O ex-senador Jarbas Passarinho também foi ouvido pela reportagem, afirmando que não estranha a popularidade de Jango às vésperas do 31 de março de 64, pois desde a década de 50, quando tinha ocupado o Ministério do Trabalho, tinha adotado medidas populistas, mantendo o seu carisma entre as classes mais pobres.

64”, ao condenar os crimes de torturas praticadas por alguns militares. No entanto a sua admiração pelo General Sylvio Frota demonstra que era simpatizante de um grupo político na esfera do poder, grupo este que foi derrotado no processo sucessório em 1979, envolvendo as candidaturas do general Euler Bentes Monteiro versus Figueiredo. Nesse aspecto, o seu relato aproxima-se das características dos livros de Hugo Abreu. Ambos apoiaram um grupo político que foi derrotado no âmbito da política institucional. No entanto, para Amílcar Lobo, o significado da derrota é assimilado do ponto de vista pessoal. Contrariando essa lógica, Hugo Abreu atribui à derrota dos projetos originais da “revolução de 64” um caráter político e não pessoal. A manifestação de derrota é superada, ao delinear novos projetos para o Brasil e ao aderir ao grupo político do MDB, no momento em que escreve as suas memórias.

O relato de Carlos Alberto B. Ustra e do tenente Marco Pollo Giordani aproximam-se das memórias de Armando Falcão, quando assume a defesa incondicional da “revolução de 64”. Todos eles não abandonaram a causa a que aderiram a partir de 64. Continuando a defender, no presente, os projetos constitutivos da “revolução de 64”, Ustra, mesmo com todas as acusações que a imprensa ainda hoje divulga sobre a sua pessoa, não abandona a certeza de que contribuiu para extirpar o comunismo e restabelecer a democracia. No confronto, diz o tenente Marco P. Giordani, hoje os militares são malvistas, chamados de torturadores e facínoras e os terroristas idolatrados como heróis, patriotas, líderes e salvadores.

Armando Falcão e Hugo Abreu elaboraram distintas leituras (e releituras) do período do governo Geisel. Carlos Alberto B. Ustra, Amílcar Lobo e o tenente Marco Pollo Giordani escrevem sobre a experiência vivida numa mesma conjuntura política, caracterizada pelos anos de repressão do governo Médici e Geisel. No caso de Ustra e Lobo, o que os motivou a rememorar o passado é o desejo de livrar-se das acusações de agentes da tortura no país. Negam qualquer envolvimento com esses crimes. Ustra acusa a esquerda de praticar tais atos, transferindo a culpa que caberia aos militares. Amílcar Lobo condena tanto a esquerda armada que levou o país a um processo de radicalização, como alguns militares que cometeram exageros no combate à guerrilha. Enquanto Ustra vangloria-se da sua trajetória pessoal, Amílcar Lobo destaca-se como um homem arrependido por ter sido envolvido em tais crimes. Busca, assim, através do seu relato, exorcizar situações vividas no passado. Giordani, por sua vez, não se coloca como um agente da repressão pela qual foi perseguido, mas sim como membro do exército brasileiro. Julga que tem o dever de defender as Forças Armadas e contribuir com sua versão contra abusos de

versões contidas no livro *Brasil Nunca Mais*.

Os militares e políticos civis aqui analisados demonstram certa mágoa e hostilidade em relação aos intelectuais, políticos de esquerda e demais opositores no que se refere à memória construída sobre eles após o seu longo exercício de poder. Observam que receberam apoio de parte da sociedade civil no momento de instauração e durante o regime militar, notadamente das classes médias. No entanto, para eles, vigora na mídia, nas universidades e nos escritos da “esquerda” a convicção de que os militares têm exclusiva responsabilidade sobre as violências cometidas no período, como tortura, mortes, desaparecimentos. Como exemplo da responsabilidade que se imputa aos militares pode-se citar a participação de empresários importantes na estruturação do aparato repressivo de combate à “subversão” e que, até hoje, não sofreram tais ataques. Ou seja, não se tornaram alvos de denúncias, perseguições por parte dos familiares de desaparecidos políticos e demais militantes da esquerda armada. A literatura de denúncia, de cunho “esquerdizante”, não elegeu esse setor como seus interlocutores, culpabilizando apenas os militares por todos os seus males.

Segundo eles, os escritos da “esquerda” impuseram uma “memória do vencido”, contando sua versão da história sem embasamento real e documental. Os militares selecionados neste trabalho são unânimes na condenação do Projeto Brasil Nunca Mais, que deu origem a algumas publicações e teses que denunciaram com provas documentais a prática da tortura nesse período. Consideram os relatos das vítimas de tortura falaciosos e provocativos, pois revelam apenas uma visão maniqueísta dos acontecimentos do período. Posteriormente, vão condenar também as orientações da Lei dos Desaparecidos de 1995, aprovada no governo Fernando Henrique Cardoso, por não contemplar as vítimas do “terrorismo”. Os escritos da “esquerda” não dialogam com as memórias dos militares, apenas os consideram algozes que utilizaram todos os meios, legais e ilegais, para conter a oposição ao regime. Portanto nos diversos escritos de militares, encontramos um ressentimento muito grande com a “história dos vencidos”, pois entendem não merecerem as acusações a eles atribuídas. Se houve equívocos e exageros na “guerra”, eles pensam poder partilhá-los com parcela da sociedade civil envolvida nas tramas do regime.

A tortura aparece como temática recorrente nessas memórias, sendo que ao minimizarem o seu impacto e danos na estrutura militar, estão preocupados, na verdade, em formar uma opinião pública a seu favor. Se houve tortura nesse período da história brasileira foi pela necessidade do combate à “subversão”. Para esses memorialistas, a tortura foi decorrência de um estado de guerra, e os exageros co-

metidos foram de responsabilidade dos órgãos de repressão que tinham autonomia na condução das operações e nos interrogatórios dos presos. Portanto a tortura foi consequência direta da criação de um aparelho de segurança que passou dos limites estabelecidos por uma política decidida nas mais altas esferas do aparelho de Estado. Ao reconhecerem a existência de torturados, não citam nenhum torturador ou mandante de tortura. Tampouco reconhecem que eles próprios presenciaram ou participaram dos interrogatórios. Os militares são quase unânimes em afirmar que a tortura foi decorrente do processo de radicalização das esquerdas, responsável por criar um clima de violência que poderia caracterizar excessos de ambos os lados. A “memória dos vencidos” exageraria nas críticas e na denúncia da tortura sistemática.

O Ministro da Justiça Armando Falcão não fala diretamente em tortura, mas reconhece que pós-AI-5 houve um agravamento do autoritarismo governamental mediante o acirramento da luta armada. O coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra conta minúcias das operações que comandou no DOI-CODI/II Exército na captura de militantes políticos. Amílcar Lobo coloca-se como vítima do sistema, pois foi obrigado a avaliar as condições dos presos políticos sob tortura, discordando de tal prática. Giordani diz claramente que a tortura foi um mal necessário, os meios justificando os fins no combate a “subversão”.

Acompanhados de bom senso, todos eles negam qualquer envolvimento com as “coisas do porão”. Assim sendo, admitem o uso dos métodos da tortura por parte dos órgãos repressivos que tiveram total autonomia no combate à “subversão”. No entanto isentam tanto a alta hierarquia do Comando das Forças Armadas, como os governos que se sucederam de qualquer responsabilidade com essa prática considerada crime contra a humanidade.

A tortura sistemática de presos como um acontecimento histórico fartamente comprovado é colocado no campo das possibilidades e justificada em casos especiais para eliminar o “mal maior” – o comunismo. Recentemente, o cientista político José Roberto Martins Filho, em artigo A Memória Militar sobre a Tortura⁴⁵, analisa o depoimento do ex-presidente Ernesto Geisel no que se refere ao seu posicionamento sobre a mais tenebrosa das políticas de segurança da ditadura militar:

45 O autor formula suas reflexões a partir de análise do depoimento do General Geisel publicado com o título *Ernesto Geisel*, (1997), em que este admite a prática da tortura no regime militar. Ainda completa sua análise com depoimentos de 39 militares editados por Hélio Contreiras no livro *Militares – confissões, Histórias secretas do Brasil*. (1998).

“(…) sem reconhecê-la plenamente, Geisel justificou a tortura. Ao fazê-lo, isolou-se de um número já razoável de altos oficiais das Forças Armadas que não hesitariam em repudiá-la do ponto de vista da ética militar, geral e humana” (MARTINS FILHO, 2001:110). Depoimentos de vários chefes militares e oficiais de várias patentes confirmam a existência da tortura como fato histórico nesse período.

Numa visão atenuada do processo, constatamos na pesquisa que o reconhecimento da tortura nos depoimentos dos militares e políticos civis está vinculado à idéia de que as violências ocorreram tanto por parte do aparelho repressivo como pelos militantes de esquerda, sendo que existem versões mais diretas e contundentes de oficiais que participaram diretamente do processo. Os testemunhos analisados neste trabalho admitem o desgaste sofrido pela instituição militar ao assumir funções de polícia, embora alguns deles sejam mais radicais em suas críticas, afirmando que a tortura só pode ser colocada em prática à sombra das ditaduras.

Para José Roberto M. Filho a questão é bem mais complexa, pois é de conhecimento geral que a “tortura só pode ser executada com rigor e método, em condições muito especiais, por funcionários especialmente treinados ou habilitados que atuavam no interior de instalações do poder público, preparadas para esse fim e com o amparo de um quadro especial de burocratas, que processava as informações vindas dos porões e as devolvia em forma de diretrizes aos encarregados de novos raids repressivos” (MARTINS FILHO, 2002:110). Entender o comportamento do torturador ajuda a compreender que o silêncio é sua principal arma, pois esse tipo de sevícia é quase sempre inconfessável: “Quem torturou não fala das torturas a amigos e familiares, nem se vangloria diretamente disso em entrevistas a professores e jornalistas. Na sua solidão, os torturadores falam apenas com os próprios fantasmas, seus companheiros eternos de trevas. Resta esperar que, no seu mundo de sombras, jamais descansem em paz” (MARTINS FILHO, 2001:115).

Os livros dos militares e políticos civis aqui analisados revelam a encruzilhada de se falar de forma distante e estranha de um tema que se conhece intimamente. O Ministro da Justiça Armando Falcão e o general Hugo Abreu estiveram preocupados em defender a instituição a que serviram e procuram se afastar da “ética” dos torturadores. O coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra e o tenente Marco P. Giordani são mais afoitos, escancarando os detalhes dos interrogatórios, mas negando o envolvimento deles em tais práticas. Relatam as minúcias e o funcionamento dos órgãos de repressão, especialmente os DOI-CODIs. Com sarcasmos, admitem a tortura como única possibilidade de vencer a “guerra” contra a “subversão”. O médico Almícar Lobo coloca-se como vítima tanto da esquerda como da direita,

foi um mero cumpridor de ordens vindas de cima, arriscou a sua carreira, sofreu sérias ameaças ao atender presos políticos torturados. Na verdade, o médico era responsável por medir o grau de tolerância da vítima submetida ao sadismo reinante.

Ademais, Jacob Gorender, ao apresentar a obra de Carlos Fico, intitulada *Como eles Agiam* (2001), enfatiza a compreensão correta do autor de que a prática da tortura não ocorreu por “excessos” de subalternos, mas era determinada pelo alto comando das Forças Armadas e pelo alto escalão presidencial. As memórias de Geisel, transformadas em livro, de acordo com Gorender, já atestaram a necessidade do emprego da tortura no contexto de radicalização da luta armada, contudo deveria ser feita de maneira clandestina, sem grandes alardes. Estima-se em cinquenta mil o número de pessoas que tiveram a experiência traumática de passagem pelos “porões”; aproximadamente vinte mil foram torturadas. Destes, cerca de 800 processos tramitaram na Justiça Militar, revelando onze mil indiciados e oito mil acusados, resultando algumas centenas de condenações⁴⁶. O preço a ser pago pelas esquerdas e pela sociedade como um todo foi alto demais para ser relegado ao esquecimento.

Os militares decretaram o fim do regime em 1985, preservando a memória dos seus feitos. Deixaram o saldo de uma modernização conservadora que permitiria aos “espíritos menos críticos” manterem a nostalgia dos tempos do regime que

46 Com base nos documentos dos 707 processos militares (projeto BNM,1985), do Dossiê Ditadura: Mortos e Desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985) de 2009, do relatório produzido pela Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos (2007) Direito à Memória e à Verdade processos (anos 1970) contra o Esquadrão da Morte (SP) e consulta ao jurista Hélio Bicudo, a Revista Caros Amigos publicou um quadro das atrocidades: 426 mortos e desaparecidos políticos, sendo 30 no exterior, e 70 na repressão à Guerrilha do Araguaia; 1.118 assassinatos de trabalhadores rurais, 2 mil indígenas waimiri-atoari assassinados por resistirem à construção da BR-174, Manaus-Boa-Vista; centenas de presos exterminados por Esquadrão da Morte; 50.000 prisões arbitrárias; 20.000 torturados; 10.000 exilados; 130 brasileiros banidos com passaportes cancelados; 10.034 atingidos por inquéritos policiais; 7.367 indiciados; 6.592 punições e desligamentos de militares; 700 mandatos políticos de cassados; 1.202 sindicatos sob intervenção do Estado; 254 sindicatos dissolvidos; 49 juizes expurgados; 4 condenados à morte, que foram banidos; 3 ministros do STF afastados. Caros amigos, Maio de 2012 – Especial Comissão da Verdade, p. 7, O Jornal Folha de São Paulo, no Encarte Especial, datado de 31/05/1994, apresenta um quadro com números bem menores que informam sobre o grau de violência: 144 pessoas desaparecidas, 1843 torturados, 240 mortos pelo regime, 98 mortos pelos grupos de esquerda, 238 políticos cassados e 452 sindicatos sofreram expurgos em 1964. Ainda, 50.000 foram detidos nos primeiros meses do golpe, 2828 pessoas condenadas à prisão pela Justiça Militar. Também foram censuradas 840 músicas, 500 livros (1974-1979), 44 peças teatrais em 1968, 286 ordens de censura entre 1972-1974.

havia oferecido maiores chances de emprego e de consumo. Essa memória preservada com o final da ditadura seria proveniente da própria característica intrínseca do regime militar brasileiro de conservar certa ambiguidade frente ao poder. Ou seja, os militares teriam oscilado durante todo o período entre ações “democráticas” e autoritárias. Portanto isso explicaria o menor número de mortos, desaparecidos, presos e exilados no Brasil quando comparado a outras ditaduras latino-americanas do mesmo período. Admitir essa hipótese interpretativa da história do período não implica a crença de que a nossa ditadura foi mais branda do que as outras, principalmente quando se estipula o grau e o caráter das violências empregadas na Argentina e no Chile, tidos como os maiores exemplos de traumas humanos do século XX latino-americano, ainda hoje não superados.

Comparando-se as cifras de vítimas da tortura, desaparecidos e mortos e o resultado final dos processos ditatoriais, a nossa realidade representa um menor número com aproximadamente 3500 atingidos diretamente contra 30.000 da Argentina e 27.153 reconhecidos oficialmente pelo Estado chileno. Enquanto a Argentina e Chile enfrentam julgamentos e punições de militares envolvidos em casos de tortura, os nossos continuam “incólumes” com pouquíssimos avanços no campo dos direitos humanos. Desse modo, a memória dos militares na Argentina seria uma “memória destrozada” pelo grau de violência que se impôs. A nosso ver, as razões que delinham essas diferenças estão enraizadas nas características sociais e políticas de cada povo e não, simplesmente, nos aspectos quantitativos de tal violência. Talvez o que explique o maior grau de violência em países como a Argentina e Chile seja a maior resistência da sociedade, revelando mais politização e organização.

A tradição conservadora e conciliadora da sociedade brasileira permitiu que a grande maioria da população apoiasse o golpe de 1964, bem como os arranjos entre os diferentes setores sociais permitiram o processo de transição em 1985. Também se sabe que o momento de maior recrudescimento do regime (1968-1974) foi o período de maior resistência organizada da sociedade e de maior enfrentamento com o poder.

Portanto essas razões são muito mais profundas do que simplesmente considerar a existência de uma ambiguidade inerente ao regime militar brasileiro ou, simplesmente, insistir no argumento das taxas de violências empregadas pelos militares para explicar a nossa especificidade. A bem dizer, essa posição implica uma opção teórica e política acerca do período fundamentada em tempos de conciliação. Ao descartar o conceito de ditadura militar, alguns estudiosos optam pelo conceito de

autoritarismo em oposição ao de democracia consubstanciando a tese da ambiguidade como perspectiva teórico-metodológico de suas pesquisas.

Fernando Henrique Cardoso em seu livro *Autoritarismo e Democratização* (1975), foi o precursor dessa tese da ambiguidade, justificando que a ditadura militar não era fascista ou totalitária, mas um “regime autoritário” que favoreceu o crescimento econômico e a modernização do país. Essa análise de Fernando Henrique Cardoso surpreendeu as esquerdas, no dizer de José Carlos Reis: “pelo que era considerado uma concessão, uma brandura, com relação ao “fascismo” instalado no poder”. (REIS, 1999:238). Alguns historiadores e cientistas sociais ao adotarem o conceito de “autoritarismo” de Fernando Henrique Cardoso na tentativa de explicar a natureza do regime, acabam optando pela tese da ambiguidade como sua principal marca. Suas interpretações coincidem, em parte, com leituras feitas pelos próprios militares acerca do processo de “abertura política”, entendida como concessão e controle, momento em que foram devolvidas, de modo “pacífico”, as liberdades democráticas à população. Tal interpretação tende a homogeneizar as memórias dos militares, políticos civis ou simplesmente desconsiderá-las.

Sabemos pelo estudo que empreendemos que existem distintas maneiras de se pensar a “transição” nos meios militares. Para muitos militares, que defendiam o fim do regime em 1975, a “abertura política” foi equivocada. Outros insistiam na permanência do regime após 1985 na tentativa de consolidar as reformas necessárias e completar os ideais “pré-revolucionários”. O tenente Marco P. Giordanni, por exemplo, considera que a anistia foi um grande erro político do governo Figueiredo, bem como o impedimento das diretas em 1985, que garantiriam a vitória do candidato à Presidência da República do PDS, Paulo Maluf. O general Hugo Abreu afirma que a abertura foi “desastrada” e “infeliz”, pois Geisel, ao escolher Figueiredo como seu sucessor, permitiu que o processo de abertura estimulasse as forças revanchistas de esquerda. A maioria deles concorda que o governo Figueiredo permitiu que se ampliasse muito a “contestação” e a “subversão” durante a abertura política. Contudo não custa lembrar que todos os governos militares se inauguraram sob o signo da “abertura”. Portanto foi a radicalização da oposição ao regime que prolongara a permanência dos militares no poder. Para o ex-ministro da Justiça, Armando Falcão, o período autoritário finaliza em 1975, momento em que o governo vence a guerrilha urbana e rural. Alguns deles defendem hoje o retorno dos militares à caserna, dando mais atenção ao profissionalismo militar e respeitando cada vez mais as liberdades civis. Em suma, de forma nenhuma é consenso a questão da “transição” entre os militares. Nos discursos públicos de

alguns dirigentes fala-se do regime como dotado de caráter democrático desde o seu início, justificando-se que se prolongou no poder até 1985, exclusivamente pela necessidade e vicissitudes da luta contra a “subversão” e a “corrupção”.

Contudo outros discursos dos militares parecem confirmar a tese da ambiguidade presente na historiografia acadêmica para explicar a especificidade do regime de 64 frente a outros regimes ditatoriais latino-americanos. Para eles, os mecanismos e práticas dos governos militares oscilaram entre democracia e autoritarismo permitindo maior margem de manobra com o propósito de permanecer por mais tempo no poder. No entanto salientamos que a preocupação com a democracia aparece muito no plano discursivo enquanto arcabouço ideológico em busca de legitimidade. Nas práticas políticas e repressivas dos militares encarregadas do cerceamento das liberdades e do emprego da tortura, verificam-se as crueldades próprias das formas ditatoriais de poder. A concepção de democracia dos militares também é autoritária. Democracia é sinônimo de responsabilidade, honestidade, ordem, progresso e luta contra a “subversão”. Enfim, defendem uma democracia liberal contra o autoritarismo dos regimes comunistas.

Embora existisse uma relativa ambiguidade no plano discursivo e na manutenção de algumas prerrogativas constitucionais, no geral os militares estavam bem cientes do seu projeto de dominação. Portanto não é a ambiguidade que caracteriza o discurso e as ações do regime, mas a luta, o conflito entre o “bem” e o “mal”, “direita” e “esquerda” que tenciona tanto os escritos memorialísticos como os estudos acerca do regime militar. A palavra democracia sempre é empregada em oposição ao comunismo, evidenciando memórias em disputa e não consensuais.

Para José Luiz Fiorin,⁴⁷ o discurso político do poder tem um narrador único, presente como ator da narrativa. Portanto o discurso do golpe de 64 “tenta fazer crer que formas aparentes do real constituíam a realidade total” (FIORIN, 1988:20). Com efeito, o discurso de 64 mascara a existência de classes sociais e passa a “naturalizar” o processo social, ocorrendo a afirmação e a negação de valores contraditórios (ordem versus caos): “A operação de conversão de um conteúdo no seu termo contraditório apresenta-se, no nível da manifestação, como um antagonismo e uma luta entre o ‘vilão’ e o ‘herói’” (FIORIN, 1988:35).

47 Para compreender o discurso e ideologia do regime de 1964, José Luiz Fiorin limitou a sua tarefa de pesquisador ao estudo dos discursos do General Castelo Branco, considerando que os presidentes militares posteriores apresentaram-se como continuadores da obra da “Revolução de 1964” e, assim sendo, não poderiam falar em outro discurso.

No discurso dos militares, o “povo” é que desejava depor Goulart. Ao desqualificarem Goulart, qualificavam as Forças Armadas, evidenciando a oposição entre povo brasileiro e comunismo, entre ‘ordem’ e ‘caos’ e a existência ou não da revolução. A perspectiva do narrador é a da vitória. Nega-se a tomada do poder como sendo um golpe de Estado para caracterizá-la como revolução. As Forças Armadas apresentam-se como sujeitos do fazer, delegados do querer popular: “Para descaracterizar o golpe como golpe, foi preciso instituir o povo como destinador de um querer, e o golpe passou a ser chamado “revolução” (FIORIN, 1988:38).

Argumentamos que a “Revolução de 1964” produziu uma enorme massa de discursos, nos quais a “nação” é concebida como um todo homogêneo dotado de uma “única vontade” e um “único projeto”. Patriotismo é sinônimo de ufanismo e de alienação. O brasileiro é considerado um conservador por “natureza”, não desejando qualquer alteração na lei e na ordem. “O Estado, então, passa a encarnar a vontade da nação e do povo, estar a serviço do bem comum e, portanto, situa-se acima dos interesses particulares de grupos ou de classes, definindo seus fins e adaptando seus meios.” (CARDOSO, 2011:136)

José Luiz Fiorin diz que uma das invariantes do discurso militar de 64 é afirmar que o conflito que se travou no Brasil está inserido na luta entre democracia e o comunismo. Para preencher a lacuna do discurso construído, Fiorin define que, dentro do processo democrático de transferência de poder, a eleição é um acontecimento, enquanto o tempo de governo e a legislatura são um período. Portanto o que caracteriza a democracia é um período regular em que ocorrem eleições com tempo de duração delimitado a priori: “Não se pode, sem que se resvale na tirania, aumentar a duração do período, enquanto ele transcorre, sem consulta à população. Da mesma forma, não se pode diminuir o período” (FIORIN, 1988:24).

Portanto o argumento de que os governos militares mantiveram em alguns momentos uma preocupação aparente com o aspecto legal do regime, produzindo leis (Lei de Segurança Nacional) que procuravam encobrir a ilegalidade do aparato repressivo, não pode resultar na definição da ambiguidade como imanente ao próprio regime. Os militares afirmam terem feito a “revolução” para salvar a democracia, porém, em nome dessa salvação, fecha-se o Congresso, cassam-se mandatos, aposentam-se e demitem-se funcionários públicos, institui-se a censura à imprensa, não se respeitam os direitos individuais inscritos na Constituição, legisla-se por decretos, retiram-se as garantias de inamovibilidade e vitaliciedade da magistratura. Castello Branco afirma que a democracia supõe liberdade com responsabilidade, podendo ser alterados os aspectos secundários, a saber: cassações, censura, prisões,

exílios entre outros que em nada modificam a vontade da nação. Em suma, diríamos tal como Marilena Chauí que na democracia “ninguém pode identificar-se com o próprio poder”, ao passo que na tirania “o detentor do poder (um homem, um grupo, uma classe) se identifica como o próprio poder” (CHAUÍ, 1980:98).

A ditadura militar brasileira representou esse momento traumático em que ocorre a “desnaturação da coisa política”⁴⁸, eliminando a possibilidade de diálogo e convivência com as diferenças, instaurando através do recurso da violência o fim da liberdade. Censuras, prisões, cassações, exílios e a forte exclusão social existente ainda hoje atestam contra a tão pretendida “democracia” dos militares.

Ao lado dessas observações, acreditamos muito mais no processo de luta entre dominação e resistência que levou ao acirramento dos conflitos nos anos mais duros do regime militar do que na tese da ambiguidade. As memórias de militares e políticos civis somados aos inúmeros depoimentos de militantes publicados a partir do final dos anos 70, bem como os documentos acumulados em acervos de aparatos repressivos, Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) e nos processos tramitados na Justiça Militar entre 1964-1979 (Projeto BNM) demonstram que houve uma construção de estratégias tanto pela dominação (crescimento e estruturação do aparato repressivo) como por parte da resistência (sofisticadas estratégias para organização e preparação das guerrilhas que almejavam pôr fim ao regime). Assim, a produção memorialística do período só pode ser entendida a partir do processo de enfrentamento de ambas as forças, constituídas e constituintes de consensos e dissensos produzidos por nossa sociedade.

Todos os livros e documentos mencionados não esgotam as possibilidades de compreensão acerca do regime militar brasileiro. O tema continua polêmico e convida a novas investigações, pois os acontecimentos daqueles anos estão repletos de atualidade. A pesquisa desenvolvida até aqui representou um exercício de análise de como se produz a memória histórica, bem como a sua reprodução nos diversos discursos políticos que, para se legitimarem, elegeram 1964 como o marco fundador de uma nova ordem política no Brasil. É nesse campo de forças opostas que nos propomos a analisar na segunda parte da pesquisa o memorialismo da repressão, buscando perceber até que ponto essa mesma memória histórica ou oficial é reelaborada, corrigida e ampliada por aqueles que estiveram do outro lado do poder.

48 Expressão utilizada por Kurt Sontheimer, que prefaciou o livro ARENDT, Hannah. O que é Política? Fragmentos compilados por Ursula Ludz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

Parte II
Memória da Repressão e
Luta Contra o Esquecimento.

5 - Memória, Ficção e Resistência.

Nos memorialistas que apoiaram a “revolução de 64”, verificamos que o tom autobiográfico, inerente ao texto memorialístico, encontra-se mesclado com formas de narrativas históricas tradicionais, em que a rememoração do passado busca apoio em documentos para garantir a objetividade do relato. Constroem múltiplas representações dos acontecimentos do período, principalmente as que se referem ao tema da “revolução” e ao combate à “subversão” por meio da tortura.

Na segunda parte desse livro, apresentamos os mesmos acontecimentos gerando uma outra leitura (e releitura) da realidade do período militar. A construção do relato memorialístico parte daqueles que aspiravam ao poder, mas foram derrotados frente ao ideal de que através da luta de guerrilhas conseguiriam derrubar a ditadura. Outras características narrativas permeiam as obras dos ex-militantes da esquerda armada que têm a pretensão de escreverem um relato sincero, uma longa reportagem da história que nos foi em grande parte censurada durante a atuação do regime militar no Brasil.

O memorialismo da repressão e a literatura política, ao narrarem a história do período (1964-1985) pelo projeto dos “vencidos”, mesclam o desejo do testemunho com o exercício da crítica histórica. No final da década de setenta proliferam livros de memórias de militantes políticos que denunciaram os desmandos da ditadura militar e a capacidade de resistência e luta revolucionária dos perseguidos. No campo ficcional, mesclando real e imaginário, romancistas recuperam o sujeito histórico em sua plenitude, revelando sentimentos, emoções e atitudes dos participantes da luta armada. A maioria desses escritos criou representações sobre o passado a partir da “mitificação” dos envolvidos na luta revolucionária. Sem dúvida, essa produção permitiu preservar uma memória social que dispõe de diversos mecanismos para escapar à dominação.

O que aglutina esses memorialistas é o fato de serem todos opositores do regime que se implantou no país a partir de 64, participando dos distintos projetos que os setores de esquerda colocaram em prática com o propósito de derrubar

a ditadura militar. As diferentes perspectivas na construção dos seus relatos só podem ser compreendidas no interior das ações e projetos diversos dos grupos políticos que formaram o que se convencionou chamar de esquerda, dos quais os memorialistas participavam politicamente.

Os memorialistas aqui mencionados estiveram comprometidos com os acontecimentos do seu tempo e foram perseguidos pelos órgãos repressivos do regime militar. Alguns traços biográficos evidenciam as diferentes trajetórias pessoais, militantes e profissionais, esclarecendo o modo como enfrentaram a ditadura e a forma brutal da repressão que se abateu sobre eles, familiares e amigos.

A matéria do discurso narrativo dessas memórias se expressa na luta de resistência contra o esquecimento; na autodenúncia dos crimes hediondos da ditadura; na autocrítica da luta armada e da “esquerda tradicional”, no caso de Fernando Gabeira e Alfred Syrkis, e no relato das cenas de prisão descritas por Frei Betto e Alípio de Freitas em que defendem a resistência heróica dos revolucionários envolvidos com a luta armada.

O locais de elaboração dessas obras revelam contextos históricos bastante distintos: a primeira obra de Fernando Gabeira e também a de Alfred Syrkis são elaboradas no exílio, o que permite um “olhar” distanciado da realidade do país e já inserido em outras formas de luta próprias de alguns países europeus no final da década de 70. Frei Betto e Alípio de Freitas rememoram no desenrolar do processo brasileiro, em que persiste o sufoco político dos tempos de “abertura”, impetradas pelos generais Golbery do Couto e Silva e João Batista Figueiredo, e uma indefinição nos rumos do país com o longo e penoso período de transição para a democracia.

O confronto constante entre o “eu” do passado e o “eu” do presente assumem, nas narrativas, configurações ideológicas que não se restringem a contar apenas a experiência vivida no período de luta armada, mas estão imbuídas de uma perspectiva de reavaliação do passado que permite delinear novos projetos que ganham sentido na luta para transformação da sociedade. Desse modo, articulam uma mediação entre singular e o universal, entre o objetivo e o subjetivo que se expressa, na narrativa, numa busca de inserir a experiência individual no contexto social e político do Brasil e do mundo nesse momento.

O passado, nessas memórias, mais que reconstituído é reconstruído no plano ideológico e afetivo. Os valores utópicos de um tempo morto renascem na busca de um sentido para o presente que se concretiza no posicionamento político frente às diversas perspectivas de transformação da sociedade. Os escritores negam a

suposta “neutralidade” ao narrarem os acontecimentos do período, procurando, ao contrário, afirmar-se como sujeitos políticos. Assim, marcam bem o lado em que estavam diante da polarização ideológica própria dos anos de vigência do regime autoritário no país.

As memórias de Fernando Gabeira e Alfred Sirkis somam aspectos do uso de boa técnica de ficção, conjugadas com uma visão particular da realidade que experimentam nos idos de 60 e 70. Nesses escritores, imaginário e real se interpenetram no labirinto da memória. Não se percebem essas mesmas nuances narrativas nos livros de Frei Betto e Alípio de Freitas. Contam o que foi vivido por eles e pelos companheiros no cárcere, estando o relato mais próximo do documental do que da ficção. A narrativa de Alípio de Freitas está pontilhada de cenas que se passam nas celas das várias prisões por onde andou, levando o leitor a compartilhar da dolorosa experiência. Frei Betto, por sua vez, ao rememorar a experiência do tempo vivido no Presídio Tiradentes, em São Paulo, dispõe-se a realizar uma análise interpretativa dos fatos, tendo como suporte a pesquisa documental, especialmente ao narrar a morte do guerrilheiro Carlos Marighella.

Essa produção de memórias acompanha alguns comportamentos da produção ficcional dos anos 70 que se voltou para uma “representação mimética da realidade histórica que temos vivido” (ARRIGUCCI, 1981:09). Confirmam esse diagnóstico outros críticos literários tais como: Antonio Cândido, Fábio Lucas e Heloísa B. de Hollanda⁴⁹. Todos analisam a política e a literatura nos anos setenta preocupados em definir o papel do escritor, analisar a dinâmica do mercado editorial e a própria qualidade dessa produção. Algumas reflexões sobre o memorialismo aparecem no bojo das análises que fazem sobre a produção ficcional da década.

Os relatos memorialísticos sobre a ditadura militar surgem em um contexto político e literário, reconhecido e divulgado com a política de “abertura” controlada pelos militares.⁵⁰ O romance político e o romance-reportagem carac-

49 Estes autores analisam a literatura dos anos 70, nos seguintes textos: David Arrigucci “Jornal, Realismo, Alegoria: O Romance Brasileiro Recente.” (1979); Antonio Cândido no artigo “A Literatura em 1972” (1975); Fábio Lucas em seu livro Vanguarda, História e Ideologia da Literatura (1980) e Heloísa B. de Hollanda no artigo “Política e Literatura: A Ficção da Realidade Brasileira” (1979).

50 Referimo-nos principalmente ao Plano Mestre elaborado pelo General Golbery do Couto e Silva, em 1980, com o objetivo de cooptar setores de elite da oposição para realizar o processo de transição.

terísticos do período realizam a ficção da realidade brasileira muito voltada para as agruras da história recente.⁵¹ O memorialismo da repressão situa-se no limiar dessa ficção, oscilante entre o documento histórico – testemunho de uma época – e as fronteiras do que se reconhece como literatura. Essa espécie de “surto” memorialístico revelou o afrouxamento do permanente sistema de controle e homogeneização da memória coletiva, tão característica dos anos anteriores.

O processo vivido por alguns escritores nesse período ditatorial deve ser explicado a partir de questões mais amplas apontadas por Antonio Cândido de Mello Souza em artigo sobre a literatura em 1972. Cândido esclarece que o escritor durante o período militar passou por um processo de “migração interior”, voltando-se para dentro de si mesmo – para o “silêncio” e “auto-repressão”. Notamos também que o “silêncio” dos historiadores, literatos e cientistas, durante os anos 60 e 70, configurado no “vazio” discursivo sobre o golpe de 64 e seus desdobramentos, revela dificuldades de acesso aos arquivos, limitando a atividade intelectual e criativa, que enveredou para autocensura e sofreu com proibições de edições, invasões de editoras e queima de livros. Desta forma, de acordo com Antonio Cândido tanto a produção intelectual e a cultura brasileira no seu sentido mais amplo, esteve limitada sob o jugo da censura e da violência:

(...) existe em escala nunca vista antes a repressão sobre os indivíduos; ela levou milhares de intelectuais à prisão, à expatriação, à privação de cargos e funções; ela leva dezenas de milhares, cada dia e cada minuto, ao que se chamou no tempo do nazismo de ‘migração interior’, isto é, a fuga para

Essa questão é tema controverso na historiografia. Eder Sader, em *Quando novos personagens entram em cena*, 1989, aponta para o papel crucial dos movimentos sociais no período de “transição”, principalmente as greves do ABC paulista em meados de 1978, 1979, 1980. Ou seja, tais movimentos exerceram forte pressão para liberalização do regime, inaugurando espaços diferenciados de luta política à margem de partidos, sindicatos e instituições várias da sociedade civil. Contudo, no geral, a maioria dos autores, entre eles Daniel Aarão Reis Filho em *Ditadura Militar, Esquerdas e Sociedade*, 2000, considera que a transição transcorreu de acordo com os interesses dos militares, abrangendo o período de 1979 a 1985, sendo que, para este autor, o final da ditadura militar se situa no ano de 1978, com o fim do período Geisel, e não em 1985, com a devolução do poder aos civis pelo governo Figueiredo.

51 Como exemplo, podemos citar algumas obras, a saber: *A Festa*, Ivan Ângelo; *Quarup, Reflexos do Baile e Bar Dom Juan*, do escritor Antonio Callado. Com relação ao romance-reportagem, podemos citar: *Em Câmara Lenta* de Renato Tapajós; *1968: O Ano que não Terminou*, do jornalista e escritor Zuenir Ventura, entre outros.

dentro de si mesmo, o silêncio, a auto-repressão. Este estado de coisas foi grave em 1964 a 1967, abrandou em 1968, mas no fim desse ano entrou numa fase que dura até hoje [1981] e pode sem exagero ser qualificada de terrível. É claro que isso afeta a atividade intelectual e limita as possibilidades de expressão. Mas é difícil dizer se influi na natureza e sobretudo na qualidade das obras criativas. Nada pode impedir que nalgum lugar algum escritor esteja produzindo obras que no futuro se revelarão as mais importantes de nosso tempo, apesar da repressão, da violência e das tensões interiores. (SOUZA, 1981:21)

Nas palavras de Antonio Cândido a forte repressão cultural sofrida por diversos segmentos da intelectualidade brasileira não foi capaz de minar com os espíritos mais críticos e criativos de uma arte engajada e denunciadora daquela cruel realidade. Ela sobreviveu mesmo em tempos sombrios e foi capaz de superar, corrigir e estimular a resistência ao regime de exceção que perdurou por 21 anos em nosso país.

Assim, interessa recuperar algumas características básicas dessa produção visto que o “surto” memorialístico que se observa no final da década de 70 e início dos anos 80 conquistou um “espaço” próprio e definitivo no interior desse quadro literário. Tal fenômeno é percebido por Fábio Lucas ao afirmar que:

Quando a censura foi abrandada e, com a anistia, os exilados retornaram ao país, tivemos no memorialismo a produção mais abundante e de maior êxito de vendagem. Forma de narrativa baseada na recordação dos fatos em que a personagem - narradora se viu envolvida, atingiu, em alguns casos, nível literário que ultrapassa o mero depoimento de época. (LUCAS, 1985:106).

Outro fenômeno no campo literário é a relação entre o jornalismo e a literatura. No momento em que o jornal sob o jugo da censura apresenta dificuldades de informar, cresce por toda parte o desejo do testemunho, do documento que reflita a realidade brasileira, ocorrendo uma insatisfação com as formas literárias tradicionais. A saída para a literatura foi, enquanto técnica, servir-se do discurso jornalístico para oferecer ao leitor a realidade imediata do país.

Desse modo, ligado às formas de representação do jornal, o romance-reportagem é um gênero intermediário entre a “notícia” e a invenção literária - nas

palavras de Fábio Lucas, “(...) destinado a recolher e divulgar episódios que traumatizaram a opinião pública”. (LUCAS, 1985:106). O escritor sente-se comprometido entre o levantamento documental e a construção de uma narrativa geradora de emoções.

Observa-se que alguns desses livros de memórias estão próximos das características do romance-reportagem, não ocorrendo o mesmo quanto à estrutura narrativa do chamado romance alegórico. David Arrigucci afirma que a ficção de 70 esteve voltada para a literatura mimética próxima do realismo, tendo como forte traço o documento. A sua análise também constata que a intenção realista desses escritores não foi acompanhada pelo uso de procedimentos também realistas; verifica-se, assim, que parte significativa da produção fez uso de procedimentos alegóricos.

O romance alegórico é elaborado a partir de fragmentos: as suas várias sequências articulam-se de modo indireto e descontínuo. Não há um único eu, portador de uma identidade, que descreve os acontecimentos; existem fragmentos de ações. É nesse aspecto que os livros de memórias não constroem representações alegóricas dos acontecimentos vividos, pois o teor autobiográfico próprio do texto memorialístico torna evidente a preocupação do escritor pela busca da sua identidade individual e coletiva. Quando David Arrigucci afirma que o romance alegórico tenta, “através da representação de um fato singular, aludir a uma situação geral” (ARRIGUCCI, 1979:80), observa-se que nos livros de memórias isso não acontece. É através do seu pertencimento a um grupo social particular que cada memorialista vincula o singular ao universal, produzindo uma narrativa particularizada. A reconstrução da experiência vivida ultrapassa o singular e adquire uma dimensão coletiva.

Ao colar-se à história vivida, os textos memorialísticos relevam uma real necessidade de contar - e também de ouvir -, os acontecimentos da história recente do país. Para Heloísa Buarque de Hollanda, a forma de narrativa ligada ao testemunho define-se, como memória, quando:

O narrador, em assumida primeira pessoa, volta-se para a reconstrução da sua história particular. Essa forma, a mais arcaica - e por que não atávica - da literatura perde e/ou ganha prestígio em determinados momentos históricos. Seria precipitado atribuir de forma direta o sucesso do relato memorialista ao momento político coercitivo brasileiro. Entretanto, é inegável a construção da emergência, nesta década, da primeira pessoa privi-

legiada, e até mesmo - principalmente na poesia a emergência do que se poderia chamar de a escrita da paixão. A experiência vivida começa a ser valorizada em relação à racionalidade do romance de tese, e a penetração e os interesses suscitados por essas formas em segmentos de público bastante heterogêneos não podem ser minimizadas. (HOLLANDA, 1979:17).

A vitalidade da literatura na década de 70 é observada através do crescimento do mercado editorial, do avanço da crítica literária e em meados da década com o aparecimento de um número significativo de autores estreados - o “boom de 75”, como define Heloísa B. de Hollanda -, que se dividem entre contistas, romancistas e poetas. Todos eles produzindo uma ficção voltada para o real imediato. A intenção é a de: “contar a história, testemunhar, colar-se ao real imediato” (HOLLANDA, 1979:13).

O sucesso dessa produção é, em parte, de responsabilidade do mercado editorial que se dinamiza nos esquemas de distribuição: técnicas de marketing e divulgação das obras. Para Heloísa B. de Hollanda, não é por mero acaso que as editoras dão oportunidade para a publicação de “obras de esquerda”, mas porque a literatura política, no início do processo de “abertura” tornou-se um negócio lucrativo. Assim: “(...) literatura, depoimento e memória - de liberais, militares e militantes - esquentam as bancas e livrarias” (HOLLANDA, 1979:77).

Esse crescimento editorial é notório na Ática, que investe em técnicas de “marketing” modernas, capitalizando várias formas de comercialização do livro. A Civilização Brasileira prossegue mantendo uma linha inconformista de edições, valorizando o trabalho de escritores brasileiros. Algumas multinacionais surgem no mercado e outras nacionais atuam com todo o vigor, como é o caso da Codecri.

Nesse processo, relativiza-se a difusão dos trabalhos de escritores dos diversos pontos do país. Com a conquista do mercado e o maior interesse despertado pela literatura, desloca-se o circuito vicioso do eixo RJ-SP-MG. Na opinião de Heloísa B. de Hollanda: “A produção se estabiliza e conhece um bom nível com a proliferação de autores ‘médios’ que, como se sabe, são mais expressivos, no sentido do ‘tom’ de uma época, do que os altos vôos do grande autor episódico” (HOLLANDA, 1979:69).

A bem dizer, acumulamos uma vasta bibliografia sobre a ditadura militar caracterizada por larga predominância da memorialística, além de escritos de cunho mais analítico, contemplando obras acadêmicas, artigos, monografias en-

tre outros. O processo de mundialização da economia e da cultura e a adoção do neoliberalismo pela maioria dos governos ocidentais a partir dos anos oitenta⁵² atingiram também os cientistas sociais, expressando uma crise de utopias e um individualismo abissal que atinge a sociedade no presente. O mercado editorial captou essa tendência e tem manifestado cada vez mais o seu crescente interesse em publicar biografias, autobiografias, coletâneas de entrevista entre outros escritos sobre o período da ditadura militar. Podemos afirmar que o volume dessas publicações sobre experiências vivenciadas durante os anos de vigência da ditadura militar representam, em sua maioria, “novas roupagens” ou novos estilos de escrita que tem como suporte uma factualidade histórica que se tornou consensual.

Verificam-se, em alguns livros e filmes, que as vozes dos “vencidos” e “vencedores” ganharam o mesmo estatuto, não se distinguindo mais o opressor do oprimido, o torturador do torturado. Todos foram absolvidos pelo tribunal da história. Anula-se o julgamento e cristaliza-se uma história-memória que termina por legitimar a censura e a exclusão. No entanto temos, ainda que de forma minoritária e difusa, pesquisas que buscam inovar em termos teórico-metodológicos, contribuindo com novas abordagens ou propondo matrizes interpretativas diferenciadas das já existentes.

Outro aspecto a ser considerado é o contexto repressivo, resultando em cassações, prisões e “banimentos” dos memorialistas aqui estudados. Esse momento permitiu também aperfeiçoamentos da formação teórica e prática dos militantes, bem como ajudou a consolidar parte das produções sobre a história recente do Brasil. No julgamento dos principais acontecimentos fundamenta-se em suas interpretações testemunhais, mesclando reflexão crítica com narrativa autobiográfica. O recorte, em alguns casos, está direcionado para a problemática das esquerdas e suas relações com a sociedade e o Estado. Do ponto de vista teórico, torna-se evidente o indissolúvel vínculo político dessas criações memorialísticas, atestando as inquietações do presente no passado e mantendo estreita ligação com as visões dos testemunhos na constituição do próprio discurso histórico.

Os livros de memórias, depoimentos orais, biografias, autobiografias, entre outros impõem ao leitor a defesa ou a condenação do regime ditatorial. Busca-se, em sua dimensão ideológica, imprimir uma marca particular aos acontecimentos

52 O neoliberalismo, implantado na maioria dos países, justificou uma política de aumento das desigualdades sociais e teve como objetivo maior destruir o Estado do Bem-Estar Social, considerado ineficiente frente às novas necessidades do mercado.

passados. Assim, os principais episódios da história da ditadura civil-militar são narrados numa intrincada composição de memórias “pessoais” e “exteriores”, fornecendo respostas e julgamentos às exigências do passado lembrado. Os autores elaboraram uma crônica dos anos do regime autoritário com pretensões historicista, documental, analítica e interpretativa, conquistando um “espaço” próprio e definitivo.

6 - Campanha pela Anistia

Parte do sucesso editorial dessas memórias não se deve simplesmente ao desempenho dos autores, como cronistas do período do regime autoritário ou ao próprio dinamismo do mercado editorial, mas por estar associado à existência nos anos setenta da Campanha pela Anistia que, ao longo da década, procurou divulgar os acontecimentos do momento da luta armada que eram censuradas pelo regime.

A Campanha pela Anistia extrapola partidos políticos e processos revolucionários, foi um amplo movimento social que se mobilizara em torno da questão da libertação dos presos políticos. A anistia era reivindicada pela oposição desde a promulgação do AI- 01 e, a partir de 1978, não podia ser mais ignorada pelo Estado de Segurança Nacional, dadas as intensas manifestações, comícios, passeatas e realizações de debates sobre a questão. Ela se desenvolvia no próprio país e também no exterior pelos exilados políticos, que se encarregavam de denunciar as práticas de torturas aplicadas pelo regime.

Desse modo, o processo de autocrítica da luta armada e o empenho em construir uma nova linha política de ação tiveram início dentro e fora do Brasil. Nos livros de memórias analisados neste trabalho, os ex-militantes da esquerda armada asseguram que nos primeiros anos da década de setenta ocorreu no Chile o debate entre as diversas organizações sobre as novas táticas de enfrentamento com a proposta de derrubar a ditadura militar brasileira. Após o golpe no Chile que derrubou o governo Salvador Allende em 1973, exilados espalhados em vários países continuaram o debate. Para a historiadora Maria Paula N. Araújo a revista Brasil Socialista, editada em Paris, entrava clandestinamente no Brasil e fornecia o tom das críticas, dos novos métodos e estratégias. Escreviam na revista membros das organizações críticas ao PCB, tais como a APML (Ação Popular Marxista Leninista), MR-8 e POLOP (Organização Política Operária), além do MIR (Movimiento de Izquierda Revolucionário) chileno e boliviano. Em julho de 1975, a revista Brasil Socialista publicou o texto “Notas sobre a Questão da Tática”, propondo uma plataforma de lutas democráticas: anistia ampla, geral e irrestrita; fim do aparelho e da legislação repressiva; eleições livres e diretas; direito de greve; liberdade de organização, ex-

pressão e manifestação política.⁵³

Sem canais de escuta no Brasil, os militantes recorreram a instituições internacionais para escancarar o terrível tratamento dispensado aos presos políticos nos órgãos repressivos espalhados pelo país. Entidades internacionais de defesa dos direitos humanos, em especial a Anistia Internacional, foram muitas vezes utilizadas por exilados políticos para denunciar as barbaridades cometidas no Brasil e que os militares tentavam a todo custo esconder.

O Tribunal Bertrand Russel⁵⁴, constituído em Londres, em 1966, inicialmente com objetivo de julgar os crimes cometidos pelos americanos no Vietnã, foi reformulado em 1974, para fins de combate à prática da tortura cometida pelos vários governos ditatoriais latino-americanos. Ao expor e registrar as denúncias diante do Tribunal, os exilados conseguiram que o Brasil fosse considerado culpado por praticar crimes contra a humanidade. Fernando Gabeira, ao testemunhar diante do Tribunal Bertrand Russel, escreve no livro *O Crepúsculo do Macho*, de 1980, a importância das denúncias feitas pelos exilados políticos brasileiros:

O Tribunal Bertrand Russel era um sucesso: estava toda a imprensa italiana e estrangeira. Em termos de propaganda contra a ditadura brasileira foi o maior acontecimento isolado de todos os anos de exílio. Minha intervenção foi muito aplaudida e lembro-me que comecei explicando que a tortura no Brasil era uma forma de luta necessária para a implantação da hegemonia do grande capital e mostrei que usava toda a tecnologia moderna ao seu alcance. Desfiz o mito de que os torturadores eram monstros sexuais ou coisa parecida, dizendo que eram apenas profissionais da classe média, alguns podendo estar ali no Coliseu, entre os pacíficos turistas que visitam Roma na

53 Informações fornecidas pelo artigo de ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. *“A luta democrática contra o regime militar na década de 1970”* IN *O Golpe e a Ditadura Militar: quarenta anos depois (1964-2004)*. Daniel A. Reis, Marcelo Ridenti, Rodrigo P. Sá Motta (Orgs.). Bauru, SP;EDUSC, 2004. p161 a 175).

54 Bertrand Russell (1872-1970), matemático e filósofo, Prêmio Nobel de Literatura em 1950, contrário à Guerra do Vietnã, apoiou o movimento sufragista, foi pacifista e defensor dos direitos humanos. A segunda edição do TBR ocorreu em Roma, presidida pelo jurista Lilio Basso, então senador comunista. Os seguintes países foram processados: Brasil, Paraguai, Guatemala, Haiti, Porto Rico, Chile, Uruguai e Bolívia, então sob ditaduras militares. Testemunharam diante do TBR, o exilados Fernando Gabeira, Frei Tito, Onofre Pinto, Gregório Bezerra e Miguel Arraes. A condenação do Brasil só ocorreu em 1975, junto com o Chile, Uruguai e Bolívia.

primavera. Finalmente, afirmei que a tortura, de um modo geral na história, era algo sempre usado por classes dominantes em extinção contra classes dominadas emergentes, era um símbolo ambivalente de força e declínio. (GABEIRA, 1980:178;180).

Ao contar com a cobertura da imprensa internacional, especialmente o jornal francês *Le Monde*, o Tribunal Bertrand Russel não teve o poder de punir os crimes que apurou, mas as iniciativas tomadas afetaram negativamente o governo brasileiro. A imagem que queriam manter no exterior de crescente progresso do país começou a ser banida, irritando profundamente os militares, que passaram a se preocupar também com os exilados políticos, violando correspondências que saíam diretamente das prisões e eram endereçadas ao exterior.

A denúncia nos canais possíveis no exterior da prática da tortura no Brasil foi a maneira encontrada pelos exilados para darem início à luta pelo direito à justiça e à verdade. Essa luta será assumida internamente por vários grupos sociais através dos Comitês Brasileiros pela Anistia (CBAs), que passaram a reivindicar o fim das prisões por motivações políticas, o fim dos processos que muitos opositores do governo ainda respondiam, a permissão oficial de volta dos exilados e “banidos,” pela liberdade de expressão, pelo fim do regime de exceção, pelo fim do bipartidarismo, por eleições diretas, enfim, pelo fim da ditadura militar. Integrados aos movimentos internacionais, os CBAs passaram a ser o lugar de aglutinação de todas as forças contrárias ao regime de exceção, como bem conta Fernando Gabeira ao rememorar sua experiência na Suécia:

O Comitê pela Anistia se formou logo após minha chegada de Paris [por volta de 1974]. Antes era um comitê chamado Carlos Marighella, em homenagem ao guerrilheiro morto. Bati-me por sua transformação em Comitê de Anistia, pois o tema era mais abarcante. Queria também que participasse o Partido Comunista Brasileiro. Numa questão como a propaganda contra o Governo, era importante que estivéssemos todos unidos.

O Comitê trabalhava muito e a cada primeiro de abril, data do golpe de Estado no Brasil, fazia um imenso ato público (...)

(...) Seguiu participando das reuniões do Comitê de Anistia [...] Os debates tinham sido os mesmos. Qual era a situação do Brasil? Como marchava a luta pela anistia? Quando é que vamos, finalmente, aumentar o número de suecos interessados em ajudar nosso comitê? Quem vai representar o Brasil

na noite de solidariedade com o Paraguai?

(...) De comum, entre nós restaram poucas coisas: lembranças das lutas no Brasil e uma esperança de voltar à terra. Creio que seremos jogados ali como meninos que ficaram longamente de castigo. (GABEIRA, 1980:189;212;213)

A diminuição das restrições à liberdade de expressão em 1975 permitiu um maior dinamismo da imprensa, no sentido de informar a opinião pública sobre os reais acontecimentos políticos do país. Aumentou o número de informações sobre a luta armada, veiculadas pela grande imprensa. Exemplo disso é o destaque dado, em 1979, à questão dos desaparecidos políticos, frisando o caso do “desaparecimento” do ex-deputado federal Rubens Paiva.

A questão dos presos políticos e a Campanha pela Anistia eram assuntos recorrentes nas páginas dos jornais considerados alternativos. Destacam-se os semanários Movimento e Opinião, que exerceram um papel crucial de crítica contundente à atuação do regime. Além desses, alguns sofreram atentados às suas sedes devido a esse tipo de publicação, como por exemplo, o jornal Em Tempo, que transforma essa campanha em seu carro chefe. Ele divulga as diferentes concepções sobre anistia que circulavam na sociedade e assume a campanha pela anistia ampla, geral e irrestrita. Assim, durante os anos de 77/78/79 do século XX, o tema da anistia e referência aos presos políticos e exilados foram amplamente divulgados nas edições desses jornais.

Em fevereiro de 1978, é criado no Rio de Janeiro o Comitê Brasileiro pela Anistia, que logo passa a ter subcomitês em São Paulo, Bahia, Ceará e Pernambuco. Nesse mesmo ano, no mês de novembro, foi realizado o 1º. Congresso Nacional pela Anistia, ocorrido na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP) entre os dias 02 a 05 de novembro. O Congresso contou com mais de mil participantes inscritos, e entre os presentes estavam os pais do estudante paulista Alexandre Vanucchi Leme, morto em 1973 de forma trágica pela repressão. A Campanha pela anistia passou a ser desenvolvida também com os próprios presos políticos se mobilizando, em especial, através das greves de fome, em que exigiam melhor tratamento carcerário. A organização dessas greves de fome, que fizeram parte do cotidiano deles na prisão, é contada com ricos detalhes nos relatos de Frei Betto e Alípio de Freitas.

Segundo Alípio de Freitas no livro Resistir é Preciso: Memória da Morte Civil no Brasil, 1981, o tema da anistia surgiu pela primeira vez entre os presos políti-

cos, provocando posteriormente o seu debate e luta no exterior. Eles elaboraram documentos-denúncias dentro dos presídios para deflagrar o processo de Anistia. Comenta que a palavra de ordem, “Anistia Ampla Geral e Irrestrita”, surgiu pela primeira vez durante a confecção de um desses documentos. Lamenta o fato de não se dar o devido valor e reconhecimento a esse papel dos presos políticos, vanguarda do movimento prol anistia. Os documentos elaborados por eles não eram divulgados internamente: Congressos, organizações sindicais e estudantis silenciavam. O autor admite que, no exterior, as cartas e os manifestos redigidos por eles denunciando torturas e as péssimas condições da carceragem repercutiram, mas não foram suficientes para que os exilados tivessem maior inserção política de combate à ditadura brasileira.

Com a liberalização controlada da “abertura” a partir de 1979, a oposição pressiona o governo Figueiredo, conquistando vitórias significativas, tais como: a revogação do AI-5; a pluralidade partidária (Lei de Reforma Partidária), e a decretação de uma anistia política prática e restrita. Portanto o resultado desse confronto entre o regime e o movimento de oposição é o que permite aos militares anteciparem negociações que deram início ao processo de Abertura em 1980 e posteriormente completam o duro e penoso processo de transição política. A Lei de Anistia de 1979, segundo Maria Helena Moreira Alves:

(...) representou efetivo avanço, na medida em que permitiu o retorno ao país de todos os exilados e a recuperação dos direitos políticos de todos os líderes deles privados. A Lei das Inelegibilidades foi alterada, de modo a possibilitar a candidatura dos anistiados. As lideranças afastadas do processo político puderam, assim, retomar sua participação. Além disso, todos os presos políticos acabaram sendo libertados após consideração individual dos casos. Cabe frisar, entretanto, que a lei tinha poder apenas retroativo, não eliminando os processos em nome da Lei de Segurança Nacional e a real possibilidade de novos presos políticos. (ALVES, 1984:269).

A anistia decretada estava longe de ser a ideal, mas propiciava o retorno de militantes ao país – gente que voltava do exílio ou que abandonava a clandestinidade. Segundo Daniel A. Reis, duas vertentes se destacaram nessa luta: a primeira ao defender a anistia ampla, geral e irrestrita reivindicava também uma apuração dos crimes da ditadura e a punição dos responsáveis pela execução da tortura como política de Estado, bem como o dismantelamento dos órgãos de segurança e in-

formação. A segunda tendência apenas desejava uma anistia que reconciliasse a “família brasileira”, sem revanchismos e sem recordar traumas passados.⁵⁵ O projeto vencedor todos nós já conhecemos: uma anistia recíproca, beneficiando torturados e torturadores, abrindo fissuras na sociedade ainda hoje não cicatrizadas.

Ademais, a memória social que prevalece sobre a ditadura militar tende apaziguar os conflitos, escamoteando a multiplicidade do real vivenciado por seus diferentes agentes. A polêmica atual sobre a Lei da Anistia, decretada em 1979, e pelo julgamento de militares torturadores instaura um novo debate, revelador da permanente tensão entre memórias em disputa pela apropriação desse passado e atesta para os impasses para consolidação democrática no Brasil⁵⁶.

Feitas essas observações, a realidade é que a anistia política decretada pelos militares em 1979 possibilitou que vários intelectuais e ex-militantes da esquerda armada retornassem ao país, entre eles os jornalistas Fernando Gabeira e Alfred Syrkis. Gabeira publicou o seu primeiro livro de memórias em 1979, o segundo em 1980 e o terceiro em 1981. A. Syrkis começou a escrever o seu livro em 1977, mas a publicação só aconteceu em 1980. Alípio de Freitas é libertado da prisão em 1979, publicando as suas memórias em 1980 e Frei Betto só em 1982, colocando-se com um maior distanciamento do processo que envolveu a campanha pela anistia política. Parte do sucesso editorial desses autores associa-se à dinâmica da campanha pela anistia, que já intensificara durante a década o debate em torno de reflexões críticas sobre a atuação do regime militar no Brasil. Essas memórias vieram confirmar a ansiedade e o crescente interesse de que, com a anistia, se pudesse ouvir dos próprios participantes da luta armada a sua versão sobre a história censurada do período.

55 Para maiores informações consultar o artigo do autor, intitulado “Um passado imprevisível: a construção da memória da esquerda nos anos 60” IN VERSÕES E FICÇÕES: O Sequestro da História. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 1997.

56 Na primeira década do século XXI teve início no Brasil uma luta social e política pela revisão da Lei de Anistia de 1979. O Ministério da Justiça, a Secretaria dos Direitos Humanos, o Grupo Tortura Nunca Mais e o Fórum Permanente dos Presos Políticos organizaram o movimento “Direito a Memória e a Verdade” que reacende o debate da anistia e da tortura no país. Tal iniciativa contribuiu para prevalecer entre nós uma memória social que coloca na ordem do debate político atual temas como o da reparação dos familiares dos mortos e desaparecidos, a localização dos restos mortais de seus entes, a abertura de arquivos militares relativos ao período ditatorial, à validade ou não da anistia para os torturadores.

7 - 1968: Cultura, Política e Memória.

A memória construída e reconstruída nos escritos memorialísticos de ex-militantes da esquerda armada, situadas no bojo da Campanha pela Anistia a partir de 1977, teve como fonte de inspiração os princípios de 1968. O objetivo é contextualizar as questões cruciais da cultura, da política e da utopia, permitindo compreendê-lo como o ano síntese, repleto de contradições, cujas matrizes nortearam o memorialismo autocrítico.⁵⁷

O “espírito 68” eternizado em inúmeras lembranças que se caracterizam por serem mais afetivas do que analíticas estão sujeitas às armadilhas da memória. As histórias de vida servem para balizar as experiências, embora o pano de fundo da narrativa seja a lembrança de acontecimentos passados, o presente lhes imprime uma marca singular de acordo com as correlações de forças no poder e a localização desses sujeitos em novos grupos sociais. A existência de surtos memorialísticos em quatro décadas de celebrações, críticas e autocríticas contribuem por trazer à tona uma batalha de memórias que deve ser rastreada aqui pelo menos em suas linhas gerais. As memórias celebrativas de 68 e, por vezes, mistificadoras exercem um importante papel de combate com outros escritos que agem por contraste, descaracterizando o potencial revolucionário daqueles jovens e colocando-se como leituras de “direita”. Os quarenta anos de Maio de 68, celebrados em 2008, sobreviveram a visões apologéticas e ao processo revisionista que condena 68 como o responsável distante pelos desregramentos do mundo atual.

Exemplo foi a declaração infeliz do Presidente da França Nicolas Sarkozy, afirmando que, com sua eleição, havia chegado a hora de enterrar definitivamente a herança de 1968:

57 A versão mais ampliada dos argumentos desenvolvidos aqui sobre o ano de 1968 pode ser encontrada no artigo de minha autoria, intitulado *Ecos de 1968: 40 Anos Depois*. Revista *Recôncavos*, v.02, p.05 - 12, 2008.

Maio de 1968 impôs a nós todos um relativismo intelectual e moral. Os herdeiros de maio de 68 fizeram prevalecer a idéia de que não havia mais diferenças entre o bem e o mal, a verdade e a feiúra. A herança de maio de 1968 introduziu o cinismo na sociedade e na política. (SARKOZY, França, 2007)

Tais argumentos conservadores em plena campanha eleitoral de 2007 imputam ao movimento a culpa pelos males atuais do capitalismo financeiro: a especulação, as práticas imorais nos negócios e o culto ao dinheiro. Esse padrão de busca desenfreada de lucros em curto prazo inaugurado por um capitalismo sem escrúpulos seria consequência de 68 ao deixar o legado do individualismo e da impessoalidade. Ainda, segundo o Presidente francês, alguns dos seus intelectuais e líderes são hoje na França liberais, homens oficiais da República (Daniel Cohn Bendit, Serge July e Bernardo Kouchner).⁵⁸ No pensamento de Sarkozy, Maio de 68 passa a ser reinventado como mito fundador da trajetória da conversão entusiasta de ex-esquerdistas aos valores de mercado. Disfarçada de revolução cultural ou espiritual Maio perde sua força política relegando ao esquecimento a luta dos trabalhadores, apaga-se a memória que em 68 ocorreu a greve mais importante do movimento operário francês.

No caso do Brasil, o jornalista Elio Gaspari, conhecedor da história da ditadura militar brasileira, publicou um artigo no jornal Folha de São Paulo em 23 de março de 2008, intitulado “Em 2008, remunera-se o terrorista de 1968”, ironizando o pagamento de indenizações recebido por familiares de militantes atingidos pelos órgãos de repressão da polícia política da ditadura. O jornalista coloca numa mesma perspectiva as revoluções de 1848, 1917 e 1968 como se todas elas tivessem sido derrotadas em 1989: “1989 que permitiu aos revolucionários de 1968 a acomodação de suas ideias e biografias ao século 21”. (GASPA-

58 Segundo Zuenir Ventura o inventário negativo de 68 não teve início apenas com Sarkozy na França ou nos Estados Unidos. Ele se refere a Bernard Kouchner, um dos principais expoentes de 68 e ministro das Relações Exteriores do governo Sarkozy que apoiou a invasão do Iraque. Diz ele: “*ficamos sem saber se Kouchner, socialista, criador da ONG Médicos sem Fronteiras, estava levando ao poder o “espírito de maio de 68” vivo ou já enterrado*” (VENTURA, 2008:95) Para ele foi a própria esquerda e não a direita que iniciou esse processo de desforra com a acusação de pedofilia contra o seu mais emblemático ícone, Daniel C. Bendit, líder do movimento de Maio de 68. A denúncia foi feita em 2001 e causou um rumoroso escândalo na França e na Alemanha: “*Só não se sabe por que levaram quase 25 anos para produzirem esse efeito.*”, ironiza o jornalista. (VENTURA, 2008:96).

RIN, FSP.23/03/2008)

Desse modo, Gaspari delega aos intelectuais e demais herdeiros de 68 a reintegração à ordem estabelecida como se ela fosse inevitável. Não é possível concordar com essa linha de reflexão, mesmo considerando marcos importantes os anos de 1989, queda do Muro de Berlim e 1991, dissolução da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) no desmonte da Guerra Fria. Não podemos deixar de frisar que a dimensão universal, a repercussão e o extraordinário significado dos eventos que agitaram o ano de 1968 já são suficientes para colocá-lo no patamar único em toda a história do século XX. Aqueles jovens profetizaram a falência dos regimes do Leste na esperança de construção de um socialismo democrático, apenas não previram a vitória apenas de um dos lados com o fim da Guerra Fria.

No livro recente do jornalista Zuenir Ventura – 1968: O que fizemos de nós – o autor defende que nenhum outro ano na história do século XX foi tão lembrado, discutido e utilizado como referência, seja por questão de afinidade, seja por negação dos novos valores e utopias sonhadas por aquela geração. Diz ele: “Ao se comportar como se fosse um ser animado suspeita-se que 1968 não foi um ano, mas um personagem – inesquecível e que teima em não sair de cena”. (VENTURA, 2008:132). Tal definição cultiva o legado de 68 de forma mitológica englobando uma bela narrativa baseada na vida de determinados personagens que aparecem em tamanho maior do que de fato são.⁵⁹ O imaginário simbólico de 68 revela-se através do jogo da festa, do deboche, do pitoresco, do engraçado e do inédito. Bem intencionado, em busca de uma identidade perdida no tempo, Ventura indaga-se sobre o presente – o que fizemos de nós? – mas seu olhar sobre o passado não é contextualizado. Não é seu propósito discutir os processos históricos no final da década de cinquenta e início dos anos sessenta que transformaram 68 no ano síntese de contradições e mudanças radicais na história mundial.

A consequência desse tipo de relato é que, ao preservar uma memória social que dispõe de diversos mecanismos de manipulações e esquecimentos, acaba por

59 Poucas reflexões existem no sentido de pensar o conceito de mito político ou das mistificações presentes nos relatos memorialísticos. Encontramos em Peter Burke algumas reflexões sobre o assunto, mas não de todo suficiente: “*emprega o escorregadio termo ‘mito’ não no sentido mais rico, positivo, de uma história com um significado simbólico que envolve personagens em tamanho maior que o natural, sejam elas heróis ou vilões. Essas histórias são em geral criadas a partir de uma seqüência de incidentes estereotipados, às vezes conhecidos como “temas”.* Ver BURKE, Peter. *Variedades da História Cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001 P.78.

ter uma compreensão da ditadura militar brasileira e daqueles anos de rebeldia juvenil nuançadas pelo descompromisso ou pelo simples gosto da aventura, da ousadia e irreverência tão apropriadas para uma análise centrada apenas em uma cultura da jovialidade que teve início naquele momento. Também no seu primeiro livro, *1968: O Ano que não terminou* (1988), verifica-se que em termos de preservação da memória, o autor sustenta uma idéia bastante forte de desqualificar a militância dos anos 60 como revolucionária. Daniel A. Reis afirma que Zuenir entende que o ano de 68 não passou de uma “aventura estudantil adolescente”, mesmo porque prevalece ainda em alguns setores sociais a imagem dos jovens como românticos, ingênuos e impetuosos.⁶⁰ Contudo podemos afirmar que a narrativa elaborada no primeiro livro (1988) é bastante singular, cuidadosa no entendimento da produção cultural nos idos dos anos sessenta.

Entre memórias em disputas, 1968 sobrevive no debate político atual a partir de três tendências interpretativas. A primeira, presente nas declarações de Sarkosy, 1968 foi enterrado do ponto de vista político com a vitória do capitalismo no mundo e muito bem cooptado pela indústria de consumo em seu viés cultural e comportamental. A segunda, mais rebuscada porque se pretende analítica e histórica, permanece uma tendência liberal que anula a dimensão revolucionária daquele ano ao colocar no mesmo “saco de gatos” revoluções tão distantes no tempo destacando o seu fracasso tanto na construção do socialismo como na crítica ao capitalismo. Ao eleger 1989 como mais importante do que 68, o artigo de Gaspari corrobora para sedimentação de uma memória social tornando-a presa fácil de uma visão de mundo em que sonhar com mudanças e transformações não está mais na ordem do dia. A terceira, presente nos dois livros de Zuenir Ventura – *O Ano que não Terminou* (1988) e *O que Fizemos de Nós?* (2008)-, apresenta uma ideia de continuidade mistificadora do real social próprio daquela época. O ano de 68 assume o lugar dos sujeitos históricos reais e contraditórios pautados por diferenças e alteridades e acaba por assumir o estatuto de um ente querido, abstrato e onipresente:

Pode-se amar ou odiar aquele ano, embora esta não seja a melhor forma de entender os acontecimentos. O que não pode é expulsá-lo da história

60 Daniel A. Reis Filho defende essa visão ao analisar o primeiro romance histórico de Zuenir Ventura, *1968 – O Ano que não terminou*, no livro *Um passado imprevisível: a construção da memória da esquerda nos anos 60*. IN *VERSÕES E FICCÕES: O Sequestro da História*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1997.

por idiosincrasia, mesmo porque ele se recusa a sair à força. Não se deve encarar 68 como uma construção idealizada onde se colocam sonhos que só foram realizados no plano dos nossos desejos. Mas também não adianta negar-lhe importância e desconhecer a sua teimosa disposição em permanecer. (VENTURA, 2008:106)

As três vertentes em menor ou maior grau contribuem para preservar uma releitura de 68 a partir de um mundo marcado pelo conformismo, dada a hegemonia do mercado personalizado, mas sem rosto. Tecer críticas, autocríticas àquela geração de 68 não significa anular o papel que tiveram na construção do ideal, mesmo que no nível do imaginário e da utopia, de que “outro mundo era possível”. A geração 68 foi realizadora de rupturas culturais e políticas com o mundo capitalista, bem como questionadora das experiências do chamado socialismo real vivenciadas nos anos sessenta por pelo menos um terço da população do planeta.

O certo é que o Movimento de 1968 provoca o debate político e cultural no sentido da concepção em torno das múltiplas significações – 68, ano de rupturas/ mudou o mundo; ano que não terminou/ ideia de continuidade ou apenas ano síntese dos conflitos advindos no início dos anos 60 no contexto de Guerra Fria. Mesmo considerando o estatuto de lugar de memória presente nos vários 68, ainda está ausente do debate atual o sentido de processo e contextualização daqueles anos.

Do ponto de vista historiográfico existem hesitações na definição de maio: levante? Revolução? Revolta?⁶¹ Contudo talvez se possa dizer: “que 1968 foi

61 No livro de FERRY, Luc & RENAULT, Alain. *Pensamento 68: ensaio sobre o anti-humanismo contemporâneo*. Trad: Riberti Narjebisib, Nelci do N. Gonçalves. São Paulo, Ensaio, 1988, os autores sintetizam o modelo interpretativo sobre o movimento de Maio 68 organizado por P. Benéton e J. Touchard em 1970 (“Les interprétations de la crise de maio-juin 1968”, *Révue Française de Science Politique*, julho de 1970). Os autores mostram oito leituras possíveis do acontecimento: 1) *Maio 68 como complô*: é a tese da tentativa de “subversão” – De Gaulle e G. Pampidou; 2 – *Maio 68 como crise da Universidade* – crítica à rigidez da antiga Universidade e sua resistência burocrática às mudanças; 3 – *Maio como acesso de febre ou como revolta da juventude* – a revolta é percebida como a irrupção do jogo ou da festa no cotidiano. Também lida de forma crítica, a revolta tornou-se um psicodrama ou paródia mais ou menos ridícula de uma revolução; 4 – *Maio como crise da civilização* – questionamento da sociedade de consumo e implantação de uma nova ordem; 5 – *Maio como conflito de classes de um novo tipo* – interpretação desenvolvida especialmente por Alain TOURAINE, 1968 como nova forma de luta de classes – não mais econômica, mas social, cultural e política. O sociólogo deposita no setor de classe média a esperança

uma improvisação, uma simulação da revolução, imitação sincera da Revolução” (MATTOS, 1999:185). Ou ainda, como nos ensina Marx: “Nada mais belo do que uma Revolução no seu começo, quando tão de perto se assemelha a um enamoramento”. Ou ao se referir a Comuna de Paris de 1871: “Foi um assalto ao céu”.⁶² Na verdade, para muitos outros estudiosos em Maio de 68 não existia:

Nem partido, nem vanguarda, nem líderes que anunciassem um projeto político em sentido oficial direcionavam os acontecimentos. O maio de 1968 convidava a poetizar a existência, revolucionando o cotidiano, realizando arte nas ruas e o urbanismo lúdico para si mesmo e para nós, uma crítica da sociedade fundada na difusão e colonização de nossa mente pela publicidade e pelo consumo. (MATTOS, 1998:186).

Ao introduzir o lúdico na política, 1968 deu cidadania política aos sentimentos e à emoção. Ao profetizar o “fim das ideologias”, de esquerda ou de direita, criticando todas as formas de autoritarismo e totalitarismo, acabou por indicar novas formas de resistências. Houve vários 68, devemos perceber a simultaneidade dos movimentos que aconteceram no âmbito do capitalismo central,

de revolução, principalmente ao enfatizar o papel dos profissionais nas sociedades industriais desenvolvidas, diferenciando-os dos tecnocratas; 6 – *Maio como conflito social de tipo tradicional* – intérpretes: comunistas ortodoxos – enfatizam mais o movimento dos trabalhadores na França. Não tomaram o poder porque a crise econômica não era suficiente para gerar um momento revolucionário; 7 – *Maio como crise política* – dez anos de De Gaulle – impopularidade crescente – enfatizam os problemas relativos à política institucional; 8 – *Maio como encadeamento de circunstâncias* – Maio ocorre em decorrência da invasão na Universidade de Nanterre, forte mobilização estudantil em torno de crítica aos projetos de reforma universitária do Ministro Peyrefitte, ausência do primeiro-ministro da França uma vez que o Presidente da República estava fora em visita oficial a Romênia. Ou seja, Maio acontece a partir de uma multiplicidade de causas ocasionais. Ainda nesse livro encontramos a interpretação de Eric HOBBSAWM sobre o Maio de 68. Para ele foi uma Revolução semelhante às revoluções de 1848 que, embora fracassadas, criaram novas formas de fazer política e de pensar a cultura como lugar do conflito social. No caso do Maio francês houve uma incapacidade do PCF (Partido Comunista Francês) em alcançar o poder. Além de ter como foco de análise o movimento dos trabalhadores, coloca-se atento à intensa produção historiográfica existente, destacando que, já em 1968, 52 livros foram publicados na França, bem como uma série de artigos.

62 Apud MATTOS, Olgária de. “Tardes de Maio”. In: 1968 - Rebeldes e contextadores: Brasil, França e Alemanha. São Paulo; Ed. Perseu Abramo, 198, p. 181.

na periferia do capitalismo e no Leste europeu. O feminismo, a liberação sexual trouxeram modificações na estrutura familiar, sentimos a flexibilização da hierarquia, como por exemplo a relação entre adulto e criança, aluno e professor, pais e filhos. Introduziu-se um novo modo de se fazer política, não apenas a partir das macro-relações estado e sociedade, capital versus trabalho, mas agora também no cotidiano. Questões ecológicas e a cultura da jovialidade foram instituídas, fortalecendo um imaginário da fraternidade capaz de produzir uma nova ideia de revolução – transformação real da sociedade.

No entanto é necessário nuançar que as mudanças ocorreram ao longo das décadas de 50 e 60: a Guerra da Argélia, os Panteras Negras, as Guerrilhas e os movimentos pacifistas entre outros. Tais acontecimentos demonstraram a insatisfação generalizada com o ambiente da Guerra Fria. Para a maioria dos autores a diferença é que em 68 o desejo de mudança chega ao alcance das mãos, marcada pelo inconformismo.

Na França, sob o lema da “Imaginação no Poder”, estudantes e operários lutavam contra o governo de Charles de Gaulle. Nos EUA, a luta contra a Guerra do Vietnã e a discriminação racial resultou em perseguições e na morte do líder Martin Luther King. Desordenados e assumindo diferentes contornos de acordo com cada país, os jovens de 68 provocaram profundas rupturas através da música, da dança, das roupas e de outras referências visuais.

Não poderíamos deixar de analisar, ainda que de forma sucinta, o impacto dos “vários 68” na América Latina e no Brasil. O “Maio na América Latina” na verdade começa em 2007 na Bolívia, com o assassinato de Che Guevara. A morte trágica do médico argentino, líder revolucionário atuante na revolução cubana em 1959, inspirou várias tentativas de vinganças na América Latina e provocou novas ondas contestatórias ao mesmo tempo em que o imaginário da revolta e da revolução sofreu um grande abalo.⁶³ Guevara “sobreviveu” apesar de todas as ten-

63 A Revista Piauí, número 12. Ano I, setembro de 2007 através da matéria, “*A Vida dos que mataram Che Guevara*”, buscou fornecer dados novos para a versão oficial dada pelo governo boliviano, especialmente a notícia do corpo de Guevara cremado em local sigiloso, versão que permaneceu por trinta anos. Segundo a reportagem, o corpo de Guevara foi jogado numa cova coletiva no cemitério local. A revista também aborda uma série de mortes e tentativas de vingança em decorrência do assassinato do líder revolucionário: “A única coisa certa é que entre os “vingadores” havia militantes do ELN boliviano, facínoras da direitista AAA Argentina, terroristas alemães e um agrônomo baiano”. (2007:39). Sobre o Brasil, detalha que militantes da POLOP e COLINA, entre eles o ex-sargento da FAB João Lucas Alves e o agrônomo baiano Amílcar Baiardi, elaboraram um plano de matar Gary

tativas de banalização ou cristalização de sua memória, personificada em um dos principais mitos políticos do século XX. De fato, mais do que projetos de revolução, Guevara pensava na humanidade em termos socialista, divisão dos bens da terra e dos frutos do trabalho humano. Foi a expressão máxima do romantismo revolucionário próprio de sua época.

Para além dos projetos revolucionários inspirados nos movimentos de guerrilha urbana e rural, o ano de 1968 no Brasil contou com músicas de protesto, movimentos de contracultura, greves operárias, passeatas e encontros estudantis, adquirindo um posicionamento de oposição aos ideais políticos e culturais tradicionais e autoritários.⁶⁴ Estudantes e trabalhadores atuaram juntos no processo de ruptura com a ordem estabelecida questionando não apenas o poder ditatorial instituído, mas valores e costumes. O movimento estudantil foi extremamente combativo na luta contra a ditadura e na defesa da universidade pública. Houve também um esforço através das greves de Osasco (São Paulo) e Contagem (Minas Gerais) de reavivar a mobilização operária, mas imediatamente abateu sobre elas a repressão e suas lideranças foram sufocadas. 1968 no Brasil e no mundo não se explica apenas pela revolta estudantil, mas compreende também a adesão de diferentes categorias de trabalhadores que juntos atuaram no processo de tentativa

Prado, o homem que capturou Che Guevara, visando dá um maior prestígio as suas organizações que se encontravam fragilizadas. Gary Prado estava no Brasil e freqüentava um curso na Escola Superior do Estado-Maior na Praia Vermelha, quando o atentado foi planejado para acontecer no dia 10 de julho de 1968. O fato é que mataram o homem errado. Os quatro militantes da POLOP e Colina justicaram o major do exército alemão Edward Ernest Tito O. M. Von Westernhagen e fizeram um pacto de silêncio sobre o episódio que durou até 1985.

64 No Brasil, as comemorações sobre o Maio 68 só tiveram início após 20 anos do acontecido. Em 1978, prevaleceu o silêncio revelado pelo jornal *O Estado de São Paulo*, que timidamente publicou uma reportagem “*Primavera do Nada*”. Esperamos 20 anos para que o tema fosse destacado na mídia, ainda que sem a devida contextualização. Na comemoração dos 30 anos destaca-se a iniciativa da Editora Perseu Abramo na organização de uma coletânea - *1968 – Rebeldes e Contestadores: Brasil, França e Alemanha* (1999), fruto de um seminário que reuniu estudiosos importantes do Brasil e mundo. Também foi realizado em Curitiba um mês de comemorações – “Desejos de Transformações: 30 Anos de Maio de 68” – patrocinado pela Secretaria de Cultura do Estado. Aos 40 anos do acontecido identificamos um debate mais intenso além de um rol de publicações. A polêmica também foi estabelecida entre os especialistas que preservam uma consciência valorativa daquele ano como revolucionário, mas aceitando críticas, autocríticas e imperfeições e outros interlocutores apostam no seu esquecimento, desejando de forma ardente diluir suas lutas e utopias.

de ruptura com a ordem estabelecida.

As várias nuances desse movimento são retratadas e enfatizadas nos livros de Fernando Gabeira e Alfred Szyrkis que resgatam e reconstróem a memória do período. 1968, como um marco importante na história recente do país, principalmente o “episódio do calabouço” - morte do estudante Edson Luís, Rio de Janeiro -, é fonte de inspiração na maioria dos relatos que procuram, ao narrar esse fato, sensibilizar o leitor sobre a gravidade da situação naquele movimento. O assassinato do estudante secundarista aos 18 anos, em 28 de março de 1968, no Restaurante universitário da UFRJ, apelidado pelos estudantes de Calabouço, pela polícia carioca, demonstrou a brutalidade da repressão política que se iniciava. Sessenta mil pessoas acompanharam o enterro do Edson Luís iniciando ondas de protestos estudantis que se espalham por todo o país.

O ano de 68 terminou de forma trágica com a instauração do AI-5 em 13 de dezembro de 1968, significando o início da violência institucionalizada pelo Estado de Segurança Nacional. Para o historiador Daniel A. Reis os grupos armados da esquerda, no geral, entenderam de forma diferente esse momento, interpretaram que os militares estavam acuados pela pressão exercida por eles e o fechamento do regime era um sinal de fraqueza que deveria ser aproveitado para a intensificação das ações armadas que estavam em curso:

O Ato exprimia, antes de tudo, o isolamento em que se encontrava a ditadura. Seria avaliado como um ‘golpe de desespero’, uma ‘medida desesperada’, uma expressão da ‘debilidade’. Inclusive, para alguns, nem sequer as classes dominantes o haviam aprovado. Era fácil, portanto, prever a acentuação das contradições, mesmo entre as elites.

O Ato não tinha grande importância para os de ‘baixo’. Era preciso ‘não exagerar as mudanças’, mesmo porque as entidades dos trabalhadores já estavam na ilegalidade desde 1964. O Ato era apenas mais um passo numa ‘escalada’ que já se iniciara, fora apenas um ‘revelador’, como se a ditadura tivesse resolvido ‘tirar a máscara’ de uma vez por todas. (REIS FILHO, 1990:69)

O AI -5 não representou sinal de fraqueza do regime, tampouco se impôs apenas como instrumento de intolerância em um momento de intensa polarização ideológica no contexto de Guerra Fria, ele também representou para os ideólogos do regime uma maneira de referendar um modelo econômico em que

o crescimento seria alcançado com sangue, suor e lágrimas. Para Jacob Goren-der o AI-5 consumou de fato a ditadura militar, mas anteriormente realizou-se a militarização do Estado, representando uma forma de dominação burguesa, caracterizada pelo recurso coercitivo exercido sobre as classes subalternas. Existe um equívoco na argumentação de que ambas as partes cometeram os mesmos erros, portanto, as culpas se compensam ou no jargão militar: “guerra é guerra”, justificando as atrocidades praticadas. As duas violências não podem ser julgadas pelo mesmo critério: “A violência original é a do opressor, porque inexistente opressão sem violência cotidiana incessante. A ditadura militar deu forma extremada à violência do opressor. A violência do oprimido veio como resposta” (GOREN-DER:1987:235).

Em suma, o “espírito de 68” é encarnado pelos “libertários”, os memorialistas Fernando Gabeira e A. Syrakis, converteram-se em herdeiros de suas principais propostas, a saber: a concepção de cotidiano como o local em que devem ser vividas as transformações sociais e a afirmação de uma nova cultura que tinha como matriz a negação de qualquer relação de poder, seja ela proveniente do Estado, da Universidade, das organizações de esquerda, ou da família. Transformado em um dos mitos de origem, desenvolvido pela proposta “libertária”, o ano de 68 passou a inspirar novos comportamentos e utopias presentes nos “movimentos libertários” dos finais dos anos setenta e oitenta.

8 - Movimentos Libertários e Memorialismo Autocrítico: Fernando Gabeira e Alfred Syrkis.

Fernando Gabeira e Alfred Syrkis, consagrados pela crítica literária como os maiores expoentes do memorialismo do período, não se restringem apenas ao ato de rememorar o passado. Seus textos memorialísticos mesclam real e imaginário aproximando-os da ficção de 70. A releitura do passado ganha significado na narrativa através do processo de autocrítica que estabelecem com a experiência vivida. Nessa autocrítica, busca-se o sentido para o presente que envolve novos projetos políticos para realização das suas utopias “libertárias”, exigindo uma mediação entre a identidade individual e social situadas historicamente.

O significado dessas memórias será apreendido através da trajetória política dos seus autores, o que se configura na crítica à esquerda e na adesão aos “movimentos libertários”. Reconhecer esses movimentos sociais significa mostrar as possíveis influências de suas lembranças individuais na representação da memória histórica desses grupos.

Trata-se de situar as características desse memorialismo autocrítico, matizando a especificidade dos seus textos que realizam uma mediação entre o singular e o universal para explicar o passado, a partir de uma leitura particularizada das experiências vividas concretamente. Acompanham essa análise algumas características narrativas apontadas por David Arrigucci nos ensaios críticos sobre as obras de Fernando Gabeira e também algumas reflexões de Fábio Lucas sobre o livro de Alfred Syrkis.

O caráter dos projetos políticos presente nos livros desses autores está associado a sua vinculação aos “movimentos libertários”. Rememoram o passado imprimindo-lhe uma marca singular, de acordo com as novas concepções de política e cultura introduzidas no Brasil por esses movimentos nas décadas de 70 e 80. A adesão a essa “postura libertária” explica a autocrítica que fazem dos acontecimentos da luta armada. Para entender o ato rememorativo empreendido

por eles, é importante situar o significado histórico desses movimentos⁶⁵.

Os “movimentos libertários”, situados na década de oitenta, recorreram a formas de lutas que extrapolam o conflito de classes. A situação de opressão não é entendida apenas como consequência das relações capital/trabalho, mas atinge relações raciais e sexuais. Os grupos sociais que sofrem discriminação são os negros, as mulheres e os homossexuais. Participam das lutas sociais antidiscriminação setores de “classe média”, o que é consenso entre os pesquisadores da realidade sócio-política brasileira nos últimos anos.

Sob a denominação de “movimentos sociais”, são agrupadas essas lutas com as dos setores populares. Para Eder Sader, 1989, os movimentos populares organizaram-se à margem dos partidos políticos, elaborando representações sobre os acontecimentos e sobre si mesmos. Recorreram a matrizes discursivas constituídas, mas ao mesmo tempo rejeitaram-nas como instâncias mediadoras das suas demandas junto ao aparelho do estado. Desse modo, além dos setores mais organizados - MDB, Igreja, Movimento Estudantil e entidades representativas de profissionais liberais - que lutaram pelas liberdades democráticas, destacam-se os movimentos de bairros (classes médias e populares), que inauguraram entre 1975 a 1985 um novo tipo de movimento social reivindicando questões de moradia, custo de vida, transporte e cidadania, mas tendo como eixo comum o combate à ditadura militar. Esses “novos personagens” realizaram simultaneamente uma prática social que alargou o espaço do político e redimensionou o discurso e a prática de instituições políticas tradicionais que permaneciam numa práxis de um “cotidiano colonizado”.

De acordo com Eder Sader, tais movimentos recorrem a matrizes discursivas de instituições em crise que formam as três agências de elaboração discursiva que

65 Cláudio Novaes Pinto Coelho, ao analisar a atuação dos “movimentos libertários” no Brasil, utiliza as memórias de Fernando Gabeira como expressão dos novos conceitos de política e cultura que esses movimentos introduziram na práxis política: “A presença de Gabeira no cenário político nacional no período pós-anistia, como alguém que foi militante guerrilheiro e fez autocrítica passando a defender as ‘propostas libertárias’, representava um importantíssimo triunfo para as militantes dos movimentos libertários poderem afirmar que as suas posições representavam uma ruptura radical e total com as posturas de esquerda.” (1986:30). Portanto, para um melhor aprofundamento da atuação dos “movimentos libertários” no Brasil e sua vinculação com os textos memorialísticos de Gabeira, ver o seu trabalho: COELHO, Cláudio Novaes Pinto. Os Movimentos Libertários em Questão: A Política e a Cultura nas Memórias de Fernando Gabeira. Dissertação de Mestrado. Campinas, UNICAMP - IFCH Antropologia Social, 1986.

visam ao cotidiano popular, a saber: Teologia da Libertação, grupos de esquerda e estrutura sindical. Os discursos são elaborados nas lutas contra as condições dadas e enfrentam os desafios colocados pela emergência desses novos sujeitos sociais. As instituições sofrem metamorfoses: a Igreja Católica, tendo como matriz discursiva a teologia da libertação, reestrutura-se através das CEBs, (Comunidades Eclesiais de Base) que se beneficiam do reconhecimento imediato das suas propostas através da religiosidade popular. Os grupos de esquerda, por sua vez, inauguram novas formas de integração com os trabalhadores e tiveram como auxílio, um corpo teórico sólido para explicar temas da exploração e luta contra o capitalismo. A estrutura sindical inaugurou um “novo sindicalismo”, passando a lutar pelo desatrelamento do sindicato das amarras do Estado autoritário. Extraiu a sua força do lugar institucional que ocupou, lugar este de agenciamento dos conflitos trabalhistas.

O imaginário que permeou essas novas formas de lutas sociais desvendou as matrizes discursivas institucionalizadas e apontou para o vazio onde estas se encontravam. Recorreram às fontes discursivas dessas instituições, mas reelaboraram formulações e práticas, criando novos significados, empenhados que estavam em encontrar sua própria identidade, em afirmá-la em reiteradas ocasiões, resgatando os valores de justiça, da solidariedade entre oprimidos e da dignidade que se transformou na própria luta política.

A novidade presente nesses movimentos sociais é a aparição no cenário social brasileiro de um sujeito coletivo, de um espaço político novo: a experiência do cotidiano, numa práxis também renovada com a criação de direitos a partir da consciência de interesses e vontades próprias. As particularidades da identidade de cada grupo, apesar de uma experiência permutável, geraram influências mútuas de grupos sobre outros grupos.

Assim, a “proposta libertária” à qual vinculamos Fernando Gabeira e Alfred Sirkis procurava também ser uma alternativa às concepções da esquerda. Estas direcionavam a sua luta em função da dinâmica no plano institucional dos partidos, parlamento e aparelho de estado que, pretendendo combater o regime ditatorial e promover uma transformação social, negavam a politização da vida cotidiana. Os “movimentos libertários” descentralizaram as análises tradicionais que enfatizavam o conflito entre as classes sociais em torno do aparelho do estado. As relações interpessoais vividas no cotidiano, ao assumirem um estatuto político, contribuíram para uma politização do indivíduo.

A ampliação do conceito de política é seguida pelo de cultura. A esquerda

pensava a cultura como reflexo da realidade material e do conflito social por ela gerado. Acreditando na existência de uma identidade cultural nacional, privilegiava a análise da cultura sob o prisma do conflito social evidente na oposição entre os interesses materiais nacionais e as do “imperialismo”. Em contrapartida, a reflexão dos “libertários” sobre cultura quebrava a relação de anterioridade material - infra-estrutura - frente ao cultural - super-estrutura -, próprias da esquerda.

A cultura é vista como constitutiva das relações sociais e não o seu reflexo. A nova cultura dos grupos sociais oprimidos pelas relações raciais e sexuais pressupõe uma realidade material discriminatória – no plano do mercado de trabalho - interagindo simultaneamente com a dificuldade desses grupos sociais de constituírem uma identidade própria, visto que não são reconhecidos socialmente.

Assim, os textos memorialísticos desses escritores, bem como eles próprios, são parte dos processos sociais, nos quais os “movimentos libertários” introduziram novas formas de compreender o vasto campo das relações políticas e culturais, problematizando-as fora do âmbito institucional.

Para melhor elucidar o significado dos seus livros de memória, optamos por informar sobre cada um por partes, fornecendo uma visão sistematizada da história contada pelo autor. Acompanha essa reflexão alguns aspectos constitutivos da narrativa, em cada obra, apontados por David Arrigucci, a partir do qual apoiamos o entendimento do processo de construção da memória em Fernando Gabeira. No livro de Alfred Syrkis, apresentamos algumas interpretações sugeridas pela leitura crítica da obra. As nuances narrativas são destacadas a partir das considerações elaboradas por Fábio Lucas.

Fernando Gabeira⁶⁶ concentrou em tomo de si o interesse pelos aconteci-

66 Fernando Nagle Gabeira nasceu em Juiz de Fora em 1941, mas foi para o Rio de Janeiro em 1963, onde formou sua trajetória política. Atualmente, é jornalista, escritor e deputado federal pelo Rio de Janeiro desde 1994. Candidato em 2008, às eleições municipais da cidade do Rio de Janeiro, obteve um número expressivo de votos, apesar da derrota frente ao seu opositor. Autor de mais de uma dezena de livros ressalta, em sua obra, a importância da cultura e da qualidade de vida, tendo concentrado, nos últimos anos, suas ações políticas em torno das questões ecológicas e da preservação ambiental. Nos anos setenta foi militante da esquerda armada, participou do sequestro do embaixador norte-americano, sendo baleado e preso. Foi “banido” do Brasil ao ser trocado pelo embaixador da Alemanha, por meio de outro sequestro, dessa vez realizado pela VPR (Vanguarda Popular Revolu-

mentos da luta armada já promovido pela campanha da anistia. Ao voltar ao Brasil em 1979, já possuía certa notoriedade, pois no exterior foi um dos primeiros a romper a barreira do silêncio concedendo inúmeras entrevistas sobre a experiência da luta armada. O próprio Fernando Gabeira comenta a importância da entrevista concedida a Ziraldo do jornal PASQUIM, quando estava preparando em Paris o seu retorno ao país:

A entrevista falava de coisas proibidas: a experiência da guerrilha urbana, o sequestro do embaixador americano, a organização da tortura na cadeia, tudo já com a perspectiva de quem fizera uma autocrítica a respeito do assunto. Seria uma bomba em caso de publicação e, certamente, o governo faria apreender o número do jornal em apenas algumas horas. (GABEIRA, 1980:227).

A repercussão dessa entrevista no Brasil, além de estimular a curiosidade do público-leitor sobre os anos de repressão (1967-1974), preparou o campo fértil para o êxito editorial de *O que é Isso Companheiro?* que passou a ter sucessivas edições esgotadas. Exemplo disso é que em 1982 o livro atingia a 29ª edição. Ainda os próprios meios de comunicação transformaram-no numa espécie de “porta-voz” das propostas “libertárias”.

Nas três obras de Gabeira, os temas recorrentes são os da luta armada, do exílio, do retorno dos exilados ao Brasil e os próprios “movimentos libertários”. Na sua primeira obra, a questão crucial é a busca de um sentido diante da experiência que vivenciou, expressa no próprio título: *O Que É Isso Companheiro?* É nessa busca de sentido que realiza a sua autocrítica da luta armada e da esquerda tradicional. A ruptura e a delimitação de um novo projeto caracterizou-se na sua segunda obra - *O Crepúsculo do Macho-*, momento em que assume claramente a sua adesão às propostas dos “movimentos libertários”. O terceiro livro - *Entradas e Bandeiras* - representa uma tentativa de implantar as propostas libertárias no Brasil, o que se revelou, aos poucos, um projeto fracassado.

A ideia de escrever *O Que É Isso Companheiro?* surge no Chile em 1973, quando o governo de Salvador Allende é deposto pelas forças militares lideradas

cionária). Gabeira permaneceu 10 anos no exílio, retorna ao país em 1979 após a publicação da Lei da Anistia e lança *O Que É Isso Companheiro?*, livro clássico do romance-depoimento brasileiro, seguido em 1980 de *Crepúsculo do Macho* e em 1981 de *Entradas e bandeiras*.

pelo general Augusto Pinochet. A narração começa com a fuga de Gabeira para a Embaixada da Argentina, pois “as ditaduras militares estavam fechando o cerco no continente.” (GABEIRA, 1979:12). Nessa corrida contra o tempo, depois de “ter perdido sua segunda revolução” é que pensa em escrever o livro:

Foi assim, nessa corrida meio culpada, que me ocorreu a idéia: se escapo de mais essa, escrevo um livro contando como foi tudo. Tudo? Apenas o que se viu nesses dez anos, de 68 para cá, ou melhor, a fatia que me tocou viver e recordar.” (GABEIRA, 1979:12).

As lembranças do golpe no Chile são entrecortadas pelas do golpe de 64 no Brasil, onde aponta a incapacidade do governo Goulart em resistir aos militares⁶⁷. O golpe de 64 é visto como uma derrota que iria marcar a trajetória de muitos companheiros. O sentido universalizante da narrativa expressa uma preocupação não só com o Brasil, mas com a América Latina como um todo: “As grandes derrotas que vimos no continente ensinaram muitas coisas.” (GABEIRA, 1979:39).

Desde o começo, é possível identificar a preocupação de Gabeira na busca de um sentido para praticar o exercício da atividade mnemônica. O que ele quer compreender é a sua trajetória de militante da “esquerda armada”:

Este, portanto é o livro de um homem correndo da polícia, tentando compreender como é que se meteu, de repente, no meio da Irarrazabal, se há apenas cinco anos estava correndo do ouvidor para a Rio Branco, num dos grupos que fariam mais uma demonstração contra a ditadura militar que tomara o poder em 64. Onde é mesmo que estávamos, quando tudo começou? (GABEIRA, 1979:13).

Essa interrogação frente ao passado leva-o a localizar o ponto inicial do processo rememorativo em 1968, quando adere ao movimento estudantil. O primeiro contato com os estudantes dá-se através da sacada do Jornal do Brasil

67 Fernando Gabeira possuía dois empregos em 1964: Redator do Jornal do Brasil (RJ) e jornalista do Panfleto, Este último, caracterizado por ser um semanário da ala esquerda do PTB que depois de 64 transformou-se em MNR (Movimento Nacionalista Revolucionário). Nessa época, residia com cinco pessoas, todos eles jornalistas em início de carreira. Alguns foram participantes do “Grupo dos Onze”, forma de organização proposta por Leonel Brizola para resistir ao golpe de 64.

ao observar uma passeata: “(...) Desde 64 que estava buscando aquela gente, e aquela gente, creio, desde 64, preparava seu encontro com as pessoas olhando da sacada da Avenida Rio Branco.” (GABEIRA, 1979: 13).

O local de trabalho, *Jornal do Brasil*, é marcado no processo rememorativo como um referencial nas transformações da vida de Gabeira. É da sacada do JB que decide entrar para o movimento estudantil, deixando os amigos da sua geração e a sua vida de intelectual. A ruptura entre estes dois mundos - o do trabalho e o da militância - persegue o narrador que, em determinados momentos na narrativa, confessa o seu desconforto quando da rua, durante uma passeata, observa as pessoas trabalhando no *Jornal do Brasil*.

O encontro com os estudantes é descrito em detalhes, enfatizando as passeatas como principal forma de luta contra a ditadura. Para Gabeira, 1968 foi o ano em que começou a sua militância política. A pressa do memorialista para chegar ao “lugar onde tudo começou” torna-se evidente:

Os tempos voam também sobre o narrador. Quase na hora de pular o muro da Embaixada da Argentina e ainda nem chegamos a 68. E 68, vocês sabem, já estava se gestando nas esquinas, nas fábricas, nas redações. (GABEIRA, 1979:64).

Nessa descrição que faz de 68, aparece também o sentido universalizante da narrativa, pois não fala só do Brasil - e da morte do estudante Edson Luís como o ápice do movimento -, mas ao longo da narrativa refere-se aos vários acontecimentos mundiais que ocorreram a partir desse ano. Afirma que a invasão da Tchecoslováquia passou sem nenhuma discussão por parte da esquerda brasileira. Lembra ainda da Guerra do Vietnã; a queda da ditadura grega; a revolução dos Cravos em Portugal e as mortes de garotos nas touradas da Espanha. Neste mesmo ano (1968), entra para a Dissidência Comunista da Guanabara - uma “cisão” do Partido Comunista Brasileiro. Tal organização logo depois viria a se tornar o Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR-8).

Para tentar entender por que não houve resistência por parte da esquerda ao golpe de 64, rememora o clima de discussão que se instalou, principalmente críticas dirigidas ao PCB. Criticava-se a tese do “pacifismo” como estratégia para resistir ao golpe de 64. O fio condutor dessa discussão girava em torno da tese se o Brasil era ou não um país capitalista, com base no livro de Caio Prado Júnior, *A Revolução Brasileira*, 1976. Ou ainda, se o caminho da tomada do poder era

ou não pacífico.

A partir das críticas dirigidas ao principal partido de esquerda, o PCB, surgem várias cisões internas que colocam de lados opostos “reformistas” e “revolucionários”. Essas divergências resultaram em várias dissidências que acreditavam na luta armada como o caminho mais eficaz para a “Revolução Brasileira”. Contudo essas organizações vão se caracterizar por uma disputa interna, consideradas por Gabeira como inúteis: “Luta interna, quando feita longe do movimento social, acaba sempre dando em cisão. E as cisões, vistas de fora, parecem muito com as brigas de casal...: aquele constrangimento” (GABEIRA, 1979:39).

Em seguida, narra a sua adesão ao MR-8, organização leninista, depois de um ritual de iniciação, considerado por ele como ridículo e desnecessário:

De agora em diante, como no poema de Lorca, meu nome não era mais meu nome, nem minha casa era mais minha casa. Alguns adjetivos altisonantes, menções à inevitável vitória final, ao inexorável curso da história rumo ao progresso encerravam aquele curto ritual de iniciação. O que nos salvou do ridículo total era o fato de que, tanto ele como eu, éramos péssimos atores e deixávamos escapar mil sorrisos fora do lugar, ao longo daquela conversa solene. (GABEIRA, 1979:91).

Inicia a sua militância clandestina e armada com a decretação do AI-5 e com a sua participação no sequestro do embaixador americano. Ao comentar o episódio do sequestro, a narrativa é interrompida e novamente o narrador-autor se interroga - ao refletir sobre a relação autor/obra - buscando um sentido para praticar o exercício de reconstrução da memória:

Chega um momento em que o narrador precisa ajustar melhor suas linhas, tencionar melhor o arco, tirar alguns efeitos técnicos. Todos esperam isto dele, sobretudo na hora da emoção. Mas o narrador já aprendeu, com o tempo, que um livro, um longo relato, não é apenas uma sucessão de histórias que se contam num punhado de páginas brancas. Um livro não se controla. (GABEIRA, 1979:137).

Após o sequestro, é obrigado a entrar para a clandestinidade por motivos de segurança. Nesse período de vários meses em que ficou trancado em apartamentos, percebe que “(...) o campo do possível é muito mais amplo do que imaginá-

vamos.” (GABEIRA, 1979:139).

Quando sai da clandestinidade, desloca-se para São Paulo com o propósito de contatar militantes operários da sua organização. Foi preso, tentou escapar do cerco policial, mas acabou atingido por uma bala no estômago. A partir desse acontecimento, descreve a sua condição de preso político, sofrendo ou presenciando torturas; maus-tratos devido ao ferimento no estômago; as audiências nos tribunais militares e, por último, descreve as cenas das várias prisões por onde passou.

A narrativa chega ao fim com a ida para a Argélia, parada inicial dos longos tempos de exílio. A liberação de Gabeira e de outros presos políticos só foi possível com o segundo sequestro realizado no período da luta armada. Eles são trocados pelo embaixador alemão sequestrado pela Vanguarda Popular Revolucionária, da qual participou também Alfred Syrkis.

O caráter constitutivo da narrativa em *O Que É Isso Companheiro?* exprime a utopia presente nas propostas libertárias. O ato rememorativo concentra-se no passado de Gabeira como militante político no Brasil. Ao contar a sua história, estabelece uma mediação entre diferentes grupos sociais na formação de um movimento social igualitário.

Como já foi lembrado anteriormente, a obra não está isolada de um contexto literário que também manifestou a intenção de revelar a história recente do Brasil. A vinculação da sua obra com a produção literária dos anos 70 é assinalada por David Arrigucci:

O livro de Fernando Gabeira, *O Que é Isso Companheiro?*, é, sob diversos aspectos, uma obra extraordinária.

Em primeiro lugar, cai fora do ordinário porque conta a história oficial a contrapelo, mostrando o que não foi contado. De certo modo, se pode dizer que narra a intra-história, para empregar, fora do contexto, um termo usado por Unamuno. Nisto se aproxima da linha de força de toda a ficção mais recente, voltada como se tem dito, para a representação mimética da realidade histórica que temos vivido e nos foi, em grande parte, ocultada. Participa, pois, dessa luta de resistência contra o esquecimento, que é um dos modos de nos mantermos vivos. Trata-se de recompor um rosto contra o horror à memória e assim penetrar no sentido do que se escoou. Este é o seu desafio literário, histórico e político. (GABEIRA, 1981:69).

David Arrigucci compara esse livro com as características da narrativa de Graciliano Ramos em *Memórias do Cárcere*. Aponta também que ele não se assemelha ao romance-reportagem, pois quem age é o jornalista que reporta e narra o que viu. Porém ultrapassa a narração de fatos singulares, próprio da reportagem, situando-se no limiar da ficção:

(...) o depoimento se acerca ao romance de formação ou de aprendizagem, numa variante em que o ser que se interroga sobre o sentido da vida o faz depois que tudo se deu (...). Assim, em Gabeira, a vida vivida e dividida se reconstrói pela memória do narrador e se alça e supera na pergunta pelo sentido. A experiência exposta ganha significado simbólico. (ARRIGUCCI, 1981:81;82).

Quando afirma que a sua obra está próxima do romance de formação, não podemos perder de vista a condição particular de um texto memorialístico, que é a do exercício do processo mnemônico. Em *O Que é Isso Companheiro?*, Gabeira refere-se a uma tentativa de “recompôr o tempo que nos escorreu pelos dedos” (GABEIRA, 1979:57). A condição de memória inerente à narrativa que constrói é salientada por ele próprio, como um esforço de compreender a sua trajetória de militante da esquerda armada. Contudo a ideia de recomposição dos acontecimentos vividos assume, na sua obra, um caráter social e não meramente individual, pois fala em nome de alguns grupos políticos - “libertários” – aos quais associa a sua vida pessoal. O próprio David Arrigucci chama a atenção para esta particularidade da obra de Gabeira:

A experiência pessoal se faz experiência comum, isto é, a linguagem simboliza, mediante a trajetória intrincada e particularizadora que leva do marcadamente individual à totalidade, perseguida na interrogação. Isto põe o livro além da confissão. (ARRIGUCCI, 1981:81).

A mediação entre o singular e o universal na explicação do passado, em *O Que é Isso Companheiro?*, não reduz a história a uma simples narração subjetiva em que o singular de cada indivíduo seria privilegiado nas suas diferenças com os outros, tampouco se perde numa generalidade abstrata, na qual não caberia o caráter particular da experiência vivida naquele momento histórico. Este é o aspecto constitutivo da obra de Gabeira, como bem aponta David Arrigucci:

A história se filtra assim no registro de uma sensibilidade ardorosa e crítica curtida ao longo dos anos no corpo a corpo com os fatos e as contradições da vida ideológica brasileira. O que era fato imediato, pura informação jornalística ou histórica, se particulariza na experiência pessoal, se faz substância humana complexa e ambígua e vai deixando de ser exclusividade de um único indivíduo para ganhar significado geral, para ser dimensão possível de todos. O depoimento pessoal se faz narrativa simbólica de uma aprendizagem, costeando o romance de formação, onde um herói dividido se interroga sobre o sentido de seus atos e sua verdadeira face, revelando inquietação ética e metafísica. (ARRIGUCCI, 1981:07, Folhetim).

Assim, *O Que É Isso Companheiro?* não se apresenta apenas próxima das características da produção ficcional dos anos 70 como um testemunho da história. Nela também sobressai a sua própria condição de memória que mescla o relato dos fatos históricos e o percurso de uma existência individual. O autor constrói uma narrativa solicitando do leitor que o acompanhe na sua “aventura pessoal”, que não é só sua, mas é também a experiência do outro. No dizer debochado do próprio autor, a memória de quem vivenciou tantas situações terríveis molda-se de acordo com o presente: “Lembrar é, muitas vezes, escolher cuidadosamente o lado positivo e esquecer os momentos em que ficamos nus de bunda pra cima, enquanto eles se divertiam fazendo a inspeção.” (GABEIRA, 1979:215)

O ato de revelar ou não as memórias exige um bom entendimento da realidade vivida no tempo presente [da publicação]: “Distinguir entre conjunturas favoráveis ou desfavoráveis às memórias marginalizadas é de saída reconhecer a que ponto o presente colore o passado” (POLLACK, 1989:8). Como já demonstramos, tão importante quanto conhecer o conteúdo do relato é perceber as intenções do presente que motivaram as exposições dos memorialistas, o que estes quiseram que fosse revelado no período em que as publicaram.

O segundo livro de memória, *O Crepúsculo do Macho*, publicado em 1980, foi escrito cerca de seis meses depois do retorno de Gabeira ao Brasil, quando ele decidiu voltar à Europa por algum tempo. O livro conta os tempos de exílio vivido em diferentes países, quando rompe com a esquerda e adere aos “movimentos libertários”. A narrativa é uma transição do “eu” do passado que investiga - em

O Que é Isso Companheiro? - o sentido da sua militância na esquerda armada, tendo como parâmetro a “utopia libertária” para o “eu” do presente, o que é consequência do encontro de Gabeira com os participantes dos “movimentos libertários” no Brasil.

A construção da narrativa em *O Crepúsculo do Macho* marca a transformação de um projeto utópico e “libertário” - aspecto fundamental do primeiro livro - numa nova práxis política que tenta, através da adesão às reivindicações de um grupo específico - feministas - criar uma identidade única no interior dos “movimentos libertários”.

O *Crepúsculo do Macho* começa com Gabeira solicitando ao leitor que o acompanhe na sua viagem: “Ninguém será enganado: isto é uma viagem” (GABEIRA, 1980: 11). A idéia de viagem é reforçada no transcorrer da narração, mas não é uma viagem qualquer, é uma “viagem memorialística”. O leitor é convidado a participar, pois ele seria um passageiro no trem do metrô de Estocolmo, sempre atento ao aviso dado pelo memorialista, que é o maquinista do trem. Assim o narrador, munido de uma “sensação de angústia”, prepara-se para iniciar o seu trabalho como maquinista, marcando em 1979 o tempo presente do ato rememorativo. É durante o trabalho no trem do metrô que começa a recordar as várias fases do exílio: “Hoje é sábado, estamos em 1979 e acordei num apartamento de duas peças em Estocolmo. Outros fios tecem a trama. E você tem todo o direito de ficar escandalizado, se o próprio narrador confessa que não os domina bem”. (GABEIRA, 1980:43).

Na temporada que passou na Argélia, enfrentou problemas morais, devido ao seu relacionamento afetivo com Vera Silvia Magalhães, militante também trocada pelo embaixador alemão. Sofreram as críticas dos companheiros de exílio, bem como dos próprios argelinos, que não toleram a liberdade de costumes, principalmente em relação às mulheres:

Nem sempre a capital mundial da revolução é o ponto máximo na liberdade dos costumes. Na manhã seguinte à que fomos surpreendidos dormindo juntos, enfrentamos as primeiras pressões. Uma comissão de companheiros da ALN brasileira veio procurar o MR-8, organização à qual pertencíamos, para apresentar sua crítica. Nosso comportamento moral era comprometedor diante dos argelinos. (GABEIRA, 1980:21).

Gabeira mostra-se inconformado com o processo revolucionário na Argélia,

pois não conseguia entender o conservadorismo moral presente na questão da mulher. Aqui torna-se evidente a sua preocupação com o feminismo.

Nos primeiros meses de exílio, a lembrança da repressão no Brasil e dos maus-tratos sofridos nas prisões, em que esteve, permanece latente na sua memória. A sensação de estar vivendo uma situação irreal tem no medo o seu principal componente psicológico: “O Brasil estava longe e tínhamos só o medo de que tudo fosse um sonho, medo de acordar de repente na mesma cela da Ilha Grande, com o barulho das canecas de metal anunciando o café da manhã.” (GABEIRA, 1980:13 e 14).

A recordação do Brasil é substituída por reflexões sobre o exílio e a América Latina. Inconformado com o processo chileno e o avanço da direita na Argentina, localiza em 1974 o começo do seu exílio na Suécia, considerado por ele como um “exílio assustador”. A sensação que o acompanha é de estranhamento diante de algumas características dos países por onde passou. Exemplo disso é o suicídio de Anne Marie, sua vizinha, que descreve como algo que não pode compreender frente à sociedade sueca: “(...) Anne Marie é um corpo atravessado no exílio e na narração.” (GABEIRA, 1980:29).

Nesse instante, a narrativa é interrompida durante um capítulo em que descreve o seu cotidiano na Suécia. O autor passa a contar a sua estada em Cuba, quando foi convidado para a cerimônia de aniversário da Revolução Cubana. Nota-se, em Gabeira, tanto nos trechos referentes à Argélia, como nas observações que tece sobre Cuba, um aprofundamento das críticas aos militantes da esquerda no exílio que, sob a condição de “centralismo democrático”, tentaram exercer um controle pessoal sobre os outros membros do grupo. Os próprios dirigentes revolucionários em Cuba foram se “burocratizando” na defesa dos ideais da revolução socialista.

No período em que ficou em Cuba, Gabeira considera o seu relacionamento com duas mulheres norte-americanas a coisa mais interessante que lhe aconteceu, pois foi através delas que descobriu a perspectiva feminista como um dos componentes das lutas “libertárias”: “(...) fui aprendendo no convívio com as mulheres norte-americanas como ainda tinha um longo caminho a percorrer para superar as deformações machistas.” (GABEIRA, 1980:38).

Esse despertar da consciência de Gabeira para a questão feminina é descrita como um avanço na questão da politização do indivíduo, como condução para transformar a realidade: “O mundo se transformava, as mulheres eram outras e o melhor era deixar que os incrédulos levassem um choque quando o olhar conse-

guisse enxergar um pouco além de seu estreito horizonte.” (GABEIRA, 1980:60).

O desencantamento com a revolução socialista permeia toda a obra. Durante o curso de guerrilha em Cuba, deixa transparecer o seu conflito entre ser intelectual ou guerrilheiro. Assim, interrompe a narrativa e dá destaque à conversa que teve com um amigo em Estocolmo sobre o futuro daqueles que aderiram à causa da revolução:

Temos esperado amplamente uma revolução socialista no Ocidente e esta revolução não vem. E se estamos empenhando nossas vidas em algo que não existe? E se basearmos todos nossos esforços num suposto reino dos céus que não existe a não ser em nossas fantasias teóricas? (GABEIRA, 1980:74).

Desde o começo da narração observa-se que Gabeira está interessado em marcar as posições diversas que assume, tanto na crítica que faz ao socialismo, no nível teórico e prático, como nas suas atitudes pessoais, diante dos demais exilados. Marca essa diferença quando comenta o período de exílio na Alemanha:

Os companheiros que ia encontrando pelo caminho já não despertavam nenhuma curiosidade especial. Seu discurso me parecia supersimplificado. Mesmo as companheiras com suas expressões sofridas, suas roupas cinzentas, pareciam tias que ficaram para trás no interior de Minas. O debate a que assistia era mais sofisticado. As mulheres e homens da esquerda alemã, se bem que vivesse até certo ponto o mesmo processo de negação do corpo, resplandeciam naquele verão. (...) No meio de 72, isso me parecia fragmentos de um mundo novo, cheio de sol e felicidade. O Capitalismo avançado com suas garras monstruosas talvez relaxasse sua vigilância no alto verão, de julho-agosto.” (GABEIRA, 1980:112;113).

A ruptura definitiva com a esquerda concretiza-se quando vai para o Chile depois da experiência europeia. O MR-8, a organização a que pertenceu, sofreu uma cisão interna e dividiu-se em duas tendências. Gabeira não aderiu a nenhuma delas e ironiza as consequências desse rompimento com a organização:

Ambos os grupos nos consideravam desbundados, um termo utilizado na época para as pessoas que deixavam a luta armada. Como tínhamos

tido um passado militante e dispúnhamos de uma formação intelectual, procurávamos dar àquele recuo a maior dignidade possível, contribuindo de longe. O termo desbundado iria me perseguir ao longo dos anos. Na medida em que o exílio avançava, ganhava novas conotações. (GABEIRA, 1980:125).

Rememora o dia-a-dia do golpe de estado chileno, entrecortando a narração com comentários sobre a viagem no trem em Estocolmo. O movimento textual que constrói oscila entre um passado que só é lembrado na busca da afirmação no presente vivido pelo narrador. A impressão é de uma aceleração entre dois tempos - passado e presente - com vistas a um tempo futuro que se concretiza na adesão às reivindicações feministas como tentativa de homogeneização dos “movimentos libertários”.

Descontente com o Chile, decide retornar à Europa quando é apanhado pelo golpe de estado comandado por Pinochet, 1973, sendo obrigado a pedir asilo na Embaixada da Argentina. Fala do golpe no Chile de um ponto de vista das consequências que acarreta para a vida pessoal dos que viveram o processo: “Quando explode o golpe militar, milhares de dramas pessoais, estão seguindo seu curso e o golpe às vezes os congela, às vezes os resolve.” (GABEIRA, 1980:135).

Quando relata o asilo na Embaixada da Argentina, faz referência ao filme sueco “A Embaixada”. Conta o sufoco desses dias como se fosse o filme e destaca, mais uma vez, a sua diferença diante dos outros exilados quando é o único do grupo a defender o pedido de asilo em países europeus. Sua posição aos poucos vai se tornando a mais viável, devido às difíceis negociações com a Argentina. Os três meses que passou na embaixada são descritos traçando-se uma comparação com o que seria uma administração de um país socialista:

E a direção daquilo é como a direção de um país socialista emergente: faltam víveres, o inimigo está te cercando, sempre ameaçando a invasão e, no interior, centenas de frações se digladiam pelo poder. (GABEIRA, 1980:161;162).

Na sequência da narrativa, Gabeira dedica-se a recordar o exílio na Suécia, quando se instalou definitivamente em Estocolmo. Aqui sintetiza a sua visão da derrota da esquerda no continente latino-americano, buscando elementos para

compreender o seu relacionamento afetivo com Vera sylvia Magalhães:

Havia interiorizado a derrota no continente e vivia de uma maneira infeliz. Suprema vitória dos ditadores latino-americanos que, não nos condenavam apenas ao exílio, mas também à infelicidade. Aceitávamos esta pena, sem nenhuma precisão. (GABEIRA, 1980:192).

Essa descoberta acontece quando conhece pessoas na Suécia pertencentes aos grupos sociais que formavam os “movimentos libertários”, principalmente os amigos homossexuais e negros, responsáveis por uma nova identidade que Gabeira encontrou “junto aos belos marginais que povoam a sociedade industrial” (GABEIRA, 1980:203).

A narração chega ao fim quando, já anistiado, regressa para o Brasil. Afirma, no presente, a transformação do seu “olhar social” durante os 10 anos de exílio. Aqui, resume para o leitor o significado da rememoração em *O Crepúsculo do Macho*: “(...) Entro numa situação completamente nova e vou enfrentá-la com o peito aberto, sem nenhum controle, como uma mulher.” (GABEIRA, 1980:244).

Escrito em 1981, *Entradas e Bandeiras* é o terceiro e último livro de memórias publicado por Fernando Gabeira. Completa o processo rememorativo iniciado em *O Que É Isso Companheiro?*, no qual narra a sua experiência de militante guerrilheiro nos anos 60. Prossegue em *O Crepúsculo do Macho* com o relato do período de exílio e encerra, nesse último livro, a narração de suas memórias, já de volta ao Brasil.

A narrativa começa com uma referência ao momento da elaboração da obra, no início de 1981, à beira do Rio Maracujá, Minas Gerais. Em seguida, conta os momentos de tensão vividos no exterior para conseguir um passaporte na Embaixada do Brasil, em Estocolmo, quando o governo anunciou a anistia aos exilados. A descrição desse contato com o “Brasil oficial”, ainda no exterior, é substituída pelas expectativas que nutria sobre sua volta ao país:

O mínimo que podia saber era que a viagem seria mais interessante do que a do Papa. Não tinha uma idéia, entretanto, do que pensariam os amigos colados ao vidro do aeroporto, quando me vissem sair do fole e entrar nas

estruturas metálicas onde se mostram os passaportes. É que eu estava muito mudado...(GABEIRA1981:14).

No aeroporto do Rio de Janeiro é recepcionado pelos amigos, acompanhados de uma banda de música. A televisão filma a sua chegada, demonstrando que já era uma pessoa com notoriedade no país. Imerso na emoção da chegada, tenta reconhecer as pessoas que faziam parte do seu passado.

Fora muito emocionante aquela chegada. De repente, toda a minha vida desfilou através dos rostos envelhecidos: companheiros de trabalho, os de luta armada, os de cadeia e os de exílio; os primeiros filhos dos amigos e os últimos, nascidos há pouco tempo, olhando assustados para aquele homem sendo carregado pela multidão. (GABEIRA, 1981:31).

A expectativa de Gabeira era de ser reconhecido e reconhecer as pessoas que fizeram parte do seu passado no Brasil, completando, desse modo, o elo entre o passado e o presente. A emoção da chegada e as expectativas que nutria logo se frustram:

Fora tão curta aquela chegada. Nos últimos anos, eu a imaginara em vários ângulos. Mas tudo aconteceu de uma forma tão diferente da fantasia! (...) A ideia do reconhecimento, a esperança de reencontrar uma unidade na vida não aconteciam também de maneira que pensei. Os gritos dos amigos me chamavam a atenção para os rostos e cada um deles representava uma época na minha memória. (...) De repente, uma voz me chama à infância, outra me chamava ao tempo de cadeia e, logo em seguida, uma outra voz me reconduzia à infância.

(...) Só que era um filme montado sem nenhuma preocupação cronológica. As coisas aconteciam como acontecem na memória: aos saltos. (GABEIRA, 1981:30;31).

O que caracteriza a relação de Gabeira com o passado é a ruptura com o grupo social formado pelos militantes da esquerda do qual fez parte. Exemplifica essa situação o encontro com os amigos durante uma festa de comemoração pelo seu retorno que é descrita como uma circunstância estranha, pois “a festa não era exatamente uma festa.” (GABEIRA, 1981:35).

A sensação de estranhamento persegue o narrador, provocando uma dissociação entre a sua identidade individual e o mundo exterior vivido no presente, pois Gabeira já não é o mesmo para os militantes de esquerda tampouco estes são reconhecidos por ele.

Ao rejeitar a identidade de guerrilheiro vivido no passado, busca nas recordações da infância uma confirmação do temperamento “libertário” que assume no presente: “Ao entrar na rua, não quero falar da inflação, do projeto democratizante do governo, nem da conjuntura internacional. Quero falar de minha avó e por enquanto só dela.” (GABEIRA, 1981:41).

Assim, todo o segundo capítulo do livro é dedicado à descrição da infância e da adolescência vivida por Gabeira em Minas Gerais. A viagem a Juiz de Fora, sua cidade natal, o reencontro com os pais e as pessoas que marcaram a sua infância é narrado com o fito de realizar uma unificação entre a identidade no presente com a do passado. Neste momento, solicita que o leitor o acompanhe na sua “viagem memorialística”.

Já precisei de um favor - o de suprimirem imagens inúteis do aeroporto na volta. Agora preciso que você detenha a cena na porta de minha casa: o pai de braços abertos, uma comissão pela anistia erguendo cartazes dizendo: Bem-vindo à sua terra natal. Os sons eram assim de gente falando alto e, de vez em quando, alguns gritos, meu nome e slogans políticos anunciando a vitória final. (GABEIRA, 1981:41).

A sua índole “libertária” manifesta-se na recusa em seguir os mesmos caminhos do pai, dono de um armazém. Quando fala da mãe, enfatiza o conflito das pessoas com uma formação repressora, responsável em preparar as mulheres para obedecer aos maridos, sendo que a sua mãe espelha esse tipo de educação. Portanto Gabeira identifica-se com os avôs, que foram mascates e viveram sempre em movimento, o que lhes propiciou uma vida de aventuras, tal como a dele.

Contudo a viagem a Minas e as rememorações da infância e adolescência, suscitadas por ela, de nada adiantaram para Gabeira resolver os “problemas fundamentais” da sua vida: “As aventuras com os homossexuais de nossa infância, o choque com os protestantes... Há tempo para tudo. Minha ideia ao sair daquele encontro com a cidade era nunca mais voltar lá, a não ser em imaginação.” (GA-

BEIRA,1981:65).

Depois de Minas, decide viver no Rio de Janeiro. Neste capítulo conta as suas primeiras impressões sobre o Brasil. A sensação de estranhamento aparece com toda a força na narrativa:

No princípio, tudo me parecia muito estranho. Num espaço de cem metros em torno de mim pareciam acontecer, simultaneamente, mais coisas do que acontecem durante um ano em Estocolmo: blocos de automóveis com os motoristas aos gritos, cachorros latindo, mães batendo em crianças, despedidas rumorosas. (...) Encontrei várias pessoas e senti que o ritmo delas também era outro. Falavam com uma pressa enorme e exigiam de você a mesma rapidez. (...) Sentia que havia um modo particular de discutir e que havia perdido completamente o pé. (...) Simplesmente recusava a ocupar um espaço maior no Brasil, porque ainda não me sentia com os dois pés no País. (GABEIRA, 1981:70;71).

Essa sensação de estranhamento acompanha também a descrição que faz das suas viagens pelo Brasil para participar de debates e lançar *O Que É Isso Companheiro?*. Esse encontro com o país e a vivência do cotidiano não possibilitam uma identificação de Gabeira com o grupo em que possa participar das lutas dos setores oprimidos.

Numa das entrevistas que concedera antes de voltar afirmei que os anos 60, com sua guerrilha urbana, valorizaram uma saída heroica. Agora tínhamos aprendido que era inútil buscar o heroísmo, mas sim a luta cotidiana junto aos setores oprimidos. Não se tratava mais de morrer pela revolução, mas viver humildemente por ela. Mas os tempos correram muito dessa entrevista para cá. Simplesmente não conseguir aterrissar no Brasil nem encontrar um cotidiano que não me aterrorizasse pelas suas limitações.” (GABEIRA, 1981:169).

Gabeira a partir desse “desencontro com o Brasil”, decide - junto com Lena, sua nova companheira - voltar à Europa. Após três meses regressam com um “projeto ecológico”. É com essa proposta que vai procurar um lugar no “campo”, pois o problema do Brasil era com as grandes cidades. No entanto mais uma vez Gabeira não concretiza sua utopia, pois buscava uma síntese entre a cidade e o

campo, e esse objetivo, segundo ele, não se confundia com as práticas dos ecologistas brasileiros:

Já havíamos encontrado outros ecologistas implantados no mato. Pareciam-nos todos padecendo do mesmo mal: uma regressão à condição de camponês. Para nós, o caminho era uma síntese entre o homem da cidade e do campo, uma nova fórmula. Perto de Ouro Preto, encontramos um grupo que nos exibia suas mãos calejadas e dizia: viemos para o campo, olhe nossas mãos como estão se deformando. E respondíamos que isso era desnecessário. (GABEIRA, 1981:204;205).

No livro, não consegue pôr em prática a identidade que ele teria adotado, pois não surge nenhum grupo social no país que combine com as suas novas ideias num reconhecimento recíproco na prática cotidiana. Em *O Crepúsculo do Macho*, verificamos a afirmação de uma identidade com a adesão ao movimento feminista. *Entradas e Bandeiras* caracteriza-se na busca pelo sentido do “eu do presente” que não é encontrado em nenhum grupo social no país. Ao contrário, portanto, de *O Que É Isso Companheiro?*, em que a busca pelo sentido localiza-se no “eu do passado”, tendo como parâmetro o pertencimento ao grupo dos guerrilheiros.

O próprio título do livro é significativo, pois expressa o deslocamento constante de Gabeira: são “entradas e bandeiras” que não chegam a nenhum lugar, pois não se sabe para onde ir, não se sabe com quem ele pretende se identificar.

Escrito cerca de um ano após a elaboração de *O Crepúsculo do Macho*, e quase um ano e meio após a volta de Gabeira ao Brasil, *Entradas e Bandeiras* é importante pelas lembranças da infância e da adolescência que completam a dimensão biográfica de Gabeira em busca da identidade. Contudo a estrutura narrativa em *Entradas e Bandeiras* é mais frágil do que a dos outros dois livros do autor. *O Que É Isso Companheiro?* expressa uma mediação entre o singular e o universal que articula uma leitura particularizadora da realidade. *Entradas e Bandeiras* busca o sentido de uma realidade interior que não consegue apoio no nível externo. Ainda, a narrativa é mais elementar do que em *O Crepúsculo do Macho*, pois na tentativa de articular a narrativa Gabeira recorre a um cineminha infantil: “Prefiro que imaginem o narrador com uma lata de azeite na mão, rodando a manivela de arame e desfilando, rapidamente, a história em quadrinhos de sua vida.” (GABEIRA, 1981:69).

Contudo as referências a ele são bem esporádicas e não chegam a desempenhar o mesmo papel das viagens de metrô em *O Crepúsculo do Macho*. A cumplicidade com o leitor através do cineminha não consegue se realizar e revela mais um dos fracassos da narrativa. David Arrigucci considera que *O Crepúsculo do Macho* e *Entradas e Bandeiras* possuem “falta de solidez de estrutura” e que os procedimentos utilizados em *O Crepúsculo do Macho* na articulação da narrativa provocam uma “redundância forçada e artificial”:

Tudo fica literário, no mau sentido, porque o procedimento não parece nascer da necessidade intrínseca do material, e é percebido como um truque retórico posticho, num contexto em que se faz justamente apologia da realidade e da vida natural. (ARRIGUCCI, 1981:7, Folhetim).

Em *O Que é Isso Companheiro?*, Gabeira na busca pelo sentido estabelece uma mediação entre a esquerda e os “movimentos libertários”. No livro *O Crepúsculo do Macho*, a narrativa expressa um vai e vem entre o presente e passado com o propósito de afirmar que no passado já existiam os elementos vividos no presente, que são os da ruptura total com a esquerda e a adesão ao feminismo como um grupo hegemônico no interior dos “movimentos libertários”. *Entradas e Bandeiras* expõe o fracasso da proposta que Gabeira apresenta em *O Crepúsculo do Macho* que seria a da formação de uma comunidade que contemplasse todas os membros dos “movimentos libertários” através de um dos seus grupos - o feminista. A ineficiência desses grupos em realizar uma hegemonia leva Gabeira ao abandono dos grupos libertários como o referencial da sua prática.

O Que é Isso Companheiro? é o livro mais representativo de Gabeira, com relação aos objetivos desta pesquisa, que busca captar as diferentes “leituras” do regime militar no Brasil, através dos textos memorialísticos. No entanto não desconsideramos as outras obras por considerá-las complementares da primeira, evidenciando os diferentes processos sociais que marcaram a trajetória do memorialista.

Para finalizar, não poderíamos deixar de analisar o ponto de vista sobre os livros de Gabeira presente no artigo intitulado “Um Passado Imprevisível: a construção da memória da esquerda nos anos 60”, de Daniel A. Reis, publicado em 1997. Nele, o autor analisa as várias interpretações existentes sobre a história da esquerda nos anos sessenta:

A versão mais difundida apresenta o movimento armado dos anos 60 como uma “grande aventura, no limite da irresponsabilidade: ações transloucadas. Boas intenções, claro, mas equivocadas. (...) Diante do profissionalismo da ditadura, o que restava àqueles jovens? Ferram-se. Mas demos todas boas risadas. Afinal, o importante é manter o bom humor. (REIS FILHO, 1997:34).

Daniel refere-se aos livros de Fernando Gabeira *O Que É Isso Companheiro?* e de Zuenir Ventura 1968: *O Ano que não Terminou*. Os dois relatos cariocas viraram rapidamente best sellers por corresponderem aos anseios difusos no país no período de “abertura política”, em que amplos setores ansiavam por recuperar a memória dos anos sessenta, reconciliando-se com ela sem revanche de acordo com a ‘pregação militar’ de uma anistia para todos: torturados e torturadores.

Para Daniel Aarão Reis Filho, Gabeira e Ventura foram mestres nesse exercício de síntese, permitindo recordar uma ‘história triste sem dor’. Nos anos noventa, a minissérie *Anos Rebeldes*, da Rede Globo, retomou de forma espetacular a guarda do acervo/memória dos comunistas brasileiros, afirma o autor. Atualmente, a Fundação Roberto Marinho incentiva debates e pesquisas a respeito do assunto. O recente sucesso do filme *O Que É Isso Companheiro?* continua garantindo a hegemonia das versões de Gabeira & Ventura: “Não é isso o que de melhor podemos dar aos meninos rebeldes dos anos 60? Quanto aos mortos, um cheque de R\$ 150 mil, e temos a conversa resolvida: archive-se. Anistia para esta dor” (REIS FILHO, 1997:37).

Ademais, cabe concordar apenas parcialmente com essa perspectiva do historiador e ex-militante da esquerda armada, Daniel A. Reis Filho. Entendemos que as suas considerações são mais adequadas para pensarmos as minisséries televisivas e a produção cinematográfica acerca do período da ditadura. Também não podemos deixar de citar a polêmica de versões dirigidas à filmografia que envolve o filme *O Que É Isso Companheiro?*⁶⁸, baseado no livro do jornalista Fernando Gabeira e, dez anos depois, o documentário *Hércules 56*⁶⁹. Este último foi baseado em depoimentos de nove sobreviventes do grupo original de quinze prisioneiros, enfatizando melhor o testemunho do verdadeiro mentor do seques-

68 O QUE É ISSO COMPANHEIRO? Direção Bruno Barreto, Rio de Janeiro. Miramax Films. 1997.

69 HÉRCULES 56, Direção de Sílvio Dá-Rin. Riofilme, 2007.

tro, o ex-militante da esquerda armada Franklin Martins. Nesse documentário, é notória a ausência de Fernando Gabeira, e como explicação para esse fato o diretor afirma que ele era considerado ‘soldado raso’ da operação.

Embora não seja possível analisar a filmografia mais recente sobre a ditadura militar como objeto de pesquisa, já podemos garantir que os livros de memórias analisados neste trabalho como campo de forças opostas de ex- militantes da esquerda armada passam agora a utilizar a linguagem do cinema, podendo também ser compreendida como território de disputas de versões sobre a ditadura militar. Para sustentar tal afirmação, podemos dizer que o episódio do sequestro do embaixador dos Estados Unidos gerou também um livro, *Versões e Ficções: O Sequestro da História* [1997], com vários artigos que polemizam com a versão do filme de Bruno Barreto.

Deste modo, a caracterização das memórias feita por Daniel não é suficiente para que possamos analisar com profundidade os livros vinculados ao memorialismo autocrítico, especialmente *O Que Isso Companheiro?*. No livro, Gabeira constrói sua versão do passado através do processo de autocrítica, materializado na busca de sentido para o presente. O componente fundamental é o seu envolvimento em novos projetos políticos para realização das suas utopias ‘libertárias’, exigindo uma mediação entre a identidade individual e social situadas historicamente. Ao voltar ao Brasil em 1979, concentrou em torno de si o interesse pelos acontecimentos da luta armada.

O autor constrói uma narrativa solicitando do leitor que o acompanhe na “aventura pessoal”, que não é só sua, mas é também a experiência do outro. É essa dimensão que Daniel Aarão não analisa de forma apropriada. Ou seja, não reconhece que os livros de Gabeira realizam uma mediação entre o singular e o universal para explicar o passado a partir de uma leitura particularizada das experiências vividas concretamente. As suas lembranças individuais estão inseridas na representação da memória histórica dos grupos vinculados aos “movimentos libertários”, e a sua obra não está isolada do contexto literário que também manifestou a intenção de revelar a história recente do Brasil.

* * *

Com menor intensidade, Alfred Syrkis,⁷⁰ também exilado que retorna ao

70 Alfred Syrkis envolveu-se com a militância política a partir de sua participação no movimento estu-

país depois de nove anos, ao publicar o seu livro de memórias em 1980, é bastante procurado pelos veículos de comunicação, onde, além de divulgar os acontecimentos do período de repressão, introduziu as propostas dos “movimentos libertários”, dos quais se tornou adepto junto com Fernando Gabeira. Contudo, não foi o “porta-voz” das utopias “libertárias”, uma vez que Gabeira já ocupava esse espaço nos veículos de comunicação de massa.

A obra *Os Carbonários: Memória da Guerrilha Perdida*, 1980, foi escrita no exílio e selecionada como material de investigação, nesta pesquisa, por tratar da realidade brasileira. Ainda o autor publicou em Portugal seus dois livros anteriores, *Chile/Setembro* e *A Guerra da Argentina*, em que trata de realidades latino-americanas, enfatizando os golpes militares nesses dois países. *Os Carbonários* é o seu terceiro livro, em que enfoca o caso brasileiro.

Anistiado, regressou ao Brasil em fins de 1979, quando já é considerado um adepto do socialismo com liberdade, das teses ecológicas e da não-violência ativa - negação da luta armada. A confirmação disso está no “pré (pós) fácio” do livro, em que se posiciona abertamente a favor da postura libertária. Ainda líder secundarista em 1968, aderiu à guerrilha urbana (VPR - Carlos Lamarca) e depois do AI-5, já em pleno governo Médici. Iniciou carreira de jornalista em 1973, sendo

dantil quando estudava no Colégio de Aplicação da UFRJ, 1967. Em 1968 já era coordenador do Grêmio Livre do Colégio e, em 1969, ingressou na VPR. Entrou para a clandestinidade logo em seguida. Participou da luta armada contra a ditadura militar em suas ações mais radicais: sequestro de dois embaixadores: Erenfreid Von Holleben, da Alemanha e Giovanni Eurico Bucher, da Suíça. Não foi preso nem torturado. Em 1971, quando entendeu ser a sua permanência no Brasil a certeza de sua prisão e morte, a exemplo do que estava acontecendo com pessoas do seu ciclo de contato e relacionamento, enfrentou a pecha de “desbundado”, impingida por alguns companheiros, e partiu para o exílio: Buenos Aires, Santiago, Paris, Estocolmo e Lisboa. Esse roteiro aproximou-o dos movimentos ligados às questões ambientais, que passou a ser a sua bandeira após o seu retorno ao Brasil, ocorrido logo após a publicação da Lei da Anistia. Na década de 1980, foi um dos articuladores do PV (Partido Verde) e, nas eleições de 1988, elegeu-se o vereador mais votado do Rio de Janeiro dentre 1500 candidatos. De 1994 a 1996, assumiu a Secretaria Municipal do Meio Ambiente, que ajudou a criar. Em 1988, candidatou-se à Presidência da República com a finalidade de divulgar as propostas do PV, obtendo o já esperado baixo número de votos. Em 2000, foi candidato a prefeito do Rio de Janeiro, mas não foi eleito. De 2001 a 2006, esteve à frente da Secretaria Municipal de Urbanismo do Rio de Janeiro, deixando o cargo para concorrer ao senado. Ficou em terceiro lugar, não ocupando a vaga. Voltou a trabalhar como jornalista e participa de entidades da sociedade civil ligadas à preservação do meio ambiente há mais de dez anos. Escreveu oito livros, sendo *Os Carbonários – Memórias da Guerrilha Perdida* o mais conhecido, chegando, 18 anos depois, à marca da 14ª. edição.

correspondente de vários jornais estrangeiros durante os anos de exílio, assinando os seus escritos com o pseudônimo literário de Marcelo Dias.

A história narrada por Alfred Syrkis, em *Os Carbonários*, situa-se entre outubro de 67 e maio de 71. Ele descreve a sua participação em importantes acontecimentos da vida brasileira dos últimos anos, movimento estudantil, luta armada e acaba o relato com o exílio. O ato narrativo começa situando a sua condição de anistiado que volta ao país após nove anos em que viveu como exilado político. Conta, sem muitos pormenores, a chegada ao Aeroporto do Galeão (RJ), onde é recepcionado pelos familiares e antigos companheiros - “ex-carbonários” - do período de luta armada. Os originais do livro, escritos no exílio, fazem parte da sua bagagem e são vistos como uma nova “arma” para enfrentar os desafios do presente: muito mais necessário na luta pelas ideias do que o “velho 38” dos tempos de guerrilha.

O livro - *Os Carbonários* - começou a ser elaborado em fins de 1977, em Portugal, e foi concluído em agosto de 1979 quando já era quase certa a decretação da anistia. A narrativa abrange um período de 44 meses, entre outubro de 1967 e maio de 1971. Afirma não ter nostalgias da experiência de militante da esquerda armada. Escrever as suas memórias significa contribuir para que nunca mais se repita na história do Brasil a situação de repressão violenta que levou os jovens a optarem pelas armas no combate à ditadura:

Erros cometemos muitos e a validade do gesto moral não atenua a dimensão daquela derrota que custou muitas vidas queridas e valiosas. Creio que é importante recuperar essas memórias e transmiti-las sobretudo para essa nova geração que desponta com os anos 80. A transmissão de experiências não é fácil, a assimilação menos ainda. Mas o próprio movimento social é hoje mais amplo, profundo, mais rico e maduro. (SYRKIS, 1980:4).

O exercício da atividade mnemônica tem uma função social e pedagógica que visa recuperar as experiências vividas no passado e servir aos jovens da década de 80 para que não cometam os mesmos erros da sua geração. A manifestação de derrota que atribui às experiências vividas no período de luta armada é vista sob uma perspectiva autocrítica, procurando através do confronto com o “eu” passado a afirmação do “eu” presente que se associa aos “movimentos libertários”:

Aí estão os trabalhadores com suas lutas pacíficas, serenas mais decididas.

As comunidades de base, as associações de moradores. O movimento feminista, o movimento negro. Surgindo com força o movimento ecológico, antinuclear e pela vida. Dentro da esquerda organizada persistem fortes os sectarismos e os baixo-astrais, mas o vento novo é forte e quase todos os setores há gente acesa questionando, rediscutindo as coisas todas inclusive o próprio socialismo. (SYRKIS, 1980:4;5).

Ao afirmar que é apenas um “contador de história” inicia o seu relato com as recordações da adolescência. Nessa fase da sua vida participa do movimento estudantil junto aos colegas do CAP - Colégio de Aplicação, Rio de Janeiro. O jovem encontrava-se confuso em aderir ou não ao movimento da esquerda no colégio, porque era muito ligado ao pai: polonês, anticomunista e lacerdista. Descreve a sua família como de classe média, uma das que apoiou o golpe militar de 1964. A ruptura definitiva com a visão liberal do pai só aconteceria em 1967, quando adere ao movimento estudantil:

Naquele dia de fins de outubro de 67, na hora do rush eu estava no bar à espera dos companheiros do meu “grupo de cinco”, para o meu batismo de gás lacrimogêneo (de fogo, seria exagerar um pouco), em frente ao MEC, Minha primeira passeata. (SYRKIS, 1980:17).

Alfred Syrkis, entre os memorialistas dos anos de repressão, é o que melhor enfatiza a dinâmica do movimento estudantil da época. Líder secundarista da COSEC - “Comissão Secundarista” ou “Comando Secundarista” - rememora as passeatas “históricas” dos estudantes, principalmente as que contaram com a participação popular. 1968 ocupa grande parte da narrativa, pois o memorialista encarna o “espírito de 68”, considerado como um dos mitos de origem dos “movimentos libertários”.

A partir desse ano, adquire uma firmeza ideológica próxima das utopias de esquerda. As leituras sobre o marxismo deixavam muitas perguntas sem respostas, principalmente sobre a experiência stalinista da URSS. Entre as revoluções socialistas defendia Cuba, pois o que Che Guevara propunha era o melhor para o Brasil: “(...) Cuba era mais próximo e indicava o caminho, segundo alguns. O mais vivo, porém, era o exemplo do “Che” e o estouro da juventude por todo aquele mundo de 1968.” (SYRKIS, 1980:56).

Refere-se às ligações do movimento estudantil com as organizações de es-

querda, o que desencadeia um afastamento das reivindicações próprias da educação, para as lutas mais gerais, com vistas à transformação da sociedade. Assim, os estudantes eram vistos como “celeiro de futuros quadros para formar os teóricos de vanguarda do proletariado.” (SYRKIS, 1980:47). Aos poucos vai percebendo as dissidências do movimento estudantil. Essas cisões partiam de divergências com o PCB, que defendia a transição pacífica para o socialismo e era ligado à URSS stalinista.

1968 também é o ano da Guerra do Vietnã, a qual Alfred Syrkis acompanha, convertido que estava à causa “vietcong”. Os principais acontecimentos mundiais são lembrados, enfatizando que o movimento estudantil, no Brasil e em alguns países da América Latina, foi uma extensão do maio de 68 francês. O episódio do Calabouço - morte do estudante Edson Luís - é narrado como catalisador das primeiras manifestações contra a ditadura, que não envolveu só os estudantes. A classe média que apoiou o golpe de 64 estava, agora, revoltada com a morte do jovem. A passeata dos cem mil foi o ápice desse movimento, que contou com a participação popular:

Discursei pelas esquinas: Subia no poste e mandava o verbo pros curiosos, desancando o regime vigente. Agitava as reivindicações básicas do ME: mais verbas, reabertura do Calabouço, libertação de Jean Marc e dos outros presos da semana anterior. O finalzinho apoteótico era dedicado à derrubada da ditadura. As pessoas aplaudiam e eu pulava do poste convencido de ter ganho uns tantos futuros revolucionários prá luta. (SYRKIS, 1980:76).

Após a manifestação dos cem mil, o movimento estudantil esvazia-se, devido à repressão policial que se intensifica e atinge os populares que começaram a participar das passeatas. Alfred Syrkis, em vários momentos da narrativa, enfatiza a participação popular nas passeatas, pois acredita que o movimento de “massas” é a opção para derrubar a ditadura. Destaca o episódio da “sexta-feira sangrenta” em que os populares do centro do Rio de Janeiro foram os protagonistas. O saldo dessa manifestação foi de cem policiais feridos e, do lado dos populares, 14 mortos e centenas de feridos. A participação dos estudantes foi praticamente nula.

A decretação do AI-5, entendido como “o golpe do golpe no golpe”, coincide com a sua formatura no CAP, Colégio de Aplicação. A ruptura com os valores da sua família de classe média acontecia com uma breve experiência na clandestinidade, que não consegue levar muito a sério.

O movimento estudantil reduzia-se às vanguardas que se digladiavam com vistas ao Congresso da UNE. A esperança de mobilização contra a ditadura partiria da classe operária, com as greves de Osasco e Contagem, 1968. Tais greves tornaram-se símbolos da resistência à ditadura, uma vez que os agentes sociais já não eram só os estudantes, englobando os trabalhadores. Mas, essa crença na força da classe operária não é compartilhada pelo autor:

Pela leitura dos jornais fiquei com a impressão de uma derrota, mas os companheiros mais ligados ao trabalho operário garantiam que não. Que a greve durara muito mais tempo do que se dizia e que era apenas a chispa que ia inflamar a pradaria: o ABC todo estava prestes a explodir. Em breve a poderosa classe retiraria das nossas frágeis e inexperientes mãos estudantis a direção do processo e aí sim, as coisas iriam começar, a sério. (SYRKIS, 1980:89).

A repressão ao Congresso da UNE pelos militares é visto como o fim também das passeatas. Com novas táticas para escapar ao cerco policial, os estudantes acabaram perdendo o seu caráter de “massa” e foram reduzidos as ações de vanguardas organizadas.

Com o fim das passeatas, a atenção do narrador volta-se para a luta armada. No primeiro momento, apenas informa as principais organizações que fazem a guerrilha urbana. Ficou entusiasmado com a fusão de algumas organizações, pois a divisão da esquerda sempre o incomodara. Refere-se ao Núcleo, DDD, COLINA e VPR que formaram uma única organização, a VAR (Vanguarda Armada Revolucionária) - PALMARES. Acreditava que o movimento estudantil podia auxiliar na luta armada, mas não participava de nenhuma dessas organizações: “Eu, apesar de não pertencer à organização, já me sentia parte daquele excitante mundo de esperança e combate. Ouvia as estórias entusiasmado” (SYRKIS, 1980:111).

O ponto de encontro das lembranças de Fernando Gabeira e Alfred Syrkis é o sequestro do Embaixador norte-americano Charles Elbrick pelo MR-8 e ALN do Marighella. Acompanha todos os lances do sequestro, confirmando a assertiva de que só a luta armada podia derrubar a ditadura. Percebe, logo depois, a fragilidade dos que praticavam a ação, pois foram todos capturados pelos agentes de repressão.

Nos retratos de suspeitos vinha o Gabeira, o Cid, irmão do Cesinha, a Vera Sílvia, vários outros da conhecida patota universitária da UME.

(...) Finda a ação, veio a rebordosa. A coisa nos atingia indiretamente porque as áreas de simpatizantes se interpenetravam e era fácil o nosso pessoal cair nas malhas da rede que se abatia sobre os últimos remanescentes do ME de 68.” (SYRKIS, 1980:116).

Comenta a cisão interna na VAR-PALMARES entre “militaristas”, liderados por Carlos Lamarca, e os “massistas”. A união das organizações de esquerda, tão celebrada em vários momentos anteriores da narrativa, foi de curta duração. Depois de muita discussão, Alfred Syrkis apoia o grupo do capitão Lamarca. A sua esperança no movimento estudantil e de “massas” continua sendo conflitiva com a experiência da luta armada. Contudo com a prisão do seu melhor amigo, Minc, sobram-lhe poucas alternativas, senão apoiar a organização. Ainda estudante secundarista, no início da década de 70, com 19 anos, adere, definitivamente, ao grupo da VPR (Vanguarda Popular Revolucionária). Conta, em detalhes, como se formou para ele o mito Carlos Lamarca:

Por maiores que fossem minhas dúvidas a respeito das posições expressas naquele seu documento ‘A Vanguarda Armada e as Massas na Primeira Fase’ era mais forte o impulso de entrar para a organização que o Minc caíra tentando construir, a organização onde estava o “pessoal da pesada”, o único que tinha armas e preparo para deflagrar a guerrilha rural e a propaganda armada nas cidades. O futuro exército guerrilheiro do legendário capitão Lamarca, melhor atirador do II Exército, perito em anti-guerrilha, que passara com (muitas) armas a (poucas) bagagens para o lado da revolução. (SYRKIS, 1980:131).

Participante ativo da luta armada, rememora as denúncias das torturas sofridas pelos companheiros na prisão. Reflete sobre a posição das organizações de esquerda frente à tortura, não admitindo que o preso entregasse os companheiros durante as sessões; quem o fizesse era considerado um traidor: “Quem abre é fraco, pequeno-burguês e traidor. Revolucionário não fala.” (SYRKIS, 1980:128). Essa postura era a mais terrível da militância política, pois muitos eram amigos próximos.

As mortes e prisões dos amigos que participaram com ele do movimento

estudantil levam-no cada vez mais a ver na luta armada a única saída, não mais para derrubar a ditadura, mas para “salvar” os amigos presos que estavam sendo torturados. Esse sentimento, misto de dor e impotência, tornou-se crescente após a morte de Juvenal, seu “comandante”.

O esfacelamento de várias organizações de esquerda, pelos órgãos de repressão, envolveu o assassinato do Marighella (ALN), em São Paulo; a “queda” dos companheiros do MR-8, entre eles Fernando Gabeira e, por último, o cerco policial ao foco guerrilheiro no Vale do Ribeira em São Paulo, liderado pelo capitão Lamarca, que ainda resistia à perseguição. Diante desse quadro de desmantelamento dos militantes da luta armada, quase todos nas prisões, mortos ou clandestinos, Alfred Syrkis, junto com um grupo de ex-secundaristas, formaram a UC Juarez de Brito, sob o Comando de Daniel, que escapou do cerco policial do Vale do Ribeira. Assim, decidem realizar o sequestro do embaixador alemão, planejado antes da morte de Juvenal, com o objetivo de libertar os presos políticos, alvos de torturas intermináveis.

Durante os preparativos do sequestro, que contou com o apoio de outras organizações - ALN, MTM - de São Paulo, recebe a notícia que Lamarca e o seu grupo conseguiram romper o cerco do Vale do Ribeira e chegar até a capital São Paulo. Esta notícia deixa Syrkis otimista e o grupo recebe duas armas de Lamarca para ajudar na ação.

Sequestrado o embaixador alemão Erenfreid Von Holleben, 1970, o governo Médici fica numa situação bastante difícil e é obrigado a ceder com a libertação de 40 presos políticos. Alfred Syrkis descreve essa ação minuciosamente como se fosse um filme. Enfatiza os diálogos com o embaixador sobre a atuação do regime militar no Brasil e tece críticas às organizações de esquerda no momento da elaboração da lista:

Quanta polêmica, quanta briga, causara aquela lauda de papel fino, com 40 nomes datilografados. Houve várias propostas de lista. Uma vinda de São Paulo, duas elaboradas no Rio, a lista velha de abril. As discussões sobre critérios eram intrincadíssimas.

Acabou havendo muito pouco critério. No entanto, dado o caos, o pouco contato com os companheiros presos, o clima de mitos e os sectarismos existentes na esquerda, os amiguismos e os inamiguismos individuais reinantes, duvido que se pudesse elaborar uma lista melhor.” (1980:188).

Contente com a libertação do amigo Minc e com o sucesso da operação, tece alguns comentários sobre o Brasil em ritmo da Copa do Mundo de 1970. O governo Médici popularizou-se através da mídia, canalizando em torno do seu governo a euforia da conquista do tricampeonato e o crescimento econômico do país com a entrada massiva de capital estrangeiro. Lançou os “slogans” precursores do exílio: “Brasil - ame ou deixe-o”; “Brasil - ninguém segura” e “Brasil - milagre”. A luta interna nos grupos de esquerda e perda constante de militantes é vista criticamente por Syrkis, que descreve as expectativas que se nutriam com relação aos quadros experientes e bem treinados no exterior, que iriam voltar e reassumir o comando:

À semelhança de quase todos nós, depositava as esperanças na suposta tábua de salvação, que seria a volta dos companheiros do exterior. Víamos os dirigentes e quadros experientes que tínhamos tirado da cadeia, como uma espécie de deus-ex-machina. (SYRKIS,1980:219).

No transcorrer da narrativa, descreve o segundo sequestro de que participou junto com Carlos Lamarca. A luta armada já estava bastante debilitada quando sequestraram o embaixador suíço Giovanni Eurico Bucher, 08/12/1970. As negociações em torno da libertação de 70 presos políticos não foram fáceis. O governo não estava disposto a ceder e usava, como tática, pedir a substituição de vários nomes na lista, o que provocava um desgaste no comando da operação e o próprio questionamento do grupo com relação à forma de luta do sequestro como estratégia para derrubar o governo. Alfred Syrkis considerava esse instrumento de luta já desgastado, pois pressionava o Estado na sua essência: a capacidade de manter presos seus próprios inimigos:

Era uma forma de luta, totalmente desproporcional à força real dos grupos que dele lançavam mão. Dez gatos pingados, isolados das massas, podiam, mediante um golpe de audácia, colocar em xeque um regime militar todo poderoso, realizar um ato de repercussão nacional e internacional. Era uma espécie de deus ex-machina político.

(...) A maioria dos companheiros não percebia isso. Se aferravam ao sequestro como a forma de luta vital nas cidades, enquanto não se criavam condições para a guerrilha rural, essa teia de Penélope. Todo seu raciocínio partia da magnificação das “ações-espetaculares-de-sacudir-o-país”. Da tese

de que as massas precisavam ser sacudidas pela vanguarda, para depois seguirem o nosso exemplo. (SYRKIS, 1980:278; 279).

O saldo do sequestro foi positivo porque conseguiram libertar os 70 presos políticos, mas provocou uma crise interna na VPR, reduzida a 30 militantes e sem nenhum trabalho de base, destinado a “autofagia e neurose de aparelho”. Contudo para Alfred Syrkis, a experiência do sequestro foi enriquecedora, devido à emoção de descobrir que entre eles estava Carlos Lamarca, seu maior referencial revolucionário durante a militância na esquerda armada. Inicia-se, nesse momento, uma grande amizade. Descreve Lamarca como um humanista, salientando a sua admiração por esse homem que atiçara a sua curiosidade na adolescência sobre o lado misterioso da guerrilha urbana:

Antes de conhecê-lo, eu imaginava um militar durão, áspero, de muitos culhões e pouca sensibilidade humana e política.

(...) Pintou um sujeito afável, com a humanidade à flor da pele. Era incapaz de esconder o que ia por dentro. No rosto liam-se todos seus sentimentos.

(...) Sua visão da esquerda e da luta revolucionária, da Revolução, com erre maiúsculo que sonhava, era idílica. Sofrera, na sua curta militância, todos os golpes e jogadas possíveis dos pequenos aparatos orgânicos leninistas.

(...) Demonstrava uma enorme sede de saber e via as suas próprias limitações teóricas e culturais, com certo complexo.” (SYRKIS, 1980:258).

A narração chega ao fim com o seu desligamento voluntário da organização depois de muita autocrítica. Antes da decisão assiste ao filme italiano “Os Carbonários”, que muito o influenciou na sua opção em sair do país.

Fé na revolução, na redenção dos explorados e oprimidos, numa vida melhor pro povo, num Brasil mais humano e mais justo, eu tenho. Não tenho mais é na esquerda armada, na guerrilha urbana, na VPR, no confronto solitário com o poder. (SYRKIS, 1980:305).

Conta que os amigos próximos não aceitaram muito bem a atitude de desligamento, mas a compreensão partiu de alguém que não esperava: Carlos Lamarca. A preocupação, antes de viajar, era garantir um “aparelho” seguro para o amigo. Entra em contato com o MR-8 da Bahia que estava realizando um tra-

balho no campo, coincidindo, portanto, com os interesses de Lamarca, naquele momento, de formar uma espécie de comunidade de base, pois a “revolução” só seria possível com o movimento de “massas”. Ainda rememora um diálogo com Iara, companheira de Lamarca, sobre a nova posição política do capitão. Durante a conversa, Iara demonstrou insegurança quanto à opção de Lamarca de recuar para a Bahia, pois achava mais preventivo sair do país.

Antes de viajar, tentou convencer Lamarca para adiar a luta e sair do país, reorganizando a VPR no exterior, mas não conseguiu. Nesse processo de preparação da viagem, reconcilia-se com os pais, que forneceram as condições materiais para a sua saída. No aeroporto recebe uma carta de despedida de Lamarca, que reproduz no livro: “A carta de Lamarca, que conservo até hoje, está assinada Cláudio e datada de dois de maio de 1971.” (SYRKIS, 1980:328). Embarca para o Chile em cinco de maio de 1971, iniciando o exílio no país que reunia os “carbonários” de todo o continente.

Os Carbonários representa um esforço para compreender a sua trajetória de militante da esquerda armada, bem como entender porque a luta armada não conseguiu resistir à ditadura. Investiga as razões da derrota, levando em consideração a forte repressão exercida pelos militares, mas atribui a alguns aspectos da própria prática dos militantes o fracasso dessa forma de luta, em especial o isolacionismo com relação ao movimento de “massas”, em detrimento de uma perspectiva “militarista” de tomada do poder.

Na narrativa, o memorialista é levado quase aleatoriamente a participar dos acontecimentos do período. A sua atuação no movimento estudantil começou pela simpatia que nutriu por um “grupinho de esquerda” no colégio secundário. A militância na luta armada deveu-se à prisão do melhor amigo, que já era um militante organizado. As relações pessoais conduzem as ações políticas de Syrkis, marcas de sua narrativa. Na VPR, são os amigos Alex e Daniel e a admiração, e posterior amizade por Carlos Lamarca, que sustentaram a sua atuação como militante de esquerda armada. Essa postura é própria dos grupos “libertários” que valorizam as relações interpessoais e afetivas, contribuindo para a “politização de indivíduo”, considerada também uma forma mais eficaz na luta política.

A ruptura com o grupo dos guerrilheiros e a delimitação de um novo projeto já é definitiva, sinalizando ao leitor desde o início a sua adesão aos “movimentos libertários”. Não há uma busca pelo sentido diante do “eu” do passado que justificaria a atuação política no presente. O que o motiva a rememorar o passado é reconstituir, a partir do ponto de vista do presente, os caminhos que levaram

ao fracasso das utopias de esquerda. O próprio título da obra - *Os Carbonários - Memória da Guerrilha Perdida* - expressa essa intenção do autor. Os Carbonários formaram sociedades secretas na Itália do século XIX para combater a tirania reinante no país, mas foram destruídos pela repressão ou pelas sucessivas cisões internas. Para Syrkis, os guerrilheiros sofreram processo semelhante durante a repressão do governo Médici. Assim, a evocação das reminiscências do período da luta armada passa por analogias com contextos históricos distantes e muito posteriores ao vivido pelo autor.

Sobre as características narrativas das suas memórias, destacamos o comentário de Fábio Lucas, que aproxima o seu livro da ficção dos anos 70.

Sua escrita não é a da melhor qualidade, mas, na montagem de sua história, presencia-se uma vocação de ficcionista. Por exemplo: sabe preparar muito bem a expectativa do leitor, cria um enigma a ser decifrado adiante, mantém tensa a atenção de quem segue o seu relato. (...).

Assim, (...), pode se formular a hipótese de uma reportagem com características de romance. Os ganchos estabelecidos entre os episódios, as pistas retomadas ao longo da narrativa, o preparo de efeito são recursos transplantados da boa técnica de ficção, que sobrevivem nos depoimentos e nas memórias.” (LUCAS, 1985:106;107).

Alfred Syrkis e Fernando Gabeira, ao escreverem textos de autocrítica dos militantes junto à esquerda, vão ao encontro da proposta “libertária” de valorização da experiência individual. O forte tom confessional dos seus relatos satisfazia a exigência de crítica à racionalidade, que reivindicava a valorização do emocional e do afetivo.

Para David Arrigucci, o memorialismo autocrítico provoca uma “dissociação entre o pensamento e a ação”. A característica desse tipo de relato é uma “divisão abissal entre o eu que narra e o eu que age”. A identidade individual do memorialista, desse modo, fica comprometida entre o eu atual e o eu do passado.

Os tempos diversos com que trabalha as diferentes perspectivas desses relatos memorialísticos situa-se na relação entre o presente - momento de elaboração da obra - e o passado, momento em que estão situados os acontecimentos vividos pelo escritor e que compõem a obra. Referindo-se à obra de Fernando Gabeira *O Que É Isso Companheiro?*, David Arrigucci tece o seguinte comentário, que serve para os dois autores aqui analisados:

Certamente é este o ponto mais delicado do depoimento enquanto tal, pois o eu que narra já não é o eu que viveu os fatos, tendo passado pelo exílio, pelo contato com centros de cultura onde a crítica, desafogada e mais livre, dentro da própria esquerda, tornou corriqueiro o debate sobre sexo e política, as razões do corpo e do desejo no contexto das idéias revolucionárias. (ARRIGUCCI, 1981:80).

O significado nas memórias emerge do interior dessa dimensão temporal, pois o sentido atribuído aos acontecimentos passados que estão sendo narrados foi produzido depois deles terem se dado. Assim, os textos memorialísticos são o resultado do confronto entre os acontecimentos passados vividos por uma pessoa e o ponto de vista sobre esses acontecimentos que a pessoa possui hoje. Esse ponto de vista, no caso de Fernando Gabeira e Alfred Syrkis, seria o da autocrítica da luta armada.

Aproveitando-se dessa maleabilidade, se plasma aqui uma mescla ímpar e impura em que se articulam e tomam forma o relato de fatos históricos e o percurso de uma existência individual, o desnudamento da história e o da interioridade pessoal, tudo em estreita liga, mas com uma consistência de narrativa imaginária.” (ARRIGUCCI, 1981:81).

O que esses textos oferecem ao leitor é uma representação pessoal dos outros e do mundo que os cerca, procurando compreendê-la como um todo significativo. Isso significa que a atividade mnemônica não se realiza apenas no plano individual, ela é parte de uma memória histórica que se concretiza ao demarcar a identidade dos grupos políticos a que pertencem os memorialistas, buscando, de um ponto de vista crítico, caracterizar as práticas desses grupos e os significados por eles produzidos.

9 - Memória da Resistência Heroica: Frei Betto e Alípio de Freitas.

Diferenciando-se da perspectiva dos memorialistas - Fernando Gabeira e Alfred Sirkis - que realizaram a autocrítica do período da luta armada, os relatos de Frei Betto e Alípio de Freitas expressam um discurso memorialístico voltado para a autoafirmação dos ideais revolucionários de seu tempo. Esses ideais configuram-se, no geral, na defesa da revolução socialista e na compreensão dos movimentos sociais como forças políticas fundamentais em processos históricos de mudanças. Na impossibilidade de uma revolução no contexto de transição política dos anos oitenta, esses militantes recorrerão às memórias como forma de continuidade de luta.

Ao descreverem as agruras da nossa história recente, enfatizam a resistência heroica de alguns revolucionários, militantes da esquerda armada, que lutaram pelos ideais de justiça contra as atrocidades praticadas durante a atuação do regime militar. Nesse aspecto, a construção do mito do herói revolucionário, encarnado pelo narrador-autor e demais atores políticos eleitos por eles, alcança a sua plenitude na autoafirmação da resistência contra as arbitrariedades do regime autoritário. Frei Betto ao criticar a decisão em 2010 do STF (Supremo Tribunal Federal) de não revisão da Lei da Anistia, absolvendo de forma legal os responsáveis pelos crimes hediondos, de lesa-humanidade, imprescritíveis, inclusive pela legislação dos tratados internacionais firmados pelo Brasil, acredita que o combate pela memória continua sendo a principal arma na luta contra a produção do esquecimento, dedicando toda a sua obra literária à memória desses anos de chumbo:

“Assim como 60 anos depois a memória do sofrimento dos judeus por causa do nazismo continua viva, daqui a duzentos anos a memória do sofrimento das vítimas da ditadura militar também estará. Quer dizer, é um equívoco do STF, governo, dos militares pensar que essa memória se

apaga”. (BETTO, 2010:13) ⁷¹

Para tornar explícita essa intenção político-ideológica dos autores, demonstramos, através da sistematização das obras, a maneira pela qual estruturam a narrativa, articulando as reminiscências mais significativas do período da luta armada, numa interpretação que busca investigar o caráter dos projetos políticos vivenciados por eles.

Os dominicanos Frei Fernando, Frei Ivo e Frei Betto publicaram cartas que escreveram a parentes, amigos e companheiros de religião, exprimindo pensamentos de renovação de fé no caminho religioso que haviam escolhido e também assuntos do cotidiano da experiência da prisão, assim como expectativas dos seus processos que tramitavam na Justiça Militar. Condensadas no livro *O Canto na Fogueira* (1978), as cartas apresentam uma linguagem serena e marcadamente religiosa podendo confundir o leitor quanto aos propósitos políticos do livro, especialmente escrito numa conjuntura dos anos de 1977 e 1978 ainda repletos de possibilidades de um novo fechamento político e de uma nova situação de represálias. Basta lembrar que a censura ainda se constituía em um instrumento que poderia ser colocado à disposição dos comandantes do governo. Assim, o sentido de cumprimento de suas penas servia para revalidar a certeza de que trilham o caminho certo ao se opor aos que oprimiam o povo e, sendo a punição que enfrentavam parte desse árduo caminho de resistência:

O canto na Fogueira

O título deste livro é de reminiscência bíblica. Refere-se aos acontecimentos vividos por três jovens hebreus que, por terem resistido às ordens absurdas de um rei alienígena, permanecendo, fiéis aos seus ideais, foram condenados à morte na fogueira, da qual, porém, foram salvos pelo poder de Deus. Não se trata de um romance, tampouco de um frio trabalho de teologia, mas da narração epistolar de um drama humano e espiritual, vivido por três religiosos Dominicanos, condenados à prisão sob acusação de

71 Revista Caros Amigos. Entrevista com Frei Betto. “*O Brasil é o paraíso do capital especulativo*”. Ano XIV, número 160/2010. p.12-16.

‘crimes’ políticos. (1978, Contracapa).

Somados aos livros de Frei Betto, *Cartas de Prisão*, de 1977, e *Das Catacumbas: Cartas de Prisão, 1969-1971*, publicado em 1978 com as mesmas características narrativas, os dominicanos expuseram-se ao público e, mesmo sem qualquer palavra contundente de acusação, denunciaram a condição de presos políticos que haviam vivido. As cartas que compõem esses dois livros retratam a experiência vivida nos cárceres durante o período em que esteve sob o jugo dos órgãos de repressão. Enfatiza, por exemplo, a prática da tortura aplicada aos companheiros de cela, as greves de fome dos presos políticos para reivindicar melhorias de condições carcerárias e a relação destes com os presos comuns. Essas cartas são fragmentos do cotidiano da prisão. Ainda não era o momento das veementes denúncias que marcaram sua obra publicada em 1982, *Batismo de Sangue*, que virou um clássico do gênero e inspirou o filme, do mesmo nome, exibido nas salas de cinema brasileiras em 2007.

Batismo de Sangue: Os Dominicanos e a morte de Carlos Marighella, publicado em 1982, é o terceiro livro de Frei Betto⁷² sobre a história recente do país.

72 Carlos Alberto Libâneo Christo, o Frei Betto, nasceu no ano de 1944, em Belo Horizonte, MG. Filho de um cronista do jornal Estado de Minas e de uma autora de livros sobre culinária, manifestou desde cedo a vocação para a escrita. Com treze anos, 1959, entrou para a militância estudantil através da JEC (Juventude Estudantil Católica), período em que conviveu com Henfil e Betinho. Aos 17 anos assumiu a presidência da JEC e mudou para o Rio de Janeiro, onde viveu de 62 a 64 numa república de estudantes junto com José Serra e Betinho. Em 1964 entrou para a faculdade de Jornalismo, Universidade do Brasil, quando foi preso pela primeira vez no arrastão da AP (Ação Popular). Permaneceu 15 dias na prisão por conta da confusão entre o seu nome e o do Betinho (Hebert de Souza, irmão de Henfil) que foi a grande liderança da AP e alvo direto da repressão. Em 1965, entrou para o convento dos Dominicanos, onde se tornou frade. Estudou jornalismo, antropologia, filosofia e teologia. Como jornalista, atuou na Revista Realidade e no jornal Folha da Tarde desafiando a censura do regime militar. Foi preso junto com os três companheiros de batina e de militância, novembro de 1969, pela equipe do delegado Sérgio Paranhos Fleury, que perseguia o líder da ALN (Aliança Libertadora Nacional), Carlos Marighella, desde o sequestro do embaixador americano ocorrido em setembro daquele ano. Foi a partir do contato que ele tinha com os dominicanos que os agentes da repressão montaram a emboscada que resultou na sua morte. No livro *Batismo de Sangue*, Frei Betto contou os subterrâneos do aparato repressivo militar, nos quais esses religiosos sofreram brutais violências. Foi preso político de 1969 a 1973. Frade dominicano, escritor, autor de 52 livros, ajudou fundar a CUT (Central Única dos Trabalhadores) e o PT nos anos oitenta. Foi assessor da Presidência da República para assuntos sociais, onde coordenou o programa Fome Zero no primeiro mandato do governo Lula.(2002-2006).

É um relato denso, composto por uma sequência narrativa dos acontecimentos vividos pelo autor. Rompe o silêncio de 12 anos e narra a participação dos dominicanos durante o período de maior repressão do regime autoritário, acentuando o envolvimento deles no episódio da morte de Carlos Marighella. Realiza uma pesquisa documental e anexa ao livro uma biografia pessoal e política do baiano revolucionário. Rememora os tempos de clandestinidade, a perseguição e a prisão de religiosos no Rio Grande do Sul e em São Paulo. Completa o seu relato com um dossiê de Frei Tito, personagem marcada pela tortura no país.

Começa o livro narrando uma partida de futebol, em que o locutor anuncia a morte do “líder terrorista” Carlos Marighella. A partir desse fato, reconstrói a trajetória do dirigente da Ação Libertadora Nacional (ALN). Analisa o significado histórico dessa organização conhecida por sucessivas ações armadas contra a ditadura e formada por jovens da “pequena burguesia”, a maioria oriunda da experiência do movimento estudantil. Interessa observar que considera heróis esses militantes, ao sacrificarem as suas vidas pela causa da revolução socialista. O erro foi não conquistarem o apoio popular, que era fundamental para o êxito da guerrilha, perdendo-se numa perspectiva “militarista”:

Seria fácil - e leviano dizer hoje que aqueles militantes foram envolvidos numa aventura guerrilheira incapaz de avaliar corretamente a conjuntura do país. É cômodo julgar, do alto de nossas ideias tão arrumadas, impecavelmente imaculadas, a prática de quem ousou sujar as mãos quando o regime militar já não admitia nenhuma forma de luta legal. Essa coragem, que sacrificou prematuramente vidas heróicas, não as exime, entretanto, da crítica e da autocrítica - faces de uma mesma moeda muito valorizada nos meus anos de cadeia. Assisti a infindáveis discussões de presos políticos que pegaram em armas, no esforço de compreenderem melhor o que lhes havia sucedido. (...) Muitos ingressaram na Organização sem nenhum preparo político, movidos pela mística revolucionária, acreditando que a luta obedeceria a um desenvolvimento linear até a vitória final. (...) A prática revolucionária restringia-se quase que exclusivamente às ações armadas que, sem apoio popular, tornavam-se cada vez mais vulneráveis à ofensiva da repressão. (BETTO, 1982:41;42).

O tom de autocrítica à experiência da luta armada é perceptível também no relato de Frei Betto. No entanto o discernimento, nesse caso, reforça o vivido e

imprime ao presente uma conotação positiva das motivações do passado. O sentido negativo e o de ruptura com o grupo de guerrilheiros presentes nos livros de Gabeira e Syrakis é substituído pela compreensão. Credita ainda hoje no mundo plural e socialista o futuro da humanidade.

O seu contato com os escritos de Carlos Marighella ocorreu em 1967, através de um professor. Era aluno da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo e tinha em comum com o professor a militância na JEC, que despertou a vocação religiosa, o interesse pela Teologia e a crença que a fé cristã estava associada ao compromisso social. Nesse mesmo ano, era assistente de direção da peça *O Rei da Vela* de Oswald de Andrade, dirigida por José Celso Martinez Corrêa no Teatro Oficina. Sobre essa experiência recorda que nada entendia de teatro, mas “o teatro era naquele momento a minha revolução.” (1982:46).

Em seguida, situa historicamente o ano de 1968, enfatizando a “passeata dos cem mil”, em que sacerdotes e intelectuais marxistas ergueram uma “barreira humana” entre o povo e as tropas de choque da polícia militar. O nome de Marighella emerge nesse contexto e seus escritos oferecem uma alternativa - através da ação armada - para tomada do poder. Para os “donos do poder”, foi o líder do “terrorismo” que surpreendeu até mesmo o aparelho repressivo.

A síntese de 1968 é a divisão entre aqueles que optam pelo trabalho de base - “primado político das idéias” - e os que acreditam nas armas - “primado da ação” - como o único caminho para derrotar os militares. 1968 significou o envolvimento da sociedade civil, estudantes e intelectuais contra a situação de opressão presente no país. Os dominicanos, alunos da Universidade de São Paulo, também não ficaram isentos e enfrentaram os impasses que atingiram os universitários na escolha de uma forma de luta para se oporem à ditadura. No entanto a atuação dos dominicanos foi restrita, auxiliando a fuga dos perseguidos pela repressão.

Acolhíamos pessoas filiadas a tendências políticas diversas que, por se colocarem em oposição ao regime, eram perseguidas. Esse apoio caracterizava-se sobretudo em guardá-los em locais seguros, transportá-los de uma cidade a outra e tranquilizar suas famílias. Dentro de nossas possibilidades e de nossa condição de religiosos, ajudávamos pessoas sob o risco de prisão, de tortura e de morte. Fazíamos exatamente o mesmo que a Igreja fizera nos países europeus dominados pelo fascismo e faz hoje, por exemplo, na Polônia.” (BETTO, 1982:50).

Chefe de reportagem do jornal Folha da Tarde em 1969, foi perseguido pelo cerco repressivo. Afasta-se da comunidade dominicana e passa a viver na clandestinidade. Para Frei Betto, viver na clandestinidade é tornar-se invisível para os outros, é achar que todo lugar é suspeito e que somos mais espertos do que a repressão. Nessa condição, encontra-se com Marighella, que lhe pede o favor de auxiliar os refugiados políticos que se dirigiam ao Rio Grande do Sul, destinados a entrar no Uruguai para, em seguida, viajar à Europa. Esse serviço deveria ser prestado independente das siglas políticas. Frei Betto atende prontamente às ordens de Marighella, pois se adequava à tradição da Igreja de auxiliar refugiados políticos em todo o mundo. Desse modo, os dominicanos passam a ser vistos entre os estudantes como “uma espécie de guarda-chuva ao qual se recorre na hora da tempestade.” (BETTO, 1982:59). Em entrevista recente concedida a Revista Caros Amigos, Frei Betto fornece mais detalhes deste momento. Vejamos:

“No início de 1969, eu decido ir para o Rio Grande do Sul, porque o cerco estava se fechando, meu projeto era passar um tempo fora do Brasil, iria para a Alemanha estudar teologia. Fui para São Leopoldo, onde tinha um seminário de jesuítas, muito bom, e aí o Marighella me pediu para montar um esquema de fazer sair gente pela fronteira Sul com a Argentina e o Uruguai. Um mês antes de eu ir para a Alemanha, os dominicanos, aqui em São Paulo, são presos. Afinal, sou cercado no Rio Grande do Sul, consigo fugir uma semana, fui preso, caí numa cilada. Fiquei quatro anos preso em São Paulo, só fiquei um mês preso em Porto Alegre, depois vim para cá. Foram dois anos como preso político e dois anos como preso comum, caso raro.” (BETTO, 2010:13).

A narrativa prossegue com a descrição de algumas lideranças de esquerda com as quais manteve contato no Rio Grande do Sul. Cita, por exemplo, conversas com Onofre da VPR, Zé Dirceu, Vladimir Palmeira, “Toledo” da ALN entre outros, ressaltando as qualidades desses homens compromissados com a luta política, tendo em vista a “revolução brasileira”. Interrompe a narração para opinar sobre o impacto causado pelo sequestro do embaixador norte-americano:

O sequestro do embaixador norte-americano foi o início do fim. Assinado pela ALN e o MR-8, marca o ápice da curva ascendente da guerrilha urbana. Com carta branca das autoridades públicas para invadir domicílios,

prender, torturar, matar, os homens da repressão passaram à ofensiva tão logo Charles Elbrick apareceu numa rua da Zona Norte Carioca. A foto dos prisioneiros embarcados para a liberdade no México não me saiu da retina. O futuro reservaria a eles caminhos diferentes. Mais velhos, experientes e cautelosos, anos depois a anistia parcial de 1979 traria de volta ao país Vladimir Palmeira, Flávio Tavares, José Ibrahim e José Dirceu. Onofre Pinto retornou mais cedo, desaparecendo na névoa de mistérios que só o tempo haverá de desfazer. (BETTO, 1982:69).

No capítulo seguinte - “Prisão, o Labirinto”- entrelaça a narração com recordações da juventude e detalhes sobre a sua prisão no Rio Grande do Sul. Rememora as indecisões do jovem frente à vocação religiosa e a militância política como leigo. Atribui à leitura do Tomo I do Livro da Vida de Teresa de Ávila a salvação da sua fé em Belo Horizonte, no Convento da Serra, em 1965. Esse fato é lembrado no momento de aflição, em que a polícia já estava ciente das suas atividades no Rio Grande do Sul.

Recorda também as circunstâncias em que foi preso pela primeira vez no Rio de Janeiro, em 1964. Dirigente Nacional da JEC (Juventude Estudantil Católica), ele e os companheiros foram presos pelo CENIMAR (Centro de Informações da Marinha). Confundidos com os militantes da JUC (Juventude Universitária Católica), que estavam ligados à Ação Popular⁷³, ele com Herbert José de Souza, o Betinho, militante da AP, foram interrogados e permaneceram durante dois dias na prisão, junto com os outros membros da JEC. Desfeito o engano, foram obrigados a permanecer em prisão domiciliar durante quinze dias até a Marinha reconhecer o erro e arquivar o processo. Durante a prisão reflete sobre o fracasso das esquerdas frente à ditadura civil-militar:

Pelos corredores do Cenimar, reconheci diversas pessoas, mas todas evitavam se olhar para não despertar a atenção dos agentes. Uma sensação de derrota. Nosso castelo de sonhos libertários ali estava desabado, reduzido

73 A Ação Popular era uma organização formada no início da década de 60. A práxis política que propunha apresentava-se como uma alternativa entre o capitalismo e comunismo. Frei Betto afirma que concordava ideologicamente com a AP, mas não fazia parte da organização por restrições da Igreja Católica, que não admitia envolvimento com partidos ou movimentos políticos. Essa posição resulta no dualismo: os que optavam pela política deixavam a Igreja.

à meia centena de universitários amedrontados, sufocados pelo imponderável, olhos dilatados frente ao imprevisível, como sonâmbulos pelos sinistros porões da História.” (BETTO,1982:87).

Consegue furar o cerco policial em São Leopoldo e abriga-se na paróquia da Piedade em Porto Alegre, recebendo o apoio dos padres Manuel e Marcelo. Nesse momento, recebe a notícia da morte de Carlos Mariguella:

Fiquei pasmo, mudo, asfixiado, como quem leva um soco na boca do estômago. Tive vontade de chorar, mas meus olhos, tristes, estavam secos. Na alma, o sabor acre de revolta e malogro. A notícia dizia que a polícia chegara a Marighella através da prisão dos dominicanos em São Paulo. Imaginei as terríveis torturas que meus confrades estariam sofrendo nas mãos do delegado Fleury, Chefe do Esquadrão da Morte. (BETTO, 1982:93).

No mesmo dia, o Jornal Nacional, TV Globo, anuncia que a polícia estava à procura de Frei Betto. Sua foto foi exibida na televisão com solicitações e apelos para que o “perigoso terrorista” do Rio Grande Sul, que ameaça a família gaúcha, seja capturado. Sente-se constrangido diante das irmãs que estavam na sala assistindo ao noticiário e não sabiam das razões da sua estada naquela casa. A partir desse momento, aquele não era um lugar seguro, pois a notícia podia escapar através de uma das irmãs. Embora a superiora garantisse que isso não aconteceria, preferiu ser transferido para um sítio da família Chaves Bercellos.

Enquanto isso, o seminário de São Leopoldo foi invadido pelos agentes do DOPS do Rio Grande do Sul e oito jesuítas foram presos em seu lugar. O material apreendido no seu quarto foi apresentado à imprensa como prova cabal da “subversão” que se alastrava pela Igreja Católica. Assim, os órgãos de repressão passaram a exigir da CNBB uma resposta visando afastar os dominicanos da Igreja:

No Rio, os órgãos de segurança remetiam à CNBB um dossiê sobre os dominicanos convencidos de que ‘diante das provas cabais a Igreja fará um pronunciamento formal condenando os religiosos engajados em atividades contra o regime. Após a prisão dos frades, iniciava-se a segunda fase da ‘Operação Bata Branca’: isolar os dominicanos do resto da Igreja. O nome dado pelos serviços de informação ao plano repressivo sobre nós referia-se

ao hábito branco que usávamos. A miopia dos militares revelava-se em verem a Igreja pela ótica da caserna. (...) Convencidos de que as circunstâncias da morte de Marighella haviam indisposto a esquerda contra nós, restava cortar os laços que nos ligam à Igreja.” (BETTO, 1982:99).

Essa intenção foi frustrada pelo secretário-geral da CNBB, Dom Aloísio Lorscheider, que desconfiava das acusações e não nutria grandes simpatias pelo regime.

No sítio, vivendo na clandestinidade, Frei Betto acabou reconhecido por um estudante universitário, filho do proprietário. Comportando-se como “amigo”, o estudante aconselha o padre Manuel a transferí-lo para um apartamento em Porto Alegre, pois o sítio já estava “queimado” com reuniões estudantis. Em Porto Alegre, traído pelo referido estudante, foi preso pelos agentes do DOPS. No presídio, assiste a uma sessão de tortura de preso comum com o fito de intimidá-lo. Deu-nos, sobre isso, a chave para que o leitor compreenda por que não foi torturado:

Esse havia sido o método para intimidar-me, pois a repressão gaúcha não se sentia em condições políticas de torturar-me fisicamente, devido às boas relações entre os governos do Estado e da Igreja. No entanto, eu demoraria a descobrir esse detalhe tão importante. No decorrer dos interrogatórios, aguardei sempre o momento da tortura física. (BETTO, 1982:107).

Decorrente da sua prisão, vários religiosos foram perseguidos. Principalmente efetuaram a prisão do padre Manuel e, temporariamente, do padre Marcelo. Frei Betto sofreu ininterruptos interrogatórios até o seu encontro com o delegado Sérgio Paranhos Fleury, que estava de passagem pelo Rio Grande do Sul. No interrogatório, Fleury advertiu aos torturadores que tomassem cuidado, pois ele tinha “costas quentes”. Assim, Frei Betto descobre mais uma pista do porquê preservaram sua integridade física:

Tempos depois eu encontraria uma explicação provável para essa advertência: meu tio, o General Campos Christo, reformado, interferira a meu favor junto a altas patentes de Brasília, obtendo a promessa de que, ao menos, minha integridade física seria preservada. É possível que a solicitação tenha chegado aos ouvidos do chefe do Esquadrão da Morte e até mesmo

da repressão gaúcha. (BETTO, 1982:124).

Interrompe a descrição dos interrogatórios, acrescentando ao livro um libelo em favor da causa dos desaparecidos políticos, início de uma longa campanha em conjunto com familiares e parentes das vítimas da repressão. A conquista da anistia não atenuou o silêncio diante dos amigos mortos e desaparecidos. Frei Betto toma para si o papel de reverenciar a memória deles, aludindo a um fato singular, que foi o desaparecimento da amiga Ana Maria.

De volta a relatar a experiência no cárcere, Frei Betto recorda a sua tentativa e a do padre Manuel em convencer os carcereiros sobre a necessidade de celebrarem a eucaristia na cela, através do ritual da missa. Com muito cuidado, conseguem realizar as “celebrações clandestinas”. Os interrogatórios prosseguem e a sua prisão gera desentendimento no interior da Igreja. O Cardeal Scherer do Rio Grande do Sul, em seu programa radiofônico, condena a participação política de Frei Betto, devendo este assumir as responsabilidades pelos seus atos. Em contrapartida, o Cardeal Agnelo Rossi, presidente da CNBB, no encontro com Médici em Brasília, tece sutis comentários em favor dos religiosos que tiveram seus nomes divulgados pela imprensa. Desrespeitando o acordo feito com o Cardeal Scherer de manter os prisioneiros em Porto Alegre, o DOPS gaúcho transferiu o padre Manuel e Frei Betto para o DOPS em São Paulo:

Em São Paulo, aterrisamos na Base Aérea de Cumbica. Antes do desembarque, o avião foi cercado por inúmeras viaturas do DOPS, policiais armados, oficiais da Aeronáutica e soldados curiosos. As descer a escada, notei que um oficial me fotografou com uma câmara pouco maior que uma caixa de fósforos. Identifiquei apenas um rosto na roda belicosa que nos observava: o delegado Fleury. Preparei-me para conhecer os porões do inferno. (BETTO, 1982:140).

No capítulo “A Morte, A Cilada”, a denúncia e a descrição de cenas de torturas sofridas por Frei Fernando e Frei Ivo provocam a principal questão que norteia o ato rememorativo, momento em que busca explicar o envolvimento dos padres dominicanos no assassinato de Carlos Marighella. A confissão dos padres dos frequentes contatos mantidos com o líder da ALN foram obtidas através de ininterruptas sessões de tortura:

Fleury queria explicações de como ele entrava em contato com Marighella e o prisioneiro respondeu que jamais soubera onde residia o comandante da ALN ou se possuía um número de telefone que pudesse ser chamado. Despejaram água em seu corpo e apertaram ainda mais o fio na uretra. Em convulsões, o religioso disse que não tinha meios de chegar a Marighella ou de localizá-lo. Era o líder revolucionário que ligava para a livraria, onde Fernando trabalhava, marcando os contatos.” (BETTO,1982:146).

Frei Betto reúne todas as provas do processo que envolveu esse caso. Re-produz em detalhes a defesa jurídica do advogado dos dominicanos; apresenta a versão da CIA sobre a morte de Carlos Marighella e reconstitui os principais acontecimentos que precederam o ato assassino. O seu objetivo é inocentar os padres, demonstrando que o envolvimento dos dominicanos foi uma artimanha dos órgãos de segurança para comprometer a Igreja e a Ordem dos Dominicanos como um movimento “subversivo” - “Operação Bata Branca” - e, ainda, colocar a esquerda contra eles, impondo uma versão, segundo a qual Fernando e Ivo entregaram Marighella para a polícia.

Na sequência dos acontecimentos, passa a descrever as torturas sofridas por Fernando e Ivo no DOPS. Intercala a narração como uma reconstituição da trajetória de vida de cada um, uma espécie de homenagem. Ainda apresenta o submundo dos presos, submetidos a intermináveis sessões de tortura:

Cenas assim se repetiam sempre, das nove da manhã às dezoito horas a tensão predominava, qualquer um estava sujeito a retornar às torturas, ninguém tinha segurança, e só à noite havia um pouco mais de tranquilidade, pois os torturadores não faziam horas-extras, com certeza afogavam na bebida e no tóxico os gritos pavorosos de dor e de ódio que ecoavam pela madrugada em seus ouvidos. Apenas um delegado demonstrava estranha e doentia dedicação ao “trabalho”, convocando prisioneiros para deporem noite adentro: Fleury. Quando um de vocês era chamado para subir depois do expediente, podia preparar-se para o pior. No DOPS, o inferno ficava acima e, e o céu, abaixo, junto aos companheiros unidos pelos mesmos sofrimentos e esperanças. Os fins de semana eram calmos, funcionário público não trabalha sábado e domingo. (BETTO, 1982:196).

O DOPS de São Paulo contava com 58 presos políticos em novembro de

1969, entre eles padre Marcelo, padre Manuel, Francisco e Frei Betto. A celebração de missas no cárcere virou rotina e contava com a participação de marxistas ateus. Para Frei Betto, é possível conciliar fé cristã e opção política. O Concílio Vaticano II e a Conferência Episcopal de Medellín forneceram subsídios para uma Igreja voltada para os oprimidos⁷⁴. Teólogo da Libertação, acredita que a religião na América Latina “não seria mais o ópio do povo e o ócio da burguesia. (...) Já não se poderia servir a Deus e ao dinheiro.” (BETTO, 1982:61).

Frei Betto é o responsável pelo comentário da leitura bíblica durante a realização de uma missa no presídio Tiradentes. Fundamenta os seus argumentos nos pontos de fusão entre o marxismo e o cristianismo:

Não foi em torno de bancas universitárias, dispostos a discutir questões teóricas, que nos encontramos. Foi a luta que nos aproximou, traçando a linha divisória entre os que defendem a burguesia e os que assumem as aspirações do proletariado. Deste lado, ficaram vocês e ficamos nós. No entanto, cristãos e marxistas sempre foram considerados pólos antagônicos. Não haveria entre nós mais coisas em comum do que a luta pela justiça? Temos as mesmas raízes judaicas - Cristo e Marx eram judeus, tributários da historicidade de seu povo. Para o marxismo houve, no início dos tempos, uma sociedade comunista primitiva na qual reinava a harmonia entre os homens. Para o cristianismo houve, no início dos tempos, um paraíso no qual reinava plena harmonia entre os homens, a natureza e o Criador. (...) O sujeito da história, na ótica de Marx, é o oprimido, a classe mais espoliada ou - para usar uma analogia - a mais crucificada pelo sistema capitalista. Na revelação cristã, é o Crucificado quem liberta e salva. (...) No entanto, o pecado impede o ser humano de realizar plenamente os desígnios de Deus. Presente nas estruturas e nas instituições, o pecado desvia o processo histórico de seu rumo libertador, e deita raízes no coração do homem, alienando-o. Do mesmo modo, para Marx, a alienação cria o

74 “Se o Vaticano II tentou adaptar a Igreja Católica ao mundo moderno, a Conferência de Medellín procurou ajustá-la à realidade latino-americana, de capitalismo dependente, miséria, exploração. Em Medellín, o episcopado do continente assume pela primeira vez a temática da libertação e define-se (embora ainda não explicitamente) pelos oprimidos, ao estabelecer como tarefa principal a criação de comunidades eclesiais de base e demais formas de organização que incorporem o povo à Igreja”. Esse esclarecimento encontra-se no livro: *A Igreja dos Oprimidos*, Antonio Carlos Moura... [et al.]; coordenação Helena Salem. São Paulo. Ed. Brasil Debates, 1981. (Brasil/hoje; n.º. 3). p. 39.

descompasso entre a nossa existência. (...) Para nós cristãos, essa adequação entre a essência e a existência é a santidade. Sabemos pela fé certas coisas que vocês buscam pela análise dialética. A fé não nos dá a radiografia do momento histórico, mas sim o sentido último e absoluto da história: o antagonismo de classe será suprimido e todos viverão como irmãos em torno do mesmo Pai. (BETTO, 1982:213;214).

O filósofo Karl Marx não mais encarna, como no passado, a imagem de ateu. Para Frei Betto ele deve ser estudado, assimilado, pois expressa uma concepção científica da história, especialmente do modo de produção capitalista. O capitalismo é condenado como um sistema político-econômico anti-humano e anticristão. O ideário socialista, quando concretizado, permite ao cristão viver melhor a sua fé. Desse modo, fica evidente o viés ideológico que marca o processo rememorativo em Frei Betto, tendo como base os princípios da teologia da libertação, matriz de pensamento do grupo político ao qual se vinculou no interior da Igreja Católica.

O último capítulo do livro é dedicado ao Frei Tito, símbolo das atrocidades cometidas pelos órgãos de repressão no país. Frei Betto presta-lhe uma homenagem e reconstrói, em forma de dossiê, a trajetória do seu sofrimento, elaborando uma narrativa semelhante à via-crúcis vivida por Cristo ao caminho do calvário. No transcorrer do relato, comenta o encontro de Frei Tito e Fernando Gabeira, vítimas do aparato repressivo:

Outro companheiro soube o que é isso e estendeu-lhe a mão, a paz, o pão: Fernando Gabeira. Ave insolente, um tiro atravessou-lhe o vôo para a liberdade, devolvendo-a à gaiola de ferros. Não lhe cortaram as asas impetuosas, o amor à vida e o fascínio pela utopia. Contudo ao retornar do exílio diria adeus às armas e, por cima de abnegados sacrifícios, faria entender que o circo não passou de uma grande aventura, como se o sonho fosse fruto e não matriz da realidade. BETTO, 1982:234;235.

Ness trecho do livro, o autor sinaliza de forma antecipada, 1982, a crítica re-alizada pelo historiador Daniel Aarão Reis Filho, 1997, às memórias de Fernando Gabeira. Ao discordar da visão de que tudo não passou de uma grande aventura, Frei Betto marca bem o lado em que atua no campo de forças da memória da repressão, buscando ainda hoje preservar o valor do pasado no presente.

Preso pelo DOPS paulista e barbaramente torturado na OBAN, Frei Tito tentou suicídio pela primeira vez. Levado para o Hospital Militar recuperou-se dos ferimentos nos pulsos. Em 1970, conseguiu ser libertado através do sequestro do embaixador suíço pela VPR. Exilou-se no Chile de Allende, porém não se adaptou e viajou para Roma. Ficou pouco tempo em Roma e seguiu para a França. Durante a experiência do exílio, não se libertou dos torturadores. A sua personalidade estava destruída por alucinações, exigindo, portanto, tratamento psiquiátrico. Os tratamentos intensivos pouco ajudaram e a loucura levou-o ao suicídio em 10 de agosto de 1974 na França. Frei Betto sintetiza o sofrimento de Tito, elaborando uma reflexão sobre o seu comportamento psíquico, a partir de uma frase proferida por ele antes da sua morte.

Já não creio em nada, nem Cristo, nem Marx, nem Freud.

As três grandes vertentes da cultura contemporânea atravessam, como línguas de afiadas espadas, o coração atormentado de Frei Tito. Jesus foi sempre a razão fundamental de sua vida e de sua luta; mergulhado no caos interior, ele prova o sabor amargo do cálice e, como o jovem carpinteiro de Nazaré, sente-se abandonado pelo Pai. Marx o introduziria na racionalidade política, na sucessão produtiva do processo histórico, fornecendo-lhe bases teóricas à sua esperança social. Agora, porém, Marx nada tinha a dizer à sua subjetividade atribulada, alienada, a existência cruelmente amputada de sua essência. Freud é insuficiente para dissecar seu inconsciente torturado, introjetado de generais brasileiros, de oficiais da OBAN, de policiais do DOPS, da onipresença do delegado Fleury. Todos os recursos da ciência freudiana dissolvem-se em meio a seu desespero interior. (BETTO, 1982:252).

Frei Betto descreve a prática da tortura, comparando-a com o sofrimento de Cristo crucificado. Os torturados, os revolucionários em especial, Carlos Marighella e Frei Tito são transformados em heróis que lutaram pela libertação do seu povo. Cria, assim, o mito em torno de suas ações, retirando-lhes o caráter de sujeitos políticos que participaram dos distintos projetos que aspiravam à tomada do poder durante a vigência do regime autoritário. Essas aspirações tinham como princípio fundante, do ponto de vista teórico e prático, a revolução socialista. Contudo os diferentes caminhos, para concretizar esse projeto utópico, encontravam-se imbuídos de contradições e equívocos próprios da luta política,

em que esses sujeitos se destacaram como agentes transformadores da realidade.

Jacob Gorender no livro *Combate nas Trevas* critica a versão dada por Frei Betto sobre a morte de Carlos Marighella. Segundo ele, trata-se de forma injustificada cobrir as responsabilidades que nela teriam dois padres dominicanos⁷⁵. Aqui, destacamos o seguinte comentário:

Convivi com Fernando e Ivo no Presídio Tiradentes e os respeito como seres humanos e como pessoas que continuaram dedicadas à causa dos pobres. Mas o meu silêncio de historiador significaria convivência com a versão divulgada por Frei Betto, em curso no Brasil e no exterior. Silêncio inadmissível diante de compromisso que o historiador tem com a verdade. (GORENDER, 1987:171)

Para Gorender, os freis não resistiram às torturas e, como tantos outros militantes, informaram o encontro com Marighella aos torturadores que executaram o líder da ALN. Os freis dominicanos, Fernando de Brito, Frei Fernando, Yves de Amaral Lesbaupin, Frei Ivo, foram presos no Rio de Janeiro, dois dias antes do assassinato de Marighella.

Gorender afirma que Frei Betto preferiu “a meia verdade, o que é igual a meia falsidade”. Sua versão reconhece que, sob tortura, Fernando e Ivo (hoje, ex-frades) denunciaram o dispositivo de ligação com o líder da ALN. “Veja-se bem: não sou o primeiro na área de esquerda a trazer isto a público. Precedeu-me Frei Betto. Mas sua versão acumula invencionices, cujo desmentido já está na exposição acima.” (GORENDER, 1987:177).

Na versão de Frei Betto, os dominicanos foram levados para a cena do crime pela equipe do delegado Sérgio Paranhos Fleury para que eles fossem vistos como delatores pela opinião pública. Os freis dominicanos foram condenados com base na LSN (Lei de Segurança Nacional) e postos em liberdade no início da década de setenta.

Essa disputa interna de versões de ex-militantes da esquerda armada sobre um episódio tão conturbado da nossa história recente, condensado no assassinato do líder guerrilheiro Carlos Marighella, estimula a continuidade do debate sobre a preocupação com a verdade nos relatos memorialísticos, seja do poder, seja do

75 Para melhor compreensão, ver a versão de Jacob Gorender. Consultar o capítulo 24 “Assim Mataram Marighella”, in *Combate nas Trevas*, SP, Ática, 1987 p. 171 a 178.

contrapoder.

Frei Betto passou por oito instituições prisionais diferentes, entre elas o Presídio Tiradentes em São Paulo. A experiência singular no Tiradentes encontra-se relatada no livro *Diário de Fernando: nos cárceres da Ditadura Militar*, (2009), que esperou quarenta anos para ser publicado. Entre os anos de 2006 a 2009 preocupou-se em decifrar os bilhetes escritos em papel celofane pelo frade dominicano Fernando de Brito. Tais bilhetes saíam dentro de canetas durante as visitas de parentes e amigos. No livro descreve que os frades foram enquadrados primeiro como presos políticos, depois como presos comuns. Condenados a quatro anos, os religiosos foram julgados pelo STF e tiveram a pena reduzida para dois anos. No entanto quando o recurso foi aprovado, eles já tinham cumprido quatro anos de cadeia: “Eu brinco que a gente tem um crédito com a liberdade de dois anos” (BETTO, 2010: 13). Ao deixar a prisão em 1973, Frei Betto não optou pelo exílio apesar da pressão da família, da Igreja e da repressão, decidiu morar em Vitória, Espírito Santo. Permaneceu por lá cinco anos, morando na Favela Santa Maria e realizando um trabalho com as Comunidades Eclesiais de Base”. Neste período assessorou as CEBs e contribuiu para sua disseminação por todo o país. Em 1978 começou a militar na Cepis (Centro de Educação Popular do Instituto Sedes Sapientiae) em São Paulo, onde permaneceu por 15 anos. Neste período ficou responsável pela pastoral operária da região do ABC paulista, ajudando a construir o PT e aproximando-se muito do amigo Lula, mas adverte: “ Há duas coisas que todo mundo pensa que eu sou e nunca fui: militante do PT e padre.” (BETTO, 2010:14). Frei Betto só não previu, que o amigo Luís Inácio Lula da Silva seria Presidente da República por dois mandatos consecutivos (2002-2010).

* * *

Publicado em 1981, *Resistir é Preciso: Memória do Tempo da Morte Civil do Brasil* é um libelo contra a opressão vivida nos cárceres durante a atuação militar. Alípio de Freitas dedica o livro aos três camponeses que foram assassinados pela polícia política da ditadura⁷⁶. No prefácio do livro, Barbosa Lima Sobrinho

76 Alípio de Freitas nasceu em Bragança, Portugal. Ordenou-se sacerdote em 1953 e chegou ao Brasil em 1957. Jornalista da Universidade do Maranhão, foi militante da Juventude Operária Católica. Membro do Secretariado Nacional das Ligas Camponesas, participou ativamente no movimento

compara-o com o livro *Memórias do Cárcere* de Graciliano Ramos, escrito nos anos quarenta, trazendo à cena as agruras dos presos políticos durante a ditadura do Estado Novo (1937-45). Num estilo “seco e preciso”, relata a “exatidão dos fatos que testemunha” (LIMA SOBRINHO. Prefácio, 1981:11). Alípio de Freitas é visto como um símbolo de bravura no combate ao regime militar na visão de Barbosa Lima Sobrinho:

Sua divisa, que vem de uma inspiração de Fernando Pessoa, se reduz a poucas palavras: Resistir é preciso. E o livro que acaba de escrever é o exato cumprimento dessa divisa, quando reúne fatos e episódios que documentam um milagre da resistência. (LIMA SOBRINHO. Prefácio, 1981:15).

A narrativa de Alípio de Freitas é circunscrita aos limites da experiência vivida nos cárceres brasileiros. O processo rememorativo desempenhado pelo autor refere-se aos deslocamentos sucessivos entre os vários presídios e órgãos de repressão, onde reconstrói a multiplicidade do cotidiano vivido na convivência com os presos políticos e comuns. Contudo é a experiência horripilante das torturas de que foi vítima nos interrogatórios que compõe o cenário narrativo de suas memórias.

Começa o relato, informando para o leitor que foi preso no dia 8 de maio de 1970 no Rio de Janeiro ao cobrir um “ponto”, que um companheiro ao ser torturado delatou para os agentes do DOI-CODI. Tinha decidido, há muito tempo, jamais cair nas mãos dos órgãos de segurança, mesmo que tivesse de se suicidar, pois era detentor de uma quantidade imensa de informações que poderia comprometer muitos companheiros. Por essa razão, colocou em prática o conselho de Mao-Tsé-Tung de enfrentar o inimigo e não conceder-lhe informações.

Estava sendo procurado desde 1964 e foi exibido como um troféu para os policiais. Ao chegar ao DOI-CODI, é levado imediatamente para a sala de tor-

camponês do Norte e Nordeste do Brasil. Rompeu com a Igreja Católica em 1962 por razões político-ideológicas. Nesse mesmo ano é sequestrado em Recife e, em 1963, é preso em João Pessoa, respondendo a dois IMPs (Inquérito Policial Militar), devido à atividade política junto aos camponeses. Com o golpe de 64, exila-se no México. Regressou clandestinamente ao Brasil para participar das organizações que deflagraram a luta armada contra o regime militar. Preso pelo DOI-CODI/RJ em 1970, sobreviveu à tortura e à prisão durante nove anos, recuperando a liberdade em fevereiro de 1979 com a publicação da Lei da Anistia, depois de ter cumprido as condenações impostas pela Justiça Militar.

turas, frente a sua resistência em não “colaborar”. O quadro sinistro das torturas completa o processo rememorativo:

Quanto tempo durou esta orgia? Um tempo sem medida. A partir de certa altura já nada mais via, nem sentia. A consciência foi-me fugindo aos poucos, devagar, até desaparecer de todo.

Pude dar-me conta disso quando percebi, com surpresa, que o clarão que provocavam no meu cérebro os choques elétricos na cabeça (têmporas, ouvidos e boca) perdia a intensidade.

Senti o meu fim próximo e alegrei-me. Uma alegria calma e serena de quem parte por vontade própria. A alegria do combatente que deixa o campo de batalha depois de, em luta desigual, ter derrotado a soberba dos inimigos. Assim eu partia.

Pelos companheiros presos, soube depois, que me jogaram num pequeno corredor diante de um grupo de celas solitárias e, mais tarde, dentro de uma delas.

Já com o sol a entrar pela grade da cela, descobri que continuava vivo, deitado no chão frio de cimento e coberto com um pedaço de manta. O despertar mais doloroso de toda a minha existência... Foi como ressuscitar do Inferno. (FREITAS, 1981:25).

Após essa experiência degradante, encontra-se brevemente com a sua companheira, Wanda, terrivelmente torturada. Alípio de Freitas, através de uma mensagem cifrada, apela a ela para que mantenha o silêncio durante os interrogatórios, garantindo a vida dos outros membros do partido. Trata-se do Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT), dissidência da Ação Popular, fundado em 1969, tendo a sua frente Alípio de Freitas. Sobre esse episódio, comenta que “durante muito tempo este foi o nosso primeiro e único encontro.” (FREITAS, 1981:27).

Sofreu um novo interrogatório em que desmaia de tantas escoriações causadas pelos torturadores. No dia seguinte, recebe a visita de dois homens que pareciam membros da Igreja Católica. Afirmam que, por ele ser padre, estavam dispostos a ajudá-lo. Alípio de Freitas respondeu que não se considera mais padre, portando-se como comunista, evitando desse modo qualquer prática religiosa. Solicita aos padres que denunciem o que viram, diante das péssimas condições físicas em que se encontrava, pois essa era a situação de qualquer preso daquele

recinto. Alípio de Freitas, ao recusar a proteção da Igreja Católica, além de justificar sua condição de comunista ateu, passou a utilizá-la como estratégia de resistência às sevícias que marcaram a sua vida no cárcere durante nove anos.

Em seguida, faz uma avaliação crítica do seu comportamento durante os interrogatórios. A sua decisão inicial de provocar o inimigo até a sua morte é reavaliada. Tinha consciência de que a prisão seria por longos anos. A opção pela morte seria uma solução que não iria depender só dele, mas dos seus torturadores. A sua prisão já se tornara conhecida e isso dificultava a execução dele no momento. Ainda vivo, embora preso, seria mais útil à revolução proletária do que morto. Com base nesse raciocínio, decide manter-se vivo e resistir às vicissitudes do cárcere.

Recebe a “visita” do Major Leopoldino do DOI-CODI/RJ, que investiga a sua militância na Ação Popular e a integração no Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT)⁷⁷. Ainda queria saber onde se encontrava José Porfírio de Souza, líder camponês de Goiás, ex-deputado cassado e foragido desde 1964. Como não obteve as informações que pretendia, Alípio de Freitas é interrogado novamente pelos agentes do CENIMAR (Centro de Informações da Marinha). Organizaram o IPM (Inquérito Policial Militar) contra a Ação Popular, em que ele era o principal indiciado. Estavam irritados com o DOI-CODI/RJ pois, não foram avisados da sua prisão. Esse caso evidencia as disputas internas nos órgãos

77 Em 1968, a Ação Popular sofreu um processo de luta interna que conduziu à formação do PRT. Para melhor compreender esse “racha”, destacamos as informações obtidas no livro *Combate nas Trevas* de Jacob Gorender: “Nem todos os militantes concordaram com o rumo tomado pela organização: maoísmo, revolução em duas etapas, integração na produção. A contestação teórica veio de Vinícius Caldeira Brant, conhecido pelo nome clandestino de Rolando, de regresso ao Brasil após quatro anos no exterior. (...) A troca de invectivas terminou por expulsões e pela separação. Vinícius e outros líderes da AP, como Alípio de Freitas e Altino Dantas Jr criaram novo agrupamento. A eles se juntaram ex-militantes do POLOP e do PCB, a exemplo de José Porfírio de Souza, chefe da luta camponesa de Trombas de Formoso e ex-deputado estadual de Goiás. Em congresso de janeiro de 1969, o agrupamento deu origem ao Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT). No seu programa, o novo partido restabeleceu o objetivo direto da revolução socialista. Calcada na teoria da dependência, sua análise da situação nacional apontou para a iminência de explosões sociais e indicou o caminho da luta armada, o campo como área fundamental e a guerrilha como forma principal de luta. Os fundadores do PRT captaram a orientação cubana, porém a modificaram pelo próprio fato de organizarem um partido. O PRT começou com núcleos de militantes no Nordeste, Goiás, São Paulo e Minas Gerais. Dedicou-se ao trabalho no meio operário, em fábricas e sindicatos, e à preparação de áreas rurais para futuras ações armadas.” (1987:115 e 116).

de segurança com vistas à realização do maior feito no combate à guerrilha. Tal constatação é apontada por todos os memorialistas dos anos de repressão e aqui vista na perspectiva de Alípio de Freitas:

Casos como o meu repetir-se-iam, dando mesmo lugar a brigas entre os diversos serviços de informação e repressão política da ditadura, alguns até de graves proporções. Ainda demoraria algum tempo até que o DOI-CODI se impusesse como único organismo responsável pela segurança nacional, colocando em plano secundário o CENIMAR, o CISA, o Ciex e os DOPS estaduais. (FREITAS, 1981:35).

Durante o interrogatório, sofreu uma grande decepção com relação aos dirigentes da Ação Popular. Fatos e atitudes que eram de responsabilidade da direção nacional da AP foram atribuídas aos organizadores do PRT, descritos nos documentos lidos pelos agentes do Cenimar. Assim, no momento em que resistia às torturas para não fornecer nenhuma informação ao inimigo, descobriu a traição daqueles que considerava companheiros da luta: “Esse foi o golpe mais cruel daqueles dias” (FREITAS:1981:37). No entanto decide manter-se vivo como testemunha ocular dos anos de repressão no Brasil: “Como a morte me negara o seu auxílio e me deixara entregue à crueldade dos torturadores, até então decidira manter-se vivo como testemunha de um período cruel. Sobreviveria, se pudesse.” (FREITAS, 1981:38).

Não concedeu nenhuma informação aos seus algozes, principalmente quando foi interrogado sobre as ligações do PRT com a VPR, ALN e VAR. Responde apenas que o PRT era um partido em formação e todos os seus membros do Rio de Janeiro estavam presos. A sua resistência em não conceder-lhes nenhuma informação leva-o a experimentar a “cadeira do dragão”, tipo de técnica de tortura com choques elétricos que considera indescritível. Em seguida, ficou três dias na enfermaria, saindo direto para a sala de torturas. Sobreviveu à técnica de “roda de karatê”, que consiste em jogar o preso de um lado para o outro com bofetões, socos e pontapés.

Para Alípio de Freitas, os seus torturadores o consideravam a própria história da AP (Ação Popular). A aplicação das mais variadas técnicas de tortura visava arrancar-lhe as informações sobre a militância que comprometesse outros companheiros. A sua resistência provocava nos torturadores muito ódio, invertendo a situação: o torturado é o ofensor e quem tortura passa a ser o ofendido, devido

à atitude do preso em não colaborar.

Não aceitavam isso como ‘ossos do ofício’. Sentiam-se tremendamente ofendidos e diminuídos pela minha atitude de recusa. Enquanto eu lutava para manter-me digno da vida que abraçara e dos ideais que constituíam a alma dessa ação, eles lutavam contra mim, massacrando-me, para ‘lavar o seu orgulho’ ofendido.

Já muito mais tarde, anos depois, refletindo maduramente sobre aqueles dias, cheguei à conclusão de que essa ‘batalha’, apesar do massacre, me salvou a vida. Desde o primeiro momento da minha prisão, esteve claro para mim que o objetivo dos órgãos de Segurança da ditadura a meu respeito era o de tirar-me todas as informações possíveis e, em seguida, eliminar-me. (...) Minha resistência criou, porém, uma ‘disputa’ que fez o tempo correr e, com o tempo, a informação sobre a minha prisão. Desse ‘erro’ se deram conta mais tarde e, por isso, mais uma vez, prepararam armadilhas para assassinar-me. Mais de uma vez. (FREITAS, 1981:47).

No final da estada no DOI-CODI/RJ, Alípio de Freitas foi entregue a um dos mais velhos conhecidos torturadores, Chico Pinote, torturador de Gregorio Bezerra em 1935. Como o seu estado físico estava deplorável, não suportando torturas prolongadas, surtiram pouco efeito as incessantes perguntas dirigidas a ele por Chico Pinote.

Recorda que, antes de deixar o DOI-CODI/RJ, assiste a uma cena humilhante, envolvendo um preso político da VPR que foi obrigado a “lamber as paredes”, devido ao sadismo dos policiais. Esse preso foi apresentado na televisão pelo regime militar como um “arrepentido”, porém, antes de ir à televisão, já se encontrava “destruído por dentro e por fora pela tortura física e psicológica” (FREITAS, 1981:50). A partir desse episódio, Alípio de Freitas demonstra compaixão com a fraqueza daqueles que não resistem às torturas, embora ele próprio encarne o espírito de bravura e resistência que é o ideal para o revolucionário. Volta ao DOI-CODI mais duas vezes durante os tempos de prisão. Sobre a primeira passagem nesse antro de tortura, sintetiza para o leitor o martírio a que esteve reduzido como condição humana e as lições que pôde tirar dessa experiência:

Jamais, por mil anos que viva, a lembrança desses dias pavorosos se apagará

da minha memória. Jamais. Lá aprendi duas duras e inesquecíveis verdades. A primeira é que nada, nada mesmo, nem ninguém, pode roubar de um homem a sua dignidade e a sua fé no ideal que abraçou e transformou na sua razão de viver, desde que esteja disposto a morrer por ele. A segunda é que a prática da tortura envilece tanto o torturador que, de sua condição de homem, mal resta a aparência. Nem as bestas torturam. (FREITAS, 1981:51).

Na sequência da narrativa, faz um breve histórico da repressão no país a partir da ditadura Vargas. Situa o DOPS/RJ como o órgão de origem e laboratório da tortura científica no Brasil. Quando é transferido para o DOPS, observa que não havia mais torturas, pois se tornou o local onde os presos torturados no DOI-CODI prestavam os seus “depoimentos”. Durante a sua permanência nesse órgão, conseguiu reunir os companheiros e avaliar a situação do PRT e as razões que provocaram a prisão dos seus dirigentes no Rio de Janeiro. Organizou também o coletivo nas celas, visando uma melhoria das condições carcerárias. Nesse processo decidiram excluir o militante do PRT João Ferreira devido a sua colaboração com os órgãos de segurança. Ainda recorda que a rotina do DOPS foi alterada com o sequestro do embaixador alemão:

O DOPS fervilhava dia e noite; parecia o quartel-general da maior operação de guerra da História. Uma palhaçada tremenda, cujo ridículo saboreávamos como deliciosa sobremesa. Logo, proibiram a entrada de jornais, o que foi inútil, pois um dia sequer deixamos de lê-los. (FREITAS, 1981:61).

Entre os presos políticos, gerou-se uma violenta discussão diante da lista elaborada pelos autores do sequestro, pois as expectativas dos presos nem sempre coincidiam com as dos companheiros. O seu nome e o da Wanda não figuravam nas listas, fato este visto com naturalidade por Alípio de Freitas.

Era norma no DOPS/RJ que os presos, ao se recusarem a assinar os “depoimentos”, retornassem ao DOI-CODI. Os “depoimentos” eram elaborados pelos agentes de acordo com os interesses no inquérito. Essa situação vai acontecer justamente com ele. Ao chegar ao DOI-CODI, é colocado numa solitária por mais de trinta dias. A tortura não era só física, mas também psicológica, ao ponto de levá-lo quase à loucura.

Certa manhã, depois do café, procurei o caco de vidro para fazer um novo risco e tentar contar os já feitos. (...) Tentei ainda, nem sei quantas vezes, contar os riscos, mas nunca consegui. Sobreveio um cansaço imenso, encostei-me ao parapeito, coloquei as mãos no rosto e, de repente percebi que estava a um passo da loucura. Foi uma sensação tão forte e nítida, que todo o meu corpo estremeceu, como possuído por violento acesso de febre. Parecia-me que algo físico, uma espécie de corporificação da loucura, me agarrava e puxava violentamente para si. (FREITAS, 1981:71)

Quando estava completamente em delírio, o oficial do dia perguntou-lhe se iria assinar o depoimento. Respondeu que sim e, totalmente fora de si, rabisca o papel, o nome saiu deformado, quase ilegível. Após a assinatura do “depoimento”, é levado à Segunda Auditoria do Exército para tomar conhecimento de sua condenação a 24 anos de reclusão por atividades políticas anteriores ao golpe de 64. Em seguida, vai para o Presídio Hélio Gomes - conhecido entre os presos por PP -, para de lá ser encaminhado à Ilha Grande.

Um dos problemas enfrentados no PP (Presídio Hélio Gomes, Rio de Janeiro) era a questão dos tóxicos. Havia uma intenção explícita dos órgãos de segurança em manchar a imagem dos presos políticos como toxicômanos e das mulheres presas como prostitutas. A finalidade era desmoralizar a luta revolucionária, reduzindo os militantes à escória social. Conta que foi uma árdua luta desfazer essa imagem, visto que no PP o uso e o tráfico de tóxicos era quase “legal”. A situação gerava atrito entre eles e os presos comuns, pois se recusavam a aceitar nas suas celas o usuário de drogas.

Ao praticar o exercício de rememoração, Alípio de Freitas descreve as particularidades de cada presídio por onde passou. Analisa a dinâmica dos órgãos de segurança quanto à estrutura interna no combate à “subversão”. Chama a atenção para o cotidiano da prisão, enfatizando os problemas que os presos políticos eram obrigados a enfrentar.

Quem poderia acreditar que um preso tivesse de lutar por uma colher? Ou um prato limpo? Ou por uma vassoura para varrer a cela? Ou por um simples comprimido para dor de cabeça? Ou por um pedaço de barbante para esticar na parede e pendurar roupa? Ou por um pedaço de sabão? (FREITAS, 1981:81).

Do Presídio Hélio Gomes é transferido para o presídio da Ilha Grande. As viagens para o Rio de Janeiro que fez durante a sua permanência na Ilha Grande são vistas como as piores lembranças da sua vida de preso político. Após um mês na Ilha, retorna ao DOPS/RJ para ser enviado a São Paulo.

Durante a sua estada no DOPS/RJ, recebe a notícia do sequestro do embaixador suíço, 1970. O diretor da carceragem deu ordens para que fossem retirados rádios, televisores, e fosse suspensa a entrada de jornais e revistas. A intenção era mantê-los isolados do que estava se passando lá fora. Freitas comenta sobre a sua possível inclusão na lista dos autores do sequestro e faz uma reflexão sobre o exílio, acreditando que é uma continuação da luta:

Antes do fim da tarde do dia em que foi conhecida a primeira lista de presos políticos a serem trocados, já possuíamos uma cópia e, por isso, logo pudemos identificar aqueles de nós que a ditadura militar se recusava a trocar pela vida do Embaixador.

Apesar da negativa, fui chamado ao gabinete do Diretor e perguntaram-me se eu queria ser trocado. Respondi, sem pestanejar, que sim. Deram-me, então, uma folha de papel onde, com letra do próprio punho, declarava que, voluntariamente, aceitava esta troca. O que, então, escrevi e assinei, escreveria e assinaria hoje, em circunstâncias idênticas. Mesmo sem vocação de exilado, preferiria as ‘agruras do exílio’ à ‘doce permanência na pátria’ atrás das grades de um presídio. Enquanto houver um derradeiro lugar onde se possa lutar ao lado do povo, jamais alguém poderá considerar-se exilado, a não ser que tenha renunciado à luta. Aí, sim, começam as saudades das “cebolas do Egito” ou do “feijão-preto.” (FREITAS, 1981:101).

O seu nome e de outros companheiros foram recusados pelo governo Médici, que dirigiu o sequestro politicamente, pressionando os envolvidos através da troca incessante dos nomes da lista. O sequestro chega ao fim, com a saída dos companheiros para o Chile, e torna-se evidente que essa forma de luta esgotou-se até mesmo para a esquerda armada.

Passaria pelo DOPS/RJ mais duas vezes: uma para pernoite; outra por um período de um mês, enquanto aguardava sua ida para a Auditoria em Brasília: “Corria o ano de 1972, vivia-se o período Médici da ditadura militar, e o combate à “subversão” estava no auge. E eu era um ‘subversivo’, um ‘terrorista.’” (FREITAS, 1981:104).

No presídio da Ilha Grande, é recepcionado com muita solidariedade pelos companheiros. Fez uma greve de fome por ser obrigado a ficar numa cela solitária sem nenhum motivo que justificasse o castigo. Os fatos mais marcantes que descreve estão relacionados com as diferenças entre os presos políticos e comuns. Salienta a especificidade da condição de preso político - que enfrentou a ditadura opondo-lhe a violência revolucionária - como presos de direito e de fato. A ditadura, segundo ele, sempre negou essa separação e, se houve um reconhecimento da diferença, esta partiu da luta dos próprios presos políticos, reivindicando os seus direitos:

Evidentemente, com os presos políticos a postura era muito mais repressiva, só que essa repressão esbarrava na nossa decisão de não nos deixarmos submeter e, muito menos, destruir. Antes de tomar qualquer medida contra nós, a administração do presídio pensava duas vezes, já que não podia prever nossa reação. E, nesse tempo, a luta era para nós muito, mas muito difícil, pois ninguém, a não ser nós mesmos, levantava um dedo sequer para defender-nos. Ninguém, pois o país inteiro estava acovardado ante a ditadura militar. Se os presos políticos em todo o Brasil não se transformaram em vermes, foi porque ousaram lutar e levar essa ousadia até onde fosse necessário para manter a condição de presos políticos e a dignidade de seres humanos. (FREITAS, 1981:114;115).

No DOPS de São Paulo, permaneceu dois meses em 1971 sob o domínio do delegado Sérgio Paranhos Fleury. O Encontro com vários companheiros permitiu que tomasse conhecimento da extensão e gravidade das “quedas” do PRT em São Paulo, significando o “princípio do fim” do partido. Do DOPS/SP é transferido para o Presídio Tiradentes. Durante a sua estada, participa de uma greve de fome, com o objetivo de impedir a transferência de presos políticos para a Penitenciária do Carandiru. No processo de organização da greve, relata que os presos se dividiram entre aqueles que achavam a prisão um espaço de luta e os que pretendiam transformá-la em “colônia de férias” ou “curso de pós-graduação”.

A greve de fome foi o “adeus” ao Tiradentes e início de uma nova etapa na dura odisséia de preso político. No Carandiru, Alípio de Freitas continuou a greve de fome reivindicando a reunião de todos os presos políticos no Presídio Tiradentes. No entanto ocorreu o contrário, todos os presos foram reunidos no Carandiru, devido às obras do metrô em São Paulo, que demoliu o Presídio

Tiradentes. O saldo dessa greve é descrita por Alípio de Freitas, enfatizando a transferência dos padres dominicanos - Frei Betto, Frei Ivo e Frei Fernando - e mais dois presos políticos para a Penitenciária de Presidente Venceslau, na divisa com o Mato Grosso.

Evidentemente, apesar das baixas sofridas, cinco companheiros transferidos para Presidente Venceslau e três retidos na Penitenciária do Estado, o fato de não se ter conseguido a reunião dos presos políticos de São Paulo num só presídio (somente o metrô o conseguiria), esta greve, uma das mais longas de toda a história política do Brasil, teve os seus efeitos positivos: primeiro, demonstrou que, mesmo em condições adversas, pode-se enfrentar uma ditadura e impedi-la de nos destruir; segundo, que, mesmo tendo-se na conta de onipoderosa, essa ditadura não tem condições morais e políticas de assumir a morte de um de seus presos políticos, mesmo que seja numa greve de fome; entretanto, ela deixou morrer presos de direito comum condenados pela LSN; terceiro, por mais que censure a imprensa internamente, não pode impedir que no exterior sejam denunciados os seus crimes e arbitrariedades e, assim, de fora para dentro, o povo deles tome conhecimento. (FREITAS, 1981:161).

Do Presídio Tiradentes, antes de ir para o Carandiru, em agosto de 1971 é levado para Brasília. Descreve a estrutura arquitetônica do PIC-DOI-CODI⁷⁸ de Brasília, afirmando ser um projeto norte-americano. A construção do órgão adequava-se perfeitamente às modernas técnicas de torturas como, por exemplo, o “som universal” destinado a abafar os gritos dos torturados ou torturar coletivamente os presos.

Em Brasília, o processo da Ação Popular era o principal alvo apontado contra ele nos interrogatórios. Além disso, queriam saber das armas que o Partido Comunista, em 1964, e a AP e PRT tinham escondido na região de Trombas, na Serra Dourada, em Goiás. Sobre esse interrogatório diz que voltou a sentir vontade de morrer, mas o desejo de testemunhar sobre a experiência vivida foi

78 O funcionamento do PIC/RJ (Pelotão de Investigações Criminais) já foi relatado nas memórias do médico Almicar Lobo, que prestou ‘serviços’ a presos torturados. Não podemos deixar de lembrar que o DOI-CODI em São Paulo foi comandado pelo coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra (1970-74), cujas memórias apontam para a negação da crueldades aplicadas aos presos.

mais forte:

Nem me lembro de quantas noites a fio tive de enfrentar a maníaca preocupação antiguerrilheira dos meus torturadores. Recordo-me delas como de uma longa agonia em que a vontade de exilar-me da vida conviveu comigo quase com solidariedade. Mas a vontade de testemunhar sobre esses dias, de denunciar esses chacais da morte foi mais forte do que a tentação de partir. (FREITAS, 1981:180).

Interrompe a narrativa para prestar uma homenagem a Carlos Lamarca. Soube da sua morte muito tempo depois do acontecido. Lamarca é visto sob a ótica do herói que lutou pela liberdade do seu povo. Um misto de dor, tristeza e saudade preenche os seus sentimentos. Consola-se com a certeza de que “o tempo dirá quem foram os bandoleiros e os traidores.” (FREITAS, 1981:186).

De Brasília, é levado para a Fortaleza de Santa Cruz, Rio de Janeiro. O prédio era do tempo colonial e tinha as piores condições de carceragem. De imediato, dada a gravidade dos problemas enfrentados, os presos políticos decidiram realizar uma greve de fome com o propósito de reivindicar a volta ao presídio da Ilha Grande. Essa greve foi a mais difícil para Alípio de Freitas:

Fiz muitas greves de fome durante toda minha vida de preso político, muitas, até para poder comer com uma colher, mas esta da Fortaleza de Santa Cruz, em novembro de 1974, tinha o caráter de enfrentamento final com a ditadura e os Órgãos de Segurança. A situação tinha chegado a tal ponto de deterioração, que outra atitude mais não nos restava senão a de arriscar tudo, perdendo ou ganhando. (FREITAS, 1981:208; 209).

Como resultado do movimento grevista conseguiram transferência e voltaram à Ilha Grande. Depois da presença deles na Fortaleza de Santa Cruz, o presídio foi fechado. Depois desse episódio traumático, Alípio sugere que se transforme o lugar em um museu onde as gerações futuras possam aprender a odiar o obscurantismo e amar a liberdade.

No regresso à Ilha Grande, enfrentou novos problemas. Os presos políticos estavam discutindo a saída da Colônia Penal para um presídio no continente. As negociações foram intensas e o último recurso foi novamente a greve de fome. Recorda que estavam em maio de 1975 e essa foi uma das greves mais tranquilas

de que participou, pois havia interesse por parte do diretor que deixassem livre o espaço superlotado do presídio, e também porque os presos políticos tinham adquirido um “status” que não se adequava à rotina do presídio. Assim, conseguem a transferência. Lembra que: “Numa manhã chuvosa de julho, deixei o Presídio da Ilha Grande para trás, para sempre.” (FREITAS, 1981:227).

Nesse trecho da obra, a sequência narrativa é interrompida e Alípio de Freitas conta o processo que envolveu a sua quase expulsão do país. O Ministro da Justiça do governo Médici divulgou pela imprensa o processo em que estava negociando com Portugal a sua expulsão do país. Alípio de Freitas achou ótima a ideia, pois, caso a expulsão fosse acertada, participaria da Revolução dos Cravos em Portugal, 1974, na luta contra o salazarismo português. Apesar das várias idas à Polícia Federal para tratar do processo de expulsão, descobre, tempos depois, que não foi expulso porque não houve interesse dos governos que se sucederam em Portugal depois do dia 25 de abril de 1974. Sobre esse episódio, rememora a participação popular em torno da sua libertação, demonstrando ser uma pessoa com certa notoriedade no país.

Houve, é verdade, muita movimentação política de caráter popular e até partidário em torno do meu caso. Muitas organizações e até pessoas, individualmente, tomaram a peito o repatriamento; criou-se até um comitê para isso. Mas interesse oficial, de governo para governo, não houve em tempo algum, e, por isso, o processo foi arquivado ainda no ano de 1975. Desse episódio resta-me a alegria de, por sua causa, ter feito novas e duradouras amizades e de ter mantido a solidariedade ativa de muitos e antigos amigos e companheiros. (FREITAS, 1981:219).

Depois da Ilha Grande, vai para o Presídio Esmeraldino Bandeira, em Bangu, ambos localizados no Rio de Janeiro. Em termos de vida comunitária, essa foi a pior fase, segundo Alípio de Freitas. Finalmente, em fevereiro de 1976 é colocado no presídio definitivo, a Divisão de Segurança Especial, incrustada no Pavilhão do Presídio Milton Dias Moreira, na Rua Frei Caneca. Sobre a vivência nesse presídio, escreve a seguinte passagem:

A Cela dois foi uma parte muito importante do meu mundo nos três anos que nela passei. Nela lutei, trabalhei, li e estudei, discuti, acertei e elaborei documentos; nela me correspondi com meus amigos e companheiros es-

palhados pelo mundo, fiz greves de fome de solidariedade, recebi solidariedade e a amizade de antigos companheiros e amigos, nela me senti, muitas vezes, só e acorrentado, lancei a última pá de terra no amor de que nasceu a Luanda, fiz mil planos para um futuro que nem sabia quando chegaria, conheci e amei a Cecy. (FREITAS, 1981:232; 233).

Durante o tempo em que permaneceu no presídio, lembra as dificuldades para se conseguir a transferência das companheiras presas de Bangu para o Desipe. Quando tudo parecia estar encaminhado, elas próprias desistiram. Diz que não foi uma decisão delas, mas do PCB, que ditava normas aos seus militantes na prisão. Aqui Alípio de Freitas aproveita para fazer uma crítica contundente à atuação do PCB durante o regime autoritário:

O caso é que a direção do PC (Partidão) sempre teve como política definida impedir que os seus militantes ficassem presos com os das organizações revolucionárias que optaram pela luta armada como forma de luta contra a ditadura militar. Essa era a razão verdadeira, pois o PC não queria seus militantes misturados com “terroristas”. Talvez por medo do contágio da verdade. Aliás, é bom que se diga, o PC tinha uma política definida até para os seus próprios militantes: todos os que tinham direito a prisão especial valiam-se dele, mesmo que na prisão tivessem de ficar junto com policiais, estelionatários ou qualquer outra espécie de delinquentes de gravata e anel. Aqueles de seus militantes que não tinham direito à prisão especial ficavam mesmo entre os presos comuns, sem fazer reconhecidos pelas autoridades carcerárias os seus direitos de presos políticos, como sempre fizeram os ‘terroristas’. (...) Em ambos os presídios, livraram-se dessa situação pelo esforço e decisão de companheiros ‘terroristas’, que obrigaram a administração a reconhecer-lhe a condição de presos políticos, com todas as conquistas alcançadas ao longo de vários anos de luta. (FREITAS, 1981:240).

Os presos organizaram também uma greve de fome nacional, em solidariedade aos presos políticos de Pernambuco que enfrentavam a repressão policial e política, determinada pelo Juiz auditor e cumprida pelos carcereiros. Essa atitude resulta no isolamento carcerário de dois presos, condenando-os à prisão perpétua, apesar de todo o tipo de denúncia no Brasil e no exterior:

Foi a primeira greve de fome nacional registrada no Brasil, talvez no mundo. Serviu como uma demonstração evidente de que, mesmo preso, ainda nas piores condições, sempre se pode enfrentar uma ditadura militar, por mais discricionária ou arbitrária que ela seja. Enfrentá-la vitoriosamente. (FREITAS, 1981:250).

No final do capítulo, reporta-se às discussões em 1978, sobre as reformas na Lei de Segurança Nacional. Condena a LSN como a lei que justificou todos os crimes hediondos praticados pela ditadura militar. As reformas previstas só foram realizadas porque era consenso entre todos os juristas que a LSN, tanto nos seus aspectos doutrinários quanto pelos aspectos técnicos, era uma lei arbitrária. Alípio de Freitas comenta sobre as reformas na LSN, afirmando que de nada adiantou, pois permaneceu a garantia da prática da tortura:

A ditadura militar ainda se quis dar ares de magnanimidade, reduzindo as penas mais do que absurdas que, largamente foram aplicadas aos militantes revolucionários que enveredaram pelo caminho da luta armada. Magnanimidade? Não. Apenas jogo político, pois não existia mais guerra revolucionária e, por isso, as penas podiam ser ‘abrandadas’. Ademais, todos os militantes revolucionários ‘beneficiados’ pela magnanimidade da nova Lei de Segurança foram-no depois de terem cumprido oito, nove, dez anos de prisão. (...) Noutras palavras, continua a manter-se a tortura como a forma normal de interrogatório nos inquéritos policiais-militares. É a insegurança total para o cidadão, a ameaça permanente contra o movimento social. (FREITAS, 1981:253).

No penúltimo capítulo do livro, descreve as várias idas para Auditorias em que foi obrigado a se defender das acusações impostas pela Justiça Militar. Faz uma breve reflexão sobre o papel da Justiça Militar, destacando que esta se tornou um mero apêndice do “terror” que se implantou no país a partir de 1964. Nas várias auditorias, acompanhava-o a sensação de já estar condenado antes mesmo de ser julgado. Consciente da situação, aproveitou os momentos durante o julgamento para denunciar as torturas sofridas e reafirmar as suas convicções ideológicas perante o Tribunal Militar:

(...) nem as condenações da Justiça Militar, nem os propósitos dos Órgãos

de Segurança alguma vez me impediram de continuar lutando por tudo aquilo que era minha obrigação e determinação lutar.

Mesmo nos piores dias, quando todo o poder do regime parecia abater-se sobre nós, os presos políticos, quando muralhas, grades, oceanos e distâncias eram colocados entre nós e o mundo dos vivos.

A cada nova condenação, maior era a certeza de que estava no caminho certo. Se assim não fosse, os inimigos do povo, pela sua justiça, não se preocupariam em condenar-me. Sua preocupação seria a de abrir-me as portas da prisão, pois meios tinham para isso. Assim, jamais qualquer das absurdas penas a que a Justiça Militar me condenou significou alguma coisa para mim em termos dos meus propósitos políticos ou da minha opção ideológica. O que eu tive que fazer foi descobrir veredas e atalhos para poder continuar lutando ao lado do povo brasileiro.” (FREITAS, 1981:273; 274).

A narrativa chega ao fim com o início dos tempos de liberdade. Rememora a festa em que foi comemorada a sua saída da prisão. Um amigo leu a carta escrita por ele em 1962, dirigida ao Cardeal D. Jaime de Barros Câmara. Nessa carta, afirmava o seu compromisso com o povo trabalhador. No momento em que deixa a Polícia Federal, é assediado por um repórter do Jornal do Brasil, que indaga sobre o que vai fazer da sua vida dali para frente. Alípio de Freitas responde que vai fazer o que sempre fez: política.

Entre os memorialistas dos anos de repressão é o que mais exprime, na narrativa, os valores de denúncia dos crimes hediondos praticados pela ditadura. Escrever as suas memórias significa uma prova de resistência, prova de que só os revolucionários autênticos foram capazes de suportar. Esse caráter de exemplaridade, de resistência heroica aos desmandos da ditadura, constitui o cerne da narrativa. O sentido é o da permanência dos ideais que já tinha tomado para si desde 1962, cujo viés ideológico sustenta-se na luta em defesa dos setores oprimidos de nossa sociedade.

A relação com o passado é de continuidade com o presente em que pratica o exercício de rememoração. Ao narrar a sua trajetória pessoal, nela está incluída a experiência de outros que se configuram nos demais presos políticos que viveram as agruras do regime autoritário e, principalmente, ao grupo político no interior da esquerda ao qual se vinculou politicamente.

Para Alípio de Freitas, a derrota da esquerda a partir de 1964 não é vista

como um equívoco das organizações que optaram pela luta armada para derrubar a ditadura. Ao contrário, não se intimidaram apesar de toda uma conjuntura adversa. A ditadura militar é que não mediu esforços para massacrar os militantes.

No seu livro, não é a manifestação da derrota da esquerda armada que busca compreender. Ao contrário, enfoca a sua resistência à tirania e a sua capacidade de não silenciar, mesmo confinada nos cárceres. Nesse aspecto, o seu relato aproxima-se das características do livro de Frei Betto. Ambos atribuem à esquerda armada o valor do heroísmo revolucionário, visto como algo mais importante do que os seus equívocos na práxis política. Esse é o ponto crucial em que apoiam a reflexão sobre a experiência guerrilheira no período da luta armada.

Um dos traços que marca a construção do mito herói, na história, é o sofrimento que só termina com a morte trágica. No livro de Alípio de Freitas, ele próprio encarna o mito do herói. Revolucionário autêntico que não se intimidou frente aos desmandos dos seus opressores, durante a tortura intensa desejou a morte, mas resistiu para servir de testemunho e para continuar a obra da revolução proletária e camponesa. Frei Betto atribui a Carlos Marighella o mito do herói revolucionário que morreu lutando pela libertação do seu povo. Frei Tito alcança o estatuto de herói bíblico, devido ao seu sofrimento nas mãos dos torturadores, que se assemelhou ao de Cristo na cruz. A imagem do delegado Sérgio Paranhos Fleury como encarnação do “diabo” é contraposta à de Frei Tito como seu opositor.

Assim, no interior desse grupo dos memorialistas dos anos de repressão, verificamos duas leituras (e releituras) totalmente distintas com relação à experiência das organizações de esquerda que aspiravam à tomada do poder durante a atuação do regime militar no Brasil. Fernando Gabeira e Alfred Syrkis escrevem as suas memórias sob o símbolo da derrota e da autocrítica a sua participação na esquerda armada, o que denota uma ruptura com o grupo político dos guerrilheiros e a adesão aos “movimentos libertários” no presente em que praticam a atividade mnemônica. Alípio de Freitas e Frei Betto escrevem sob o símbolo da resistência, transformando em heroísmo revolucionário alguns aspectos da militância de esquerda. Ambos reiteram, no presente, a adesão às idéias que marcaram a sua trajetória política no passado: a luta pelos oprimidos.

10 - Considerações Finais

A análise empreendida nesta pesquisa insere-se numa área de investigação de diferentes perspectivas nas Ciências Sociais que tem se dedicado à compreensão do passado recente e, portanto, do próprio presente - vivido pela sociedade brasileira. Estudamos um aspecto particular do passado recente, configurado nas representações da ditadura militar presente em doze livros de memórias. Buscamos demarcar as suas características, através da reflexão desse corpo documental que tem por objeto os principais acontecimentos da história brasileira contemporânea.

Esse universo memorialístico é representativo do entrelaçamento entre memória individual e memória histórica, clarificando a relevância da experiência política no processo de reconstrução e representação do passado. Os autores apresentam uma forte adesão a grupos político-ideológicos precisamente delimitados. Procuramos delinear algumas características desses grupos, nos quais os memorialistas sustentam a reconstrução do passado e apoiam a sua própria identidade.

A análise das criações memorialísticas pautou-se por questionamentos e uma tentativa de superar modelos interpretativos que situam a relação entre memória e poder apenas no âmbito das relações de classe. Operando recortes diferenciados, integrados a uma análise interna das obras, buscamos superar os limites da polarização dominante/dominado, opressor/oprimido, recuperando alguns aspectos das relações de poder vigentes no interior dos diferentes grupos sociais, nos quais esses memorialistas mantêm laços de pertencimento.

Considerando que esses livros de memória são explicativos do próprio contexto da época, não tivemos a intenção de inserir, neste trabalho, uma discussão extensa sobre a bibliografia que tem feito da história do regime militar o seu objeto de estudo. Partimos da compreensão de que a preocupação não foi verificar se a versão dos acontecimentos dada pelo memorialista é ou não fiel ao passado. A pretensão de analisar os fatos, tendo em vista descobrir uma “verdade” inscrita no real histórico, encontra-se hoje redimensionada nas tramas das representações pelas quais se processa o acontecer histórico. Essas diversas versões sobre um de-

terminado fato ocupam, na teia da memória, um lugar privilegiado.

Assim, procuramos mostrar como o processo de reconstrução memorialística se caracteriza pelo vínculo que o indivíduo-memorizador manteve com o grupo político frente ao poder estabelecido. A racionalização que imprimem, no momento de evocação das lembranças, expressa a ideologia desses grupos que buscam, através da construção do discurso memorialístico, preservar as diferentes memórias históricas do regime militar.

Verificamos os mesmos acontecimentos gerando diferentes construções da memória do golpe de 64 e da ditadura que se seguiu por duas décadas (1964-1985). Nessa perspectiva, o que se torna mais evidente para o pesquisador é a permanência, no presente, de uma disputa entre as diferentes memórias, com vistas à apropriação de uma única visão do processo vivido durante a atuação do regime militar. A razão para a permanência desse confronto é explicada, se observarmos que, em momentos de crises institucionais, a memória do ano de 1964 e dos acontecimentos políticos que neles transcorreram, continua a ser catalisadora dos imaginários sociais presentes na sociedade. Acreditamos também que o processo de transição ainda não foi plenamente consolidado. Do ponto de vista político-institucional, incidem limitações do nosso sistema representativo que impede avanços para consolidação de uma democracia mais participativa. Ainda, herdamos um saldo de forte exclusão social, configurando uma sociedade de desiguais com baixo nível de desenvolvimento humano.

Esses livros de memórias continuam servindo como parâmetro na compreensão dos processos sociais do período (1964-1985), anunciando-se como instrumentos de uma práxis que reafirma o seu compromisso com o presente e se projeta para o futuro.

Realizamos uma leitura possível dessas obras, construindo procedimentos de sistematização que visaram apresentar as múltiplas formas de apreensão do vivido pelos autores. A partir dos elementos fornecidos pela própria narrativa - com vistas a sua problematização -, estabelecemos uma interlocução com a história política do período.

O tema sugere muitas outras discussões e aprofundamentos, precisamente porque ainda se trata de compreender essas rememorações individuais na confluência de uma memória social, considerando a sua unidade e diferença. Para concretizar esta perspectiva de um trabalho futuro, faz-se necessário ampliar o universo da produção memorialística do período e articular uma investigação que contemple a relação recíproca entre autor, obra e público.

Nos limites deste livro, não foi outra a intenção do pesquisador, senão suscitar questões que possibilitem outras interpretações da produção memorialística do período. Temos clareza que não respondemos a todas as mediações necessárias na investigação destas fontes. No entanto estamos cientes de que o trabalho do historiador é muito mais rico na interrogação do passado do que, propriamente, em apresentar conclusões definitivas da prática historiográfica, mesmo porque é inerente à produção do conhecimento histórico a sua capacidade de superação.

11 - FONTES

LIVROS

ABREU, Hugo. O Outro Lado do Poder. Rio de Janeiro, Ed. Nova Fronteira, 1979, 208 p.

ABREU, Hugo. Tempo em Crise. Rio de Janeiro, Ed. Nova Fronteira, 1980, 295 p.

BETTO, Frei. Batismo de Sangue: os Dominicanos e a Morte de Carlos Mari-ghella. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2a. ed. 1982; 3a. ed. 1982, 1a. ed. 1982. 283 p.

FALCÃO, Armando. Tudo a Declarar. Rio de Janeiro, Ed. Nova Fronteira. 1989.435p.

FREITAS, Alípio de. Resistir é Preciso. Memória do Tempo da Morte Civil no Brasil. Debates, 1980. Rio de Janeiro, Record, 1981, 279 p.

GABEIRA, Fernando. Entradas e Bandeiras. Depoimento. Rio de Janeiro, Ed. Cadecri, 1a. ed. 1981, 6a. ed. 1981, 208 p. (Col. Edições do Pasquim, v. 94).

GABEIRA, Fernando. O Crepúsculo do Macho. Depoimento. Rio de Janeiro, Ed. Cadecri, 1a. ed. 1980, 8a. ed. 1980, 245 p. (Col. Edições do Pasquim, v. 82).

GABEIRA, Fernando. O que é Isto Companheiro?. Depoimento. Rio de Janeiro, Ed. Cadecri, 1ª. Ed.1979, 190 p.(Col. Edições do Pasquim, v. 66).

GIODARNI, Marco Pollo. Brasil: Sempre. Porto Alegre, Tchê, 1986.270p.

LOBO, Amílcar. A Hora do Lobo, A Hora do Carneiro. Petrópolis, Vozes, 1989. 111p.

SYRKIS, Alfredo. Os Carbonários: Memória da Guerrilha Perdida. São Paulo, Global, 1980, 337 p.

USTRA, Carlos Alberto Brillhante. Rompendo o Silêncio. Brasília, Editorial, 1987, 345 p.

12 - BIBLIOGRAFIA

ARENDRT, Hannah. O Que é Política?. Ed. Bertrand do Brasil, 5ª.ed. 1988.

AGUIAR, Flávio. “A Curiosidade sobre a Repressão favorece a Memorialística”. In: Revista Retrato de Brasil, vol. 2, p. 310-311.

ALVES, Maria Helena Moreira. Estado e Oposição no Brasil: 1964-1984. Trad. de Clóvis Marques. Petrópolis, Vozes, 1984.

ANSART, PIERRE. “Os Imaginários Sociais” IN Ideologias, Conflitos Poder. RJ, Zahar Editores, 1994.

ARNS, Dom Paulo Evaristo. (Prefácio). Brasil: Nunca Mais. Petrópolis, Vozes, 3a. ed., 1985.

ARRIGUCCI, David. “As viagens de Gabeira”. In: Folhetim n°. 242 (Suplemento do Jornal Folha de São Paulo, 6/9/1981, p. 6-7).

_____. “Jornal, Realismo, Alegoria: O Romance Brasileiro Recente”. In: Achados e Perdidos (Ensaio de Crítica), São Paulo, Ed. Polis, 1979, p. 79 a 115 (Col. Estética n°. 3).

_____. “Recompor um Rosto”. In: Discurso n°. 12. São Paulo, Livraria e Ed. Ciências Humanas, 1981, p. 69-83.

BACZKO, Bronislaw. “Imaginação Social”. In: Enciclopédia Einandi, Anthfops - homem, vol. 5, Imp. Nacional, Casa da Moeda.

BAKHTIN, Mikhail. Marxismo e Filosofia da Linguagem. São Paulo, Hucitec, 4a. ed., 1988.

_____. Biografias e Autobiografias Antigas. In: Questões de Literatura e de Estética (A Teoria do Romance), 2a. ed. UNESP/HUCITEC. São Paulo, 1990.

BENJAMIN, Walter. “O Narrador”. In: Textos de Walter Benjamin. Trad. Modesto Carone. São Paulo, Abril Cultural, 1980, p. 57-74. (Os Pensadores).

BETTO, Frei et al. O Canto na Fogueira. Petrópolis, Ed. Vozes, 2a. ed., 1978, 348 p.

BETTO, Frei. Cartas da Prisão. Rio de Janeiro, 2a. ed., Civilização Brasileira, 1977, 232 p.

----- Diário de Fernando: nos Cárceres da Ditadura Militar Brasi-

- leira. Rio de Janeiro, Editora Rocco, 2009.
- _____. Revista Caros Amigos. Entrevista: “O Brasil é o paraíso do capital especulativo”. Ano XIV, número 160/2010. p.12-16.
- BOSI, Ecléa. Memória Sociedade: Lembranças de Velho. (Pref. M. Chauí). São Paulo, T.A. Queiroz, 1979.
- BURKE, Peter. Variedades da História Cultural. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2001.
- CALLADO, Antonio. Bar Don Juan. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1972.
- _____. Quarup. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1967.
- _____. Reflexos do Baile. Petrópolis, Círculo do Livro, 1974/1976.
- CARDOSO, Célia Costa. O Estado de São Paulo sob os Governos Militares (1963-1983). SP, USP. Tese de Doutaramento em História Social, 2003.
- CARDOSO, Fernando Henrique. Autoritarismo e Deocratização. Rio de Janeiro, Paz& Terra, 1975.
- CARDOSO, Lucileide Costa. Os Discursos de Celebração da “Revolução de 1964”. Revista Brasileira de História. , v.31, p.117 - 140, 2011.
- _____. Construindo a Memória do Regime de 1964. Revista Brasileira de História. , v.14, p.179 - 196, 1994.
- _____. Historiografia. Interpretações do Golpe e do Regime de 64 In: Espaços da negociação e do Confronto na Política. AXT, Günter, JANOTTI, Maria de Lourdes, D’ALÉSSIO, Márcia (Orgs.). Porto Alegre : Nova Prova, 2007, p. 105-168.
- _____. Narrativas Autobiográficas: Memórias da ditadura Militar In: Recôncavo da Bahia: educação, cultura e sociedade. Amargosa - Bahia : Ed. CIAN, 2007, v.01, p. 117-123.
- _____. Dimensões da Memória na Prática Historiográfica In: História Regional e Local: discussões e práticas. Salvador : Quarteto, 2010, v.1, p. 153-173.
- _____. Ecos de 1968: 40 Anos Depois. Revista Recôncavos. , v.02, p.05 - 12, 2008.
- _____. Militares e Historiadores em disputa pela Memória do Regime de 64. Revista Unicastelo. , v.01, p.178 - 185, 2005.
- CAVALCANTE, Pedro Celso Uchôa & RAMOS, Jovelino (Coordenado-

res). Memórias do Exílio. Brasil 1964-19?? (vol. 1 – De muitos caminhos). São Paulo, Ed. e Liv. Livramento Ltda, 1978.

CHAUÍ, Marilena de Souza. Cultura e Democracia: o Discurso Competente e Outras Falas. São Paulo, Moderna, 1980.

_____. O que é Ideologia. São Paulo, Brasiliense, 1982.

COELHO, Cláudio Novaes Pinto. Os Movimentos Libertários em Questão: A Política e a Cultura nas Memórias de Fernando Gabeira. Dissertação de Mestrado, Campinas, UNICAMP – I.F.C.H. Antropologia Social, 1986, 184 p.

CONTREIRAS, Hélio. MILITARES: Confissões. Histórias Secretas do Brasil. Rio de Janeiro, MAUAD, 1998.

COSTA. Albertina de Oliveira et alii. Memórias das Mulheres do Exílio. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1980, 439 p.

D'ALÉSSIO, Márcia. “Memórias: Leituras de M. Halbwachs e P. Nora”. RBH. Memória, História e Historiografia: Dossiê ensino de história. São Paulo. v. 13. No. 25/26. Set. 92/ago.1993.

D'ARAUJO, Maria Celina, SOARES, Gláucio A. D. , & CASTRO, Celso (Introdução e Organização). Visões do Golpe: A Memória Militar sobre 1964. Rio de Janeiro, Ed. Relume-Dumará, 1994.

_____. Os Anos de Chumbo: A Memória Militar sobre a Repressão. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1994.

_____. A Volta aos Quartéis: A Memória Militar sobre Abertura. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1995.

D'ARAUJO, Maria Celina (Org.). Ernesto Geisel. CPDOC. Rio de Janeiro, FGV, 1997, 508 p.

DREIFUSS, René Armand. & DULCI, Otávio S. “As Forças Armadas e a Política” In: SORJ, B. & ALMEIDA, M.H. (Org.) – Sociedade e Política no Brasil pós-64. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1983.

DREIFUSS, René Armand. 1964: A Conquista do Estado. Ação Política, Poder e Golpe de Estado. Petrópolis, Vozes, 1981.

FICO, Carlos. Como eles agiam. Os Subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro/São Paulo. Editora Record, 2001.

FIORIN, José Luis. O Regime de 1964: Discurso e Ideologia. São Paulo, Atual, Série Lendo, 1988.

FOUCAULT, Michel. A Arqueologia do Saber. Trad, Luiz Felipe Baeta Ne-

ves. 3a. ed. Rio de Janeiro, Forense - Universitária, 1987.

FREIRE, Alípio, ALMADA, Izaías, PONCE, J. A. de Granville (orgs) . Tiradentes, um presídio da ditadura: memórias dos presos políticos. São Paulo: Scipione, 1997.

FREIRE, Paulo & GUIMARÃES, Sérgio. Aprendendo com a Própria História. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987, 160 p.

FERRY, Luc & RENAUT, Alain. Pensamento 68: ensaio sobre o anti-humanismo contemporâneo. Trad, Riberti Narjebisib, Nelci do N. Gonçalves. São Paulo, Ensaio, 1988.

GABEIRA, Fernando. Hóspede da Utopia. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1981, 216 p.

_____. Nós que Amávamos Tanto a Revolução (diálogo Gabeira-Cohn B'endiet). Rio de Janeiro, Rocco, 1985, 91 p.

_____. Sinais de Vida no Planeta Minas. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1982.

_____. “Alternativos de Todo Mundo, Uni-vos” in Folha de São Paulo, Folhetim nO. 438, 16/06/1985. p.4-5.

_____. “Com a palavra o Companheiro Gabeira” in Presença nO. 5. Ed. Cortês, 1985. p.47-48.

_____.”Participação no debate: Os Intelectuais e a Política” in Folha de São Paulo. Folhetim nO.353, 23/10/1983. p.6-7.

GARCIA, Marcos Aurélio e VIEIRA, Maria Alice. (Orgs.) Rebeldes e Contestadores. 1968: Brasil, França e Alemanha. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 1999.

GASPARI, Elio. A ditadura Envergonhada, A Ditadura Escancarada, A Ditadura Derrotada, A Ditadura Encurralada. Coleção As Ilusões Armadas. São Paulo: Cia. das Letras, 2002 a 2004, 4 volumes.

GOES, Wãlder de. “Militares e Política, uma Estratégia para a Democracia”. In: REIS, F.W. e O'DOMNELL, G - A Democracia no Brasil - Dilemas e Perspectivas. São Paulo, Ed. Vértice, 1988.

GONTUO, Ricardo. Sem Vergonha da Utopia: Conversas com Betinho. Petrópolis, Vozes, 1988, 184.

GORENDER, Jacob. Combate nas Trevas - A Esquerda Brasileira: das Ilusões Perdidas à Luta Armada. São Paulo, Ática, 3a. ed. 1987, 255 p.

_____. “Era o golpe de 64 inevitável?”, in 1964: Visões críticas do golpe: democracia e reforma no populismo. Toledo, Caio Navarro de (org.), Campinas, Editora da UNICAMP, 1997.

HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo, Vértice. Ed. Revista dos Tribunais, 1990.

HOBBSAWM, Eric. *A Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991*. Trad. Marcos Santarrita. São Paulo: CIA das Letras, 1995.

_____. *Sobre História*. São Paulo, CIA das Letras 1998.

HOBBSAWM, Eric & RANGER, Terence. *A Invenção das Tradições*. São Paulo, Ed. Paz e Terra, 1984.

HOLLANDA, Heloísa B. de & M.A. Gonçalves. “Política e Literatura: A Ficção da Realidade Brasileira”. In: *Anos 70 vol. 2 - Literatura*. Rio de Janeiro, Europa Gráfica e Editora, 1979, p. 7 - 79.

HOLLANDA, Heloísa Buarque de & PEREIRA, Carlos Alberto M.. *Patrulhas Ideológicas*. São Paulo, Brasiliense, 198 (?).

HOLLANDA, Heloísa Buarque de. *Impressões de Viagem*. CPC. Vanguarda e Desbunde: 1960-1970. São Paulo, Brasiliense, 1980.

INÁCIO, Inês Conceição. *Quando Fala o Presente... História e Reminiscências*. Dissertação de Mestrado. São Paulo, USP, 1990, 2 vols.

JOSÉ, Emiliano & MIRANDA, Oldack. *Lamarca: O Capitão da Guerrilha*. São Paulo/Rio de Janeiro, Global, 11a. ed., 1987. 166 p. (Col. Passado & Presente, 20).

JUREMA, Abelardo. *Sexta-feira, 13, Os Últimos Dias do Governo Goulart*. Rio de Janeiro, 3a. ed., O Cruzeiro, 1964.

JÚNIOR, Caio Prado. *A Revolução Brasileira*. SP. Brasiliense, 1966.

KONDER, Rodolfo. *Tempo de Ameaça; (Autobiografia política de um exilado)*. São Paulo, Ed. Alfa-Omega, 111 p.

LE GOFF, Jacques & NORA, Pierre (direção). *História: Novos Problemas*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1976.

LE GOFF, Jacques. *A Nova História*. Lisboa, Ed. 70 e São Paulo, Liv. Martins Fontes, 1978.

_____. *História e Memória*. Trad. Bernardo Leitão et al., Campinas, Editora da UNICAMP, 1990.

LEFORT, Claude. *As Formas da História*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 19 (?).

LIMA, Luiz Costa. “Documento e Ficção”. In: *Sociedade e discurso ficcional*. Rio de Janeiro, Ed. Guanabara, 1986.

LUCAS, Fábio. “O Livro à Procura do Leitor”. Artigo, D.O. Leitura. São Paulo, 8/outubro/1989, n°. 89.

_____. Vanguarda, História e Ideologia da Literatura. São Paulo, Ed. Ícone, 1985.

MATTOS, Olgária de. “Tardes de Maio” IN GARCIA, Marcos Aurélio e VIEIRA, Maria Alice. (Orgs.) Rebeldes e Contestadores. 1968: Brasil, França e Alemanha. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 1999. p.181-192.

MARTINS FILHO, João Roberto. Movimento Estudantil e a ditadura militar. São Paulo: Papirus, 1987.

_____. 1968 faz 30 anos. Campinas/SP: Mercado das Letras. São Paulo, SP: Editora da Universidade de São Carlos, 1998.

_____. “A Memória Militar sobre a Tortura” IN Mortos e Desaparecidos Políticos: Reparação ou impunidade? Janaína Teles (Org.). 2ª ed.. São Paulo. Humanitas – FFLCH/USP, 2001. P. 109 a 115.

MARX, K. & ENGELS, F. A Ideologia Alemã. Introd. Jacob Goreneder. Trad. Luis Cláudio de Castro e Costa. São Paulo, Martins Fontes, 1989. (Novas Direções).

MIRANDA, Nilmário e TIBÚRCIO, Carlos. Dos Filhos deste Solo: mortos e desaparecidos políticos durante a ditadura. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo. 2ª. Ed. 2008.

NORA, Pierre. “Memória Coletiva”. In Le Goff, J. et. Al. (Orgs). A Nova História. Coimbra: Almedina. s/d p.451-454

_____. “Entre Memória e História: A Problemática dos Lugares”, IN Projeto História. Revista do Programa de Estudos Pós-graduandos em História do Departamento de História da PUC/SP. 1981/1993, n. 10. História e Cultura. Trad. Yara Aun Khoury.

_____. “O Retorno do Fato” In Le Goff, Jacques e Nora, Pierre. História: Novos Problemas. SP. Francisco Alves Editora, 1979.

OLIVEIRA, Fátima Amaral Dias de. “Narrativa nos Anos 70 e 80”. In Revista de História n°. 2/3 - Campinas - IFCH/UNICAMP, 1991. p. 149 e 174 (Tema em Questão: Movimentos Sociais).

ORLANDI, Eni Dulcinelli. Discurso e Leitura. São Paulo, Cortez, Campinas, SP, Ed. UNICAMP, 1988. (Col. Passando a limpo).

PERRONE, Fernando. Praga – São Paulo – Paris. Relato de Guerras. SP, Busca Vida, 1988.

POLLAK, Michael. “Memória, esquecimento, silêncio” In: Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol. 2, no. 3, 1989, p.3-15.

PRADO JÚNIOR, Caio. A Revolução Brasileira. São Paulo. Brasiliense, 1966.

QUEIROZ, Maria José de. A Literatura Encarcerada. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980.

REIS FILHO, Daniel Aarão, RIDENTI, Marcelo e MOTTA, Rodrigo P. Sá (Orgs.) O Golpe e a Ditadura Militar: quarenta anos depois (1964-2004). Bauru, SP;EDUSC, 2004.

REIS FILHO, Daniel Aarão. A Revolução faltou ao encontro: Os comunistas no Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1989.

_____. VERSÕES E FICCÕES: O Seqüestro da História. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1997.

_____. Ditadura Militar, Esquerdas e Sociedade, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editores, 2000.

------. "1968: o curto ano de todos os desejos". Tempo Social; Rev. Sociologia da USP, 10(2), outubro de 1998. p. 25-35.

REIS, José Carlos. As Identidades do Brasil: de Vanhagen a FHC. Rio de Janeiro. Ed. FGV, 1999.

ROBIM, Régine. História e Linguística. São Paulo, Cultrix, 1973.

RODRIGUES, Vitória Silva e. Limites da Imaginação Criadora: os discursos Parlamentares no governo Geisel. SP. PUC-SP. Dissertação de Mestrado. 1990, pp.216.

SADER, Eder. Quando Novos Personagens Entram em Cena. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1989.

SALEM, Helena. (Coord.). A Igreja dos Oprimidos I Antonio Carlos Moura ET al. São Paulo, Ed. Brasil Debates, 1981. (Brasil/hoje, - n°. 3).

SANTOS, Afonso Carlos Marques dos. "Memória, História, Nação: Propondo questões". In: Memória e História, Rio de Janeiro, Revista Tempo Brasileiro, 1986.

SANTOS, Maria Cecília Lorschivo dos, (Org.). Maria Antonia: Uma Rua na Contramão. São Paulo, Nobel, 1988.

SILVA, Gai. Golbery de Couto e. Conjuntura Política Nacional, O Poder Executivo & Geopolítica do Brasil. Rio de Janeiro, José Olympio, 1981.

SKIDMORE, Thomas. Brasil: de Castelo a Tancredo. Rio de Janeiro. Ed. Paz & Terra, 1988.

SOUZA, Antonio Cândido de Mello. "A Literatura Brasileira em 1972". Arte em Revista. Anos 60. Ed. Kairós, 2ª. Ed. Ano I, n.1, Maio/1981. 1ª. Ed.

Janeiro de 1979. p. 20-26.

_____. *Literatura e Sociedade: Estudos de Teoria e História Literária*. São Paulo, Ed. Nacional, 5ª. Ed., 1975, 2 vols.

STEPAM, Alfred. “As Prerrogativas Militares nos Regimes Pós-Autoritários: Brasil, Argentina, Uruguai e Espanha”. In: STEPAN, A. *Democratizando o Brasil*. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1988.

_____. *Os Militares: Da Abertura à Nova República*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.

TAPAJÓS, Renato. *Em Câmara Lenta*. São Paulo, Alfa-Omega, 1977.

TOLEDO, Caio Navarro de. *O Governo Goulart e o Golpe de 1964*. São Paulo, Brasiliense, 1982. Col. Tudo é História.

TORRES, Raymundo Negrão. *Nos porões da ditadura: fatos que a esquerda fingia ignorar e a falácia do militarismo no Brasil*. Rio de Janeiro, Expressão e Cultura, 1998.

VALLE, Maria Ribeiro do. *1968: O diálogo é a violência. Movimento Estudantil e ditadura militar no Brasil*. Campinas – SP, Editora da Unicamp, 1999.

VENTURA, Zuenir. *1968: O Ano que não Terminou (A Aventura de uma Geração)*. RJ. Nova Fronteira, 1988.

_____. *1968 – O que fizemos de nós*. Ed. Planeta. 2008.

VOVELLE, Michel. *Ideologia e Mentalidade*. São Paulo, Brasiliense, 1987.

VIOTTI, Emília. “A Dialética Invertida: 1960-1990”; In: RBH, n. 27, SP, ANPUH/Marco Zero, 1994.

ZAPPA, Regina e Sato, Ernesto. “1968: Eles só queriam mudar o mundo”. Rio de Janeiro. Ed. Jorge Zahar. 2008.

Formato:	170 x 230mm
Mancha:	130 x 210 mm
Tipologia:	Adobe Garamond Pro (miolo) Garamond (miolo) Qlassik Bold (capa)
Papel:	Pólen 80g/m ² (miolo) Cartão supremo (capa)